

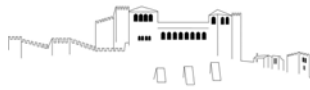
ACTA N.º 5/2011

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 30 DE JUNHO DE 2011, COM CONTINUAÇÃO NOS DIAS 05 E 11 DE JULHO DE 2011

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e onze, no Pavilhão Desportivo Municipal do Souto da Carpalhosa, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos sessenta e dois membros que a compõem, faltaram os seguintes deputados: Maria Odete da Conceição João, que foi substituída por Acácio Manuel Moreira Bárbara; Vitorino Vieira Pereira, que foi substituído por José Peixoto Henriques; Laura Maria Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, que foi substituída por Pompeu Armando Cainço; Ventura José Rolo Tomás, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, que foi substituído por Lucília da Silva Letra; Francisco Fernando Lisboa de Oliveira André, que foi substituído por Maria de Fátima Sismeiro; Pedro Lopes Pereira de Faria, que foi substituído por Carlos Conceição; Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, que foi substituída por João Curado e Silva; José Manuel Silva, que foi substituído por Micael Sousa, que também faltou e foi substituído por Maria Célia Santos Simão Gordo; Ana Elisa da Costa Santos, que foi substituída por António Pereira Fernandes; Romeu Daniel Patrício Paz, que foi substituído por Mário Rui da Conceição Canário; Leonel da Silva Gomes da Costa, que foi substituído por Domingos Marques Neves; Maria Clara Monteiro, que foi substituída por Carlos Duarte.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o senhor Presidente Raul Miguel de Castro, e os senhores vereadores Maria de Lurdes Botelho Machado, Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, Neusa Fernandina Sobrinho de Magalhães, Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos, Lino Dias Pereira, Blandina da Conceição Rodrigues de Oliveira, António Carlos Baptista Martinho Gomes, José Manuel Seabra Benzinho da Silva e Gastão de Oliveira Neves.



A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo A. André, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos senhores deputados José Alves e Maria Manuela Santos, respectivamente 1.º e 2.º secretários da Mesa.

Havendo "*quórum*", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 21.17 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO** – Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela n.º Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- 2. VIII MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2011. I REVISÃO** – Apreciação, discussão e aprovação;
- 3. EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA 2011 ATÉ AO MONTANTE DE €3.500.000,00** – Apreciação, discussão e aprovação;
- 4. PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS DO PATRIMÓNIO DO ESTADO** - Apreciação, discussão e aprovação;
- 5. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO PARCIAL DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA** - Apreciação, discussão e aprovação;
- 6. PROPOSTA PARA CONCESSÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO** - Apreciação, discussão e aprovação;
- 7. ACTUALIZAÇÃO CADASTRAL E AUTONOMIZAÇÃO DE PARCELAS DO PRÉDIO INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO 3417.º E DESCRITO SOB O N.º 304, DA FREGUESIA DE LEIRIA** - Apreciação, discussão e aprovação;
- 8. ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO E ACTUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA** - Apreciação, discussão e aprovação;
- 9. ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL EM VIGOR: V ALTERAÇÃO E VI ALTERAÇÃO** - Apreciação, discussão e votação;
- 10. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO, LIMPEZA E SEGURANÇA DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DO MERCADO SANT'ANA – CENTRO CULTURAL E DA FONTE QUENTE – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA** – Apreciação e votação;

- 11. REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO EM 27/12/2007 ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A ADESBA – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DA BARREIRA. PROPOSTA DE CEDÊNCIA À FREGUESIA DA BARREIRA, EM REGIME DE COMODATO, DO LOTE 1 DA QUINTA DO VISCONDE, SITO NA RUA DO SANTÍSSIMO ALVADOR, FREGUESIA DE BARREIRA, CONCELHO DE LEIRIA –** Apreciação, discussão e aprovação;
- 12. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – OCUPAÇÃO DE ÁREA R.E.N – CENTRO ESCOLAR DE CARANGUEJEIRA –** Apreciação, discussão e votação;
- 13. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE LEIRIA -** Apreciação, discussão e aprovação;
- 14. ENTRADA LIVRE NOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS: AGROMUSEU MUNICIPAL D. JULINHA, MOINHO DO PAPEL E M|I|MO –** Apreciação e votação;
- 15. CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL (CCM). ELEIÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE UM AUTARCA DE FREGUESIA –** Apreciação e votação.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

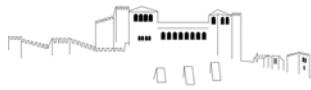
Boa noite a todos.

Agradecia que fossem ocupando os vossos lugares.

Mesmo tendo em conta que ainda há deputados a assinar a folha de presença, penso que poderíamos dar início aos trabalhos.

Saúdo as senhoras deputadas, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores. Uma saudação também para o público presente nesta sala e permitam-me uma saudação especial, em nome de todos nós, à Freguesia do Souto da Carpalhosa, na pessoa do senhor Presidente e membro de pleno direito desta Assembleia, agradecendo-lhe a disponibilidade que manifestou para acolher esta Assembleia Municipal de Junho de 2011. Ao princípio pareceu-nos complicado mas ele encontrou esta solução, que nos parece muito boa.

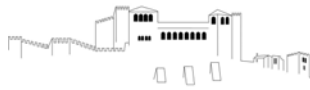
Tentaremos controlar o som da forma mais eficaz possível porque temos, como já repararam, problemas a esse nível. Este não é um espaço para utilizar uma



aparelhagem sonora mas creio que, em todo o caso, conseguiremos fazer-nos ouvir desde que falemos pausadamente e com serenidade.

Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa, muito obrigado pela sua disponibilidade e dar-lhe-ei de imediato a palavra, compreenderão porquê, mesmo antes da apreciação e aprovação da acta da sessão anterior. Trata-se de uma questão de cortesia e porque sei que ele quer dirigir uma saudação a esta Assembleia. Gostaria ainda de dar a seguinte explicação em relação à metodologia que irei adoptar.

Atendendo ao calendário do mês de Junho, de que não me tinha dado conta quando falei numa calendarização das reuniões da Assembleia Municipal, verifiquei que qualquer dia da semana passada e desta semana, ou seja, das duas últimas semanas do mês, não eram dias bons para a realização da Assembleia Municipal. Na semana passada, a sexta-feira calhava num fim-de-semana com feriado à quinta, um fim-de-semana - como se costuma dizer - com ponte, o que desaconselhava a realização da Assembleia Municipal. A quarta-feira era a véspera desse fim-de-semana e corria o risco de ditar um conjunto de ausências... e amanhã já não é Junho. Diz a Lei que esta sessão tem de ser realizada em Junho e daí a minha opção por realizar a sessão numa quinta-feira. Não poderia ter sido realizada há duas semanas atrás porque o expediente necessário para a sessão não estava pronto nem a Câmara tinha feito aprovação de todos os documentos necessários. Tenho consciência - todos nós temos - que amanhã é dia de trabalho e não poderemos prolongar esta sessão até tão tarde como é habitual fazermos. A minha intenção é a seguinte: À uma hora da manhã a sessão será interrompida e se não tivermos chegado ao fim - eventualmente até poderei conversar com os líderes dos vários grupos - definir-se-á uma data para continuar dentro dos prazos estabelecidos por Lei. Significa isto que teremos esta reunião da Assembleia repartida por dois momentos e isso resolve-nos o problema. De facto seria impossível, com uma ordem de trabalhos tão extensa, fazer esta reunião até ela acabar às duas/três da manhã, tendo em conta que se trata de uma quinta-feira e que amanhã é dia de trabalho. E mais não direi porque gostaria de dar a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa, se ninguém se opuser. Tomo o vosso silêncio como assentimento, pelo que darei a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa, e apenas a ele. Depois então teremos a apreciação da acta e logo de seguida o período de antes da ordem do dia.



PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO SOUTO DA CARPALHOSA (José Carlos Gomes)

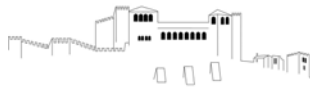
Boa noite a todos.

Exmo. senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, comunicação social aqui presente, estimado público.

Antes de mais a todos saúdo em nome da Freguesia do Souto da Carpalhosa e lhes dou as boas vindas. Quero começar por agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a possibilidade que nos deu de podermos acolher na nossa freguesia este acto nobre da nossa democracia. Igualmente agradeço à Leirisport a cedência do Pavilhão Desportivo Municipal do Souto da Carpalhosa, dando assim um contributo para a sua divulgação e afirmação no nosso concelho deste magnífico equipamento, que é sem dúvida do interesse de todos.

Prometo não me alongar na intervenção, mas permitam-me que partilhe convosco algumas das nossas preocupações actuais e que bastante caras nos são. Neste campo destaco a situação em que se encontra o saneamento básico da freguesia. Trata-se de uma obra que teve o seu início há cerca de dois anos e que, tal como nos foi apresentado - tanto particularmente nos SMAS como em ocasiões de carácter oficial - previa a cobertura do eixo central da freguesia, chegando ao lugar de Assenha. Para nosso espanto e desilusão, esta empreitada terminou a meio do lugar do Souto da Carpalhosa, ficando por fazer a parte nascente do lugar bem como os lugares de São Miguel, Chã da Laranjeira e Assenha. Não foi esta a ideia que passou mas é este o facto. Deixo o alerta para no futuro haver mais cautela com as informações que nos são prestadas por quem de direito, evitando-se assim dar uma péssima imagem da política - ou melhor dizendo - dos políticos que a executam. Por compreender fica a razão pela qual a rede de saneamento instalada não se encontra ao serviço da população. Estou certo que se já estivesse funcional, os SMAS já estariam a ter o retorno do investimento realizado e que, decerto, ajudaria a equilibrar um pouco mais as contas daquela instituição. Ainda no que concerne à cobertura da rede de saneamento, e falando na parte restante da freguesia, queremos sensibilizar a Câmara para esta necessidade porque em muitos casos o que está em causa é a saúde pública.

Outra das sérias preocupações desta freguesia advém do avançado estado de degradação em que se encontra o pavimento de algumas estradas da responsabilidade da Câmara Municipal. Refiro-me concretamente a duas delas: A



estrada que liga São Miguel ao Atalho - Zona da Charneca do Nicho, e ao Caminho Municipal número 1197, no lugar de Extremadouro. Para o adiamento da requalificação da Estrada de São Miguel/Atalho tem servido de desculpa o saneamento, e muito bem. Esta estrada recebeu recentemente por parte da Autarquia uma ligeira intervenção para que esta resistisse até à passagem do saneamento. Mas como o saneamento não passou, presentemente está em pior estado do que estava anteriormente. Agora, sem saneamento naquele local à vista, pergunto... Até quando esta situação?

Quanto à estrada do Extremadouro, já ouço falar na sua requalificação há mais de vinte anos, tal não é o seu estado de degradação! As pessoas que circulam diariamente nestas vias, não obstante os prejuízos que têm sofrido nos seus veículos, têm sido pacientes e compreensivas. Tem chegado ao nosso conhecimento, inclusivamente, que muitos, para evitarem esta estrada, percorrem mais quilómetros para chegarem ao seu destino. Não é justo e a paciência e compreensão têm limites! Por isso senhor Presidente da Câmara, penso que chegou a altura da edilidade, para colmatar os prejuízos causados, retribuir com a requalificação destas importantes vias. Aproveito também a ocasião para sublinhar a ausência de sinalização vertical na maioria dos cruzamentos e entroncamentos da freguesia, sinalização muito reclamada e que é extremamente necessária para garantir não só a segurança rodoviária mas também a segurança de pessoas e bens.

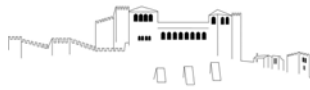
Para terminar, só quero deixar um grito de alerta para o estado deplorante a que se começa a assistir no contexto ambiental. A nossa freguesia conta com várias ribeiras, nomeadamente a Ribeira da Carpalhosa, que nos últimos tempos tem sido sujeita a fortes descargas de efluentes. Deixo um apelo às entidades competentes para não deixarem que esta ribeira se transforme numa vala de esgoto, para não dizer noutra triste e infeliz Ribeira dos Milagres. Sei que os tempos são austeros mas também acredito que estamos todos de mãos dadas a fim de levarmos os nossos compromissos a bom porto.

Bem-haja a todos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

O senhor Presidente da Junta convida-nos para um pequeno lanche, que ocorrerá cerca das onze horas, estejamos em que ponto estivermos da ordem de trabalhos. Será uma pausa de quinze a vinte minutos - no máximo - pois teremos de ser



contidos no tempo, como compreenderão. Tenho as seguintes substituições: Vitorino Vieira Pereira será substituído por José Peixoto Henriques; Presidente da Junta de Freguesia Laura Esperança será substituída por Pompeu Cainço; Francisco Fernando Lisboa de Oliveira André, será substituído por Maria de Fátima Sismeiro; Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Ventura Tomás será substituído por Lucília Letra; Pedro Faria será substituído por Carlos Conceição; Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, será substituída por João Curado e Silva; José Manuel Silva será substituído por Micael Sousa, que acabou também por faltar e substituído por Célia Gordo; Ana Elisa da Costa Santos será substituída por António Pereira Fernandes; Romeu Paz será substituído por Mário Rui Canário, Leonel Costa será substituído por Domingos Neves; Maria Clara Monteiro será substituída por Carlos Duarte; Maria Odete João substituída por Acácio Manuel Moreira Bárbara.

E coloco agora em apreciação a acta da última sessão que foi enviada a todos os senhores deputados.

Alguém pretende pronunciar-se sobre a acta da reunião anterior? Não vejo qualquer interesse nesse sentido. Vou colocar a acta à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com sete abstencões, aprovar a acta da sessão ordinária de 29 de Abril de 2011.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço que se inscrevam então para o período de antes da ordem do dia. Senhores secretários façam o favor de registar. Estão inscritos o senhor deputado José Alves, a senhora deputada Sílvia Lopes, o senhor deputado Manuel Cruz, o senhor deputado Manuel Antunes, o senhor Presidente da Junta da Bajouca, a senhora deputada Patrícia Ervilha, a senhora deputada Fátima Sismeiro, o senhor deputado Pedro Biscaia, o senhor deputado José Peixoto, o senhor deputado Acácio Bárbara, o senhor deputado Domingos Carvalho, o senhor deputado Carlos Duarte, o senhor deputado José Francisco e o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOSÉ ALVES (PS)

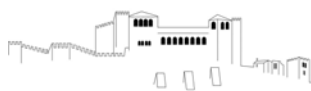
José Alves - Partido Socialista.

Exmo. senhor Presidente da Assembleia, Exmo. senhor Presidente da Câmara, Exmos. senhores vereadores, Exmo. público, caros colegas.

Um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa e demais membros do executivo aqui presentes e da Assembleia de Freguesia. É com prazer que me encontro na minha freguesia, na realização descentralizada de uma Assembleia Municipal e cuja concretização se deve ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Junta, a quem agradeço. Conheço o trabalho que o senhor Presidente da Junta teve para montar a logística que hoje nos permite aqui estar e com este conforto. O Souto da Carpalhosa é, como sabem, uma das mais antigas freguesias do Concelho de Leiria – quase contemporânea da nossa nacionalidade - e vendo emergir outras freguesias, como é o caso de Monte Redondo, Coimbrão, Bajouca e mais tarde Ortigosa e Carreira. Esta longevidade é de saudar mas nada de relevante lhe trouxe já que, inexplicavelmente, sempre ficou para trás no desenvolvimento do nosso Concelho. Foram, designadamente, os casos de abastecimento de energia eléctrica e do saneamento básico ainda por completar e ainda por ligar. A sede de freguesia contém algumas infra-estruturas construídas com o apoio de iniciativa privada e da paróquia (com quem tive o gosto de colaborar), assim como relativamente aos escuteiros, tendo V. Exas. o senhor Presidente de Câmara e o senhor Presidente da Assembleia Municipal - então na qualidade de Governador Civil - desempenhado um papel relevante na ajuda ao Corpo de Escutas.

O mesmo papel, ainda mais relevante, teve o então governador Civil Carlos André no desbloqueamento de um problema grave desta freguesia – grave por ser importante para esta freguesia – e que hoje constitui o seu "*ex-libris*", que se chama Charneca do Nicho. Graças à sua intervenção, dois milhões de metros quadrados ficaram a pertencer ao Souto da Carpalhosa e, destes, quatrocentos mil passaram a pertencer à Ortigosa. Não fosse esta intervenção, não sei onde hoje estariam tais terrenos... estariam certamente nas mãos do Estado, dos Serviços Florestais. Nestas circunstâncias, o meu caro Presidente da Assembleia Municipal também terá ficado na memória e na história recente desta freguesia.

Esta sessão da Assembleia realiza-se neste novíssimo pavilhão, do qual muitos de nós duvidámos mas que é hoje uma realidade, fruto do empenhamento do executivo da freguesia na sua realização e que, para além do desporto, hoje nos presta este serviço. Foi em 1977 que foi levada à reunião de Câmara esta construção, que há muito se inscrevia nos orçamentos municipais como a missão de muitos executivos autárquicos, entre os quais os dos dois mandatos que desempenhei como Presidente da Assembleia de Freguesia desta terra. Nesse



tempo, e na qualidade de vereador, perguntei se seria construído tal pavilhão. Pasmos da vereação! Ninguém sabia! O ponto foi retirado e foi deliberado adquirir, por compra (à paróquia) o terreno. Pensava-se então que com o terreno tudo seguiria normalmente. Pura ilusão! Foi construído com promessa eleitoral o pavilhão da Bajouca aqui ao lado, sem equacionar a sua necessidade e o facto de aquela freguesia ser pequena, limítrofe do Concelho de Pombal e exigir, portanto, um investimento inter-municipal. Nada feito! O pavilhão da Bajouca construiu-se e originou que se questionasse se ainda se justificaria o do Souto da Carpalhosa, tendo em conta essa realidade e o Pavilhão da Carreira. Foi aqui que começaram a surgir algumas vozes, sugerindo a realização de uma piscina em vez de um pavilhão, tendo em conta que o concelho não continha então – nem hoje - piscina alguma e, considerando o número de crianças que frequentavam a escola do ensino básico e secundário destas freguesias, perfeitamente se justificaria. Mantiveram os executivos da Freguesia e da Câmara o interesse no pavilhão e aqui está ele! Construído e a funcionar, sendo injustificado continuar a discutir esta questão por demais ultrapassada. Por isso, só nos resta congratularmo-nos pela sua existência e dar-lhe o melhor aproveitamento em prol do desporto desta freguesia e do nosso Concelho.

Senhor Presidente da Câmara, a situação financeira da Autarquia é de tal modo que se encontra numa situação de pré-falência. Uma Autarquia cujas receitas cobrem cinquenta por cento das despesas orçamentadas, que paga por dia seis mil trezentos e quarenta euros de juros de encargos de dívidas não pode, obviamente, fazer grande obra no Concelho - a menos que se encontrem soluções para resolver este problema - já que o financiamento a médio e longo prazo está vedado por Lei. Contudo, esta freguesia – fruto até do esquecimento a que tem sido votada ao longo dos anos – merece de V. Exa. atenção para os problemas que o senhor Presidente da Junta aqui referiu e que reforço, pelo menos no saneamento básico e no centro educativo.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado. Atentas as inscrições, a minha proposta para distribuição do tempo é de quinze minutos para o Partido Socialista, quinze minutos para o PSD, seis minutos para o CDS e cinco minutos – que é o que o Regimento estabelece – para o Bloco de Esquerda. Isto totaliza quarenta e um minutos a que

se somam os dez minutos a que têm direito – no conjunto dos dois presidentes de junta inscritos – e sobram nove minutos para os tempos mortos e votações.

Senhor Deputado Manuel Antunes, faça favor.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente da Mesa, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, senhores elementos do público, senhores membros da comunicação social.

Em primeiro lugar permitam-me que cumprimente o povo do Souto da Carpalhosa na pessoa do seu Presidente que em boa hora tomou a iniciativa de pedir que se realizasse aqui uma sessão de Assembleia Municipal. Recordo, se me permitem puxar pelos galões, que fui eu que iniciei este hábito de trazer - de vez em quando - uma Assembleia às freguesias fora do perímetro urbano de Leiria. Acho que é uma medida que se justifica e que deve ser continuada.

Vou começar por dirigir-me directamente ao senhor Presidente da Mesa para, a propósito da metodologia que enunciou em relação à conclusão dos trabalhos desta reunião, e sem prejuízo da proposta que teremos de fazer sobre a ordem do dia e que faremos no momento oportuno, dizer que é altura de discutirmos a metodologia de organização destas sessões da Assembleia Municipal. Discutimos a calendarização - e reconheço que este mês foi particularmente difícil no que diz respeito ao calendário, discutir a hora, discutir a questão do tempo, discutir tudo para que não continuemos a ver aquilo que se tem estado a observar, que é a necessidade de terminar a sessão noutros dias. É que embora isso esteja previsto por Lei e pelo Regimento trás complicações a todos nós que não somos profissionais da Assembleia Municipal e acarreta despesas, o que seria – tanto quanto possível – de evitar. Não conheço nenhuma outra Assembleia Municipal, incluindo a da terra onde trabalho – Coimbra – onde tenha sido necessário, por tantas vezes e quase continuamente, marcar uma reunião para outro dia. Por isso acho que devemos discutir este assunto. Queria também chamar a atenção para uma pequena nota que sei, nesta circunstância talvez se justifique, e que é a utilização do privilégio de estar na mesa para ser o primeiro a falar. Reconheço que aqui talvez houvesse uma explicação mas então o Senhor Presidente da Mesa deveria ter utilizado o princípio da excepção que utilizou também para o Presidente da Junta.

Dirijo-me agora ao senhor Presidente da Câmara, para lhe dizer que Leiria continua a ser notícia, geralmente por más razões. Notícia local, notícia regional, notícia

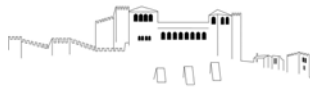
nacional! O folhetim SAD/Leirisport continua a estar nas bocas do mundo, não tanto a nível nacional mas também! E recentemente esta questão da venda do estádio - que iremos discutir – e que me confrange ver discutida na praça pública, antes de ser discutida no órgão que dará autorização para que tal acto eventualmente seja feito! Isto é discutido como se já fosse um “*fait a compli*” e nós ainda temos de o discutir. Penso que é demonstrativo de um certo desnorte que consideramos existir neste momento na Autarquia. Vou citar duas coisas e vou referir-me, em primeiro lugar a esta questão SAD/Leirisport... Temos que ler “A Bola” para saber exactamente o que é que se passa no nosso Concelho sobre esse assunto e encontramos – esta é uma notícia de anteontem ou de há três dias atrás – a notícia de que a SAD pede quinhentos mil euros de indemnização à Leirisport, a qual anteriormente tinha pedido duzentos e cinquenta mil euros, como dívida antiga à SAD da União de Leiria. Gostaria que neste local fossem os cidadãos do Concelho esclarecidos sobre quem deve a quem! Nesse aspecto até não tenho dúvidas mas não vi nenhuma reacção a esta notícia que vem num jornal de grande tiragem, embora seja apenas um jornal desportivo. Penso que este assunto tem que ser - de uma vez por todas - esclarecido, e se a Leirisport tem razão então acho que deve, neste momento e de uma forma absolutamente categórica, pôr os pontos nos ii´s e proceder como tem de proceder para resolver este folhetim de uma vez para sempre! No que diz respeito ao estádio, e sem prejuízo da discussão que terá lugar no período da ordem do dia, gostaria de pedir também ao senhor Presidente da Câmara que esclarecesse algumas notícias que têm vindo a lume e que resultaram, sobre este assunto, na realização de duas conferências de imprensa, coincidentalmente uma convocada pelos vereadores da oposição e logo de seguida, parece-nos como reacção a esta, mas previamente marcada – aliás aparentemente também discutida! Estamos no tempo dos almoços ou jantares com árbitros e almoços com a comunicação social... Também se disse que houve um almoço em que havia um planeamento para a conferência que teria lugar durante a tarde. São tudo notícias que vêm a lume. Algumas podem ser boatos mas que não prestigiam o Município, a Câmara Municipal e o senhor Presidente. Pedia então que, na medida do possível, nos esclarecesse sobre estes assuntos. É tudo por agora.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Sílvia Lopes.



DEPUTADA SÍLVIA LOPES (PS)

Boa noite a todos, Sílvia Lopes – PS.

Em primeiro lugar as boas vindas a todos à minha Freguesia. É uma honra recebê-los cá e espero que, em jeito de homenagem e de agradecimento aos munícipes, que esta Assembleia decorra com cordialidade.

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores membros da Mesa, senhores vereadores, caros colegas, comunicação social e caros munícipes.

A freguesia do Souto da Carpalhosa é servida por uma rede viária importante e muito acessível. A A17, A1, o IC2 e a Estrada Nacional 109 são itinerários favoráveis à nossa freguesia que, no entanto, não consegue usufruir do benefício geográfico e estrutural, com grande parte das estradas que atravessam a freguesia em mau estado, a insuficiência de passeios e passagens para peões seguras, que colocam em risco a segurança dos peões e a insuficiência de transportes públicos que possam dar resposta às necessidades das populações e que, associadas aos condicionamentos impostos pelo PDM à construção de habitações e indústria, limitam o crescimento e o desenvolvimento da freguesia.

No âmbito do apoio à infância, as respostas sociais são manifestamente insuficientes para as necessidades em matéria de educação. Cada vez parece mais necessária a criação de um centro escolar que possa servir toda a freguesia e promover um ensino de qualidade com equidade para todas as crianças. Tal como em muitas outras freguesias, o Souto está a sentir os efeitos do envelhecimento da sua população e das suas necessidades inerentes. Mais uma vez é notória a insuficiente capacidade de resposta das instituições, dificultando e adiando a promoção da qualidade de vida dos idosos e suas famílias.

Quanto ao emprego e à indústria, a criação de uma zona industrial - aproveitando a localização estratégica da freguesia - seria uma mais-valia para os munícipes. A riqueza florestal do Souto é indiscutível, mas basta um pequeno passeio para se perceber que está praticamente ao abandono. Todos nos lembramos dos incêndios que há uns anos nos colocaram e aos nossos bens em risco. Mas nada foi feito! E o que mais me preocupa é que está à distância de um fósforo a repetição dessa tragédia. Urge a consciencialização e a responsabilização das populações para a sua actuação e deveres, tal como a intervenção mais eficaz e eficiente das entidades responsáveis. No entanto, como a vida não é só feita de trabalho e as actividades lúdicas, desportivas, recreativas e culturais ajudam a medir também o desenvolvimento de uma população... é, até neste aspecto, o Souto que está a

perder! O associativismo é praticamente inexistente e o que existe tem poucos apoios. A oferta cultural está toda centrada nos ranchos folclóricos, a prática desportiva - principalmente para crianças - é a escola.

A segurança é outro factor que importa. Tal como em outras freguesias, a insuficiência de policiamento coloca em causa a protecção de pessoas e bens.

Todos os factores que referi... acessibilidades, apoio à criança, à terceira idade e à família, emprego, desenvolvimento industrial, segurança e associativismo, condicionam a fixação das famílias, tendo estas de procurar zonas que possam dar resposta às suas necessidades e promovam um aumento da sua qualidade de vida. Assim, a nossa freguesia necessita de uma intervenção que lhe permita usufruir dos recursos que tem disponíveis mas que ainda não conseguiu atingir. Tem de existir uma consciência de promoção, de desenvolvimento e abandono do marasmo e estagnação a que está votada, contando para isso com o esforço dos munícipes e aguardando pelo compromisso e empenho dos decisores para impulsionar a mudança.

Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, Manuel Cruz.

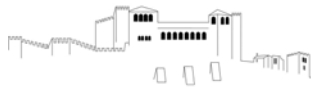
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORTES (Manuel Cruz)

Boa Noite.

Manuel Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Cortes.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente do Município de Leiria, senhores vereadores, senhores deputados e público em geral.

No início da época futebolística, já nos habituamos a ver em terreiro a União de Leiria/SAD e a Leirisport a discutir o estádio municipal. É fundamental não confundir a União de Leiria - enquanto associação que desenvolve um trabalho social sem fins lucrativos - com a União de Leiria/SAD, sociedade anónima desportiva, cuja actividade é a prestação de espectáculos desportivos, serviços pelos quais se faz cobrar com um único fim, que é a criação de riqueza para os seus investidores e accionistas. Sabemos que a União de Leiria/SAD não é, actualmente, representativa da cidade ou Município, nem estes se revêem na União de Leiria/SAD! As assistências são a prova mais que evidente desta afirmação. Entre outros activos, tem o Estádio Municipal Magalhães Pessoa - entre outras mais-valias - por objecto principal a apresentação de espectáculos de futebol. É



uma obra que pela sua dimensão tem de ter como objectivo primário a rentabilização do investimento efectuado. Um resultado no mínimo "nulo", de modo a poder contribuir para o desenvolvimento sociocultural do Município. Caso contrário é, e está a ser, alimentado pelas freguesias que, com um espírito de missão, vão desenvolvendo e mantendo de forma positiva as mais diversas actividades socioculturais, a maior parte das vezes (ou quase sempre) com mais assistência ou participação do que as assistências aos comerciais jogos de futebol onde participam os empregados da União de Leiria/SAD, que têm vindo a ser sustentados indirectamente pelas freguesias. O Município vê-se impedido de atribuir apoios às realizações culturais das freguesias porque, entre outros, também a União de Leiria/SAD não cumpre os acordos, não paga o que deve e - useira como é - no início de cada época se arma em vítima, procurando confundir tudo e todos para daí obter apoios e as maiores vantagens financeiras possíveis com um único objectivo que é a remuneração do capital dos seus accionistas.

O Município não pode apoiar empresas privadas! É isto que estão a tentar conseguir, ou seja, o apoio financeiro a uma empresa privada à margem de todas as regras! Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente do Município, senhores vereadores, senhores deputados. Na minha freguesia existem escolas de música com gente jovem que não tem qualquer apoio. No concelho de Leiria existem onze filarmónicas que envolvem mil pessoas... com quinhentos estudantes de música! Existem associações culturais que nos últimos dois meses - em acções de desporto e cultura - envolveram mais de 800 atletas, sem apoios. Existe uma pré-escola com vinte e três alunos - entre os três e os cinco anos - a almoçarem no corredor das casas de banho, porque não existem verbas para a criação de uma sala! Certamente que não é só por causa da dívida da União de Leiria/SAD! Mas é também por causa da União de Leiria/SAD!

Como na minha freguesia, certamente que o mesmo se passa com todas as outras. Meus senhores, o Município não é só Leiria! E Leiria não é só o estádio! Por isso sejamos claros, sejamos simples e sejamos directos.... Ou a União de Leiria cumpre os acordos, pagando o que deve antes de iniciada a época, ou não poderá ter qualquer tipo de acesso ao Estádio Municipal Magalhães Pessoa nem a qualquer outra infra-estrutura financiada ou sustentada directa ou indirectamente pelo Município!

Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente da Junta de Freguesia das Cortes.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGESIA DA BAJOUCA (Hilário Estrada)

Boa noite.

Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca.

Senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores Presidentes de Junta, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

Começo por dar os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por mais uma vez descentralizar uma sessão deste órgão tão importante na vida do Município. Uma saudação especial ao senhor Presidente da Junta do Souto da Carpalhosa, a quem saúdo particularmente, bem como a toda a população desta freguesia que acolhe esta sessão da Assembleia Municipal.

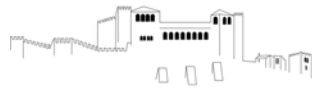
A freguesia da Bajouca celebra este ano quarenta anos de vida. Uma data que não deixa nenhum bajouquense indiferente pois é mais um marco na nossa história. Durante estes quarenta anos muitos acontecimentos marcaram um povo simples, humilde mas muito bairrista, sempre em defesa dos seus interesses. Foi há quarenta anos também, no lugar de Água Formosa, que na recém criada freguesia da Bajouca, nasceu uma criança a quem puseram o nome de Carlos Cabecinhas. Oriundo de uma família humilde e - como não podia deixar de ser - de uma família de oleiros. Cresceu como tantas outras, mas cedo se percebeu que a sua vida não era ali. Entrou muito novo para o seminário mas sempre que lhe é possível não deixa de visitar a terra que o viu nascer. Muito respeitador, sempre muito brincalhão mas com um enorme sentido de responsabilidade, foi com enorme prazer que a freguesia de Bajouca assistiu á nomeação do novo Reitor do Santuário de Fátima... O padre Carlos Cabecinhas é para nós motivo de grande orgulho! Parabéns Carlos Cabecinhas, como carinhosamente é tratado na freguesia, e que a todos orgulha!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor deputado Domingos Carvalho.



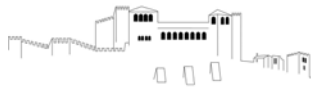
DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara, Exma. vereação, caros colegas, senhores jornalistas e Exmo. público.

Como é óbvio também me cumpre saudar a continuação da descentralização que - como o Senhor Professor Manuel Antunes referiu - foi iniciada na sua presidência e fazia parte do acordo que existia ao tempo para funcionamento do CDS com o PSD – que tinha a maioria ao tempo – e é óbvio que é algo que para nós é importante. Mais do que saudar a população do Souto da Carpalhosa, por aqui estar um bocadinho tipo *“a viagem da corte que desce às povoações”*, acho que o importante no estarmos aqui convosco é exactamente a possibilidade de levarmos o funcionamento da casa da democracia do nosso concelho às populações, para que tenham maior facilidade de a ela aceder e a possibilidade de nelas se integrarem, participarem e perceberem o que se faz e porque se faz.

Vou ser francamente rápido. Uma questão que é simples... obviamente não teria aqui nunca – não teria a ousadia de trazer questões que tenham a ver com o Souto da Carpalhosa – estão aqui variadíssimas pessoas que já o fizeram e continuarão a fazer. Mas tive a oportunidade, senhor Presidente, de há dias assistir a uma situação que me deixou apavorado! A construção do projecto Leiria/Polis, com aquele passeio pedonal utilizado por muitas pessoas como zona de prática desportiva, para fazer *“footing”*, para fazer umas corridinhas de manutenção – e permitam-me aqui um inciso... admito que como havia a teoria de que a ponte do Arrabalde seria aniquilada, desapareceria. Há um atravessamento directo da estrada que liga Leiria à Nova Leiria que é feito sem qualquer barreira e eu vi uma pessoa vir a correr e atravessar a estrada – porque vinha no seu *“footing”* – e com a densidade de trânsito que todos nós conhecemos a horas tipo seis/sete da tarde, de gente que regressa a suas casas, também para aqui muitas vezes. É extremamente importante que sejam criadas barreiras de dissuasão e que seja possível fazer o atravessamento contíguo à ponte do Arrabalde, a seguir ao BES... o nosso técnico é fantástico! Diz o meu amigo Pedro Biscaia que é no Rossio dos Borges. O que acontece é que quem vem do lado do estádio, do lado de onde é feita a feira e junto às piscinas, vindo a correr atravessa a estrada e não há qualquer barreira de dissuasão. Felizmente, que tenha conhecimento, ainda não houve ali acidentes. Eu ia presenciando um atropelamento, porque de facto a pessoa vem a correr e aparece de repente e é uma questão que urge resolver!



Colocada esta questão há também uma questão de trânsito que urge resolver, que é a Rua Dr. Paulino da Costa Santos que - das duas uma - ou fica só com um sentido ou não tem estacionamento. Pedia ao senhor Presidente que junto do vereador do trânsito pedisse a análise desta questão. Há muitas mais! Infelizmente é uma matéria que precisava de alguma apreciação.

Vou mudar de assunto e termino. Obviamente que devo saudar e desejar ao novo governo do país eficácia, sucesso e capacidade para que todos nós possamos ter um amanhã melhor. Mas, face à preocupação de um dia de hoje tão mau como estamos a ter, não posso deixar de referir uma questão que no período da campanha eleitoral chegou ao meu *mail*, ao meu *facebook* - qualquer coisa desse estilo - que tinha a ver com uma carta que era dada como assinada pela Clara Ferreira Alves, claramente uma carta de ataque a Mário Soares (ou pelo menos de algum desagrado para com Mário Soares) e na qual referia o protocolo que existe entre a Câmara Municipal de Leiria e a Fundação Mário Soares. E era ali anunciado que são transferidos mensalmente para a Fundação Mário Soares quatro mil euros. Era isso exactamente que eu queria - e gostei de ver esse ar de surpresa - Terei muito gosto em reencaminhar o *mail* pois que trata-se de matéria que não sei e acho que urge esclarecer, enfim, para aqueles que possam ter recebido - como eu - ficarem a saber quanto é dado à Fundação Mário Soares e porque nesta altura - que é uma altura complicada - me parece que é determinante porque a crise quando toca tem de tocar a todos porque senão não é crise! É uma questão que acho eu que devia ser vista.

Muito Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

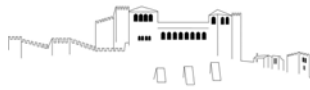
Senhora deputada Fátima Sismeiro.

DEPUTADA FÁTIMA SISMEIRO (PSD)

Fátima Sismeiro - PSD.

Boa noite a todos. Cumprimento todos e parabênz a Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa, na pessoa do seu Presidente e demais colaboradores pelo excelente e agradável acolhimento que aqui hoje nos é feito.

Senhor Presidente da Câmara, hoje quero interpelá-lo sobre um assunto da minha freguesia. Como certamente é do conhecimento do senhor Presidente, a freguesia de Colmeias é uma das freguesias com maior carência de habitação social. À data da cessação do mandato do anterior executivo (em 2009) existiam inscritas na



Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Leiria catorze famílias que careciam e pediam habitação a custos sociais. A freguesia de Colmeias não tem uma única habitação social. Por isso esse mesmo executivo elaborou e concluiu um projecto de adaptação da escola primária do Barreiro – que havia encerrado anos antes por escassez de alunos – elaborou um projecto, dizia eu, para adaptação dessa escola a habitação social. Essa adaptação consistia precisamente na implementação de duas habitações, que podiam abrigar dois casais com dois ou três filhos, e ainda um anexo que podia abrigar uma pessoa – homem ou mulher – vítima de violência doméstica, e um filho. Segundo o que é do meu conhecimento, até à data esse projecto não foi executado. Também vi nos orçamentos que já foi aprovada, na vigência deste mandato, a inscrição de uma verba de trinta mil euros para o efeito. Pergunto-lhe se teve inicio essa execução, de que não tenho conhecimento, e se não teve porquê? Se é para executar, para quando? Porque, senhor Presidente, tive contacto com algumas dessas famílias, conheço a situação objectiva de carência e em concreto posso afirmar-lhe (e foram-me fornecidos dados por várias entidades, dados fidedignos) que são famílias monoparentais, muitas vezes famílias desestruturadas, que auferem mensalmente quatrocentos/ quinhentos euros, que pagam de renda de casa duzentos e cinquenta euros e ainda têm de sustentar dois ou três filhos, sendo certo que o outro conjugue ou está desempregado ou não cumpre com a prestação de alimentos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

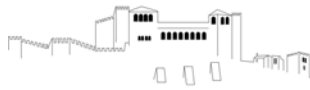
Senhor deputado Pedro Biscaia. O senhor deputado prescinde. Senhor deputado Carlos Duarte.

Enquanto o senhor deputado Carlos Duarte se dirige para a tribuna, permito-me chamar a atenção de que o senhor deputado Domingos Carvalho quase esgotou o tempo do CDS. Serei benevolente porque o tempo está a correr muito bem.

DEPUTADO CARLOS DUARTE (CDS)

Boa noite a todos.

Queria dar-vos as boas vindas também é a minha freguesia de nascimento. Subi muitas vezes esta estrada que vocês fizeram, um caminho de pedra, uma hora de caminhada depois da escola. Isto há trinta e tal anos. Actualmente fui, como todos os outros, viver para Leiria.



Queria falar-vos aqui do que é o campo e do que é a cidade. Queria falar-vos aqui do que é o aproveitamento do dinheiro por uma pequena freguesia e o aproveitamento do dinheiro por um governo central. Queria falar-vos aqui, não das dificuldades com as estradas que o Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa evidenciou e que ainda hoje sofri na pele várias vezes e que é uma lástima! Queria mostrar a quem não está habituado a vir a estas Assembleias Municipais, chamar a atenção de todos os deputados, isto perde-se muito tempo – senhor Presidente e senhores deputados – propositadamente não o fiz. Espero que todos fiquem chocados comigo, espero que todos compreendam que o dinheiro é pouco... que o tempo é pouco. O doutor Domingos Carvalho já usou uma parte do tempo e vou tentar ser muito rápido.

Queria dar-vos as boas vindas e queria pôr-vos a trabalhar. Não sou efectivo na Assembleia mas vim hoje por dois motivos: vim cá porque sou desta freguesia e quis acompanhar os trabalhos e porque sou membro também da Assembleia de Freguesia; e vim cá com o intuito de antes do período da ordem do dia, pedir a todos que comecem a pensar em unir freguesias. Conforme o doutor José Alves já disse, a do Souto da Carpalhosa é a mais antiga. Acho que vai sendo tempo de nesta Assembleia começar a discutir a redução de custos. É tempo de nesta Assembleia se começar a pensar no dinheiro e não nas vaidades pessoais!

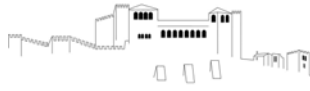
Soube hoje que numa freguesia aqui ao lado – Monte Redondo – estiveram a discutir as obras do centro educativo. Foi ontem, hoje, a semana toda, pelos jeitos! Lamento que a decisão tenha sido gastar mais dinheiro em vez de gastar menos porque resolveram não apoiar, não aceitar e não utilizar a disponibilidade grátis e (com menos custos) da escola da Carreira. Porquê? Porque a escola da Carreira é da Carreira e Monte Redondo tem lá o colégio! Segundo informações que obtive vão pagar quinhentos euros por mês, por sala – é verdade senhor Presidente! - ao colégio de Monte Redondo e não usam de uma forma sem custos, a disponibilidade que existe na escola da Carreira.

Meus senhores, boa noite.... Poupem dinheiro!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Pede-me a palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo, presumo que para direito de resposta, e terei que lha conceder.



PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE REDONDO (Céline Moreira Gaspar)

Muito boa noite a todos.

Vou fazer como o colega e ficam todos cumprimentados. Só um cumprimento especial ao senhor Presidente do Souto da Carpalhosa. Muito obrigado por esta hipótese de estarmos aqui neste local, que é muito bom e do qual gostei muito pois ainda não o conhecia. Relativamente à questão que foi aqui apresentada, é importante que se refira que apesar da escola da Carreira ceder gratuitamente as salas, a Câmara Municipal iria ter o custo do transporte das crianças. No mínimo seriam duzentos euros por dia de transporte - e estamos a falar de valores mínimos - o que significa que num mês de vinte e dois dias seriam quatro mil e quatrocentos euros ao final do mês, ou seja, é um valor muito superior aos dois mil e quinhentos euros que o colégio, como entidade privada, que naturalmente tem despesas (água, luz, etc) teria com a situação. Além disso, foram os pais – e foram estes que votaram a decisão – é que decidiram ficar em Monte Redondo. É a freguesia deles e enquanto Presidente de Junta também os apoiei.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora Presidente.

Senhor deputado José Peixoto.

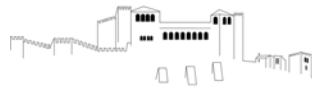
DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO HENRIQUES (BE)

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

Boas noites a todas e a todos.

Quero falar-vos como cidadão de Leiria, vivendo no centro histórico ou - para ser mais correcto - estando sitiado no centro histórico desde Novembro do ano passado, chafurdando na lama que as chuvas tecem ou inalando o pó que o diabo soltou, devido a umas obras de que não contesto a necessidade, mas que me geram a revolta e a contestação devido ao método escolhido e à execução desse projecto.

Acredito piamente nos benefícios que advirão para os leirienses, inclusive para os que como eu têm passado as "*passas do Algarve*" para conseguir manter um mínimo aceitável de qualidade de vida, mas mesmo considerando-nos como, e usando o jargão tornado normal pelas forças da NATO quando falham os alvos, "*danos colaterais*", começo - juntamente com outros moradores da mesma zona - a ponderar pedir responsabilidades a quem de direito, pelas contrariedades,

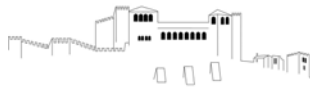


incómodos e transtornos, com que diariamente nos deparamos, que vão desde as inúmeras faltas de água, à diminuição (será irreversível?) do caudal deste bem precioso, que ao que parece, vossas excelências têm por bem vir a privatizar, a problemas de saúde - alergias - devido ao pó que se entranha, que se estranha e que depois arranha, que suja e estraga móveis, electrodomésticos, roupas e pessoas e sem que se vislumbre quando chegará o fim deste calvário. Já para não falar dos constrangimentos ao tráfego, especialmente no caso de veículos prioritários (ambulâncias e bombeiros). Será que saberão responder-me para quando está previsto o fim das obras?

Mudando de assunto, fomos confrontados com a triste notícia de que antes de abandonar o barco que tão mal conduziu, o governo PS apresentou à Troika um estudo/proposta de extinção de 800km de linhas ferroviárias, de onde constaria a nossa linha do Oeste. Qualquer que seja a opinião que se tenha sobre tal estudo, temo que a ânsia de agradar aos nossos pseudo beneméritos e novos colonizadores da Troika, faça com que este governo ao avançar com a já anunciada privatização da CP, opte também por acabar com o serviço regional ferroviário, incluindo a linha do Oeste.

Quero recordar que, pasme-se, foi defendida e até nesse sentido assinada uma petição "*Em defesa da requalificação da linha ferroviária do Oeste*", em que vários deputados de diversos quadrantes, entre os quais os do partido que propõe a sua extinção e membros do actual executivo, eleitos por este distrito (Assunção Cristas, Teresa Morais e Feliciano Barreiras Duarte), se comprometeram perante a comissão promotora desta iniciativa (da qual eu fazia parte) no Parlamento, a tudo fazerem para a sua concretização. Desculpem qualquer coisinha, mas se há motivos para tanta abstenção, promessas não honradas não serão as menores causas. O Bloco de Esquerda quer por isso chamar a tenção desta Assembleia Municipal para este facto, que a ser verdade será um rude golpe para todas as populações do Oeste e de Leiria, que será riscada do mapa ferroviário nacional e verá agravadas as já de si péssimas condições de mobilidade e transporte.

E a talho de foice, será que desta vez, com a Ministra do Ambiente eleita pelo nosso distrito, aconteça que o governo se venha a interessar pelo problema da Ribeira dos Milagres? Verdade que, enquanto deputada, nada se viu sobre o assunto da parte da Sr.^a Dr.^a Assunção Cristas. Mas dado que este executivo tem tão boas relações com o CDS, poderá ser capaz de exercer uma pressão extra para uma intervenção séria nesta ribeira que, de descarga em descarga, vai sendo assassinada perante a



passividade dos poderes públicos?

Da ribeira para a água, que V. Exas. pretendem privatizar, o que configurará uma péssima opção para os interesses dos cidadãos de Leiria. A água é de todos, é um elemento indispensável à vida. Defendemos a consagração da propriedade comum da água e da igualdade de direito ao seu usufruto como direito de cidadania. A visão da água como mera mercadoria é contrária à sua universalização e portanto fonte de desigualdade. O argumento invocado pelo executivo, de maior eficiência no fornecimento, não é demonstrado por nenhuma evidência nos casos em que esta opção foi tomada. Ao contrário, o encarecimento do serviço prestado é uma constante, com subidas brutais dos preços a pagar pelos cidadãos, mesmo que aparentemente nos contratos celebrados com as entidades privadas isso estivesse salvaguardado, como por exemplo no caso da Batalha, como é do conhecimento geral.

É curioso verificar que em Leiria há uma interessante troca de valores com o executivo seguindo a lógica de privatizações do governo, e o partido majoritário que apoia o governo votando contra. O Bloco de Esquerda saberá honrar os compromissos que assumiu e por isso bater-se-á por uns serviços públicos de água competentes, transparentes e funcionais, dotados dos recursos necessários e de forma a garantirem o acesso de todas as pessoas à água potável independentemente da sua condição económica e social.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

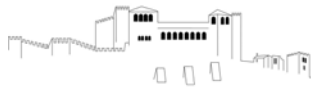
Muito obrigado senhor Deputado.

Senhor Deputado José Francisco. Não me levará a mal que lhe diga que o tempo do seu partido já foi excedido em três minutos.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

Boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, senhores jornalistas e todos os presentes.

Vou ser muito sucinto. O senhor deputado José Peixoto obrigou-me a "*roubar*" mais trinta segundos para lhe dizer que, em nome do CDS e da nossa actual Ministra do Ambiente, obviamente que a doutora Assunção Cristas ter-se-á, durante o último ano e meio, inteirado – eu sei porque falámos – do problema da ribeira dos Milagres, assim como da linha do Oeste, tendo-nos pedido apoio e juntámos algumas assinaturas nesse sentido. Terá feito as diligências possíveis, não na



comunicação social, e portanto admito que o senhor deputado José Peixoto não tenha conhecimento disso. Tê-las-á feito, talvez não com o mesmo efeito do que se o tivesse feito para a comunicação social. Teremos que lhe dar um *"estado e um tempo de graça"* pois presumo que não tenha ainda lido uma grande parte de tudo o que tutela mas vamos dar-lhe o benefício da dúvida, e tenho a certeza que será positivamente surpreendido. O que ela fez - sei que fez e tenho conhecimento disso - as diligências que tomou não as terá feito em público, o que não quererá dizer que tenha estado parada. O nosso mal é talvez quereremos fazer tudo publicamente e acabamos por só *"soprar ao vento"* e não fazemos nada.

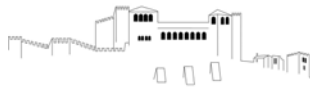
Senhor Presidente, relativamente aos estacionamento e ao trânsito, integro a comissão de trânsito e sei que o vereador responsável tem apresentado boas intenções relativamente à gestão do trânsito e à mobilidade na cidade, obviamente com os constrangimentos com que se depara agora em termos financeiros. Mas gostaria de saber da parte do senhor Presidente qual a sua opinião relativamente à forma abusiva como a cidade aos poucos se vai rendendo ao estacionamento selvagem e às dificuldades que as pessoas têm para sair das suas garagens, das suas casas, para atravessar passadeiras, para que as cadeiras de rodas não possam atravessar e ainda a falta de vigilância. Já interpelei a Polícia de Segurança Pública diversas vezes e a resposta dos polícias que vigiam na rua é de que não têm efectivos para estarem em todo o lado ao mesmo tempo. Mas não os vejo nem em todo o lado nem em poucos lados! Já começo a ver é muito poucos e sei que ao trânsito não bastará a muito boa vontade e as boas intenções do senhor vereador responsável. Precisarás certamente do apoio de toda a Câmara e de todos nós, em actos de cidadania, fazendo cada um o que lhe cumpre. Temos um exemplo que me parece excelente – um pouco a norte, em Pombal – a forma como o Presidente Narciso Mota tem o trânsito e o estacionamento organizado em Pombal. Sei, pelo que tenho assistido nas reuniões da comissão de trânsito, que há muito boas intenções. Mas gostava de saber da sua parte, senhor Presidente, o que fará para viabilizar as medidas que nos permitam estar melhor na cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.



DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Senhor Presidente e distinta Mesa, a todos muito boa noite, senhor Presidente da Câmara e distintos vereadores, os meus melhores cumprimentos. Senhores deputados e respectivos Presidentes de Junta e um cumprimento especial ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa e aos respectivos fregueses aqui presentes, que honram com a sua presença esta Assembleia Municipal. À distinta comunicação social, que tem a paciência de nos aturar nestas jornadas de trabalho muitas vezes não compreendidas, o que motiva aqueles editoriais que, por vezes, não reconhecem o trabalho que é feito aqui, mas isso são outras águas.

A minha intervenção - neste caso concreto - tem dois pontos muito rápidos. O primeiro é para exprimir a minha satisfação pelo facto de dois deputados desta Assembleia Municipal serem neste momento deputados à Assembleia da República, representando o nosso distrito. A doutora Odete João pelo Partido Socialista e a deputada Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, que assumiu desde esta semana as funções de deputada. São motivo de esperança para o nosso concelho, esperando que possam, com o seu contributo (porque é de todos reconhecida a sua capacidade) para que esta presença do concelho de Leiria também na Assembleia da República possa ser profícua.

O segundo aspecto que queria falar tem a ver com a segurança. Já aqui foi hoje sublinhado que há zonas no nosso concelho que estão um pouco abandonados em matéria de segurança. Queria deixar só uma pergunta, que tem a ver com o que chamo "*as bolsas de terra de ninguém*", ou seja, aquelas zonas do concelho em que não se sabe bem se pertencem à PSP ou à GNR. Também nas zonas urbanas tal acontece, aquelas zonas urbanas onde não passa ninguém ou, pelo menos, ninguém dá por elas. Vou falar num espaço que se situa dentro da cidade de Leiria e que me preocupa porque diariamente ali passo e vejo, dia a dia a degradação. Estou a referir-me á zona das galerias São José, na Avenida Marquês de Pombal, em que quem desce do primeiro andar das galerias para o interior dos prédios, há umas escadas que, para além de estarem todas grafitadas, encontram-se actualmente a ser utilizadas como um autêntico (perdoem-me a expressão) "*urinol público*", com a presença permanente de pessoas que não me parece estarem ali a construir rigorosamente nada. A minha pergunta é no sentido de saber se aquele espaço está sujeito á vigilância pública ou se é um espaço privado. Se assim for

deverão ser notificadas as pessoas que supostamente o administram. O que é facto é que no interior dessa zona plantou o Ateneu - há uns anos - umas árvores que se encontram completamente ao abandono e é importante saber a quem pertence para que esta não seja uma terra de ninguém. Tem uma zona comercial e é um local onde existe um notário que exerce a sua actividade pública e devemos ter atenção a estas circunstâncias.

Para finalizar quero saudar a Freguesia do Souto da Carpalhosa por, já aqui vimos hoje, ter tantos políticos ao nível do concelho oriundos da freguesia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Patrícia Ervilha, a quem peço desculpa porque entretanto saltei o seu nome inadvertidamente.

DEPUTADA PATRÍCIA ERVILHA (PS)

Patrícia Ervilha, Partido Socialista.

Exmo. senhor Presidente da Mesa, Exmo. senhor Presidente da Câmara, minhas senhoras e meus senhores.

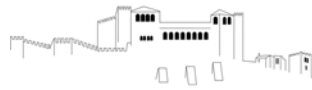
Muito boa noite, antes de mais.

Peço hoje a palavra naquela que será eventualmente uma sessão delicada pela natureza dos temas, pela crueza dos números, pelas dificuldades conhecidas e reconhecidas por todos.

E faço-o precisamente para contrabalançar aspectos menos agradáveis com outros que me parecem importantes realçar.

Uns de iniciativa deste executivo, outros de continuidade com o executivo anterior, todos representam - no meu entender - melhorias na qualidade de vida dos Leirienses e esse é um objectivo central num concelho que se pretende de e com futuro.

Inevitavelmente começo pelo castelo de Leiria. O castelo foi devolvido à cidade e aos cidadãos. Diversas são as suas utilizações: teatro, música - da clássica à gótica (para todos os gostos), festas, jantares, recriações de cariz lúdico pedagógico, ioga, entre muitas outras. O castelo é agora utilizado por diversas entidades, do público aos privados, das associações às empresas, numa pluralidade de actividades. Acima de tudo, o castelo é hoje repovoado de gente que ali acontece e esse é que me parece ser o aspecto mais importante! Mais ainda, o castelo - através do já famoso Festival Entre Muralhas - permite que centenas de jovens e menos jovens se



desloquem para Leiria, durante três dias, com todos os benefícios económicos que isso representa para o comércio e serviços locais, com todos os benefícios turísticos de recolocar Leiria no mapa dos pontos nacionais de interesse.

Do castelo ao centro histórico, onde também habito e onde também tenho sofrido algumas das dificuldades das obras mas penso que os meios justificarão os fins, neste caso. A requalificação, embora difícil e sempre mais longa do que os seus utilizadores desejariam, prossegue e é já visível na chamada zona Alta uma clara melhoria que beneficia muito quem lá habita, quem lá trabalha ou quem simplesmente usufrui do espaço para lazer. Mas não é só na zona Alta do centro histórico que se requalifica: de Santo Agostinho ao Rossio, passando pelo Jardim Luís de Camões. Este último parece-me um exemplo claro da forma como uma intervenção muito simples pode alterar a percepção do espaço, a percepção de segurança, a percepção estética, abrindo e aproximando espaços que outrora pareciam fechados em si mesmo. E todos recordamos que passar naquele Jardim à noite, há três ou quatro anos atrás, não era muito agradável. Hoje é possível fazê-lo. O Jardim Luís de Camões representa agora um contínuo não só geográfico mas também percebido entre o rio e a Praça Rodrigues Lobo.

Passamos também pelo MIMO ou pelo Moinho de Papel com programações atractivas para públicos diversos, espaço que também vai sendo apropriado pelos cidadãos, nomeadamente, ou por exemplo, pelas escolas públicas que aí acorrem.

E inevitavelmente chegamos ao rio, às suas margens que, para além da óbvia e natural beleza, representam hoje o maior espaço de lazer e desporto da cidade. Os munícipes de Leiria já se apropriaram destas margens e fazem delas o maior e melhor usufruto, promovendo um estilo de vida saudável dentro da cidade, praticando desportos diversos e dando a estes espaços usos tão diferenciados como também diferentes são os grupos sociais que aí se encontram.

Referir ainda iniciativas como o “Shop On” que, para além de promover o pequeno comércio, mais uma vez habita a cidade de gentes que circulam pelas ruas de forma absolutamente inter-geracional.

Ao nível social, embora seja ainda cedo para avaliações, não podemos descurar a recente iniciativa promotora da integração profissional e social dos chamados arrumadores, reintegrando-os através do valor do trabalho.

Muito estará por fazer com certeza mas também muito está já feito. Para mim, são absolutamente relevantes as novas formas de apropriação dos espaços citadinos, não da exclusiva responsabilidade do executivo mas sempre apoiadas por este.

A cidade é dos munícipes e para os munícipes, por isso, ver as gentes a habitarem os espaços - a construí-los e a reconstruí-los - a repovoá-los nas mais diversas actividades é por si só uma vitória para o nosso concelho.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, com um período máximo de dez minutos que agradecia não esgotasse.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente, senhores deputados, membros da mesa, colegas de vereação, público, órgãos de comunicação social.

Começo por saudar o Presidente da Junta e os restantes membros do executivo aqui presentes da Freguesia do Souto da Carpalhosa. Tem sido um prazer trabalhar também com eles e, naturalmente a realização desta Assembleia Municipal permitirá – seguramente – um novo olhar sobre os problemas que aqui são elencados.

Vou só dar uma pequena nota em relação ao saneamento, para dizer que está prevista uma segunda fase e relativamente ao Centro Educativo comunicar que já adquirimos o terreno e vamos ver qual é o comportamento das finanças municipais, que vão entrar em debate, para depois percebermos a oportunidade deste tipo de obras. No mesmo sentido abordou o deputado José Alves estes problemas.

Senhor professor Manuel Antunes queria dizer-lhe que não há desnorte da Autarquia nas relações SAD e Leirisport. Desnorte houve antes e vamos ver daqui a pouco onde nos conduziu esse desnorte! Há um contrato assinado entre as partes que caiu em incumprimento e antes de acabar o campeonato foram feitas diversas notificações – pela informação que tenho - pela Leirisport, para solver a dívida que havia. Passado o prazo adequado, e face á falta de resposta, a Leirisport moveu uma acção judicial para ser ressarcida quer do montante em dívida quer da eventual indemnização constante do respectivo contrato. Sobre a insinuação de boatos sobre almoços, não faço a mínima ideia do que se está a referir! Não tenho mesmo a mínima ideia do possa estar a referir! Se houve conferência de imprensa de manhã, de vereadores e de deputados municipais do lado do PSD, não vejo porque não poderia haver - para esclarecimento de algumas situações que tinham ocorrido na véspera da reunião de Câmara – ou porque razão não era oportuno

realizar uma conferência de imprensa para clarificar alguns assuntos que podiam não ter, porventura, sido bem esclarecidos.

A propósito da intervenção da senhora Deputada Sílvia Lopes, a segurança dos peões, passeios, o centro educativo... estamos com o mesmo problema. Não é só uma situação da Freguesia do Souto da Carpalhosa. Infelizmente são questões de todo o concelho, para as quais é fundamental haver recursos financeiros para podermos dar resposta adequada.

No que respeita á intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, Manuel Cruz, naturalmente que quando se tem de transferir dinheiro para a Leirisport para solver as suas necessidades, obviamente tem de sair do mesmo sítio por onde sai para as juntas de freguesia. Temos tido o cuidado de, e quanto aos mínimos de garantia, nomeadamente quanto aos vencimentos dos funcionários da Leirisport, transferir sempre o respectivo montante para evitar que haja qualquer prejuízo relativamente aos funcionários daquela estrutura.

Quanto ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca, Hilário Estrada, aproveito o ensejo para lhe dizer que partilho inteiramente do seu voto de louvor ao senhor Padre Cabecinhas, novo reitor para o Santuário de Fátima. É uma honra para o concelho de Leiria que um dos seus filhos tenha assumido tão nobres funções.

Relativamente ao enunciado pelo senhor deputado Domingos Carvalho, não sei se será culpa de falta de barreiras arquitectónicas ou se da parte dos utilizadores deverá haver algum cuidado. O percurso é aquele e atravessa uma estrada com algum movimento. Poderemos fixar uma placa de alerta mas penso que todos os utilizadores daquele espaço sabem o que têm pela frente e deverão agir com cuidado.

Quanto à situação relativa ao trânsito na rua Paulino da Costa Santos, vamos verificar o que se passa.

No que concerne á Fundação Mário Soares, decorre há muitos anos a existência de um protocolo de apoio às actividades desta Fundação, no valor de – no início do ano – três mil setecentos e cinquenta euros mensais. No âmbito dos cortes que efectuámos para todas as associações, reduzimos aquele apoio para três mil euros mensais. Não tenho qualquer problema em propor novo corte se houver necessidade de o fazer em igualdade de tratamento para com todas as outras associações e colectividades.

Sobre a intervenção da senhora deputada Fátima Sismeiro, quero dizer-lhe que sabemos qual é o problema mas também para a informar que neste momento há quinhentos pedidos no concelho para habitação social. Temos bairros conhecidos, alguns deles da titularidade da Autarquia, que estão em avançado estado de degradação e o nosso esforço tem sido no sentido de aos poucos tentar recuperar pelo menos aqueles. Saliento que há quinhentos pedidos de habitação social no concelho de Leiria. Entendo e concordo plenamente que este assunto deverá merecer a nossa reflexão.

Sobre as questões colocadas pelo senhor deputado Carlos Duarte, já foi aqui respondido pela senhora deputada e Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo. Trata-se de uma opção não só da Junta de Freguesia mas também da associação de pais.

Relativamente ao abordado pelo senhor deputado José Peixoto, já foram explicadas várias vezes a razão porque estão a ser executadas várias obras em simultâneo! A questão foi mesmo o "*timing*" para tentarmos cumprir os prazos. É óbvio que as obras têm de ser feitas e conhecemos os transtornos pontuais que causam nos locais onde decorrem, mas penso que valerão a pena os sacrifícios por que estão a passar para que aquelas obras se concluam a breve prazo e que sejam uma mais-valia para a cidade.

Acerca da intervenção do senhor deputado José Francisco, tenho a dizer que o problema dos estacionamento é um duplo problema! Porquê? Porque é um problema de défice cultural que existe por parte dos automobilistas e um problema também das forças de segurança pública, que não actuam da forma que gostaríamos que actuassem. Acima de tudo, o que está aqui em causa é o tremendo défice cultural dos automobilistas que não agem devidamente, que lesam muitas vezes o próprio espaço público e que prejudicam os munícipes. São actos como estes que urge por cobro! As novas vias que se encontram em obra e em curso obrigam à colocação de pilaretes, os quais poderão ser inestéticos mas irão permitir resolver algumas destas questões e obrigar a maior respeito por parte dos automobilistas, pois que muitos deles querem levar a viatura para dentro dos estabelecimentos, o que não é possível.

Acerca da questão colocada pelo senhor deputado João Cunha, aquele espaço das Galerias São José é uma grande preocupação. Penso que pertence ao domínio privado e já encetámos conversações com o responsável, o qual tentou isolar o espaço colocando uma porta de vidro – que até já se encontra partida – e que não

resolveu em nada o problema. Vamos tentar - em conjunto com a administração do condomínio - arranjar uma solução para sanar aquele espectáculo degradante que está à vista de todos.

Finalmente quanto à intervenção da senhora deputada Patrícia Ervilha, veio aqui dar conta de que nem tudo é negativo. Também é bom que isso seja registado porque, na verdade, se há muito para fazer e muitos problemas para resolver também algumas coisas boas vêm sendo prosseguidas e concluídas.

Senhor Presidente se faz favor.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Agradeço-lhe o facto de ter acedido ao meu pedido e não ter esgotado o tempo.

Está terminado o período de antes da ordem do dia. Gostaria de sublinhar o facto, e que serve como exemplo – creio eu – para posteriores sessões, de que cumprimos o tempo e todos os que estavam inscritos falaram sem haver necessidade, inclusive, de me obrigar a cortar a liberdade de expressão fosse a quem fosse. Acima de tudo cumprimos o que está estabelecido na Lei e no Regimento, o que não pode deixar de ser sublinhado e motivo de satisfação para todos nós. Passamos, uma vez que não houve propostas para submeter a votação, ao período da ordem de trabalhos.

Senhor deputado Carlos Guerra, pode sim, faça favor.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Venho propor a retirada do ponto número dois da ordem de trabalhos. Só se o senhor Presidente aqui esclarecer ou nos indicar – não sei se o mapa poderá funcionar – porque com a deliberação não vieram nem as inscrições de reforços nem as diminuições e anulações para esta revisão. Deve ter sido um lapso. Não sei a que se refere este valor de três milhões e setenta mil euros. Pode ser uma coisa muito simples que nos indique... não sei se o mapa poderá funcionar ou não.

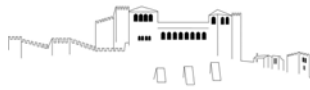
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado Manuel Antunes pretende também propor uma alteração á ordem de trabalhos.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Muito obrigado Senhor Presidente.



O senhor começou por alertar-nos para as dificuldades de cumprimento da agenda desta reunião, que a nós também parece muito extensa e por isso, mais uma vez, peço que se reveja a metodologia de construção da agenda de trabalhos.

Queríamos propor, tendo em conta que muito provavelmente não vamos conseguir discutir todos os assuntos neste dia, que se agendasse uma reunião extraordinária – que não seria a continuação desta Assembleia - para nela incluir e discutir essencialmente o ponto número seis, que me parece ser um ponto cuja discussão merece uma dignidade diferente dos restantes pontos. Esta inclusão parece desvalorizá-lo no meio de aspectos meramente administrativos.

Por outro lado, os documentos fornecidos em relação a este ponto, e estou a falar em relação ao projecto de privatização das águas, são – em nossa opinião – insuficientes e embora reconheça que foram enviados no tempo previsto por Lei, não o foram em tempo para os estudar convenientemente. De facto também nos parece que a proposta é fundamentada apenas num estudo preliminar. Este assunto ocorreu muito subitamente! Até nos parece que o assunto “estádio” serve um pouco para “tapar” a nossa visão sobre este assunto que é extremamente importante! Sugerimos assim que se retire este ponto da ordem do dia e de trabalhos e que se convoque uma reunião extraordinária para discutir este ponto específico e onde também se poderia incluir os restantes pontos (os últimos pontos da agenda de hoje) que, eventualmente não venham a ser discutidos durante esta Assembleia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor Deputado pede a palavra para? Se é sobre este assunto não lhe vou dar a palavra. Está feita a proposta que depois será discutida se for caso disso. Há duas propostas sobre a mesa. Peço licença aos senhores deputados para convidar os dirigentes dos vários grupos a virem à mesa para acertarmos a questão. É uma tentativa minha para resolvermos este problema.



A sessão foi interrompida e retomada logo de seguida, após reunião com os dirigentes dos partidos.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhoras e senhores deputados, peço a vossa atenção por dez segundos! Esta espécie de conferência de líderes, é assim que parlamentarmente se chama, teve

como consequência o facto de o Partido Socialista, face a uma proposta formulada pelo PSD, pedir cinco minutos para deliberarem sobre o assunto. Entendemos em conjunto que seria mais prático – nesse caso – antecipar-se já o intervalo previsto para o lanche, que demorará no máximo vinte minutos, o que significa que termina às onze horas e treze minutos. Retomaremos os trabalhos a seguir, já com a decisão da conferência de líderes.



A sessão foi interrompida para a realização do lanche.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, vamos retomar a sessão e agradeço que ocupem os vossos lugares. Parece-me que a sala está composta e acredito que com quórum. Peço aos senhores secretários que façam o favor de conferir. Senhores deputados, a Assembleia tem quórum.

Gostaria de comunicar que o que se passou naquela breve reunião de dirigentes dos grupos foi a apresentação, por mim, de uma proposta alternativa no sentido de conciliar posições. Propus que o ponto dois e o ponto seis passem, respectivamente, para primeiro e último ponto da ordem de trabalhos. Como acredito que não é possível esgotar a ordem de trabalhos até à uma hora da manhã da sessão de hoje, isso significa que o ponto seis não será discutido hoje mas sim na reunião de continuação a realizar segunda-feira.

Entretanto os grupos reuniram e comunicaram-me as suas decisões... isso agora não vem ao caso, e face á troca de impressões havida, o Partido Social Democrata decidiu manter a sua proposta.

Assim, o que se vai votar - uma vez que a minha proposta não foi apresentada no tempo certo como alternativa - e considerando que o senhor deputado Carlos Guerra da CDU retirou as suas objecções em relação ao ponto dois porque o senhor Presidente da Câmara lhe comunicou que tem uma explicação simples e rápida, o que levará a que o assunto se resolva na sessão de hoje e sem haver necessidade de alteração da ordem de trabalhos. Subsiste a questão do ponto seis. O que colocarei à votação – não vou discutir a retirada do ponto porque senão nunca mais daqui saímos – mas admito dar a palavra ao PSD novamente... o que colocarei à votação é a proposta do PSD de retirar totalmente o ponto seis da ordem de trabalhos e, na sequência, o PSD requererá uma sessão extraordinária uma vez que tem o direito de o fazer. Não vamos gastar o tempo em questões formais!

Senhor deputado Vítor Lourenço.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Senhor Presidente, prometo ser breve.

Boa noite a todos! Cumprimento desta forma todos os presentes.

A nossa proposta de agendamento deste ponto das águas para uma reunião extraordinária fundamenta-se em duas simples razões fundamentais e muito essenciais. Julgo que a importância que o assunto tem para a vida e para o futuro do concelho é reconhecida por todos! A dignidade de que esta Assembleia deve ser revestida, a de tratar de igual forma um assunto desta importância - como o tratou igualmente a Câmara Municipal, em que o Senhor Presidente tratou este assunto numa reunião extraordinária da Câmara Municipal – julgo que é, de certa forma, uma indignidade para os membros desta Assembleia Municipal e um desprezo para o assunto mantê-lo numa sessão com a dimensão de pontos que esta Assembleia tem. E repito! Dada a substância do assunto e a importância que tem para o futuro do Concelho, este deve ser muito meditado, muito bem pensado e muito fundamentado em dados, como o senhor professor Manuel Antunes já salientou.

Por estes motivos gostaríamos então de manter a nossa proposta e de alertar os senhores deputados para este argumento, esta razão da invocação de uma Assembleia extraordinária para o ponto das águas/SMAS, incluindo eventualmente os pontos que sobrarem desta sessão.

Muito Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Está fundamentada a proposta do PSD. Não vou rediscutir esta questão! É uma questão de forma e não de conteúdo. O proponente fundamentou a proposta e esta trata-se de um pedido de alteração da ordem de trabalhos. Não vamos “gastar” a sessão a discutir uma proposta de alteração da ordem de trabalhos! Essa é uma técnica que seria prorrogar até à uma da manhã. Não vamos fazê-lo! Vou colocar a proposta à votação... o senhor deputado pede para intervir em relação a este assunto? Fará o favor de vir ao microfone fazer a proposta.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

Boa noite novamente.

A proposta que pretendia apresentar corrobora a anterior mas com um argumento que me parece muito importante. Este assunto merece ser ponderado, bem discutido e bem fundamentado! A literatura que nos foi disponibilizada, em tempo

útil, não me revejo e tenho uma série de questões a colocar que levariam algumas horas. Não vou exemplificá-las pois não é o momento mas trata-se de uma nota preliminar de um processo de intenções. Há muito mais a dizer pois cada um daqueles parágrafos podem encher páginas! Tenho muitas questões - até do ponto de vista técnico - a colocar, como por exemplo como serão devolvidos ao Município tudo aquilo que for concessionado. Por essa razão apoio obviamente a proposta do PSD.

E ainda uma outra questão... Acho que este assunto não deve ser votado apenas por maioria como sua viabilização. Este assunto deve ser legitimado quase por unanimidade! A responsabilidade de tomada de uma decisão destas não pode ficar em meia dúzia de mãos, ou apenas de um partido e deve ser uma responsabilidade repartida pelo número máximo possível de pessoas envolvidas na decisão. É por isso que este assunto deve ser discutido com dignidade, com tempo e com as pessoas capazes de dar todas as respostas necessárias. Não me parece que a continuação desta Assembleia o assegure, até porque se tem que ser feita em cinco dias úteis, em data posterior a esta Assembleia, vai cair novamente a meio da semana e todas as pessoas têm a preocupação - a dada altura da noite - de que no outro dia têm de trabalhar! Reafirmo que não me parece, de forma alguma, que a continuidade desta Assembleia assegure a tal dignidade que pretendemos para este assunto.

Proponho então uma Assembleia extraordinária só para este ponto, o que permite avançar mais uns dias.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

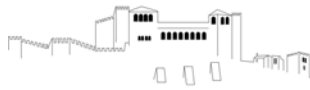
Vou colocar à votação a proposta apresentada pelo PSD no sentido de ser retirado da ordem de trabalhos o ponto número seis. Ficou claro? Esta é a proposta que será posta á votação. O restante será consequência do resultado da votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com trinta e dois votos contra e trinta votos a favor, rejeitar a proposta apresentada pela bancada do PSD.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Saliento que foi efectuada uma contra-prova.

Senhor deputado António Sequeira para fazer uma declaração de voto. Peço-lhe que seja breve.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Boa noite a todos.

Nesta pequena intervenção não vou proceder aos cumprimentos habituais mas fá-lo-ei daqui a pouco.

Concordamos com a maioria dos argumentos aduzidos pela proposta do PSD. Trata-se de um assunto muito importante e que merece toda a nossa ponderação. Daí que se justifique perfeitamente que seja efectuada, inclusivamente, uma sessão só para este assunto. Pensamos é que não perde dignidade por ser efectuada em continuação desta sessão e não com uma sessão autónoma. O que se poderia conseguir, efectivamente, era mais tempo para estudarem os dossiers. No entanto, tenho a impressão de que foi dado o tempo regimental pois não houve reclamação nenhuma em relação a isso. Temos ainda mais este fim-de-semana – mais um dia ou dois – e acho que há tempo para, quem ainda não se inteirou completamente sobre o assunto, o poder fazer. Por essa razão e não só, até pela questão financeira na convocação de uma nova Assembleia (temos que ter também em conta esse aspecto) pensamos que a nossa votação tem sido a mais correcta.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha, para uma declaração de voto, a quem também peço que seja breve pois as declarações de voto têm que ser breves.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Ficou aqui demonstrado que esta pressa inusitada de que a Câmara tem em discutir um assunto desta natureza com esta ligeireza e sem que o mesmo seja devidamente compaginado com os documentos que, no nosso entender, deveriam acompanhar a discussão deste assunto. Quero também, e principalmente, salientar que como tomou posse recentemente o novo governo, certamente que sobre a política das águas irá ter alguma coisa a dizer. Parece-nos precipitado estar a discutir o tema que hoje aqui nos trás, devendo ser discutido noutra altura e com outros dados para podermos olhar para ele com "*cabeça tronco e membros*".

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos Carvalho eleito pelo CDS - Partido Popular.

Senhor Presidente, onde estou não tenho a mesma perspectiva que o senhor tem da sala, embora os "*timings*" de levantar as mãos – já constatei – podem não ser os mais consentâneos com a realidade. Fica o meu respeito pela decisão da mesma, como é óbvio e como sempre.

A minha declaração de voto sobre esta matéria tem a ver com o facto de em 1999 ter proposto ao executivo da Presidente de Câmara de então que deveria ser feito um estudo, em comissão a criar para o efeito, para a privatização da gestão... repito, da gestão de distribuição de águas no Município de Leiria. Na altura foi-me respondido pela senhora Presidente, que quando o PSD pensasse nesse assunto seria debatido. Está nas actas da Assembleia Municipal. Tenho pena que não seja assim! Afinal acabou por ser o Partido Socialista quem vai determinar esse debate. Mas o que gostava de dizer é que me parece que esta matéria é de tal relevância que seria – e deixo a proposta ao senhor Presidente – francamente interessante. E falo assim porque o senhor Presidente já teve a oportunidade de receber alguns contributos da minha perspectiva sobre esta questão. Acho que o modelo que está a ser apresentado pode ser magnificado e pode ter contornos de maior importância, aspectos que podem ser melhorados e acho que seria de grande interesse municipal que, não em termos de Assembleia mas em termos de estudo prévio desta questão – ser realizada uma Assembleia Municipal... sugiro o Teatro Miguel Franco, em que debatêssemos as matérias que a Câmara tem a apresentar e os contributos que os elementos da Assembleia e cidadãos do concelho queiram dar. Acho que esta é uma matéria que inequivocamente merece um debate público, o que não está a acontecer! É por isso que devia haver tempo sobre esta matéria, para maturar e colhida de madura! Acho que a poderemos colher verde, e isso pode fazer mal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Peço aos senhores deputados que não convertam as declarações de voto em intervenções!

Faça o favor senhor Deputado José Francisco.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS PP)

Ao senhor Presidente e a todos venho manifestar o meu voto a cerca da concessão das águas a trinta anos. Parece-me...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado peço desculpa por o interromper, mas o senhor não pode pronunciar-se sobre o assunto mas apenas sobre a sua retirada ou não da ordem de trabalhos.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS PP)

Senhor Presidente, convido-o a retirar o assunto da ordem do dia porque o que temos são estudos preliminares. Recuso-me a opinar favoravelmente, apesar de achar interessante algumas sugestões que aqui estão, recuso-me a votar favoravelmente...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado perdoe-me - não quero ser indelicado - mas o senhor deputado está a ser extemporâneo! Essa proposta foi efectuada e rejeitada pela Assembleia, não temos mais nada a dizer.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

Senhor Presidente, está transmitido - de qualquer das formas – fica o convite.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Face ao resultado desta votação, tenho uma proposta a apresentar, a qual apresentei aos vários dirigentes das várias bancadas. Não a apresentei em alternativa pois não o fiz no momento em que o senhor deputado Manuel Antunes apresentou a sua proposta. A minha proposta é no sentido de que o ponto seis passe para o último ponto da ordem de trabalhos. Se me perguntarem qual a razão... como acredito que esta sessão não se conseguirá concluir hoje, isso adiará a discussão do ponto seis para a conclusão desta sessão. É esta a minha proposta. Sim... se formos breves, tal como aconteceu com a outra, nem sequer a defenderei.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Atirar este ponto para último da agenda é retirar-lhe ainda mais importância e dignidade. Por isso e já que aqui estou, terminando, faço minhas as palavras do senhor deputado do CDS e peço que o senhor Presidente da Câmara entenda aquilo

que se passou aqui como uma contagem muito igual, que retire este ponto e dê - a nós e aos munícipes - a oportunidade de o debater com dignidade.

Muito Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Vou manter a proposta. Obviamente que o senhor Presidente da câmara poderá retirar o ponto daqui até ao final da sessão pois está previsto regimentalmente. O senhor Presidente da Câmara tem o poder de retirar o ponto até ao momento em que o mesmo comece a ser discutido.

Posto isto vou colocar à votação.

Se faz favor senhor deputado, não posso retirar-lhe a palavra mas chamo a atenção de que estamos a fazer aquilo que não queremos!

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, PS.

Para ser coerente com aquilo que disse, penso que a proposta do senhor Presidente, ou então utilizando este subterfúgio – digamos assim – da capacidade que o senhor Presidente tem de o retirar, que era passa-lo para último da ordem de trabalhos com a garantia absoluta que não seria discutido hoje. Penso que assim a dignidade é reposta! Será o primeiro e provavelmente o único da próxima reunião.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Os senhores deputados perdoar-me-ão! O ponto seis passará para último da ordem de trabalhos. Não tenho que fazer nenhuma consideração! Do meu ponto de vista não lhe retira nenhuma dignidade por uma simples razão, que foi o facto de que justifiquei porque é que fazia a proposta! Porque acredito que dessa forma não é discutido hoje e foi só por isso. Pode ser o primeiro a ser discutido na próxima sessão se a Assembleia assim o decidir.

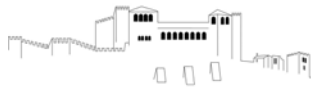
Repito, a minha proposta é para que o ponto seis passe a último ponto da ordem de trabalhos. Mantendo o mesmo princípio, vou perguntar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria, com trinta e três votos a favor e vinte e seis abstenções, aprovar a proposta apresentada e retirar o ponto seis da ordem inicial para último ponto da ordem trabalhos.



ORDEM DO DIA

1. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO - Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela n.º Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Quem pretende usar da palavra?

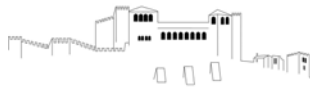
Senhor deputado João Cunha, por favor.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Só para colocar três questões ao senhor Presidente de Câmara a propósito do relatório. Na página 18 consta, a determinada altura, a propósito do apoio técnico de desenho o seguinte: " *Elaboração de peças desenhadas e outros documentos complementares, realização de impressões e conversão de ficheiros*". A seguir menciona a planta de localização da rodoviária à escala de um para cinco mil e um para mil e quinhentos. A primeira pergunta que coloco é no sentido de saber se estamos a falar da actual localização da rodoviária ou se diz respeito a outro espaço para futuras instalações da mesma. A segunda questão tem a ver com a página setenta e dois do seu relatório, em que refere - no projecto *informações diversas* - a informação numero quatro de 2011 da DIAU, em que fala da informação prestada ao Tribunal de Contas na sequência de recomendações formuladas no relatório de auditoria horizontal às transferências para as financeiras – provavelmente falta aqui alguma palavra – considerados por área e entidade. Pergunto se esta informação pode ser enviada aos deputados municipais para tomarem conhecimento do conteúdo da informação prestada sobre esta matéria. A última questão é também referente à página setenta e dois – última linha – que refere, a propósito do memorando de entendimento assinado pelo governo português com a famosa Troika, a elaboração do mapa síntese com a calendarização e identificação de medidas especialmente destinadas à administração local e às empresas do sector económico empresarial do Estado. Pergunto se este mapa foi elaborado pela própria Câmara e se é possível dele ter conhecimento.

Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS - Partido Popular.

Senhor Presidente, permita-me apenas um pequeno ponto prévio. Só gostava de dizer, com o respeito que o senhor Presidente sabe que tenho por si, que as declarações de voto têm tendência – num caso destes - a tornarem-se a defesa de uma posição ou uma intervenção porque deveríamos ter tido o debate da proposta e nele toda a gente devia ter a possibilidade de apresentar os argumentos pró e contra e só então fariam a declaração de voto. Como tal não aconteceu, obviamente que tem que existir a tentação de fazer da declaração de voto a justificação.

Vou então entrar no ponto que gostava de aqui trazer. Curiosamente, sabendo de antemão qual vai ser a justificação do senhor Presidente – e seguramente não o ponho em causa – mas a intervenção da senhora deputada Patrícia Ervilha foi a "*cerejinha em cima do bolo*"! Aquela intervenção deu-nos nota – e tenho um enorme orgulho em falar desta questão numa freguesia do nosso concelho - da imensidão de obras que está a decorrer na cidade de Leiria, na freguesia de Leiria! O relatório financeiro da Câmara Municipal diz-nos – na página nove – que as transferências correntes para as freguesias, no período em análise, foram de setecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos, crescendo 464% (quinhentos e cinquenta e seis mil euros) face ao período homólogo do ano anterior. Diz-nos depois que do total das transferências de capital, duzentos e vinte e um mil duzentos e sete euros e trinta e nove cêntimos são transferências para as freguesias, o que representa uma diminuição de 80% (menos oitocentos e setenta e um mil, cento e quarenta e quatro euros e cento e vinte e cinco cêntimos) face ao período homólogo anterior. E é isto uma preocupação! Tendo eu concorrido nas eleições autárquicas que aqui nos conduziram, pelo CDS - Partido Popular, tenho pena de não ter visto até agora nenhum Presidente de Junta falar! As obras da cidade de Leiria são extremamente importantes mas sempre defendi, enquanto autarca, que num concelho... o dia da cidade de Leiria é o dia do concelho de Leiria! E neste momento, a quantidade de obras a decorrer na cidade de Leiria é, na minha perspectiva, uma afronta a todo o Município – que tem carências tremendas – e onde vejo, na cidade de Leiria, serem

arranjados (por exemplo como foi referido numa Assembleia Municipal) o separador central da Avenida Marquês de Pombal, porque - enfim - foi um acrescento! Eu, que vivo numa freguesia limítrofe à sede do concelho, sinto que não está correcto! Não é esta a democracia que quero! Isto não pode ser encarado com tranquilidade por nenhum munícipe deste concelho!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Vou pronunciar-me relativamente ao relatório financeiro. Se há gente que tapa os ouvidos quando ouve o "fado" em dificuldades financeiras – e hoje já o ouvimos muitas vezes – e se muitos como nós dizem que isso, tendo uma base real, é um exagero que não colhe e que só serve para tentar justificar um projecto como as privatizações e alienações e as muitas incapacidades reinantes... vem agora o relatório financeiro dar razão aos críticos! Nos primeiros cinco meses do ano, apesar dos cortes ocorridos, a receita aumentou relativamente ao mesmo período do ano passado, ainda não abrangido pelos cortes na participação do orçamento geral do Estado. E se para o mesmo período as despesas com o pessoal baixaram, as despesas com aquisições de serviços subiram de tal maneira que, somando as duas, as despesas destes agregados em 2011 foram superiores a 2010. Ataca-se os trabalhadores com o pretexto de ser a despesa corrente mas aumenta nas aquisições de serviços! São dois importantes contributos trazidos pelo relatório que, de uma penada, deitam por terra a teoria da desgraça financeira em Leiria e vários mitos muito apropriadamente disseminados.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Curado.

DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados.

Tenho uma questão muito rápida para colocar ao senhor Presidente pois fui eu que levantei este problema há cerca de um ano. Li no relatório que houve um parecer técnico sobre a manutenção e conservação das salinas da Junqueira. Pergunto

apenas o que consta desse parecer técnico, dado que foi uma questão que coloquei, e o que nos diz pois estou realmente interessado nessa questão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Câmara para, por favor, responder às várias questões.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Em resposta ao senhor Deputado João Cunha, as plantas referem-se à actual rodoviária e não há nada de novo. As informações solicitadas ser-lhe-ão remetidas. Quanto ao senhor deputado Domingos Carvalho, tenho muita pena que não tenha tido esta postura quando foram aprovadas as obras do PALOR. Já aqui foi dito várias vezes em Assembleia que a prioridade da Autarquia são as obras financiadas. O PALOR corresponde a nove milhões de euros nas obras dentro da cidade e obviamente que lhes demos continuidade. Estão na recta final e os resultados começam a aparecer agora, o que evidencia um "*disparar*" do conjunto de obras dentro da cidade.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Guerra e relativamente à página nove do relatório, tem razão quanto ao aumento das despesas com aquisição de serviços. Foi pago um milhão e quinhentos mil euros à empresa SUMA, que, como sabe, há um valor que não tem sido possível à Autarquia – e isto já vem também do passado – reduzir dentro deste contexto. Foi possível fazer um pagamento de um milhão e meio, o que fez subir logo e muito o montante da percentagem das despesas com aquisição de serviços.

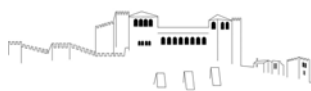
No que se refere às salinas da Junqueira, existe um relatório sobre aquelas instalações que, lamentavelmente, encontram-se muito degradadas após os investimentos efectuados. Estamos a tentar e a ver se há condições para as recuperar, até porque teve apoio de uma cidade geminada (como é conhecido) e em nada nos dignifica o que ali se passa. Temos realmente muita pena que aquela degradação tenha sido causada pela mão humana e não por força da natureza.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Este ponto é apenas para apreciação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou tomar conhecimento do relatório do Presidente da Câmara sobre a actividade do Município e relatório financeiro.



**2. VIII MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2011. I REVISÃO –
Apreciação, discussão e aprovação.**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto dois.

Peço ao senhor Presidente que preste os esclarecimentos que entender por convenientes.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Este assunto refere-se ao saldo de gerência de três milhões e setenta mil euros que, por Lei, quando é integrado nas contas do orçamento - neste caso para 2011 – terá de ser contabilizado na rubrica "*saldo de gerência*" e é uma imposição do próprio POCAL, pelo que retirámos ao montante que estava inscrito no orçamento da venda de terrenos o mesmo valor. É uma operação contabilística que decorre da própria Lei.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém tem alguma questão a colocar?

Não há. Vou colocar este ponto à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c) do número 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com doze votos contra e dez abstenções, aprovar a VIII MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2011. I REVISÃO.

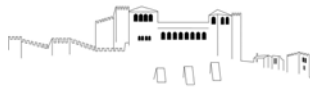
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Manuel Antunes, para uma intervenção em nome da bancada do PSD.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Manuel Antunes, PSD.

Embora não tenhamos objecções de fundo em relação a este problema, fizemo-lo por solidariedade com o voto feito durante a reunião do executivo em relação a



este ponto e por coerência com o nosso próprio voto em relação ao orçamento de que este é uma alteração.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

3. EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA 2011 ATÉ AO MONTANTE DE €3.500.000,00 – Apreciação, discussão e aprovação.

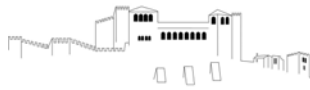
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto três da ordem de trabalhos, sobre o qual tenho um esclarecimento a prestar. O senhor deputado António Sequeira é Administrador do banco que se propõe conceder o empréstimo e teve intervenção na elaboração da respectiva proposta. Nesse sentido, o senhor deputado António Sequeira não participará nem na discussão nem no debate e não participará na votação. No momento da votação ficará registado em acta.

Senhor Presidente para apresentar por favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Neste período de Junho/Julho estão previstas a conclusão de algumas obras do PALOR. É necessário que estejam garantidos os pagamentos às empresas que intervém na construção para podermos finalizar os dossiers dessas obras sob pena – se não o fizermos – de incorrer em incumprimento. Quando esta proposta foi feita teve em conta duas situações, sendo uma delas a capacidade – no curto prazo – uma situação que é utilizada durante um ano e neste caso concreto tem que estar pago e liquidado no dia trinta e um de Dezembro. A outra posição salvaguardada, sendo necessário e havendo falta de liquidez da autarquia neste período, a garantia de termos neste período a "*janela aberta*" para podermos honrar os compromissos das obras que são objecto de financiamento comunitário. Foi nesta base que elaborámos esta proposta, mantendo a salvaguarda de que só se for necessário nos iremos socorrer deste montante, uma vez que apresentamos despesas de um conjunto de obras objecto também de financiamento comunitário, as quais ainda não foram reembolsadas e que, à data, respeitam a obras do círculo urbano da água no valor de cerca de cinco vírgula nove milhões de euros, de que foram já apresentados os respectivos comprovativos para o reembolso da parte financiada e que correspondem a quatro vírgula sete milhões de euros. Como sabem, tem havido atrasos... e foi apenas nesta perspectiva, a de estarmos salvaguardados da necessidade de podermos cumprir os "*timings*" que estão previstos. Naturalmente



que se não tivermos este reembolso na altura devida teremos que nos socorrer do empréstimo para liquidar e de seguida repor quando recebermos os montantes que aguardamos receber.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Obrigado senhor Presidente.

Senhor deputado Vítor Lourenço.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

Senhor Presidente e senhores deputados. A minha intervenção sobre este ponto tem apenas a ver com a fundamentação para que neste momento, a Câmara ainda necessite, e pela explicação dada pelo senhor Presidente da Câmara. No fundo, vou usar esta minha intervenção para questionar e lembrar aqui alguns factos que têm a ver com o processo. Como é que a Câmara, nesta data, tem necessidade de fazer um empréstimo de curta duração para ocorrer a questões de tesouraria, quando as verbas que estão para ser recebidas pela CCDR (fruto das candidaturas ao QREN) estão disponíveis desde o mês de Março? Esta é uma história que li – e penso que leram algumas explicações que foram dadas publicamente – a Câmara anterior fez uma candidatura para contratualização, em conjunto com outros Municípios, no âmbito da Comunidade Inter-Municipal do Pinhal Litoral, cuja fatia de financiamento para o Município de Leiria perfazia um total de catorze milhões e qualquer coisa euros de financiamento. A contratualização foi feita sem incluir nenhum projecto na área das águas e saneamento. Porquê? Porque as Águas de Portugal já estavam a estudar com os Municípios do Mondego até Leiria, o projecto comum de gestão das águas e iria financiar-se através do Programa Operacional Nacional – o POVT – cuja gestão de fundos comunitários as Águas de Portugal tinham acesso e não iria retirar “o bolo” a que Leiria teria direito no centro, da CCDR. Assim foi apresentada esta candidatura de projectos no âmbito da contratualização.

Quando a Câmara a que o senhor Presidente preside tomou outra opção e resolveu retirar um conjunto de projectos no valor de seis milhões setecentos e quarenta mil euros de financiamento FEDER – em deliberação de Câmara – retirando várias obras e equipamentos que estavam previstos nessa candidatura de contratualização, para candidatar-se a vários projectos na área da água e do saneamento. Julgo que não estou a dizer nenhum erro até este momento! O mapa que tenho à minha frente é o mesmo que foi presente na reunião de Câmara, onde foram alterados os projectos de contratualização. Ora, a Câmara ao candidatar-se

ao financiamento para as obras dos SMAS, foi retirar “*ao bolo*” que cabia ao Município de Leiria para outros equipamentos quando, digamos, este financiamento poderia vir por outra via.

São candidaturas feitas por este executivo, aprovadas em Fevereiro deste ano e a partir do mês de Março podiam ter apresentado documentos de despesa para ir buscar esse dinheiro. Daí a nossa estranheza! Porque é que até este momento – hoje é o último dia de Junho – e por parte do Município e da CIMPL, não se agilizaram os procedimentos administrativos – não sei quais foram – para que essas verbas não estivessem a suprir as necessidades que o Município agora tem e que evitaria, naturalmente, um empréstimo para fundos de tesouraria.

Esta é a justificação porque votaremos contra esta proposta, sabendo e realçando – do ponto de vista da Câmara - que estes empréstimos de curta duração são legais e são utilizados de uma forma autorizada pela tutela. Repito que esta é a explicação pela qual entendemos que houve alguém que, pelo caminho, não tratou das coisas como devia ser e, portanto, há aqui incompetência ou o arrastar de um processo, que desde Março devia estar resolvido.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Curado. Prescinde?

Senhor Deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS - Partido Popular.

Ao contrário do PSD, irei votar favoravelmente esta proposta que tem a ver com a gestão de tesouraria e, obviamente, a responsabilidade é do executivo e não faz sentido – na minha opinião – votar contra. Há no entanto que estabelecer aqui um “*link*” com a resposta que o senhor Presidente me deu sobre a questão do investimento e onde está a ser feito. Só queria esclarecer ao senhor Presidente que na altura em que foram votados estes programas não estava previsto o corte do investimento nas freguesias. Aliás, estas candidaturas eram exactamente para permitir uma maior soltura de verbas para poder haver investimentos nas freguesias. É obvio que as coisas são o que são, mas não posso deixar de registar que estes três milhões e meio de euros, para financiar a tesouraria, vão ser feitos para ser gastos dentro da cidade de Leiria. Isso é que me parece francamente mau para todo o concelho!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Penso que todos os senhores deputados têm a oportunidade de olhar para o texto da deliberação que nos é apresentado para ser votada. Dela não consta o prazo exacto de início e se o empréstimo de curto prazo é de três meses, se é de seis meses, etc. Não consta esse dado. Iremos votar, digamos assim, um empréstimo em abstracto! De todo o modo acrescento uma outra nota. Foram convidadas a apresentar propostas sete instituições financeiras. Dessas sete apenas duas responderam. Uma dizendo que não apresentava proposta e a outra apresentando uma proposta, que é aquela que está a ser votada neste momento. Pergunto então se, perante este quadro de convite a sete instituições e só uma ter respondido com uma proposta, não teria sido lógico que no quadro das quarenta instituições bancárias que existem em Portugal, não seria de fazer uma nova "ronda" de convites para que pudessem aparecer outras propostas. A realidade é que estamos a votar a única proposta que foi apresentada, unicamente com as condições apresentadas e que foram aceites pelo Município. Não vou questionar as condições financeiras do mesmo porque isso seria enveredar por um outro tipo de análise mas, repito, tendo sido apresentada uma única proposta, porque não voltar a fazer nova "ronda" de convites a outras instituições financeiras?

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Câmara, para responder.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Vou explicar muito rapidamente o que se passou em relação a estas alterações da contratualização.

Ao senhor Deputado Vítor Lourenço, explicar que foram atempadamente efectuados os pedidos de reembolso, aos quais foram solicitados esclarecimentos sobre algumas incorrecções que havia e cujo responsável à data já não é o actual dessas candidaturas e processos. São razões que dispenso aqui de comentar mas desde essa data que estão na CCDR e no Mais-Centro as referidas candidaturas com os

montantes de obras já executadas e respectivos pedidos de reembolso. Só por via desse pedido de esclarecimentos que estão em curso – e alguns dos processos foram já devolvidos ao próprio Mais-Centro – foi o que motivou este atraso na recepção do dinheiro. Estão lá seis milhões e meio já disponíveis e temos todo o interesse em que o senhor amanhã - se for preciso um carro da autarquia - vá lá buscá-los! Assim evitamos esse tipo de trabalho e não tem problema nenhum!

Acima de tudo queria dar a conhecer que alterações é que houve na contratualização. A determinada altura, ao nível da CIMPL - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral - que é a entidade com quem foi contratualizado um conjunto de obras dos Municípios que a integram, "*tocou a sineta*" dando conta que éramos a penúltima Comunidade Intermunicipal do país em termos de taxa de execução! Como o que estava em causa era a bolsa de mérito para aqueles que atingissem um determinado montante, ou seja, vão receber mais dinheiro, tentámos – numa reunião conjunta - aferir que obras teríamos em cada concelho que pudessem ser consideradas, em troca das que estavam previstas. Como não havia nenhuma, para aquilo que é normal, uma vez que as chamadas obras do ciclo urbano da água, ou seja, água e saneamento, teriam outro patamar de candidaturas, numa reunião seguinte – e efectuado o balanço da situação – confirmámos que continuávamos muito mal classificados e em risco de sermos penalizados e com isso serem-nos cortados aqueles montantes. Daí, propôs-se à Câmara – e isto foi acordado e outros Municípios fizeram precisamente o mesmo – que, tendo sido votado por unanimidade, já agora substituíssemos algumas obras por aquelas do "ciclo urbano da água" que já tínhamos feito. Aliás, até por sugestão da actual responsável do Mais-Centro, que nos dizia que se tiverem as obras do ciclo urbano da água apresentem porque o interesse é aumentar a taxa de execução. É bom que fiquem as coisas esclarecidas! E nós, com essas obras, demos a oportunidade à Comunidade Intermunicipal de, efectivamente, atingir a tal bolsa de mérito.

Apresentámos estes projectos de saneamento, que estavam praticamente executados ou em vias de conclusão e que preenchiam os requisitos que as regras do Mais-Centro têm definidas e procedemos à entrega dos pedidos de reembolso através de uma plataforma que está estabelecida.

Com as "*trocas e baldrocas*" que entretanto houve de directrizes nacionais, verifica-se agora que a dita bolsa de mérito afinal já não atingirá os valores que diziam que ia ter e estamos à espera que seja clarificado qual é o valor para submetermos as

outras obras. Na certeza, porém, que o valor de reembolso dessas mesmas obras, uma vez que já estavam gastos, são para aplicar exclusivamente nas obras que foram retiradas. Não fazia sentido retirarmos obras que tinham sido contratualizadas e que tinham sido propostas pela Autarquia, para agora estarmos a penalizar a realização dessas mesmas obras em várias freguesias. O que queremos é que o dinheiro das obras a aguardar o reembolso seja aplicado naquelas outras que foram retiradas. Este é o processo que nos permite, independentemente da chamada "bolsa de mérito" manter um conjunto de investimentos com aproveitamento de todo o tipo de apoios da Comunidade.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vou colocar á votação o ponto numero três, "EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA 2011 ATÉ AO MONTANTE DE €3.500.000,00", tal como consta da ordem de trabalhos e na documentação distribuída aos senhores deputados.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

O número de braços no ar é manifestamente superior. Alguém faz questão que conte os votos? Não.

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea d) do número 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com vinte abstenções e sem votos contra, aprovar a contratação do empréstimo de curto prazo para 2011, até ao montante de €3.500.000,00.

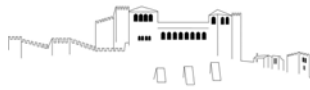
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Carlos Guerra, para uma declaração de voto.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Votamos a favor da contratação deste empréstimo de curto prazo tendo por base o pressuposto de que será amortizado no prazo legal. Chamamos, no entanto, a atenção que a invocação da figura de urgência para dispensa de audiência prévia deve ser fundamentada e não consta da deliberação.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Boa noite.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores, senhores deputados, senhores Presidentes de Junta, senhores jornalistas... estão todos cumprimentados.

Uma declaração de voto muito breve... absteve-me por dois motivos. Para já porque a questão do endividamento tem sido recorrente nesta Assembleia e ficamos sempre com a ideia que mais endividamento significa mais problemas. Tenho sempre renitência em novos endividamentos e absteve-me porque entendi as explicações do Senhor Presidente e também porque – já o disse aqui uma vez – acho que é muito importante que a Câmara de Leiria (e este executivo) nos apresente um plano de dívida e um plano financeiro a dois/três anos, para que tenhamos uma noção muito clara das responsabilidades, não apenas de curto prazo mas de médio e longo prazo. Porque estarmos aqui a decidir estas coisas assim, desta forma avulsa, alinhavada, não integrada e não sendo parte da apresentação de uma estratégia clara para a área das finanças, parece-nos francamente insuficiente. Tenho que me abster e dizer claramente que falta um planeamento financeiro integrado para que todos nós tenhamos a plena consciência do que nos espera nos próximos anos – que serão dificuldades – e que tenhamos as ferramentas que precisamos no curto, no médio e no longo prazo, para gerirmos.

Quero saudar também a posição de coerência e de grande sentido ético que o senhor deputado António Sequeira, mais uma vez, aqui nos deixou.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Absteve-me porque penso que, por um mero esquecimento, o senhor Presidente da Câmara não me respondeu às questões que coloquei. Não quis, dado que o senhor Presidente da Assembleia colocou logo a proposta à votação, interromper o acto e

deixei decorrer a situação. Portanto, abstive-me porque essa informação não me chegou.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Falta alguém que tivesse pedido a palavra para uma declaração de voto? Acho que não.

Antes de passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, di-lo-ei de novo em voz alta, para que fique registado em acta, que o senhor deputado António Sequeira – na sequência do que eu disse quando apresentei o ponto – não participou na votação.

Passamos ao ponto número quatro da ordem de trabalhos.

4. PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS DO PATRIMÓNIO DO ESTADO - Apreciação, discussão e aprovação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara para apresentar.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Trata-se de um dossier com muitos anos e que, depois de muitas diligencias, conseguiu-se que finalmente houvesse uma avaliação que nos parece próxima dos valores, apesar de continuarmos a defender junto daquela entidade que estes imóveis deveriam ser devolvidos aos seus anteriores titulares – a igreja - excepto no caso da Carreira de Tiro de Marrazes que, na nossa perspectiva, deveria ser devolvido à Junta de Freguesia.

Assim não foi entendido e já o demonstraram, em reuniões havidas no Ministério das Finanças, no que diz respeito à sua titularidade a favor do património do Estado e, portanto, alguma dificuldade havia.

Os valores aqui em causa, comparando com os que já haviam sido solicitados antes, redundam que no caso do Convento dos Capuchos apresenta um valor que nos parece mais adequado em relação ao que poderá valer todo aquele espaço. Relativamente ao antigo DRM, um espaço junto a um futuro núcleo museológico, uma vez que existe o museu do Moinho de Papel e o museu da cidade no Convento de Santo Agostinho, fará todo o sentido trabalharmos em conjunto com a Diocese para a instalação do museu de Arte Sacra.

No que se refere à Carreira de Tiro de Marrazes, há uma pretensão de aquisição directa por parte da Junta de Freguesia ao património do Estado. Significa isto – no nosso caso – tratar-se de, mediante a aquisição autorizada, por um prazo de seis anos e a prestações, podermos pagar também este valor que aqui consta juntamente com o DRM e o Convento dos Capuchos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Vítor Lourenço.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

Concordamos com o princípio, pelo qual os anteriores executivos lutaram, para que este património classificado fosse devolvido à cidade e aos seus antigos proprietários. No caso dos Marrazes, como sabemos, não devia sequer ter um valor simbólico! Deveria ser cedido gratuitamente porque a freguesia de Marrazes deu os terrenos ao Estado e nas circunstâncias em que tal foi feito. Por isso nem sequer se justificava qualquer preço, mas conhecemos as regras.

Não entendemos é que esta seja a ocasião oportuna. Então estamos a contrair empréstimos de tesouraria, assistimos diariamente a justificações de problemas financeiros da Autarquia... Porquê a aquisição neste momento? Porque não aguardar mais algum tempo para a aquisição deste património? Houve uma mudança de Governo e estou convencido que a benevolência e o bom trato deste novo executivo irá baixar o valor desta avaliação, algo que os anteriores governos – como sabem e o senhor Presidente também – foram irredutíveis em relação a estas negociações. Este processo vem desde 1998 – o executivo iniciou em Janeiro de noventa e oito - o primeiro executivo de que fiz parte com a doutora Isabel Damasceno. Em Fevereiro desse ano foi enviada correspondência à Direcção Geral do Património do Estado a pedir estes imóveis. Na altura foi a pedi-los! Já lá vão muitos anos e realizaram-se muitas reuniões com vários Ministros e Ministérios e com as Direcções do Património. Foram sempre muito irredutíveis... todos sabem e não vale a pena repisar o assunto. O que para nós é significativo é o porquê da aquisição neste momento? Quando todas as justificações para a não execução, para o retardar de outros projectos e de outras iniciativas... se estão negociados e avaliados – quem avalia estes imóveis não é a Câmara mas sim a Direcção Geral do Património do Estado – e sendo esta uma avaliação pública, porque não se atrasa para um momento mais adequado, tentando continuar com o novo governo a

negociação deste processo? Consideramos assim que não faz sentido, neste momento, a aquisição destes imóveis e que se deveria aguardar mais algum tempo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

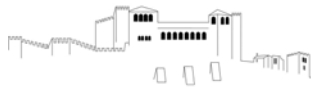
Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Esta questão das transacções dentro do Estado é, para mim, qualquer coisa de transcendental. Entendo melhor a questão dos extraterrestres! Há muito pouco tempo contactei uma entidade pública por causa de um terreno e foi necessário saber quem era o proprietário do terreno confinante. A pessoa que me estava a atender questionou outra nestes termos: *"Olha lá, o terreno em tal sítio é nosso?"* Ao que foi respondido que sim. Afirmei que por acaso acho que não, que acho que é nosso. Este é o meu entendimento... estas coisas são nossas, de todos nós. Portanto, quando entramos nestas questões das compensações financeiras, até podia admitir se estivéssemos a falar de entidades que tenham - do seu orçamento – despendido verbas para manutenção, melhoramento ou o que quer que fosse! O estarmos a pagar as benfeitorias introduzidas nos imóveis que, salvo melhor opinião, não me parece ser o caso. Estamos então a falar de extrapolação e vou falar apenas do caso que conheço, que é o caso dos Marrazes. Conheço bem o caso dos Marrazes! E tenho muita dificuldade, senhor Presidente, em perceber como é que o Ministério da Defesa faz prova junto das Finanças da posse daquele terreno. Tenho até conhecimento de que no executivo anterior da Junta de Freguesia, houve um incidente que tinha a ver com um registo nas Finanças da carreira de tiro, em que as Finanças pediram ao executivo para sancionarem esse registo e o mesmo não foi feito. Razão pela qual tenho alguma dificuldade em perceber como é que neste momento é feita essa prova. O senhor Presidente trabalhou nas Finanças e não acredito que lá possa ter havido qualquer tipo de falcatrua. É uma questão que é importante apurar!

Sendo natural e residente na freguesia dos Marrazes, permitam-me dizer que há uma parte da intervenção do senhor deputado Vítor Lourenço que subscrevo inteiramente, que é a questão... se o executivo entende que esta proposta é tão boa... acho que se é uma proposta infirme, seria de bom-tom esperar que o novo



Governo entrasse em funções e só depois poder ver o que se passa. Se existe uma proposta infirme ou (outra coisa é) se entendem que têm de aproveitar uma escapatória! Se é uma proposta com cabeça, tronco e membros não há pressa em fazê-la avançar. Mais do que isso e relativamente ao que é da minha freguesia há cinquenta e três anos - e permita-me senhora Presidente de Junta que o diga desta forma - não tenho medo que a Carreira de tiro fuja e, nestas coisas, sou sempre igual a mim próprio. Aquilo é dos Marrazes, não é do Exército Português! Aquilo está lá, a população desfruta do espaço e não tenho conhecimento que exista qualquer projecto nem capacidade para o desenvolver na actualidade ou nos tempos mais próximos. Nunca desisto e em algum momento atinjo o meu objectivo... pelo que o que me parece relevante, neste caso, é que não creio que valha a pena gastar dinheiro e eles não-de desistir. Baixaram de quatrocentos mil contos – salvo melhor opinião – para cento e trinta mil euros, vinte e sete mil contos! Seguramente não-de desistir, já estão muito próximo disso!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Deputado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Estive a olhar para o texto que nos foi apresentado para votarmos e há uma linha que nos dá conta de que com este negócio de aquisição dos imóveis, consegue-se uma vantagem de um milhão e tal de euros. Confesso que não sei se era para "dourar" o negócio, ou se para estarmos desatentos a esta questão. Se olharmos para as datas de avaliações e a evolução do mercado imobiliário, obviamente que chegamos à conclusão que as ditas vantagens talvez não existam, até porque as malfeitorias que lá foram feitas ao longo deste tempo todo, pelo abandono a que estes imóveis foram votados, os desvalorizaram e acabam por fazer com que o Município, quando tomar a posse da sua propriedade, tenha de gastar muito mais dinheiro para os rentabilizar. Queria ainda, sobre esta matéria, sublinhar um aspecto que tem a ver com a Carreira de Tiro de Marrazes. É preciso que as pessoas saibam, que o que se está aqui a configurar é, claramente, o fecho de uma situação que configura um esbulho à freguesia dos Marrazes, nomeadamente o que durante anos foram os terrenos baldios onde foi implantada a Carreira de Tiro dos Marrazes. O exército português encravou uma serventia militar sem pedir

autorização ao povo dos Marrazes e este é um processo muito antigo! Neste momento, o que se está a querer fazer é – no fundo – voltar a pôr o povo dos Marrazes a pagar segunda vez esta questão. Mas se esse for o preço para, finalmente, se poder fazer alguma coisa naquela língua de terreno, talvez seja esse o preço que aquele povo terá de pagar novamente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Muito boa noite a todos.

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, caros colegas.

Quase que prescindia de falar porque este assunto pois que enveredou para uma temática em que me sinto desconfortável, que é a questão da oportunidade do negócio... não têm competência para ela.

Há ainda outra questão que queria sublinhar e foi isso que me fez intervir. Como dizia o senhor deputado Vítor Lourenço - e bem - DRM ou Convento dos Capuchos é uma história antiga! E quando me deparo, volto a dizer, com as limitações das observações que tenho sobre este assunto do ponto de vista económico, quando vejo as vantagens que há para a sua aquisição - neste momento – pelo Município, com o pagamento suave em prestações semestrais, por exemplo. Parece-me que esta é a oportunidade – ainda mais numa época baixa e em que é bom comprar, julgo eu – de resolver enfim um problema que se arrasta desde 1998. Entendo que é uma questão de oportunidade que faz todo o sentido que se concretize.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Já foi tudo dito, pelo menos num sentido. Relativamente à carreira de tiro da freguesia de Marrazes, o Estado não fazia mais que a sua obrigação que é devolvê-la à freguesia e indemnizá-la pelo uso que dela fez ao longo de mais de cem anos. Concordo com o que disse o senhor deputado Pedro Biscaia. É um património que só irá contribuir para que o Município de Leiria fique mais rico, mas não consegui

perceber – relativamente ao Convento dos Capuchos – qual é a finalidade da sua aquisição. Não sei se o senhor presidente esclareceu... mas não consegui perceber.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Manuel Antunes, que não estava inscrito, pois não?

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Manuel Antunes, PSD.

Agradeço que me dê uma oportunidade de falar pois a minha reacção é suscitada pelo que disse o senhor deputado Pedro Biscaia, com todo o respeito que ele sabe que tenho por ele.

Estamos aqui a tratar quase como um ladrão que rouba qualquer coisa que vale mil euros e depois nos vem oferecer por cem euros e achamos que é a oportunidade... a de comprarmos por cem euros o que valia mil! Isto pode ser tratado como uma simples aquisição imobiliária pois ela não tem valor de mercado nem comercial. São propriedades que pertencem ao concelho e aos seus habitantes! Só esse princípio seria suficiente para que nós não o aceitemos. Acresce, como já foi referido pelo senhor deputado Vítor Lourenço, que esta situação de baixa de mercado – infelizmente para os portugueses – não vai desaparecer amanhã nem tão cedo e hoje já temos um novo Governo. Também não posso garantir que tenha um olhar diferente sobre ele mas, eventualmente, poderá acontecer! Pelo menos, impõe-se que – com estes novos ministros pois não é apenas um Ministério a tratar destes assuntos – se façam novas "*démarches*" no sentido de se apurar qual será a sensibilidade para este problema e o resolver, na parte que lhe respeita, pois suponho que haverá também alguma vontade de o resolver sem que haja custos significativos para o Município.

Entendo, portanto, que estamos numa questão em que devemos ir pelo princípio e não apenas por razões de carácter comercial, sejam estas vantajosas ou não.

Muito obrigado.

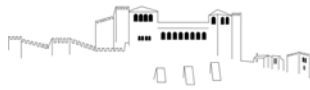
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor Presidente da Câmara pretende responder a algumas questões? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

É verdade que este processo tem vinte e três anos. Com o consegue/não consegue, mais guerra/menos guerra... protelou-se por vinte e três anos! São oportunidades,



que entendemos ser de aproveitar apesar da dificuldade que temos neste momento e apesar desta proposta só vingar para 2012, uma vez que nem sequer está contemplada no orçamento para 2011. Sem prejuízo de se manter a aprovação, proponho salvaguardar um prazo de sessenta dias a partir de hoje, para estabelecer contactos com o Governo e para tal solicito a ajuda dos senhores deputados do PSD, no sentido de tentarmos, se possível, reduzir os valores.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vou colocar á votação o ponto número quatro, "*PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS DO PATRIMÓNIO DO ESTADO - Apreciação, discussão e aprovação*", da forma como nos foi apresentado.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea i) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria, com dezasseis votos contra e sete abstenções, aprovar a proposta apresentada e autorizar a Câmara Municipal a adquirir os imóveis do Património do Estado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado João Cunha, para uma declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Não podia votar a favor de uma deliberação onde consta a expressão "*dos imóveis propriedade do Estado*". Considero que o terreno correspondente à carreira de tiro dos Marrazes não é propriedade do Estado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Votei contra não apenas por o senhor Presidente da Câmara ter dito que pedia ajuda aos deputados do PSD para melhorar a negociação, mas porque se esqueceu

da senhora deputada Odete João, que também pode ajudar! Votei contra essencialmente pelo que disse há bocado e para ser coerente comigo próprio. São aquisições cujos processos têm já muitos anos e existem agora condições, com o novo governo, para uma nova abordagem a este tema e não correremos o risco do Município vizinho vir cá comprá-los. Não estou a ver a Marinha Grande pretender a aquisição destes dois edifícios ou a Câmara das Caldas da Rainha! Não corremos o risco dos edifícios irem para lado nenhum! E volto a dizer... plano, estratégia, objectivos claros e só depois encontrar meios. Com a informação que tenho, parece-me que temos condições objectivas para esperar um pouco mais e não é a fazer o melhor negócio – e concordo com o senhor deputado Pedro Biscaia – porque aquele património (parte dele), até é classificado e vai custar-nos muitos milhões a requalificar... é esperar pelo tempo mais ajustado para fazer ainda melhor.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE REGUEIRA DE PONTES (Amílcar Henriques Gaspar)

Muito boa noite.

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, deputados aqui presentes.

O meu voto foi contra porque não me parece coerente que num momento em que é exigido e se pede um enorme sacrifício – e falo em nome da minha junta de freguesia, mas também, com certeza, em nome dos meus colegas – e se vão fazer investimentos desta ordem... não sou contra, não me parece é que seja a altura apropriada. Quando se passa numa freguesia como a minha, que está caótica, com imensas carências... não me parece que haja coerência!

Aproveito ainda para dizer ao caro deputado do CDS que ainda no final do ano passado, quando foi a aprovação da proposta do orçamento, defendi que se fosse eu a fazê-lo este seria diferente que esse orçamento...

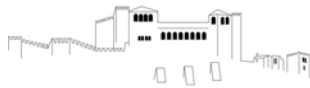
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, peço-lhe o favor de se limitar à declaração de voto.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE REGUEIRA DE PONTES (Amílcar Henriques Gaspar)

...iriam as juntas de freguesia ser mais beneficiadas e contempladas.

Obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado José Peixoto.

DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO (BE)

Votei contra pois acho que as propostas não deveriam ter sido votadas na globalidade tratando-se de situações diferentes. Votaria favoravelmente a aquisição da carreira de tiro e a do seminário e votaria contra a aquisição do Convento dos Capuchos porque não me foi explicado se este imóvel será ou não vendido em hasta pública. Se assim for serei absolutamente contra porque, além de não achar que a Câmara Municipal tenha que ser um exemplo de negócio deste tipo, a ser feito seria um mau negócio e seríamos todos prejudicados, inclusivamente a Câmara, que deixaria de receber o IMT, por exemplo.

Com licença.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Ponto número cinco.

5. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO PARCIAL DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA - Apreciação, discussão e aprovação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor presidente para apresentar.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Na última Assembleia Municipal assumi o compromisso de, nesta Assembleia de hoje, dar conta da situação financeira da Autarquia e de apresentar as propostas que nos parecem ser as únicas possíveis para ajudar a resolver a situação em que vivemos.

Reportando à situação financeira em vinte e sete de Outubro de 2009, quando tomámos posse, a Câmara Municipal de Leiria tinha uma dívida bancária no valor de setenta e um milhões de euros e a Leirisport de vinte milhões de euros. Reportando a vinte e um de Junho, há oito dias atrás, o valor actual relativamente à Câmara é de sessenta e três milhões de euros e a da Leirisport é de dezanove vírgula três milhões de euros. Existe já uma diferença de recuperação de menos nove milhões de euros. E a dívida por pagar a fornecedores e outros - neste momento – comparando com a data de início de funções e que era de dezoito

virgula seis milhões de euros – é hoje de catorze virgula seis milhões de euros para pagar.

No que respeita à situação financeira da Leirisport, os resultados transitados em trinta e um de Dezembro de 2010 somam oito milhões oitocentos e oitenta e oito mil euros de prejuízo. As indemnizações compensatórias, só no período de 2006 a 2010, ascende a dezassete milhões e oitenta e três mil euros, havendo ainda a acrescentar o IVA em algumas indemnizações, o qual tem de ser liquidado, tendo sido suportado pela Autarquia o valor de um milhão de euros de IVA que não é reembolsado.

Os encargos com os juros em 2010 tiveram um valor diário – uma vez que quanto ao empréstimo contraído pela Leirisport é a Autarquia que transfere o respectivo serviço da dívida, de toda a dívida bancária – que ascende a seis mil quatrocentos e cinquenta e nove euros. Só do estádio são cinco mil e quinze euros por dia de juros dos respectivos empréstimos. Para 2011 e para a totalidade da Autarquia, o valor estimado é de seis mil trezentos e trinta e cinco euros por dia, sendo o do estádio de cinco mil e setenta e três euros por dia.

O total de juros pagos até vinte e um de Junho de 2011 e referente aos empréstimos para o estádio, atingem dezassete milhões quatrocentos e sessenta e três mil euros.

Potenciais soluções em relação ao estádio seria a sua alienação parcial e ainda o problema de concessão, que ficará para outra reunião.

O que estamos a propor, e uma vez que – como já foi dito aqui em plena Assembleia - estabelecemos imensos contactos com muitos grupos de potenciais investidores, é de avançarmos para a constituição de quatro fracções do actual prédio único que respeita ao Estádio. Assim, um é a área desportiva propriamente dita – que tem a zona de relvado, bancadas e todos os espaços acessórios abaixo das bancadas – essa seria a fracção A; a fracção B seria uma pequena parcela na área poente do topo norte, junto ao acesso da garagem, para edificar o novo Centro Associativo Municipal, com cerca de trinta gabinetes e com a respectiva recepção. Isto considerando que o actual Centro Associativo Municipal não possui as condições que entendemos dever ter para fazer jus ao nome; a fracção C, com a restante área do topo norte, com trinta e dois mil metros de área de construção acima do solo e a fracção D, o parque de estacionamento subterrâneo, com quatrocentos e cinquenta lugares de estacionamento.

Deste conjunto de situações, e após contactos havidos, houve duas manifestações de interesse, e volto a afirmar que se tratam de manifestações de interesse... porque só haverá a afirmação plena no dia em que, porventura, venha a ser - e esse é o pedido de autorização à Assembleia – lançada a hasta pública. Se essas manifestações de interesses se mantiverem após autorização, será porque estão os interessados dispostos “a dar a cara” e a cumprir regras. Se não aparecer ninguém, será porque deixaram de haver manifestações de interesse mas, pelo menos, ficamos com a consciência tranquila, de que fizemos o que era possível, enquanto gestores desta estrutura para a podermos rentabilizar.

Assim, colocamos dois cenários: Um, o de ser constituído pela alienação da fracção C e da fracção D; e o outro contemplando também a fracção A.

Feitas as avaliações internas, verificou-se que para as fracções C e D, o valor é - neste momento e na nossa perspectiva - de vinte e quatro milhões de euros e se englobar também a fracção A – a zona desportiva – terá um valor base de sessenta e três milhões de euros. Nestes valores estão ponderados quer o valor de construção do estádio – desdobra-se em quatro parcelas – e o que apurámos, que também consta de um relatório da administração fiscal para efeitos de regularização de IVA, tem a mesma base, ou seja, um valor total àquela data de oitenta e oito milhões de euros e que é dividido em: cinquenta e três milhões para o estádio; o estacionamento com dez milhões setecentos e setenta e quatro mil; as acessibilidades com dezoito milhões quinhentos e sessenta e quatro; e outros com seis milhões e trezentos mil euros.

Ponderámos ainda a eventual regularização de IVA, e isto terá a ver com o facto de se vier a haver hasta pública e adquirente, teremos que saber se renuncia ou não ao direito de isenção, e daí levará à liquidação de IVA, que deduzirá – o que não trará encargos para a Autarquia - ou então terá que ser esta a fazer regularização do que estiver em falta.

Temos ainda fundos comunitários no valor de quatro vírgula oito milhões de euros, num contrato estipulado a vinte e cinco anos, e ainda um eventual “FEE” bancário de antecipação de liquidação de alguns empréstimos. Existem ainda várias “nuances” que têm a ver com o facto de haver empréstimos excepcionados que, se porventura alguém quiser vir a adquirir o estádio, deixarão de ser o suporte para que esses empréstimos continuem a ser excepcionados, e quanto a esse aspecto temos que arranjar um outro tipo de forma e temos vindo a conversar com os bancos (para não haver surpresas) sobre estas possibilidades.

Assim, em relação ao estádio e à possibilidade da sua alienação parcial, esta será uma das formas para evitar que continuemos a ter que suportar estes encargos que enunciei. Basta citar que só para 2011, o serviço da dívida é de cinco virgula quatro milhões de euros... só para o estádio! E há um dado novo que tem que ser aqui devidamente ponderado, que tem a ver com eventuais despesas de conservação que, de um momento para o outro, vão ser acentuadas e que poderão agravar toda a conjuntura.

Em resumo, sobre o estádio e sobre esta proposta de eventual alienação através de hasta pública, é este o fundamento e a proposta em si que submetemos à apreciação desta Assembleia. O que se solicita é a autorização para podermos alienar, ao abrigo da exposição citada, considerando estes dois cenários.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor deputado Luís Pinto.

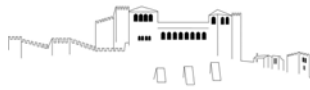
DEPUTADO LUIS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Boa noite.

Cumprimento o senhor Presidente da mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores, os senhores deputados, a comunicação social e todo o público presente.

Não me é fácil intervir a favor da alienação do património. Tenho como princípio que o património é algo que devemos preservar e dar continuidade. Acontece que o momento que estamos a viver, não só no nosso Município mas também no país, exige tomadas de posição corajosas porque aquilo a que estamos a assistir jamais havia sido planeado. Os custos, que tivemos agora oportunidade de conhecer, ultrapassam largamente tudo aquilo que podia ser expectável ou previsível que pudessemos vir a pagar pelo estádio. O custo já assumido e o que tem de vir a ser assumido não tem qualquer equivalência de serviço social, de serviço público, que possa – como está a acontecer – condicionar todo o desenvolvimento de um concelho. Havia muitos desportistas e dirigentes de diferentes modalidades que temiam que o investimento no estádio – e aquando da discussão da sua construção – pudesse condicionar o desenvolvimento de outras modalidades desportivas mas nunca ninguém tendo ousado pensar que a construção do estádio pudesse condicionar o desenvolvimento do concelho. O que hoje está a acontecer – e não foi previsto por ninguém - é que é o desenvolvimento do concelho que está em causa!



Para isso há que ter opções muito corajosas e muito concretas. Este é, por certo, um daqueles assuntos que me parecem de Estado, onde a partidarização não é bem-vinda. Estou convicto que fosse quem fosse o Presidente da Autarquia neste momento e a sua cor partidária, que não poderia fugir de soluções deste tipo! Exige-se de facto e com urgência, e oxalá haja efectivamente interessados na aquisição do estádio ou de pelo menos parte dele, para que possamos voltar a prosseguir o desenvolvimento do nosso concelho. Temos imensas necessidades! Basta dizer-vos que só o pagamento dos juros já efectuados daria para termos construído três bons parques escolares, de que tanto necessitamos no nosso concelho. Podia aqui citar outros exemplos mais... exige-se uma grande unidade e um grande sentido de Estado. Penso que a esmagadora maioria dos Leirienses estará de acordo de que não deverá ser possível que aquele equipamento possa condicionar, desta forma, todo o concelho. Porquê? Porque com as condições do concurso, o equipamento continuará a servir a prática desportiva e a permitir que ali se realize tudo o que ali acontece e possa vir a acontecer. Qualquer aluguer, até a qualquer privado, seria por certo – e mesmo que pago por parte do erário público – muito mais barato do que sustentar em termos daquele que é o custo e não nos podemos esquecer que, cada vez mais e com o passar dos anos, o custo de manutenção será cada vez mais difícil de suportar pelo nosso concelho. Assim sendo, parece-me corajosa e bem-vinda a proposta que o Município nos submete. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado José Francisco.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS–PP)

José Francisco, CDS–PP.

Senhor Presidente e também senhor deputado Luís Pinto. Não somos a favor da alienação do património mas este é um caso excepcional pois que há muitos anos, desde a sua criação, é uma “*besta*” que consome muito mais do que produz, e prejudica a cidade. Se a sua construção teve como objectivo – e admito – alavancar e potenciar o desporto no concelho, pois está a prejudicar não só o desporto, como também todo o desenvolvimento do concelho! Por isso votaremos favoravelmente mas não vejo reflectido no estudo – e tenho dúvidas – sobre a alienação também da fracção A. E questiono como ficarão garantidas a prática desportiva pois que

tínhamos o anterior estádio Magalhães Pessoa. Com isto deixaremos de ter este e o anterior, destruído aquando a construção do novo.

De qualquer das formas, se conseguirem encontrar um parceiro que o adquira, somos favoráveis.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Manuel Carvalho.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO PSD

Boa Noite.

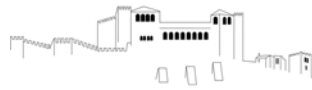
Senhor Presidente da Mesa, senhores deputados, em particular o senhor Presidente da Junta – o senhor José Carlos Gomes – por nos ter honrado com estas magnificas instalações e o lanche, que soube muito bem, até sugiro que o senhor Presidente da Assembleia que lhe siga o exemplo nas outras sessões... que também tenhamos um lanchinho pois que ajuda a que as coisas corram melhor.

Falando sobre o ponto da alienação parcial do estádio Municipal de Leiria, e como preâmbulo, queria congratular a preocupação do senhor Presidente da Câmara em tentar resolver este imbróglio, que se arrasta há muito tempo! Com os custos aqui já apontados, ainda agora foi dito – e muito bem – pelo senhor deputado Luís Pinto, que dada a situação em que está e deixaram o país, realmente este é um problema que é acrescido, e em que nós – o PSD – não temos responsabilidade nenhuma. Mas importa dizer algumas coisas... que política desportiva tem o nosso Município? Temos que pensar que a existência de infra-estruturas desportivas nos Municípios, têm custos! Todos os Municípios os têm e as infra-estruturas não têm que dar lucros, mas também não os custos que sabemos que têm. O que é certo é que nos estamos a cingir a uma situação específica – o estádio Municipal de Leiria – que quando foi construído teve o impacto que teve. Quem participou no assunto e eu também fui um dos que – na Assembleia Municipal – não votei favoravelmente a sua construção naquele sítio, fui dos que defendi que a sua construção deveria ser feita fora da cidade, como elemento aglutinador de um pólo e não "*deitar abaixo*" o que já estava feito há pouco tempo. Mas enfim, precisamente pelos custos que acarretou, e que estamos agora a ver aqui... está registado em acta de Assembleia Municipal da altura.

As infra-estruturas do Município têm custos, temos as piscinas, os pavilhões. Temos hoje aqui um belo exemplo! Isto tem custos! A Autarquia tem o compromisso de criar estes espaços, geri-los e rentabilizá-los o melhor possível. Temos que ter

presente também que aquele estádio Municipal tem, actualmente, a melhor pista nacional para a prática de atletismo, homologada pela Federação de Atletismo Internacional e com provas internacionais criadas. Os eventos lá realizados – recordo-me de pelo menos dois de âmbito internacional – e a visibilidade, que trouxeram à cidade e ao Município de Leiria, a nível planetário - porque foi - não se compadecem com aquilo que nos devemos responsabilizar. Uma das razões porque aquele estádio tem os custos que tem deve-se ao facto de não ter sido devidamente rentabilizado pela principal instituição que dele tem usufruído! Temos o azar de não termos um clube gerido como o de Guimarães, para já não falar da célebre Braga – que são cidades capitais de distrito como nós somos - mas rentabilizam os seus estádios, e estão sempre cheios! Nós aqui temos afluência de público com cem ou cento e tal que até é motivo de chicória!

Como Leiriense, nascido numa aldeia e membro do ACS, que é um clube que também tem tradições, pratica desporto e está a passar dificuldades - como todos sabemos - dedicado ao andebol e é um clube que já deu atletas internacionais e continua a dar atletas nacionais às selecções. Não vemos isso da parte da União Desportiva de Leiria... Mas interessa falar aqui também da UDL e das suas responsabilidades. Já aqui foi dito que, sazonalmente, existe "*amuo*" do presidente da SAD da União de Leiria. Será de bom-tom que de uma vez por todas, como munícipes, deixemos de pactuar com esse tipo de situação! Leiria tem sido muito prejudicada e não tem obtido nenhum proveito do usufruto daquele estádio, por uma entidade desportiva que é federada - pratica actividades essencialmente federadas – e o fomento do desporto, ao nível da juventude, é o que sabemos! Por várias vezes cria secções de prática desportiva amadora que ao fim de um ano ou dois são encerradas. E são os clubes, como aquele que referi, e outros – tal como o meu anterior locutor, o senhor deputado Luís Pinto sabe – que têm fomentado a prática desportiva amadora e que tem levado uma modalidade, como é o caso do andebol, que também dá visibilidade à nossa cidade, em termos nacionais e não só. Como referi anteriormente, há atletas internacionais que iniciaram a prática desportiva dessa modalidade aqui em Leiria e o que é certo é que não precisamos do estádio de Leiria para atingir esses desideratos! Pegando nesta situação, co-responsabilizando também, e é importante que o senhor Presidente da Câmara não esqueça esse pormenor, pois já o afirmou há bocado de que não existe qualquer mal entendido em relação à SAD/União de Leiria, no sentido de saber quem é o responsável. O que é certo é que é importante que isso seja dito! Não me revejo



neste tipo de atitudes! Acontecem anualmente os “amuos” das pessoas, só para tirarem dividendos e arremessando que vão sair. Não há problema nenhum em saírem dali! Não nos fazem falta!

Como disse no início, reconhecemos que tem de haver alguma solução para este problema e também somos coerentes com o que defendíamos anteriormente, aquando da construção do Estádio e para quem acompanhou este processo há muito tempo. Como sabem, de início não estava previsto construir o topo norte. Quando este foi executado, foi com a perspectiva de mais tarde ser alienado para, em termos de ganhos para a obra, podermos amortizar o empréstimo então feito. A anterior gestão da Câmara defendia isso. Essa é a razão porque a bancada do PSD, relativamente a este ponto, apesar destes considerandos e de reconhecer que da parte do senhor Presidente há uma engenhosa maneira de tentar resolver o problema, não podemos votar favoravelmente. Pensando nessa coerência para connosco e com o que defendíamos anteriormente, aceitaríamos não havendo a parcelar – se legalmente isso é possível, e questiono se o será – de acordo com o que está acordado desde o início na obra – se é possível, alienar parcelarmente aquela estrutura. Concordearíamos, quando muito, para a gestão corrente destas emergências financeiras que temos, com a alienação do topo norte por ser, teoricamente, mais exequível a venda desse espaço e para garantir uma bolsa financeira para as nossas emergências. Até porque, tanto quanto sabemos, os custos de manutenção actual do estádio andarão pelo valor de duzentos e tal mil euros/ano. Penso que não andarei muito longe disso... Os de manutenção, não estou a dizer os de amortização. Sabemos que há clubes, podemos referir (por exemplo) que, no ano de 2005/2006 – também não são valores actuais – esses valores não andarão muito longe disso. Sabemos também que outros clubes, com estádios também construídos na altura têm outra dimensão... estou a lembrar-me (por acaso) do estádio do Dragão, que têm a dimensão que tem e o que é certo é que tem custos duas a três vezes mais em termos de manutenção. Teria... nessa altura, não sei qual é o valor hoje.

Isto para dizer que estas infra-estruturas desportivas têm naturalmente custos. Mas também têm a sua dimensão, o seu impacto e a sua necessidade social em termos de bem estrutural para as populações. Sabemos também - e vou já terminar porque, tanto quanto sei, esta sessão termina hoje à uma hora... não sei se é - mas tinha de falar aqui o que não disse há bocado, que é o facto da freguesia do Souto da Carpalhosa ter muita gente ligada á política e muita gente importante.

Estou aqui numa tarefa política mas também iniciei aqui a minha actividade profissional, há quase trinta anos, e também nutro um carinho muito especial por esta zona e por isso também tenho *"uma costela"* nesta freguesia.

Só para acabar, pegando nos tais custos de manutenção – tanto quanto sei – em 2009 e na anterior gestão da Leirisport, chegaram a ser feitos custos operacionais positivos. O que quer dizer que, em termos de manutenção, é possível - com alguma engenhosidade - que a manutenção daquela infra-estrutura não seja tão lesiva. O que temos é realmente os custos de amortização da dívida, e por isso é que eu digo que houve engenhosidade no sentido de tentar resolver a situação.

Só para finalizar, o nosso voto contra tem a ver com a nossa posição de coerência para com o que defendemos anteriormente e por entendermos não ser exequível. Não temos nenhum *Abramovich* e, infelizmente, não temos nenhum clube na cidade que, apesar de já ter tantos anos de existência, continuamos a olhar para ele e vemos que não tem quase nenhum património. Nem sei se as carrinhas que transportam os atletas são património do clube! Não tem sede, não tem espaço próprio e isso custa-me a aceitar quando vejo outros clubes, que são mais antigos que a União Desportiva de Leiria, que *"dão"* atletas para as selecções nacionais e que não têm tido este tipo de disponibilidade de instalações como tem usufruído a União Desportiva de Leiria.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhoras deputadas e senhores deputados. Eu tinha dito que esta sessão terminava à uma hora da manhã e já é uma e cinco. Tenho, neste ponto da ordem de trabalhos, oito inscrições. Se adoptar como tempo médio de inscrição a duração das últimas intervenções, esta sessão terminará cerca das duas horas e meia da manhã, depois da votação deste ponto.

Nada nos obriga a concluir o debate do ponto e votá-lo. A sessão pode ser interrompida neste momento e é essa a minha vontade. Interromper a sessão agora e retomá-la na segunda-feira às nove da noite. Em todo o caso, se alguém suscitar a questão da votação desta decisão, votá-la-ei.

Esta ordem de inscrição continuará na sessão de segunda-feira, estamos em sessão e é o que diz o Regimento.

Alguém suscita a questão da votação? Não tendo ninguém suscitado a questão da votação, a sessão de Assembleia Municipal continuará – como regimentalmente previsto - dentro dos cinco dias da Lei que serão, em princípio, dias úteis.

Porquê na segunda-feira? Foi uma decisão da mesa. Devo dizer que uma das reflexões tem a ver com a complexidade do ponto seis. Acresce o fim-de-semana, para nele pensar e será o primeiro dia útil após o fim-de-semana.

O máximo que poderíamos marcar seria na terça-feira pois na quarta-feira não posso presidir à sessão.

Senhores deputados, há uma proposta no sentido que seja na terça-feira e não na segunda-feira. Não tenho nenhuma objecção! Fica então marcado para terça-feira, às nove da noite, no Centro Associativo Municipal. Obviamente não receberão nenhuma espécie de convocatória pois estamos em sessão.

Senhores deputados, muito boa noite e bom fim-de-semana.



Aos cinco dias do mês de Julho de dois mil e onze, no auditório do Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria, em continuação da sessão iniciada a trinta de Junho de dois mil e onze.

Dos sessenta e dois membros que a compõem, faltaram os seguintes deputados: Maria Odete da Conceição João, que foi substituída por Acácio Manuel Moreira Bárbara; Vitorino Vieira Pereira, que foi substituído por José Peixoto Henriques; Laura Maria Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, que foi substituída por Pompeu Armando Cainço; Ventura José Rolo Tomás, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, que foi substituído por Lucília da Silva Letra; Francisco Fernando Lisboa de Oliveira André, que foi substituído por Maria de Fátima Sismeiro; Pedro Lopes Pereira de Faria, que foi substituído por Carlos Conceição; Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, que foi substituída por João Curado e Silva; José Manuel Silva, que foi substituído por Micael Sousa, que também faltou e foi substituído por Maria Célia Santos Simão Gordo, que também faltou e apresentou justificação de ausência por motivo de doença; Ana Elisa da Costa Santos, que foi substituída por António Pereira Fernandes; Romeu Daniel Patrício Paz, que foi substituído por Mário Rui da Conceição Canário; Leonel da Silva Gomes da Costa, que foi substituído por Domingos Marques Neves; Maria Clara Monteiro, que foi substituída por Carlos Duarte.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o senhor Presidente Raul Miguel de Castro, e os senhores vereadores Maria de Lurdes Botelho Machado, Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, Neusa Fernandina Sobrinho de Magalhães, Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos, Lino Dias Pereira, Blandina da Conceição Rodrigues de Oliveira, António Carlos Baptista Martinho Gomes, José Manuel Seabra Benzinho da Silva, Carlos Manuel Frazão Vitorino e Gastão de Oliveira Neves.

A continuação da sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo A. André, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos senhores deputados José Alves e Maria Manuela Santos, respectivamente 1.º e 2.º secretários da Mesa.

Havendo "*quórum*", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 21.15 horas.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Boa noite a todos.

Antes de mais, permitam-me um pequeno esclarecimento. Os membros da Assembleia Municipal que estavam na sessão iniciada a trinta de Junho têm que ser os mesmos que estão na sessão de hoje. Significa isto que se algum membro não pode comparecer na sessão de hoje, está em falta mas não pode ser substituído. A interpretação correcta é que se ausentou da sessão, mas não pode ser substituído.

Os membros que se fizeram substituir no dia trinta de Junho, estão substituídos pelas mesmas pessoas e não podem ter regressado. Se eventualmente estão presentes, terão que se sentar no lugar do público e não ocupar o seu lugar na Assembleia Municipal, uma vez que ninguém é substituído a meio de uma sessão. Suponho que ficou clara esta interpretação e creio que a mesma é pacífica, independentemente de qualquer outra intervenção que haja a respeito do funcionamento da sessão e que só pode ocorrer depois de terminarmos este ponto da ordem de trabalhos que, como sabem, é o ponto cinco: "PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO PARCIAL DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA - Apreciação, discussão e aprovação."

Como disse, independentemente de qualquer intervenção que haja em relação à metodologia dos trabalhos neste momento, retomaremos o ponto cinco no ponto exacto – desculpem a redundância – em que nos encontrávamos.

Tomei a decisão, que me parece ser também compreensível e para que possamos fazer o ponto de situação, que as duas intervenções que tinham acontecido na sexta-feira, possam ser sintetizados hoje aqui. Parece-me cordato fazê-lo. Estamos

demasiado longe das intervenções do senhor deputado José Francisco e do senhor deputado Manuel Carvalho. Claro que não poderão repetir as intervenções que fizeram, mas darei dois minutos a cada um para fazerem uma síntese das considerações que fizeram anteriormente, após o que darei a palavra aos restantes inscritos.

E os deputados inscritos são, pela seguinte ordem, a senhora deputada Ana Paula Silva; o senhor deputado Domingos Carvalho; o senhor deputado António Sequeira; o senhor deputado Vítor Lourenço; o senhor deputado João Cunha; o senhor deputado Carlos Guerra; o senhor deputado José Peixoto e o senhor deputado Carlos Conceição.

Obviamente que irei intercalar dois deputados do mesmo partido com um deputado de outro - conforme preceitua o nosso Regimento - e isso significa que a ordem de intervenção não será exactamente esta. Não vejo o senhor deputado José Francisco, para fazer a síntese pelo que teremos que passar adiante e retomar de memória as considerações que fez. O senhor deputado Manuel Carvalho, tem então os dois minutos para fazer a síntese da sua intervenção.

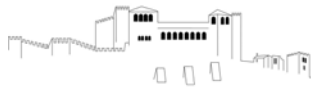
DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PSD)

Manuel José carvalho, da bancada do PSD.

Boa noite senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, senhores jornalistas e público.

Não vou precisar dos dois minutos até porque temos de gerir melhor o nosso tempo. Só vou recapitular duas ou três ideias do que foi dito na última Assembleia. Já tive a percepção que hoje não vamos ter lanche, não é senhor Presidente da Mesa? Foi uma sugestão e fica o pedido.

Em relação ao ponto cinco, o que defendi foi uma primeira impressão que a bancada e eu - em nome pessoal - subscrevo. Aceitamos a preocupação e pensamos que esta é válida, por parte do senhor Presidente da Câmara, em tentar resolver este problema porque tem realmente que ser resolvido pelo Município. Defendi ainda que alienar património edificado como aquela infra-estrutura que, apesar de muito dispendiosa tem a sua qualidade e refiro-me nomeadamente à pista de atletismo – considerada a melhor a nível nacional – e como sabemos, já foram ali realizados vários acontecimentos desportivos de índole internacional. A visibilidade que este tipo de eventos desportivos confere à nossa cidade vale muito mais que uma época inteira da União de Leiria a jogar naquele estádio. Defendi ainda que o nosso Município, felizmente, tem outras modalidades – e nesta área



falo com o coração, porque também fui um antigo praticante de andebol – que actualmente, com as dificuldades porque passam esses clubes que o senhor Presidente conhece bem, assim como a vereação – pois já foi dirigente dessas instituições, sabem que ainda hoje continuam a “dar” atletas para defender as cores das nossas selecções e a custo muito reduzido para o Município, comparando com os custos das instalações cedidas e usadas pela equipa de futebol. Nesse sentido, defendi que se há alguém que é responsável – e muito - pela não rentabilização daquelas instalações é exactamente a equipa de futebol da nossa cidade que apesar de ter nalgumas épocas grandes resultados, continua – por alguma razão e é isso que se deve questionar – com a população de Leiria e o Município de costas voltadas àquele clube. Temos que questionar quem o dirige e acho importante que isso aconteça. Referi o termo “*amuos*” que estão a decorrer... todos os dias há notícias novas sobre isso, como sabem, e basta lermos o jornal “*A Bola*” para constatarmos essa situação. Há sempre “*amuos*” de início de época e estes têm dado resultado de ano para ano! Penso que o Município e a Câmara estão alertados para esta situação.

Pegando nestes considerandos, delineei que o sentido de voto da nossa bancada seria contra. Por um lado porquê alienar aquele património edificado e por outro lado questionando a política desportiva da Câmara, que não se resume apenas ao futebol. O que fazer com as outras modalidades que têm uma dimensão nacional, como todos nós sabemos? É algo que não está bem explícito e não sabemos o que irá acontecer.

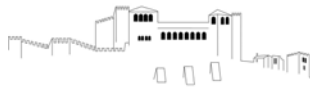
Defendi também que não somos alheios à actual conjuntura que herdámos, como é lógico, a qual nos leva a ser coerentes com a nossa posição e como já era defendida pela anterior vereação e Câmara, consideramos que uma das hipóteses que seria aceitável seria a alienação do topo norte. Isso sim... daria algum desafogo financeiro para ocorrer às emergências actuais da Autarquia e sem pôr em causa a estrutura edificada, naturalmente. Foi nesse sentido que questionei o senhor Presidente da Câmara, e irão acontecer outras intervenções da nossa bancada para desenvolver estes temas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Ana Paula Silva.



DEPUTADO ANA PAULA SILVA (PSD)

Ana Paula Silva, eleita nas listas do PSD.

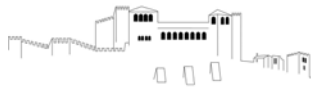
Exmo. senhor Presidente da Mesa e senhores secretários, Exmo. senhor Presidente da Câmara e senhores vereadores, Exmos. senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores jornalistas e munícipes aqui presentes.

Vou começar por citar um pensamento de um personagem incontornável da história recente da humanidade e que prezo muito. Começo por fazer esta citação exactamente para que não restem dúvidas acerca da minha tomada de posição. Diz assim: *"No dia que calar a voz da minha consciência deixarei de ter utilidade"*, e é exactamente isso que não quero perder nesta casa. Por isso, começo por afirmar a minha posição relativamente à alienação parcial do estádio. Concordo com ela e votarei favoravelmente.

Aquando da decisão da sua construção, a euforia pela festa foi tanta que não foram ouvidas algumas vozes nesta Assembleia e a sua construção foi uma realidade. O princípio foi bom, só que depois veio a festa... cantaram-se os hinos, lançaram-se os foguetes... e em doze anos estamos aqui, e os contribuintes lá fora, com o penoso trabalho de apanhar as canas, isto é, à procura de uma engenharia financeira que permita saldar a dívida e desafogar a Câmara Municipal. Como disse, o princípio da sua construção foi bom e se o dinheiro abundasse, talvez o que hoje estamos aqui a discutir nem se colocasse. Mas o dinheiro não abunda! Todos temos um certo prurido – uns mais que outros – em alienar património, mas acredito que todos nós (mulheres e homens) dotados de consciência e sabedoria para reconhecer que, em algum tempo das nossas vidas, circunstâncias adversas nos podem impelir a tomar decisões difíceis mas necessárias. A alienação do estádio – um património leiriense – é uma delas.

Para além de ler atentamente a informação que foi disponibilizada para a tomada desta decisão e de seguir atentamente, pela comunicação social regional e nacional e pelas redes sociais, o que por aí se ía dizendo; para além de saber que existem muitos constrangimentos legais a ultrapassar; para além de pensar, ainda assim, que esta discussão poderá não passar de um *"bluf"*... sei, porém, que a situação do estádio é insustentável e a solução mais viável e mais ponderada parece ser mesmo a sua alienação.

Lendo os considerandos da deliberação da Câmara, verifiquei que lhe faltava um outro de não menor importância. Estou em crer que foi uma distração e não uma omissão. É que se o memorando do triunvirato negocial, para além de mencionar a



possível privatização de imóveis, também menciona a situação das empresas públicas, aquelas que não são auto-sustentáveis, nem sequer para cobrir os próprios custos operacionais. Parece ser o caso, também, da Leirisport e, por isso mesmo, a extinção desta empresa municipal também deveria estar a ser discutida hoje pois a inoperância e a falta de imaginação da sua administração para rentabilização dos espaços contribuem, também por si, para esta saída – a alienação do estádio municipal de Leiria. Dirão alguns que a acção da Leirisport não se esgota nos assuntos do estádio e que gere, entre muitas outras coisas, os equipamentos desportivos. Dote-se o Pelouro do Desporto com pessoas competentes e capacitadas e essa e outras questões serão perfeitamente solucionáveis e comportáveis. Não é tolerável continuar a alimentar não um, mas dois elefantes brancos – o estádio e a Leirisport – correndo-se o risco de matar à fome outras situações que carecem de intervenção imediata da autarquia, nomeadamente as situações de carência social, em que muitas famílias e muitas pessoas estão e irão passar com aquilo que se nos avizinha. É para as pessoas, para o seu bem-estar e para a qualidade de vida das pessoas que a Autarquia deve e tem que estar focada e direccionada, especialmente em tempos de gravíssima crise social.

E é por tudo isto, senhor Presidente, que se tem compradores interessados, venda! Eu não serei um obstáculo.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

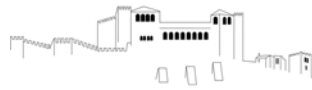
Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Boa noite a todos, desde a passada madrugada de sexta-feira.

É um prazer revê-los.

Senhor Presidente, a questão do estádio não pode ser abordada sem antes fazermos alguma História porque acho que deve ser na História que devemos encontrar sempre motivação e a justificação para muitas das decisões que temos de tomar, no presente e no futuro. Não posso deixar de falar de um senhor que foi um dos grandes responsáveis pela candidatura de Portugal ao Euro 2004. Chama-se Armando Vara e ao que sei está por Moçambique e que, recorde-me, justificou a candidatura de Portugal ao Euro 2004 – no seu discurso de apresentação da candidatura portuguesa – com o facto de termos acabado a revolução da electrificação, do abastecimento de água e do saneamento e que, portanto, era



tempo de passar a outros desafios em outras áreas, nomeadamente no campo desportivo. Isto traz-me à memória também um facto que não pode deixar de ser ponderado por nós... tem que haver uma nova forma de fazer política em Portugal! Tem que haver uma nova forma de fazer política em Portugal e em Leiria Também! Por uma vez temos que deixar de "*tirar coelhos da cartola*", deixar de encontrar soluções meio mágicas para resolver o problema de ontem, de amanhã, de logo veremos o que é que se faz! Porque é importante, de facto, que comecemos – e aqui estamos em condições de o começar a fazer – um diálogo construtivo, um diálogo, obviamente respeitando as diferenças ideológicas, de soluções e de objectivos que todos podemos ter, ou seja, um diálogo permanente na construção de um futuro que há-de ser de todos! A construção do futuro dos Leirienses não é hoje da equipa do RAUL CASTRO e era ontem da equipa da Isabel Damasceno... a construção do futuro dos Leirienses é de todos nós! Nós, que estamos aqui a representar quem nos elegeu e todos os que estão lá fora e que não podem deixar, também, de preocupar-se em participar e em fazer sentir o seu sentir.

Sobre as questões que temos para resolver, ser-me-ia muito fácil dizer que, genericamente, e tirando algumas dúvidas que colocarei no fim, obviamente não tenho nada contra a alienação do estádio naquilo que eu o concebo, que é o estádio alienável em toda a parte do estádio que não tem a ver com a zona desportiva. E aí sim, suscita-me uma dúvida significativa a proposta que nos foi submetida porque, de facto, refere a zona desportiva e essa não estou de acordo que seja alienada. Portanto, face à proposta que temos em cima da mesa, fico com uma dúvida séria. Penso que, se não me falha a memória, o lote A refere a área desportiva e essa não concordo que seja alienada de forma nenhuma! É património municipal e também distrital! As finais distritais de futebol são normalmente ali realizadas. É qualquer coisa que é uma marca de Leiria, capital de um distrito, valha o distrito aquilo que valer! Leiria é uma capital de distrito e é um aspecto relevante que temos que ter. Tudo o resto, na minha opinião, é alienável no sentido de que possa permitir – essa sim, é uma questão relevante – resolver a questão do excessivo endividamento.

Mas, senhor Presidente, não posso deixar de lhe colocar a questão que me preocupa profundamente. Antes de vir para aqui tive a oportunidade de ver, numa das televisões, uma peça que tinha a ver com a telenovela Leirisport/SAD do União de Leiria e, curiosamente (vejam bem e não sei se mais alguém teve oportunidade de ver isso), eu, que vinha para a Assembleia Municipal, entendi que qualquer coisa estranha estaria a ligar a que a resolução que iríamos aqui tomar como uma

eventual continuidade da SAD do União de Leiria e, portanto, acho que misturar estas questões... senhor Presidente, penso que toda esta situação foi muito mal conduzida.

Em primeiro lugar, tenho dificuldade em perceber que pretendendo eu vender um qualquer bem, faça uma depreciação objectiva desse mesmo bem. Que diga que o bem é um elefante branco, amarelo ou castanho, que não tenho condições de o suportar porque, obviamente, estou a desvalorizar o bem que quero vender! Essa é uma condição básica negocial e acho – como diria o outro – não havia necessidade! É óbvio também, e permitam-me que fale neste assunto porque é de todos conhecido, que no anterior mandato em que existia uma maioria PSD/CDS no executivo camarário, eu tinha intenção – enquanto responsável e actor político, nessa altura apenas – e fazia parte dos meus desideratos, poder contribuir para a resolução de um problema que achava determinante, que era a questão da Leirisport. Neste último mandato aconteceu rigorosamente o mesmo. Tinha esse desiderato mas a equipa que ganhou as eleições – a do Partido Socialista – entendeu que teriam condições para resolver esta questão e encontrar soluções capazes de solucionar os nossos problemas. Lamentavelmente, constatamos todos hoje que não é verdade! A questão da Leirisport não conseguiu fazer jus à missão que lhe foi atribuída e a situação é muito pior agora do que era quando este executivo tomou posse e a situação de gestão desportiva, ou seja, o que tem a ver com o motivo da construção do estádio então, como temos oportunidade de ver, é inaceitável.

Devo dizer ainda que tenho alguma dificuldade, permita-me senhor Presidente da Assembleia o insistir sobre esta questão, porque é para mim estranho ver uma coisa que nós, em determinado momento, lemos nos jornais que a União de Leiria tinha feito a denúncia do contrato que tinha com a Leirisport (penso que no mês de Fevereiro) e depois de essa denúncia ter sido feita continuou a jogar no estádio e agora vem invocá-la como forma de pedido de indemnização. Acho que isto é surreal e denota bem a forma como tem sido gerido todo este processo.

É por isso que eu, independentemente de tudo e depois do senhor Presidente nos explicar e nos dar aqui garantias de que o que será alienado será a parte que tem a ver com toda a zona não desportiva – essa é uma condição "*sine qua non*" para o meu voto favorável e é uma nota que lhe deixo – tendo tido constância, porque ouvi o senhor Presidente dizer que eventualmente poderia não haver intervenientes na hasta pública da venda do estádio. Há uma coisa que se exige senhor

Presidente, é que a gestão da Leirisport – enquanto ela durar – tem que ser uma gestão eficaz e profissional. Tem de ser uma gestão que defenda os interesses do Município de Leiria mas de uma forma construtiva e capaz de criar o funcionamento de que todos nós necessitamos. Deixo então essa nota, senhor Presidente, de que era fundamental – para mim – que pudesse dar-nos conhecimento sobre se a zona desportiva é para vender ou não. Daí dependerá o meu voto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado António Sequeira.

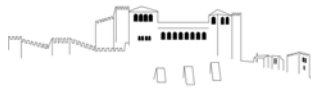
DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores elementos da Assembleia Municipal, senhores vereadores, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores.

Impõe-se uma justificação para a atitude da Câmara de anunciar propósitos que, à primeira vista, nos deixaram a todos um pouco perplexos. É uma decisão complicada, dramática e é notícia. A prova disso é a divulgação que tem tido em todos os meios de comunicação social. Hoje, inclusivamente, para além do jornal "A Bola", também jornal "O Público" – pelo menos na sua página virtual – trás referência a este facto. Foi algo que chocou as pessoas e o próprio país. Daí que, conhecendo como conheço as pessoas que tomaram esta atitude, pensei que valia a pena debruçar-me um pouco mais ainda, relativamente à situação económica e financeira da Câmara que poderá só por si justificar esta atitude tão drástica.

Temos falado muitas vezes sobre a situação financeira actual, quanto se paga de juros, quanto se deve, quanto se amortiza... mas talvez não nos tenhamos ainda debruçado sobre o assunto que vou abordar hoje. Vou tentar não ser fastidioso mas sim rigoroso ao analisar (de uma forma sucinta) os empréstimos da Câmara que foram contraídos para construção do estádio e, considerando a perspectiva para os próximos tempos, partindo dos dados disponíveis e fazendo uma análise prospectiva do que serão os custos nos próximos tempos e até ao fim do seu período de vigência. Na minha perspectiva pessoal, a maioria (para não dizer todos) dos empréstimos foram bem negociados. Foram realmente negociados de uma forma profissional só que aqui e como noutras circunstâncias a crise também passou a comandar todos estes processos.



A Câmara tem cinco empréstimos que foram contraídos com destino às obras do estádio. Um deles é da responsabilidade da Leirisport (que surgiu através um processo que transformou um empréstimo a curto prazo num empréstimo a vinte anos) e que se vencerá no ano de 2028. Trata-se de um empréstimo em que o mutuário é a Leirisport, celebrado com um sindicato de bancos constituído pelo BPI e pela Caixa Geral de Depósitos, cujo extenso contrato de cento e cinquenta páginas fiz os possíveis por ler. Há ainda um empréstimo "*sui-generis*" porque foi o único que foi negociado a taxa fixa, que não é baixa (pelo contrário) com cerca de 6%, mais precisamente 5,95%. No entanto, como as taxas fixas são sempre caras quando se contratam, mais tarde podem tornar-se baratas e o meu receio é que esta taxa se torne barata! Porque se esta taxa de cerca de 6% se torna barata então a situação é muito pior do que pensávamos, e vou dizer porquê. Todos os outros quatro empréstimos – dois ao BPI e dois ao Banco Déxia, cujo montante inicial foi de vinte e dois milhões quatrocentos e sessenta mil euros, outro de nove milhões e duzentos mil euros, outro de doze milhões seiscentos e quarenta e cinco mil euros e ainda outro de nove milhões e setecentos mil euros. Estes cinco empréstimos somavam – no valor inicial – cerca de setenta e quatro milhões e quinhentos mil euros. Têm sido amortizados no prazo, com cumprimento absoluto dos programas de amortização e valem – nesta data – cinquenta e sete milhões trezentos e quarenta e seis mil euros.

Estes empréstimos foram negociados da seguinte maneira:

- O de vinte e dois milhões à taxa Euribor de doze meses, acrescido de um spread de 0,275.

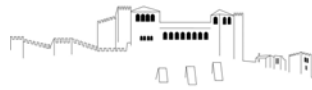
Sem querer ser fastidioso e muito rapidamente – para quem estiver pouco menos dentro disto – a Euribor é uma taxa que é fixada diariamente que tem a ver com o chamado "*custo do dinheiro*", ou seja, teoricamente se existisse um mercado inter-bancário (e neste momento, infelizmente, no nosso país está praticamente parado) seria a essa taxa que os bancos negociavam entre si para se financiarem. O spread é o lucro do banco. Foi negociado um spread de 0,275, que é um bom spread;

- O empréstimo seguinte, com a taxa Euribor de seis meses e um spread de 0,6;

- Um outro empréstimo com a taxa Euribor de seis meses e um spread de 0,5;

- E até o empréstimo de nove milhões e setecentos mil euros foi negociado com a taxa Euribor de seis meses e com um spread de zero.

As taxas actuais destes empréstimos - e para compararem - os 5,995 que disse há pouco, são neste momento de 2,437; 2,388; 2,288 e 1,788. São, portanto, taxas



muito baixas e muito boas. Mas estas taxas custaram em 2010 um milhão oitocentos e trinta mil, seiscentos e trinta e um euros de juros. Ora, se alguma destas taxas – e vai acontecer – se aproximar daquilo que foi calculado para a taxa normal (que será a taxa fixa do outro empréstimo) será um desastre financeiro para a Câmara. Basta vermos apenas isto! Fiz as contas para o dia 30 de Junho porque foi o dia de início desta sessão. Assim, em 30 de Junho de 2010, a taxa Euribor a seis meses foi de 1,041 e, na semana passada, foi de 1,788. Isto quer dizer que teve um aumento de 71%. A diferença entre elas é de 0,47 o que parece um número insignificante. O que é relevante é que aumentou 71,75% e os juros subiram!

A taxa a doze meses é muito mais elevada, como sabem. Em 2010 foi de 1,306% e em 2011 foi de 2,162%.

Tive o cuidado de ir ver estas taxas há pouco, antes de sair de casa, ao site do Banco de Portugal e a taxa que era de 1,788% (há três ou quatro dias) já hoje está em 1,81% e aquela que estava em 2,162% já está em 2,187%.

Não tenham dúvidas de que este é, inexoravelmente, mesmo com altos e baixos, o caminho próximo. A taxa Euribor, como disse, tem a ver com o mercado interbancário e é marcada em função do risco. As notícias de hoje são muito más para nós e, portanto, vamos todos ter uma taxa Euribor muito mais elevada.

Se de 30 de Junho de 2011 a 30 de Junho de 2012 o crescimento vier a ser igual – e penso que será maior – a taxa de 2,4% passará para 3,293%; a de 2,3% passará para 3,1%; a de 2,2% passará para 3,0% e a de 1,7% passará para 2,5%.

O que é que isto quer dizer?

Quer dizer que tirando o empréstimo da Leirisport à taxa fixa, os outros quatro empréstimos que são à taxa variável e que em 2010 custaram em juros, quinhentos e quarenta e quatro mil trezentos e sessenta euros, vão passar para novecentos e vinte e cinco mil euros!

Temo que estas projecções venham a pecar por defeito. Estou em crer que somando os juros pagos com o tal empréstimo da Leirisport, para o ano de 2012 estaremos a pagar qualquer coisa como dois milhões e meio de euros de juros destes empréstimos.

Por conseguinte, a drástica proposta do executivo para alienação do foco do tremendo desequilíbrio financeiro actual e como procurei demonstrar com tendência para forte agravamento parece-me justificar-se. O estado das finanças e da economia do município, valem para este ponto – que estamos a discutir – e valem

para o outro ponto que vamos discutir a seguir. Estou firmemente convencido que o "Leitmotiv" para estas duas propostas da Câmara é o mesmo e que pretendi aqui mostrar ser pertinente. O que aqui enunciei foi um teste de stress à dívida da Câmara. Fiz cenários plausíveis e que pecarão – provavelmente – por defeito.

Se juntarmos a todos estes dados toda a restante situação, de estagnação da actividade que produz riqueza, leva a que esperemos o pior para o futuro. Com a diminuição da generalidade das receitas e com tudo o que aí vem, estou em crer que teremos que dar autorização à Câmara para tomar medidas drásticas como esta e daí que o Partido Socialista irá, com certeza, votar a favor da autorização para estas vendas e concessões.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Antes de dar a palavra ao deputado que se segue, quero dar conta a esta Assembleia de que recebi um protesto apresentado pelo senhor deputado Manuel Antunes. Vou transmitir o seu teor, não lhe darei a palavra mas depois direi porquê. E passo a citar: *"A intervenção do senhor deputado António Sequeira, tendo em conta a sua actividade profissional numa instituição credora da Câmara, não consubstancia um conflito de interesses, ao discutir condições de empréstimos desta e de outras instituições financeiras envolvidas no processo de dívida do estádio?"*

Consultada a Mesa, entendi que não havia razão de ser para este protesto porque o senhor deputado António Sequeira não estava a intervir em assunto em que ele, ou a instituição à qual está ligado, esteja directa ou indirectamente envolvido. De resto, teve a Mesa presente que na última sessão o senhor deputado António Sequeira teve um comportamento de exemplar dignidade na discussão de um ponto da ordem de trabalhos, dignidade essa que não foi sublinhada por ninguém da bancada dele e foi justamente sublinhada por um deputado de uma outra bancada, que não vem ao caso. Por isso, entendeu a Mesa que este protesto não tinha fundamento.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e distinta Mesa, senhor Presidente da Câmara e distintos vereadores, companheiros e deputados

municipais, senhores Presidentes de Junta, distinta comunicação social e magnífico público.

A todos uma boa noite.

Eu, João Manuel Faria Fernandes da Cunha, nunca participei em nenhuma votação nem em nenhuma deliberação acerca da construção, não construção ou alteração do estádio municipal de Leiria. Formalizo aqui esta declaração para que, se alguém tiver dúvidas sobre essa matéria, fique devidamente esclarecido. Sinto-me, de alguma forma, com a consciência tranquila – por um lado – para abordar esta matéria, mas por outro lado também intranquilo porque trata-se de uma matéria que nos está a preocupar a todos. Gostava de vos dizer que quando houve um conjunto de pessoas que propuseram que o estádio municipal Doutor Magalhães Pessoa assumisse um outro figurino, fosse modernizado e criada uma nova estrutura, naturalmente que terão sido pesados os argumentos que estavam em cima da mesa e, nomeadamente, os custos financeiros. Recordo, pelo que li na comunicação social – porque também não estive presente em nenhum evento relacionado com o estádio nem com o acontecimento desportivo Euro 2004 – que houve um conjunto de pessoas em que uns se juntaram no castelo a jantar e outros foram a Lisboa ao “*beija-mão*” do Ministro respectivo. Outros ainda vieram para a comunicação social dizer que iriam investir largamente, aproveitando a dinâmica do Euro 2004. Havia um conjunto de entidades privadas que ira investir nesta matéria, aproveitando as sinergias. Isto é só para fazer aqui um apontamento histórico porque nada tenho a ver com esses negócios então apresentados e estou, como digo, de consciência perfeitamente tranquila! Não fui nenhum desses empresários, não estive presente em nenhum desses jantares e nem estive presente em lado nenhum acerca dessa matéria e, portanto, perfeitamente à vontade para falar sobre isto.

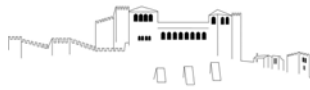
Já participei aqui, na Assembleia Municipal, em votações relacionadas com empréstimos respeitantes a esta questão do estádio e votei porque entendia que tínhamos, perante uma situação que existia – mal ou bem – e é uma realidade incontornável para a qual tínhamos que procurar minimizar os impactos que esta situação teria. E portanto, também de consciência tranquila, participei nessas deliberações.

Penso que em relação à questão do estádio, o qual é um facto incontornável, independentemente do que está para trás e da sua história e é dele que temos de cuidar, considero que em primeiro lugar temos que dizer aqui – todos nós, cidadãos

de Leiria – que queremos perceber para que é que queremos o estádio, ou seja, qual o seu fim.

O estádio é para o Município – que representa os cidadãos de Leiria – dele usufruir e possibilitar a prática do desporto, etc., ou então vamos olhar para ele como uma infra-estrutura imobiliária e para o valor patrimonial que incorpora e a partir daí tomar as atitudes que consideramos decorrentes dessa perspectiva. Esta é a questão fundamental! É o ponto de partida onde nos temos de situar. O que queremos do estádio? O que querem os cidadãos de Leiria do estádio? Querem que seja uma infra-estrutura desportiva para usufruto ou apenas uma infra-estrutura imobiliária que não tem uma preocupação acentuada relativamente à questão desportiva? E se optarmos pela opção de que é muito mais importante olharmos para a vertente desportiva da infra-estrutura, a questão será saber qual é o nosso limite, o que estamos disponíveis a pagar para manter essa funcionalidade e essa finalidade. E essa é uma questão muito pertinente! Até onde queremos ir para salvaguardar esta nossa "*pérola*", este nosso "*diamante*" do Município? Porque, meus amigos, esta questão deveria a todos obrigar a um debate acentuado pois a sociedade civil devia ser chamada a debater a fundo esta questão e saber o que se quer fazer do estádio! Então qual é o limite? E aquilo a que estamos a assistir nesta Assembleia Municipal e que assistimos na reunião da Câmara foi um precipitar dessa deliberação sem que este debate que tenho estado a referir tenha sido feito! E essa é uma questão de fundo, meus amigos! Estamos hoje a colocar sob a nossa responsabilidade uma deliberação sem que o debate tenha sido realizado. A sociedade civil do concelho deveria ter a oportunidade de, largamente, debater esta questão e não foi feito até agora!

Mas vamos olhar para esta proposta de alienação deste património. Pelo que se depreende, a proposta é a realização de uma hasta pública, a qual tem condições idênticas para todos os concorrentes que levantem o respectivo caderno de encargos e que apresentem as respectivas propostas. Não vi, para além da constituição de propriedades horizontais de algumas fracções e a classificação de uma das fracções como Centro Associativo Municipal, o que (à laia de parêntesis) nos coloca aqui a questão de saber se vai haver ali um Centro Associativo Municipal, se este aqui deixa de existir e, a acontecer, o que vão fazer com ele. Já agora, este também é um espaço que tem valor patrimonial. Não sei se virá para aqui o museu da cera ou outra coisa qualquer, até pode acontecer que haja dois Centros Associativos Municipais porque a procura pode ser muita e esta é uma



questão que será respondida por quem de direito. Agora, pergunto se as finalidades da infra-estrutura municipal estádio, nas suas múltiplas vertentes, não são alteradas em sede de PDM. Pergunto ainda se face ao montante da dívida que estamos a considerar e cujo valor ascenderá a cerca de sessenta e três milhões de euros (conforme documentação), que será o preço da hasta pública, questiono – numa lógica de investidor – quem será que, com a finalidade que lhe é dada no estádio com o actual PDM, vai investir sessenta e três milhões de euros e em quanto tempo amortizará esse valor, ou seja, para rendibilizar o seu investimento, onde vai o investidor buscar retorno financeiro deste investimento? E das duas uma... ou há aqui alguém que tem um segredo "*polichinelo*" que não sabemos, ou então anda alguém a querer lavar dinheiro.

É uma pergunta que deixo no ar pois não faço a mínima ideia como é que se atiram sessenta e três milhões para aquela infra-estrutura e se tira o retorno do investimento...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço o silêncio, o respeito e a atenção dos senhores deputados, por favor.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

... sobre esta matéria. Tenho algum receio, e confesso-o aqui de uma forma muito sincera, que na própria hasta pública a praça venha a ficar deserta! A não ser que o senhor Presidente tenha algum "*Abramovich*" ou outro qualquer que não seja do nosso conhecimento, mas que deveria ser e dado conhecimento à Assembleia de eventuais interessados acerca disto. Temo que a hasta pública possa vir a ficar deserta e aí o efeito de "*boomerang*" que possa ter para o Município.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados! Por favor agradeço o vosso silêncio.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

O efeito que possa ter para o Município poderá ser um autêntico "*tiro de pólvora seca*". A imagem negativa que ficará por se estar a dissertar sobre estas matérias na praça pública antes de fazer o trabalho de casa poderá ser muito mais preocupante.

Quero dizer-vos também que nada tenho de obstáculo à alienação do respectivo património em apreço. O que acho é que ainda não é a altura de o fazer porque não estão esgotadas todas as possibilidades. E gostava também de vos dizer que a infra-estrutura não está, no meu entender, a ser rentabilizada como devia ser e esse é um outro problema, meus amigos! É preciso saber se a utilização que está a

ser dada ao estádio neste momento e, nomeadamente, em relação aos seus aspectos empresariais e comerciais, se efectivamente está a ser optimizado como deveria ser e se os contratos existentes, enfim, estão a facultar algum rendimento ou não à infra-estrutura ou se não deveriam ser revistos. E também aqueles que devem à entidade municipal que gere o estádio, não deveriam pagar? Mas todos! Não é ficarem uns na praça pública como os que devem e os outros (que também devem) continuarem na penumbra. É importante que todos paguem!

Para finalizar, e porque não me quero alongar nesta matéria, gostava de dizer que devemos antes de tomar decisões, e penso que a intervenção do senhor deputado António Sequeira sobre esta matéria é um contributo importante para análise de todos nós, devemos ter a oportunidade de analisar outros aspectos.

Portanto, no nosso entender, devemos não nos precipitar e fazer primeiro um estudo aprofundado, um trabalho de discussão pública desta matéria e, nomeadamente, quanto ao que se quer fazer com o estádio e só após tomarmos decisões.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Boa noite a todos os presentes.

Infelizmente a Lei do sector empresarial local não confere à Assembleia Municipal os poderes para que esta decida aquilo que aqui nos é solicitado, a Lei minoriza este órgão.

Nós discordamos e queremos deixar claro que, tratando-se de entidade empresarial e equipamentos municipais, deveria ser o órgão deliberativo a ter os poderes para autorizar a realização de alienações do património imobiliário pelos mesmos limites da competência para autorizar a Câmara Municipal.

Dado que a propriedade do estádio e do topo norte, isto é, das construções e inerentes equipamentos pertence à Leirisport, o órgão deliberativo municipal está legalmente impedido de poder decidir sobre este assunto deste modo. E nem a Câmara tem o direito de fraccionar o Estádio e o Topo Norte. Trata-se de uma matéria que legalmente compete à Leirisport.

De qualquer modo e para que conste, não nos opomos, aliás sempre estivemos de acordo, em rentabilizar o edifício do topo norte. Concordamos com soluções que garantam da melhor maneira possível a defesa do interesse municipal, não excluindo a sua alienação.

Mas para além de esta Assembleia, por força da legislação, ser incompetente para decidir sobre o assunto, há outras questões a resolver e que impedem a tomada da decisão aqui pretendida.

Por exemplo, o facto de o estádio ter sido declarado em 2008 pela Câmara *“edifício de interesse municipal”*, sujeito às restrições e ónus daí resultantes. Na sequência da deliberação da Câmara e a sua solicitação esta Assembleia deliberou isentar a Leirisport do IMI.

Nestes casos é dever, entre outros, dos detentores – a Leirisport – *“conservar, cuidar e proteger devidamente o bem, de forma a assegurar a sua integridade e a evitar a sua perda, destruição ou deterioração”*; *“adequar o destino, o aproveitamento e a utilização do bem à garantia da respectiva conservação”*.

E determina também a *“sujeição a prévia autorização do desmembramento ou dispersão do bem (...)”*.

Não só a Leirisport não fez nada como nem sequer requereu a competente autorização de desmembramento.

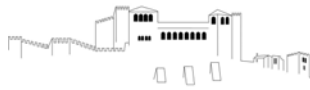
Como edifício de interesse municipal, está isento do IMI e a sua hipotética transacção está isenta de IMT. Da mesma forma, todos os actos decorrentes da transacção e a eventual contracção de empréstimos com vista à sua aquisição estaria isenta de quaisquer emolumentos registais e notariais.

Um grande negócio privado, sem dúvida, mas uma calamidade para os cofres municipais.

É isto o que o Partido Socialista defende? E quanto é que isso custará ao município em perda de receitas? E o direito de superfície do solo? Seria para manter por noventa e nove anos? E também a título gratuito, como acontece agora com a Leirisport, ou contra pagamento?

Nós queremos respostas concretas e fundamentadas, com valores!

E já que o assunto aqui veio à discussão, e é demasiado importante para que a esta Assembleia fique à margem dela, não podemos deixar de dizer que discordamos da alienação, por qualquer forma, do estádio municipal, com excepção do já referido topo norte.



É uma importante infra-estrutura para a prática e o fomento do desporto, que, como todos sabemos, pode ser melhor rentabilizada social e economicamente.

E se há pretendentes privados é porque é possível que o Estádio seja rentável.

Uma última questão.

Porque é que o Centro Associativo Municipal tem que sair do Mercado, a que propósito, se as instalações são boas, tem estacionamento que chegue e está no centro da cidade?

O que é que V. Exas. pretendem fazer nas suas actuais instalações?

Queremos respostas aqui e agora.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

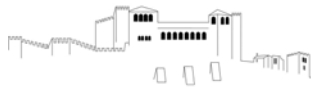
Senhor deputado Carlos Conceição.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Cumprimento a Mesa na pessoa do Senhor Presidente, cumprimento a Câmara Municipal na pessoa do senhor Presidente, senhores vereadores, senhores Presidentes de Junta, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores.

Temos falado aqui nas partes mais negativas do estádio e um conjunto de coisas que, obviamente, nos preocupam imenso. Mas precisamos ver os dois lados. Quando estamos nas empresas, percebemos o lado dos custos – aliás, muitíssimo bem inventariados aqui e recordados pelo senhor deputado António Sequeira – mas também o lado dos proveitos. Recordo-me, da análise que fiz, que foi possível encontrar um ano onde os resultados operacionais da Leirisport foram positivos. Considerámos aqui o serviço da dívida mas os resultados operacionais e resultados líquidos são coisas distintas e não vou ser maçador com estas coisas das quais, aliás, nem percebo nada. Mas precisamos de perceber, obviamente, que temos custos muito expressivos e com uma tendência muito forte a agravar-se – estamos todos completamente de acordo – mas temos também proveitos a considerar e ainda não o fizemos. Questiono também se, de alguma forma, não é possível sermos mais dinâmicos do lado dos proveitos. Não sei... não estou ligado à gestão da Leirisport. Sei que há mais activos que também dão prejuízo, obviamente não como o estádio, e pergunto se também vamos fechar os outros que não estão a dar resultados positivos?

É verdade que nada é comparável ao estádio, aquele "*bicho mau*" que nos estamos todos a habituar a odiar! Ele está ali, está plantado, faz parte da nossa história e tem aspectos muito positivos. Estamos também num discurso – e penso que esta



Assembleia está a correr bem também nesse aspecto – que tem que ser mais positivo e não de amaldiçoamento constante daquele espaço. Questiono-me porquê... Faz parte do nosso património, é um activo e por isso temos que o tratar como tal. Pensamos nós, não temos a certeza porque ainda não nos foi esclarecido cabalmente qual a política desportiva e cultural do Município de Leiria para os próximos dez ou cinco anos ou para os próximos dois anos e meio – não sabemos qual é – e questiono se de facto o estádio faz ou não parte integrante da estratégia política de desenvolvimento e da estratégia integrada de desenvolvimento cultural e desportivo do nosso Município. Porque se não tivermos aquele estádio, provavelmente vamos ter outro – digo eu – a não ser que se venda este e depois vamos alugá-lo e a Câmara vai ter custos por outra via. De alguma forma a alienação deste espaço não elimina – e é bom que todos estejamos bem conscientes disto – parte significativa dos custos ligados àquela estrutura, ou melhor, pode não eliminar.

Também não sabemos qual o caderno de encargos que está aqui subjacente, existe claramente um défice de informação que gostaríamos imenso de ter, até porque não estamos chateados, nem irritados, nem crispados! Queremos cooperar e é esse o nosso espírito. Mas importa perceber qual é a estratégia desportiva do Município! Interessa-me saber como vamos aproximar a cidade de Leiria àquele espaço que, de facto, é muito conotado. Se temos um problema de utilização (temos um problema do lado dos proveitos), custos com fatura e proveitos muito baixos e, ainda por cima quem o usa não paga e – já agora – não paga e arranja problemas! Eu diria, senhor Presidente, que não queria estar no seu lugar! Porque, de facto, é um problema complexo e nós sabemos disso e não vale a pena pensar que se resolve com um *"estalar os dedos"*. Isso nem a Maga Patológica com as suas poções mágicas conseguia fazer... e nós não somos a Maga, embora eu pareça, mas garanto-vos que não sou!

Como vamos integrar aquele espaço, se nos interessa manter... sim ou não?

Faz parte do nosso futuro... sim ou não?

Se sim, como é que vou criar ali uma nova centralidade? Aquilo está completamente às moscas.

Como é que posso colocar lá dinâmica empresarial comercial?

Está ali, foi ali plantado e ali está sossegadinho! E uma vez ou duas por ano ou uma vez de cinco em cinco anos temos um campeonato de atletismo, que é uma

valência muito interessante e que tem dado belíssimos resultados. Estou certo que é possível fazer mais e melhor!

E reforço a questão... não sei o que é uma coisa cara nem uma coisa barata. As pessoas que estão aqui, mais ligadas às empresas, sabem isso. Sei sim que temos ali uma estrutura de custos muito forte, sei que precisamos melhorar os proveitos, sei que os utilizadores têm que pagar, não apenas aquela estrutura mas também as outras. Sei, na minha opinião pessoal e humilde e não em nome da bancada, que defendo o princípio do utilizador/pagador porque se não corremos este risco da Câmara pagar tudo e percebemos que não estamos em condições para isso!

Quais são então os eixos, a estratégia e como é que vamos colocar os utilizadores daquele espaço a pagar? É que, se bem me recordo, aqui há um ano fizemos uma Assembleia onde falámos do tema da Leirisport e percebemos que muitos dos utilizadores tinham uma dívida brutal àquela entidade! Não apenas a SAD do União de Leiria mas um conjunto de outras entidades e de outras colectividades que deviam imenso dinheiro! Seguramente muitas das pessoas que aqui estão se recordam disso. Pois então, já pagaram? Não sabemos... e de facto é muito importante perceber que se temos uma estrutura de custos tão grande, com um serviço de dívida pesado, se cada vez ela é mais pesada, se não temos uma estratégia de rentabilização objectiva (provavelmente temos! Nós é que não a conhecemos), se não temos uma estratégia clara de desenvolvimento integrado daquele espaço, se não temos uma estratégia para a devolução daquele espaço aos Leirienses para apagar esta imagem de elefante que temos ali, porque os elefantes também se comem... tem é que ser às fatias! E nós achamos que ainda não temos a máquina própria para "*fatiar*" esse elefante.

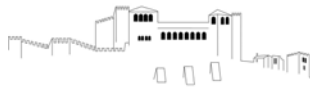
É por isso que dizemos que estamos contra. Não é que tenhamos uma posição de princípio contra a privatização – geralmente é o Partido Socialista que a tem – e agora até acham bem e nós também achamos bem, por princípio! Mas também achamos que deve caber aos Municípios o desenvolvimento e implementação de uma política desportiva integrada, coerente, conhecida e por isso pública! Penso que é aqui que estamos a falhar, mas estamos disponíveis para ajudar a carregar a máquina para fatiar o tal elefante.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Peixoto.



DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO (BE)

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

Muito boa noite a todos e a todas.

Não me vou alongar muito. As pessoas mais informadas sabem qual foi a posição do Bloco de Esquerda relativamente ao estádio Magalhães Pessoa. Fomos contra a sua construção e, em devida altura – por meu intermédio – defendemos até a sua implosão. Sabemos agora que tal não será possível e que terá que ser desmantelamento. De facto, dado às contingências de uma dívida que se vai acumulando e tornando cada vez mais pesada, há sete anos defendemos a implosão do estádio!

Esta suposta operação de venda não é novidade. Não é a primeira vez que se fala nisso e tem sido sempre apresentada, pelo menos com a venda do topo norte como a solução miraculosa para resolver os problemas em que se encontra a Câmara de Leiria. Pensamos que estes problemas têm a ver com a gestão completamente desbragada, irresponsável e ruínosa. Esta decisão de remodelar o estádio – o antigo Magalhães Pessoa – para trinta mil lugares e com aquele custo final, vejam bem! Disseram aqui que não se sabe o que é caro... aquele estádio é caro! É muito caro porque custou quase cinco vezes mais o preço inicial! Este estádio ficou em trinta e três milhões de euros, 277% a mais do que aquilo que estava previsto, tendo sido – de todos os estádios – o segundo mais caro.

Lembro também que na última época o estádio teve uma assistência média que não ultrapassou os mil espectadores, quando o custo de manutenção é cerca de cinco mil euros dia, o que equivale – mais ou menos – a um milhão e oitocentos mil euros ano! O carácter ruínoso também tem a ver com o modelo de financiamento que foi adoptado e que, somado aos encargos de manutenção, ao longo destes sete anos atingiu cerca de treze milhões de euros, os quais têm sido assumidos integralmente pelo Município. A este montante acresce ainda o custo anual dos empréstimos, que acho que foram na ordem dos cinquenta e três milhões de euros e, como consequência, o encargo total para o Município de Leiria será em 2013 a exorbitância de cento e dez milhões de euros! Acresce que se somarmos, ao valor dos encargos financeiros, os empréstimos – aqueles que a Autarquia contrai e que consomem 8% do orçamento municipal – teremos mais cerca de dez milhões de euros por ano.

Assim, relativamente á questão da venda do estádio, não nos resta outra opção senão votar contra, uma vez que não são suficientemente claros os contornos desta

operação. O interesse público reclama uma transparência sobre os meios e processos utilizados, sobre as obrigações...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, peço a vossa atenção, por favor.

DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO (BE)

... e sobre eventuais contrapartidas que o Município de Leiria assumirá no futuro.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Vitor Lourenço.

Senhoras e senhores deputados, peço o vosso silêncio e a vossa atenção para a intervenção do senhor deputado.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Senhor Presidente, muito boa noite.

Vitor Lourenço, PSD.

Cumprimento o senhor Presidente da Câmara e todos os senhores vereadores, senhores deputados, senhoras deputadas, minhas senhoras e meus senhores.

A minha intervenção será muito breve e muito simples porque as intervenções que definiram a posição dos eleitos do PSD e, no fundo, também a de todos os eleitos aqui presentes e que cada um já aqui tomou, politicamente, a sua posição.

Portanto, não é sobre esse aspecto que aqui venho prestar algumas notas.

Senhor Presidente, há - na verdade - outras questões que gostaria de ver esclarecidas. O senhor deputado Carlos Guerra, aliás, já fez aqui uma intervenção que retiraria, em alguns aspectos, as minhas palavras e não por qualquer coincidência mas porque a deliberação da Câmara que nos foi presente diz, *"Delibera a Câmara, por maioria, autorizar a abertura de procedimento para alienação parcial do estádio municipal, através de hasta pública."* Ora, em conjunto com esta deliberação deveria ter sido presente à reunião de Câmara - e agora aqui também a nós - outros dois documentos fundamentais, sem os quais qualquer decisão, naturalmente, não tem qualquer efeito. O estádio é património afecto à empresa municipal - já aqui foi dito - pelo que seria imprescindível a prévia decisão da Assembleia Geral da empresa de reafectar o bem ao Município ou, em alternativa, um contrato de mandato a autorizar o Município a avançar com este processo. Aliás, este contrato de mandato já foi utilizado uma vez pelo Município e empresa municipal quando foi para promover o concurso para o empreendimento

de grande dimensão comercial de impacto relevante. Era necessário que esse documento estivesse, esteve presente e foi feito.

Senhor Presidente da Câmara, senhores deputados. O Município pode decidir vender património que não é seu?

Acresce ainda que no contrato de financiamento do banco existe uma cláusula que diz, e cito o ponto oito do contrato, na alínea c), "*A mutuária obriga-se a não praticar, sem que para tal obtenha o consentimento prévio do banco, quaisquer actos que tenham por objecto e como efeito...*" e cito só o primeiro "*...a alienação ou a transferência de bens do activo, presente ou futuro, de valor superior a quinze mil euros*". E não leio mais nenhuma das condições porque são mais quatro.

Pode a decisão da Câmara ser considerada assim, juridicamente aceitável e legalmente correcta? Com uma e outra ausência, senhor Presidente, a decisão da Câmara torna a deliberação ilegal de facto e de direito, de efeito nulo.

Senhores deputados, peço a todos que reconsiderem e analisem estes factos que agora enunciei.

Politicamente, há um caminho simples e claro que todos nós devemos indicar à Câmara Municipal:

Primeiro - que o senhor Presidente da Câmara retire este ponto;

Segundo - que promova um processo renovado sim e com a legalidade cumprida;

Terceiro – preparar a alienação do topo norte, com que todos concordamos;

Quarto e último ponto – poupe, senhor Presidente, os deputados municipais a uma votação que a ninguém dignifica.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUIS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Naturalmente que a Câmara Municipal de Leiria, como único detentor dos direitos sobre o Conselho de Administração da Leirisport, pode – desta forma – tomar posição, como tomou na Câmara legalmente. Naturalmente que o Conselho de Administração da Leirisport e toda a sua Assembleia Geral pode votar porque, no fundo, nós também estamos desta forma (e como fez o executivo), na Assembleia a dar o seu aval ao Município para tomar essa posição em Assembleia Geral. Nada nos diz que tenha de ser feito de uma forma inversa. No fundo, nenhuma bancada

utilizou argumentos no sentido de contrariar aquela que é a posição da Câmara Municipal, e sobretudo naquilo que está subjacente a ela, que são – de facto – os custos que este Município não se pode dar ao luxo de ter e continuar a ter pois é o nosso desenvolvimento que está em causa! O que se está aqui a tentar fazer é encontrar subterfúgios para continuarmos a adiar e o nosso concelho não pode continuar a ser adiado! Temos que tomar decisões e não temos capacidade financeira para ter luxos destes. É irrefutável que este é um luxo que não podemos ter!

É importante – como foi aqui dito por deputados de praticamente todas as bancadas – que coloquemos as politiquices fora deste assunto. É o desenvolvimento do nosso concelho que está em causa e isso é que é importante, sem encontrar culpados no passado e no presente. Neste momento temos um problema concreto entre mãos e temos a obrigação de não o adiar pois cada dia que passa, em termos de juros e custos, torna a situação cada vez mais difícil e não podemos deixar esse legado para o futuro! Temos que, rapidamente, tomar posições e não andar a *"jogar às escondidas"* para continuarmos a adiar o problema. Penso que se colocássemos à população de Leiria – e até fazer aqui um voto popular sobre esta situação – não tenho dúvidas que a esmagadora maioria (uma larga e esmagadora maioria dos leirienses) votaria favoravelmente à venda porque já todos perceberam que neste momento a relação de custo/benefício está – de facto – muito desequilibrada e por mais capacidade que houvesse deste ou dos anteriores Conselhos de Administração da Leirisport não seria possível equilibrar. Os custos são demasiado elevados para se poder criar aqui qualquer equilíbrio, que demoraria muitos anos, e que só nos levaria a ter mais problemas no futuro.

É muito importante que tenhamos a coragem de tomar uma posição que não faz mais que defender os interesses do concelho.

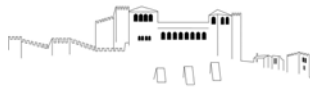
Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às interpelações que lhe foram feitas, tenho a comunicar que o senhor deputado António Sequeira pediu-me a palavra para defesa da honra, na sequência do protesto que li.

É verdade que a Mesa não o considerou fundamentado mas a verdade é que foi lido. Assim, admito que assiste ao senhor deputado António Sequeira o direito à



defesa da honra porque o texto foi lido – embora por mim – e concedo-lhe a palavra, nos termos regimentais, por um período que não pode exceder três minutos. Tem direito a isso e o texto dizia o seguinte: *“A intervenção do senhor deputado António Sequeira, tendo em conta a sua actividade profissional numa instituição credora da Câmara, não consubstancia um conflito de interesses, ao discutir condições de empréstimos desta e de outras instituições financeiras envolvidas no processo de dívida do estádio?”*.

Senhor deputado Manuel Antunes, não lhe dou a palavra para um protesto! Dar-lhe-ei a palavra a seguir. Não há nada no Regimento que me diga que corte a palavra a um deputado que a pediu em defesa da honra. O senhor deputado perdoar-me-á! Usarei o meu poder de intervenção aqui e entendo que a defesa da honra, neste caso, tem prioridade.

Senhor deputado, agradecia-lhe respeito por esta Assembleia e por esta Mesa!

Senhor deputado António Sequeira, faça o favor de usar da palavra em defesa da honra.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

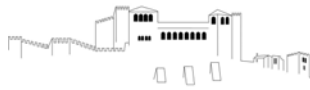
Não vejo onde é que poderei ter infringido alguma regra e me tenha envolvido nalgum *“inside trading”* ou coisa parecida, ou sequer algum problema deontológico. Apresentei uma série de empréstimos da Câmara nos quais a empresa para que trabalho não interveio. Acabei por, inclusivamente, dizer que foram bem negociados e atribuí a progressão dos seus custos à crise, à situação económica e a razões completamente exógenas a esta ou a qualquer outra Câmara.

Não vejo onde me terei valido de algum conhecimento, de alguma situação especial ou algo que não fosse absolutamente deontológico. Quando falei na taxa de 5,95%, provavelmente elevada, de um empréstimo a prazo fixo, é naquilo que ele pode indiciar – ao estar bem negociado – que é para onde poderão *“pular”* todas as outras taxas. E se todas as outras taxas de 2,4%; 2,3%; 2,2% e 1,7% subirem para 5,95% - e se calhar vão – então será o descalabro financeiro e acontecerá na Câmara o que está a acontecer ao país.

Era o que queria dizer e já agora, se me dessem mais um minuto, diria o que há pouco me esqueci de dizer...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, se não é em defesa da honra não lhe dou a palavra. Se não for directamente relacionado com a defesa da honra, peço-lhe o favor de não continuar.



DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Então não leio. Sou disciplinado!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Manuel Antunes, que pediu a palavra para um protesto. Tem os mesmos três minutos.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, sob pena de me considerar um arruaceiro, o senhor vai ter que ouvir aquilo que tenho a dizer. O senhor Presidente, mais uma vez, mostrou a sua atitude autocrática ao gerir os trabalhos desta Assembleia!

A razão porque fiz o protesto imediato foi porque entendi que tinha o direito de, antes do senhor deputado António Sequeira dirigir a palavra à Assembleia, explicarlhe duas coisas:

Em primeiro lugar, já o afirmei aqui várias vezes, o respeito e a admiração que tenho por ele. O protesto que apresentei e que o senhor Presidente leu não tinha nada de pessoal contra o senhor Presidente;

Em segundo lugar, apresentei o protesto como uma pergunta à Mesa. Está lá o ponto de interrogação! E o senhor Presidente da Mesa entendeu que o protesto não era válido. Acatei essa decisão e não protestei nem reclamei, aceitei-a. O senhor Presidente até podia não ter lido porque foi uma pergunta feita à Mesa. Portanto, ao não me permitir essa explicação – e espero que o senhor deputado António Sequeira, neste princípio de admiração e de respeito, o aceite como tal. Eu tinha o direito de me explicar mas o senhor Presidente, além de dizer que não aceitava o protesto e que achava que ele não tinha cabimento – e não sei se isso compete à Mesa – disse logo que não me dava a palavra e, não o tendo feito, automaticamente deveria ter encerrado o assunto! Não havia aqui sequer uma questão de honra... o que o senhor deputado António Sequeira fez não foi uma defesa da honra, foi um protesto contra um protesto.

Nessa figura, o senhor Presidente excedeu as suas funções, já não é a primeira vez que o faz, e sempre orientado em determinada direcção e não noutra direcção. Ainda hoje vai haver, certamente, a oportunidade de dizer e de demonstrar o parcialismo que a Mesa tem tido em relação à condução dos trabalhos nesta Assembleia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Não vou responder às observações que fez. O Presidente e a Mesa têm o direito de interpretar o Regimento e assim o fazem, assim o têm feito e assim o farão. Admitindo, obviamente, que todas as decisões são discutíveis, podem ser controversas e reconhecendo o que todos reconhecem, que é o facto de haver senhores deputados que não concordam com o funcionamento da Mesa e com as atitudes do Presidente da Mesa. É curial e é democrático que assim aconteça.

Gostaria apenas de informar esta Assembleia, para que não restem dúvidas que, de facto, o texto que o senhor deputado Manuel Antunes me entregou termina com um ponto de interrogação – o que faria dele uma pergunta – mas consta acima a palavra "*protesto*", o que faz dele um protesto.

Senhor Presidente da Câmara, para responder às interpelações que foram feitas.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente da Mesa, senhores deputados, público presente e órgãos de comunicação social.

Já hoje aqui foi efectuada uma síntese do que se passou na Assembleia e quero repetir que na sessão da Assembleia em Abril tínhamos dito que, nesta sessão, iríamos apresentar a situação da Autarquia e propostas com vista a tentar alterar o curso dos acontecimentos, considerando que as dificuldades financeiras são – julgo eu – já devidamente conhecidas. Também sabemos quem são os responsáveis e daí as relações que cada um tirará.

Relativamente às intervenções sobre esta proposta de alienação parcial do estádio, vou tecer algumas considerações, como por exemplo, dar conta que a síntese efectuada pelo senhor deputado Manuel José Carvalho não deixa de ser interessante. Reconhecendo tudo o que tem sido público, imputando inclusivamente a responsabilidade de toda esta situação ao problema com o futebol e o facto de acontecer sempre a mesma coisa no início de cada época futebolística e ainda reconhecendo a necessidade de alienação parcial do estádio – concretamente o topo norte – para permitir o desafogo financeiro. E no fim anuncia que votará contra! É legítimo, aceito e tem esse direito.

Reportando agora à intervenção da senhora deputada Ana Paula Silva, comungo desta mesma responsabilidade acerca das dificuldades que aqui foram enunciadas na quinta-feira passada, da preocupação em termos de respostas sociais que não conseguimos ter devido á falta de recursos financeiros. Salientámos o agravamento

do panorama e a necessidade – à data – de construção de quinhentas habitações sociais, para as quais não temos capacidade de resposta muito – ou na totalidade – por força da situação financeira que herdámos e que já aqui a justificámos.

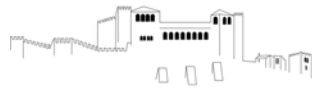
Relativamente à intervenção do senhor deputado Domingos Carvalho, são conhecidas as suas posições em relação às obras que foram feitas para o estádio municipal de Leiria. Mencionou a denúncia de um contrato efectuada em Fevereiro e quero esclarecer que essa denúncia não foi reconhecida pelo principal accionista da SAD, que afirmou mesmo desconhecer-la e que nada tinha a ver com isso. Tanto mais que no dia seguinte treinou no estádio e lá se manteve até ao final da época, o que não deixa de ser curioso, tal como todo este arrazoado a que temos vindo a assistir através da comunicação social.

O senhor deputado António Sequeira apresentou – e bem – a situação dos empréstimos. Um alerta que temos de ter bem presente sobre a evolução negativa da situação financeira da Autarquia face a esta conjuntura e a todos os cortes que se prevêem. Isto leva a que haja a necessidade de identificar e elencar tudo o que é património municipal que seja passível de alienar – a nota fala em privatização mas também fala no sentido da alienação – o que está a ser executado por muitas Autarquias, que já têm propostas de alienação de muitos bens que são património municipal.

Ao senhor deputado João Cunha quero dizer que há uma coisa que não faço (se o quiser fazer está no seu direito) nem nunca farei e penso que a equipa que trabalha comigo também não o fará e ainda que a maioria dos senhores deputados terá a mesma opinião, que é nunca nos demitirmos das responsabilidades para que fomos eleitos! Temos que tomar decisões e não enveredar por processos enviados de se questionar seja o que for. Se assim fosse, eu teria que contrapor com o que dirão os portuenses, que não têm um estádio municipal; ou o que dirão os lisboetas, que também não o têm.

Porque razão tem Leiria de ter um estádio?

O que sabemos é que todos os clubes desportivos têm os seus próprios campos, excepto um que por acaso é uma empresa privada. Isto é bom lembrar a todo o momento! Acresce que se está preocupado com a rentabilidade, também nós estamos... e não é só de agora! Há muito tempo que estamos preocupados! Prova disso são os resultados apresentados no dia trinta de Junho, bem expressivos da situação.

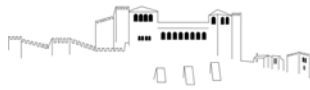


Na verdade, o estádio é efectivamente o causador da situação financeira e sobre isso não há dúvidas. Penso que a maioria estará de acordo com as premissas que levaram a esta opção e clarifico novamente que eram as obras de requalificação do que existia naquele espaço no valor de três vírgula nove milhões de contos, valor esse que deu origem a um contrato com a Administração Central para ter acesso ao financiamento de 25%, que era a premissa que estava assumida. Passou depois para cinco milhões de contos, a seguir sete milhões de contos e depois nasceu a Leirisport! Eu fazia parte do executivo até 2001 e sei muito bem o que se falava nas reuniões (que são públicas) e há muitas testemunhas. Havia sempre alguém que dizia que ele é que sabia! O resultado está à vista. No que eventualmente até possamos estar em desacordo, o meu é com a derrapagem, seguramente!

Naquela altura, ter-se efectuado um investimento de três vírgula nove milhões de contos, com participação da Administração Central de 25% e o restante, pelo que foi dito quando a deliberação foi à reunião de Câmara, eram fundos comunitários... ninguém olhava para trás! O que ninguém – e muito menos eu – aceitará é a derrapagem. Mas essa é outra história para outro dia, sem deixar de aqui repisar que o grande problema da Autarquia são os custos que decorrem da construção do estádio nos moldes em como acabou por ser construído.

Quanto à intervenção do senhor deputado Carlos Guerra, a proposta que apresentamos é uma proposta de fraccionamento e adiamento ainda – como resposta ao que também já foi aqui questionado – que esquecem-se que a propriedade do terreno continua a ser da Câmara Municipal de Leiria. O direito de superfície que foi doado está, nesta data, a custar-nos mais de quatro milhões de euros de responsabilidades fiscais relativamente ao direito que foi doado em 2003 à Leirisport. Quando chegar o momento, se vier a ser aprovada a proposta de lançamento da hasta pública, naturalmente que estas situações estarão salvaguardadas. É bom não esquecer que a propriedade do terreno continua a ser da Câmara Municipal e que foi o direito de superfície que foi doado e ali foi implantada a construção e estão em causa as duas entidades. Como é sabido, a Assembleia Geral da Leirisport é o Presidente da Câmara Municipal, não fui eu que elaborei os estatutos e que isto fique bem expresso!

Quanto à intervenção do senhor deputado Carlos Conceição, que questionava aqui se a seguir também se irão fechar outras estruturas, como se esta fosse fechar! É bom não esquecer que o que está a ser proposto é a abertura de um procedimento por hasta pública para dois tipos de cenários:



- O primeiro cenário envolve o campo propriamente dito e a restante fracção correspondente ao topo norte – e há uma pequena parcela de mil e setecentos metros que gostaríamos que ficasse na posse da Autarquia – e também o estacionamento;

- Do segundo cenário consta apenas o topo norte e o estacionamento.

Já afirmei no dia trinta de Junho que há duas manifestações de interesse para partes do estádio ou no seu conjunto. Estas manifestações só serão válidas se no dia em que se realizar a hasta pública apresentarem propostas. Não vale a pena apresentarem agora uma carta a dizer que *“nós estamos interessados”* e não vale a pena dizerem à Autarquia que estão interessados porque se não houver hasta pública nunca saberemos se esse interesse foi real ou não. Por isso tenho dispensado dar nota de quem são essas manifestações de interesse. Por questões de mercado, tenho informado que elas só serão viáveis de se concretizarem se houver uma hasta pública. Se tal não acontecer, a única coisa que poderemos concluir é de que fizemos o possível para tentarmos resolver um problema que é da Autarquia, que é da Câmara Municipal de Leiria e que isto fique bem claro pois insinuações de jogos escondidos não pegam! O que vou continuar a afirmar é que há manifestações de interesse e há alguma margem para – a concretizarem-se – termos minimizados os custos financeiros que a Autarquia está a suportar e que vai continuar a ter que o fazer de uma forma cada vez mais gravosa.

Se colocam questões sobre outras estruturas municipais, se não dão proveitos e não têm resultados, têm que fechar... o que digo neste momento é que não sei. O que sei é que uma Câmara, por acaso do PSD, já tomou a decisão porque uma estrutura municipal desse concelho tinha trinta mil euros mensais de prejuízo e o que assistimos pela comunicação social, nomeadamente pela televisão, é que essa estrutura encerrou. Portanto, quando colocam a questão para Leiria, respondo... não sei! Agora, o que sinto é que as situações cada vez mais serão mais complicadas e também lhe quero dizer que, no fundo, quando se vem aqui fazer abordagens sobre referendos (foi o que deduzi, ninguém o disse claramente), há uma coisa que seguramente sei... o que querem os Leirienses? O que querem é o saneamento básico, querem centros escolares, querem estradas arrançadas e querem mais investimento nas freguesias. Isso é o que sei e para isso é preciso dinheiro! Não fomos nós que criámos um problema desta dimensão e estamos aqui com propostas no sentido de minimizar esses custos que inviabilizam que se faça mais investimentos dentro do próprio concelho. Este tempo é agora... não é daqui a

dois anos! E para aqueles que têm memória curta, esta possibilidade de alienação do estádio já tinha sido ponderada no último mandato. Chegou-se a colocar a questão, sendo conhecido o projecto do centro comercial que envolvia o topo norte e que, pelas razões que sabemos, não avançou.

O estádio não tem rodas, dali não foge e os usos são para manter. Quer isto dizer que é para manter como está e em relação ao topo norte, seguramente que comércio e serviços, a exemplo do que estava previsto no projecto do centro comercial – que o permitia naquela altura – também nós vamos conseguir que assim seja.

Também não quero deixar de registar a intervenção do senhor deputado municipal José Peixoto que utilizou os mesmos argumentos contra tudo isto e que já deu conta que irá votar contra, o que não deixa de ter alguma contradição.

Ao senhor deputado Vítor Lourenço já respondi que é bom não esquecer que a propriedade do terreno é da Câmara e foi o direito de superfície que foi doado à Leirisport. Relativamente à questão do banco, naturalmente que não faríamos nenhuma abordagem ou não avançaríamos com a proposta se não tivéssemos um mínimo de garantias de que podemos avançar.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

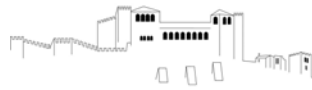
Muito obrigado senhor Presidente.

Senhores deputados, depois da intervenção do senhor Presidente da Câmara passamos à votação do ponto.

Peço o favor de não entrarem em diálogo pois perturba os trabalhos. Se for sobre a votação, fará o favor de fazer o pedido de esclarecimentos e apenas sobre a votação porque depois da intervenção do senhor Presidente da Câmara não há lugar ao reinício do debate.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Senhor Presidente, a minha questão pode ser uma questão de interpretação da língua portuguesa, mas gostava de saber exactamente o que é que vamos votar. Isto porque se lerem o verbete que é apresentado, quando se fala em alienação parcial, temos que saber o que está dentro desta alienação parcial. Do verbete não está depreendido - segundo a minha interpretação – não está definido o que é que cabe dentro dessa alienação parcial. Antes de votar, preciso saber exactamente o que é que o Município aprovou nesta matéria e que está a ser presente nesta Assembleia Municipal. De todo confesso que - talvez derivem das minhas limitações



da língua portuguesa – não consigo compreender exactamente o que é que está a ser presente no âmbito da alienação parcial.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O que vai ser votado é a proposta da Câmara Municipal, e não pode acrescentar mais ao que está escrito e que diz o seguinte:

"Propõe-se, tendo em atenção os interesses manifestados, que seja autorizada a abertura de procedimento para alienação parcial da referida estrutura, através de hasta pública, nas seguintes condições:

Constituição de propriedade horizontal:

— Fracção A - Área desportiva com 36 399,00 m² de área de construção acima do solo, 17 255,00 m² abaixo do solo e 18 472,00 m² de área de jogo;

— Fracção B - Centro Associativo (zona situada na torre poente do topo norte) com a área de construção de 1796,00 m² (zona de recepção, 34 gabinetes com áreas médias de 20,00 m² e um auditório – Piso de entrada + 4 pisos);

— Fracção C - Restante área do topo norte, com a área de construção acima do solo de 32 226,00 m²;

— Fracção D - Parque de estacionamento subterrâneo situado no topo norte com a área de construção de 17 070,00 m², em 3 pisos e com 450 lugares de estacionamento."

Depois vêm os valores base das fracções A, C e D - sessenta e três milhões de euros; e o valor base das fracções C e D – vinte e quatro milhões de euros.

Isto é o que diz a deliberação. Não tendo, no decurso do debate, sido feita qualquer proposta mas sim pedidos de esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, o que se vota é este texto exactamente como foi apresentado. Se dúvidas houver, serão de carácter jurídico e terão que ser formuladas no sítio próprio. Esta Assembleia limita-se a dar o seu voto favorável ou desfavorável a este texto que acabei de ler.

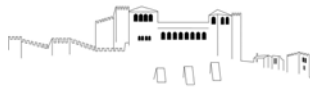
Se a proposta não é clara, os senhores deputados votarão como entenderem e se, na sequência desta votação, houver questões de carácter jurídico que possam ser suscitadas, não cabe a esta Assembleia a dilucidação dessas questões.

Estamos esclarecidos?

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?



A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea i) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria, com doze votos contra e cinco abstenções, aprovar a proposta apresentada e autorizar a abertura de procedimento para alienação parcial do Estádio Municipal, através de hasta pública.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço que as declarações de voto sejam breves.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Senhor Presidente, tendo em atenção que o senhor teve a amabilidade de solicitar fila afila o desenrolar da votação, se teve oportunidade de verificar eu não votei nem a favor nem me abstive nem votei contra. Significa isto que recusei o voto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Então o senhor deputado não tem direito a fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Tenho, tenho! A recusa...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não tem não! O senhor deputado não pode usar da palavra neste momento.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

O senhor Presidente então dar-me-á a oportunidade de fazer um protesto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado fará o protesto no final das declarações de voto.

Senhores deputados, peço silêncio e permitam-me que sublinhe – para que fique registado em acta – que o senhor deputado João Cunha não participou na votação.

Senhor deputado Manuel Antunes, para a declaração de voto.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Manuel Antunes, PSD.

Faço esta declaração em nome dos deputados da bancada do PSD que votaram contra.

Nós não somos contra o princípio da alienação de parte do estádio. E votámos – os que votaram – a alienação total do estádio! Está lá escrito parcial mas depois o que

se explica é a alienação total. Reafirmamos o nosso apoio à venda do topo norte mas somos contra a alienação do recinto desportivo.

Ainda assim, entendemos que mesmo para o topo norte não estão reunidas as considerações de legalidade que nos permitam apoiar qualquer decisão. Entendemos extemporânea tomar tal decisão na ausência de uma definição da política desportiva da Câmara e, para além das questões processuais, o debate deve ser alargado aos cidadãos de Leiria. Por isso votámos contra. Informamos ainda esta Assembleia que pretendemos impugnar o acto administrativo da decisão da Câmara e da decisão tomada por esta Assembleia.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhora deputada Fátima Sismeiro, para uma declaração de voto.

DEPUTADA FÁTIMA SISMEIRO (PSD)

Fátima Sismeiro, PSD.

Boa noite a todos.

Quero dizer que me abstive porque me mantive como não esclarecida, isto é, assumindo que as quatro fracções que constituem a totalidade do estádio – do imóvel a vender – e sendo equacionado como ponto da ordem de trabalhos a alienação parcial, não dá a "*bota com a perdigota*", passo a expressão. Também é verdade que sou favorável à alienação parcial nos termos em que a bancada do PSD fez a sua declaração de voto. Mas como há discrepância e incoerência entre a deliberação e o equacionamento do ponto da ordem de trabalhos, entendi – porque não posso abster-me do facto de ser jurista – por bem, abster-me.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Duarte.

DEPUTADO CARLOS DURTE (CDS – PP)

Boa noite a todos.

Carlos Duarte, CDS – PP.

Queria só declarar que este voto favorável não é a favor da abolição da política desportiva do concelho. É um voto favorável à diminuição dos encargos financeiros da Autarquia e o desenvolvimento do concelho. Espero que, como já disse noutras ocasiões, esta oportunidade seja aproveitada para extinguir a Leirisport, minimizar os custos da Autarquia e rentabilizar os espaços que temos. Se Leiria não tem

espaço municipal, há muitos espaços no concelho que devem ser aproveitados e onde já se gastou dinheiro e quem o gastou foi a Câmara.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Domingos Carvalho, para uma declaração de voto.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Senhor Presidente, não poderia ser neste momento para outra coisa, penso eu.

Basicamente, quero dizer que o meu voto favorável, tendo as dúvidas que tenho em relação à questão da alienação do espaço desportivo, porque não é tão simples dizer que há muitos concelhos que não têm espaço desportivo municipal, é relevante que tenhamos consciência que nós tínhamos um espaço desportivo municipal. Não estamos a falar de qualquer coisa que nunca se teve e que se continua a não ter. Não! É qualquer coisa que é uma perda objectiva e, portanto, é com sérias dúvidas e com um lamento que o faço.

Mas há uma coisa que gostava que acabasse hoje. Doravante não é mais possível haver qualquer álibi sobre as heranças das contas do passado. Essa questão fica encerrada hoje com esta aprovação, pese o facto de eu entender que – seguramente – vai haver questões legais muito relevantes sobre esta matéria. O senhor Presidente tem as cartas na mão e deve jogar. O problema financeiro do concelho está resolvido.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado José Francisco, para uma declaração de voto.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

Boa noite.

José Francisco, CDS-PP.

Votei favoravelmente, de preferência pelas fracções C e D e não pelas fracções A, C, e D. Gostaria, exactamente como disse o senhor deputado Domingos Carvalho, que a fracção desportiva fosse conservada e de futuro fosse alvo de uma melhor exploração e utilização. Que no futuro tenhamos também – e gostaria de fazer esse apelo – a capacidade de resistir ao apelo das grandes obras e tenhamos a capacidade de realizar obras grandes e estas, entenda-se, distribuídas pelo concelho.

É fácil – hoje em dia – ver que foi um erro e também não seria muito difícil ver então que se perspectivava um grande erro mas não vale agora a pena imputar a culpa a ninguém.

Votei favoravelmente exactamente por esse motivo, para que se resolva - de preferência através das fracções C e D - e que tentemos conservar a fracção A porque ela representa em si o que tínhamos antes da obra deste estádio ter sido executada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Diz-me o senhor secretário que alguém mais pediu para fazer uma declaração de voto.

Senhor deputado Carlos Conceição.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Estando por princípio muito alinhado com os princípios da gestão privada, votei contra por dois motivos:

Primeiro porque uma medida destas carece de informação muito profunda, muito objectiva e muito detalhada. Senti, e o senhor explicou os motivos, que a não tivemos;

Votei contra também porque tive dificuldade, na proposta apresentada – e por isso também o senhor deputado João Cunha pediu esclarecimento à Mesa sobre o ponto – em saber como é que votava a favor da alienação do topo norte, com a qual todos concordamos, mas que pela forma como a proposta foi feita, era impossível a dissociação. Ou se votava a favor de tudo ou se votava contra tudo.

Queria então fazer aqui esta declaração de voto muito clara. Sendo a favor, por princípio, da privatização de um conjunto de coisas, tivemos aqui como que fazer a dissociação e manifestar claramente no que concordamos e no que discordamos.

Muito obrigado.

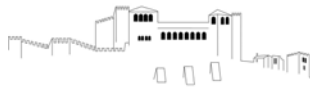
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhora deputada Paula Oliveira, para uma declaração de voto.

Fica registado em acta que a senhora deputada Paula Oliveira prescindiu do uso da palavra por se rever na declaração do líder da bancada do Partido Social Democrata.

Senhor deputado João Curado.



O senhor deputado prescinde da palavra por igual motivo.

Ninguém mais pediu a palavra para efeitos de declaração de voto.

Dou a palavra ao senhor deputado João Cunha, para um protesto. Tem três minutos.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Senhor Presidente.

Há sensivelmente um século Eça de Queiroz dizia que pelo menos em política o riso era uma opinião. Penso que a minha recusa de voto também é uma opinião, com o devido respeito! E o facto do senhor Presidente não me ter dado a oportunidade de explicar a esta Assembleia o porquê da minha recusa de voto motivou este meu protesto. O que se passou hoje aqui foi o colocar a Assembleia perante uma deliberação que não está construída, sob o ponto de vista de língua portuguesa e sob o ponto de vista técnico-jurídico, capaz de ser apresentada para votação. Portanto, em consciência, não podia partilhar e daí ter pedido o esclarecimento. Quero lavrar este meu protesto porque sendo a recusa de voto... não me ausentei da sala senhor Presidente! Já o fiz, à semelhança do senhor deputado António Sequeira quando teve conflitos de interesses. Não me ausentei da sala deliberadamente! E como o senhor Presidente fez uma votação fila a fila, tive a oportunidade de, ostensivamente, não votar em nenhum sentido. Esta é a razão do meu protesto, salientar que também a recusa de voto é uma opinião.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Para memória futura e para que fique esta Assembleia a saber as normas porque me oriento, vou prestar este esclarecimento e penso que só o devo fazer uma vez. No que respeita ao caso concreto, fiz ao senhor deputado João Cunha a justiça de pedir que ficasse registado em acta que ele não participou na votação e assim mantenho. A recusa de voto é o porquê, a causa de não participar na votação. Não participou porque se recusou a votar e essa é uma questão de interpretação e tem o direito a ela. Agora, que fique claro e gostaria que ficasse para memória futura que a actual Mesa – e duvido que se percorra o país inteiro e se encontre alguma que pense de forma diferente – só reconhece três formas de voto: contra, a favor ou abstenção. Qualquer destas formas de voto dá direito a declaração de voto. O que não for pode dar direito a esclarecimentos ou o que quiserem – como o senhor deputado fez agora – mas não dá direito a declaração de voto! Votar é contra ou a

favor ou abster-se! É nisso que se traduz uma votação e ninguém pergunta quem não participa. Que fique claro... não vai haver discussão, não há debate e está regimentalmente explicado. É a postura desta Mesa que, enquanto durar o presente mandato, será coerente com esta interpretação do Regimento.

Senhores deputados, vamos avançar na ordem de trabalhos.

É um direito regimental e tem direito ao intervalo.

Será um intervalo entre cinco a dez minutos e quando os senhores deputados regressarem, retomaremos a sessão.



A sessão foi interrompida e retomada logo de seguida, após realização de intervalo.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Solicito às senhoras deputadas e aos senhores deputados o favor de ocuparem os seus lugares.

Está reunido quórum na sala, o senhor Presidente da Câmara já se encontra presente e vamos então continuar os trabalhos.

Deu entrada na Mesa o seguinte requerimento, subscrito pelo senhor deputado António Sequeira, em nome do Partido Socialista e com o seguinte teor:

"Tendo em conta que se encontram ultrapassados os motivos que justificaram a alteração na ordem de trabalhos do ponto seis, requer-se que seja ripristinada a ordem de trabalhos inicial, mantendo-se como número seis a proposta para a concessão do sistema municipal de água e saneamento."

Lido o Regimento, no seu artigo 21.º, os pedidos que são aceites como requerimento são, entre outros, os respeitantes ao funcionamento da sessão. O que é – na opinião da Mesa – o caso. E diz também que os requerimentos, depois de admitidos – e a Mesa admitiu, a menos que haja contestação – serão imediatamente votados sem debate. Significa que se não houver contestação à admissão do requerimento, colocá-lo-ei à votação.

Não vejo qualquer intenção de contestar a admissão... quer contestar a admissão do requerimento? Não é contestar o requerimento pois regimentalmente não pode ser discutido. Se o senhor deputado pretende contestar a admissão do requerimento... isso não será discutido nem a sua intervenção e colocar-se-á à votação logo de seguida. Primeiro vota-se a admissão e depois o requerimento.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Senhor Presidente, o meu entendimento é que isto configura uma alteração da agenda dos trabalhos.

Estamos a meio da sessão da Assembleia, é possível?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

A Assembleia é soberana, senhor deputado. Por isso mesmo o requerimento é colocado à votação.

Confesso que eu próprio tive esta ideia mas o Presidente não faria nenhum requerimento e ainda bem que este surgiu. Mas a Assembleia é soberana e o que esta decidir está decidido.

O senhor deputado quer contestar a admissibilidade do requerimento? Obrigá-nos a duas votações.

É uma alteração da agenda... agradeço, senhor deputado, que fiquemos por aqui porque não gostaria de, pela segunda vez, responder aqui – ficando gravado – a observações que o senhor deputado faz aí e que não ficam gravadas. Não é justo!

Passamos então à votação uma vez que ninguém pôs em causa a admissibilidade do requerimento.

Não, não tem que ser justificado pois isso significaria debatê-lo e o próprio contém em si a sua justificação. Se a Assembleia assim o entender, reprova-o e se a Assembleia o quiser aprovar, aprova-o.

O resultado deste requerimento será o seguinte: Na ordem de trabalhos desta sessão, que começou no dia trinta, o ponto seis era o ponto seis. Em relação a dúvidas que foram suscitadas por causa do tempo para se discutir este ponto na última sessão, eu – e assumo essa responsabilidade – fiz a proposta de o ponto seis passar para último ponto, o que constará da acta, está gravado e as razões para o não haver tempo naquele dia para o discutir. Houve quem me perguntasse se tinha a certeza que não chegaria lá, ao que respondi que tenho a presunção que não chegaremos lá e por isso discutir-se-á na continuação da sessão, que pensava que fosse na segunda-feira e acabou por ser na terça. Este é o relato exacto dos factos! A razão de ser da minha proposta extinguiu-se com o simples facto de já estarmos na segunda parte da sessão e num outro dia. O Partido Socialista requer que tendo cessado os motivos que levaram a esta alteração da ordem de trabalhos, seja esta anulada e o ponto seis regresse à ordem inicial.

Este é o esclarecimento e não vamos discutir o requerimento, senhor deputado.

Assim, o resultado será que o ponto número seis – que tinha passado para último ponto – volta a ser o ponto número seis.

Perdoar-me-ão mas não vamos continuar a debater o requerimento pois tal fere o Regimento.

Se é um esclarecimento pode perguntar mas terá que o fazer ao microfone para ficar registado.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

Senhor Presidente, a dúvida que aqui me trás é o facto de ter transitado para hoje – e sendo já onze e meia da noite – tendo o senhor Presidente admitido na última vez que as Assembleias durante a semana ou em vésperas de dias úteis terminarão por volta da uma da manhã. Sendo já onze e meia e atendendo à extensão desta ordem de trabalhos, pergunto-lhe se o senhor tem a certeza absoluta que terminamos hoje todos os pontos e antes da uma da manhã. Entendo que deveríamos manter a proposta ou o que foi aprovado da última vez como último ponto...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, a partir daí já está a discutir o requerimento.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

Não estou a discutir o requerimento! Apresento-lhe também um, que é manter as coisas como estão dado que pode transitar para uma próxima Assembleia.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado, é muito simples. Vou pôr o requerimento à votação e se for rejeitado não é preciso votá-lo. Repito que se for rejeitado, o seu requerimento será aceite.

Não vou dar a palavra a mais ninguém. Senhores deputados, permitam-me que leia e a seguir perceberão porque passo à votação. *"Dos pedidos dirigidos à Mesa apenas os respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou ao funcionamento da sessão", que é o caso "são considerados requerimentos, que depois de admitidos, serão imediatamente votados sem debate."*

Está aqui escrito. Vamos passar à votação.

O senhor fará o protesto no final! Depois de eu dizer *"vamos passar à votação"* está a interromper o processo de votação. Por isso dar-lhe-ei a palavra para fazer o seu protesto no final.

Iniciou-se o processo de votação, o qual – regimentalmente – não pode ser interrompido.

Vou ler novamente o requerimento, *“Tendo em conta que se encontram ultrapassados os motivos que justificaram a alteração na ordem de trabalhos do ponto seis, requer-se que seja reprimada a ordem de trabalhos inicial, mantendo-se como número seis a proposta para a concessão do sistema municipal de água e saneamento.”*

(votação)

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Nas votações de requerimentos não há abstenções, poderão perguntar a qualquer jurista, e uma vez que não fiz este aviso antes de proceder à votação, terei que repeti-la. Peço desculpa a esta Assembleia.

Quem vota contra?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria, com vinte e seis votos contra e trinta e dois votos a favor, aprovar o requerimento subscrito pelo senhor deputado António Sequeira, em nome do Partido Socialista.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O ponto número seis mantém-se como estava inicialmente.

Dou a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arrabal pois tinha dito que lhe dava a palavra de imediato.

Não há declarações de voto nos requerimentos, desculpe lá senhor deputado.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRABAL (Arlindo Pereira)

Muito boa noite a todos.

Arlindo Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Arrabal.

A razão do meu protesto é que penso – não sou jurista – que não é possível na mesma sessão da Assembleia, ser votado o mesmo assunto duas vezes. Este é o meu entendimento. O assunto já foi votado nesta Assembleia, está encerrado e não pode ser votado segunda vez.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

A interpretação da Mesa é diferente, como compreenderão, e ficará registado em acta. A interpretação da Mesa é a de que o assunto não foi votado e foi apenas a sua colocação na ordem de trabalhos que foi votada.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Peço imensa desculpa ao senhor Presidente mas a questão da aceitação do requerimento tem sempre que ser discutida para ser votada. Por isso a votação não tem direito a declaração de voto porque estamos a falar sobre questões técnicas da Assembleia. Portanto, tem que ser discutida! E o que me parece é que não podemos – na Assembleia Municipal – passar a vida a “*albardar o burro à vontade do dono*”! Isto não é aceitável e é uma falta de respeito para com a Assembleia Municipal e em particular quem tem a obrigação de organizar, agendar e gerir o funcionamento desta Assembleia, senhor Presidente! Nós temos aqui também uma função que exige respeito! Não é apenas a Mesa que exige respeito, a nossa função de deputados municipais também exige o mesmo respeito! Estamos aqui tipo criancinhas a “*apajar*” vontades e pressupostos que não têm a ver com o funcionamento da Assembleia! Se quem de direito entendeu que devia ser passado para outra altura é porque tinha esse entendimento. Agora já não dá jeito e já se muda outra vez? Ó senhor Presidente, não podemos estar aqui a brincar, peço-lhe imensa desculpa!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arrabal apresentou um requerimento à Mesa no sentido da nulidade da votação pela seguinte razão, e passo a citar “*O mesmo assunto não pode ser votado duas vezes na mesma Assembleia*”.

Entende a Mesa não dar provimento a este requerimento na medida em que considera que o mesmo assunto não foi votado mas sim o seu posicionamento na ordem de trabalhos, que é uma coisa substancialmente diferente.

Perdão senhores deputados, a decisão da Mesa é esta. Assiste ao senhor deputado o direito de impugnar noutros níveis que não aqui.

Pode, mas não tenho aqui nenhuma impugnação para o plenário.

Senhor deputado, agradeço-lhe que respeite as normas desta Assembleia e que mantenha a serenidade! Se ouvir o texto que foi entregue, o senhor deputado não requereu nada à Assembleia mas sim à Mesa a nulidade da votação e esta não considera nula a votação. Se entender que quer impugnar a decisão da Mesa, fá-lo-á mas não o disse até agora.

Posso perguntar qual é a razão de ser da sua inscrição? Senhor deputado, não me levará a mal que lhe diga que o requerimento que foi aprovado nem sequer foi feito por mim.

Senhores deputados! Peço um pouco de serenidade e a calma necessária para entendermos que estamos num órgão democrático. A maioria decidiu alterar a decisão tomada na quinta-feira. A Assembleia é soberana e não vale a pena estarmos a discutir isto.

E vamos passar ao ponto seis da ordem de trabalhos porque tudo isto são delongas em relação a ela.

6. PROPOSTA PARA CONCESSÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - Apreciação, discussão e aprovação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço ao senhor Presidente que o apresente.

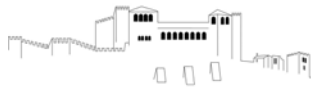
PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Vem do anterior mandato um conjunto de diligências efectuadas pelas Águas de Portugal junto de treze Municípios, tendentes à constituição de uma parceria Governo/Autarquias que tinha em vista possibilitar a concretização de um conjunto elevado de investimentos, nomeadamente na área do saneamento. Também nós assumimos esse processo.

Das reuniões havidas em Agosto do ano passado resultou a apresentação pelas Águas de Portugal de uma proposta aos Municípios que estavam neste processo, em que referia as situações a elencar e que originariam a integração dos actuais Serviços Municipalizados nessa nova parceria. Com as condições que foram apresentadas – os tarifários, as contrapartidas, a situação dos funcionários – fomos sempre trabalhando tendo a garantia de que havia “*luz verde*” da parte governamental para a concretização desta nova parceria.

No final do mês de Maio, os representantes da administração das Águas de Portugal vieram solicitar que a Câmara tomasse uma decisão, que depois submeteria à Assembleia Municipal, pretendendo-se viabilizar a constituição dessa nova parceria e foi agendada para a reunião seguinte.

Acontece que no dia seis de Junho, os administradores das Águas de Portugal vieram dar conta da impossibilidade de avançar com esta nova parceria Governo/Autarquias e eu pedi-lhes – inclusivamente – para formalizarem a



justificação por escrito, ao que nos foi enviado um e-mail no dia nove de Junho, de que passo a ler parte e apenas o mais relevante: “ *Independentemente do interesse decisivo que este projecto de parceria do Mondego e Lis representa para o grupo Águas de Portugal, não se considera adequado, até obtenção de orientações estratégicas da tutela sobre esta matéria, prosseguir com os contactos com as Autarquias envolvidas, na medida em que estas diligências sempre serão susceptíveis de criar expectativas entre os autarcas envolvidos que a ADP não está, neste momento, em condições de satisfazer nem se antevê que venha a estar no futuro próximo.*

Portanto, independentemente da intenção de prossecução de alguns trabalhos, vimos reiterar que não será possível assegurar o desenvolvimento deste projecto no prazo imediato.”

Tive oportunidade de falar com administradores das Águas de Portugal, que me deram nota de que efectivamente não haveria condições, até pelas imposições que decorriam do próximo memorando da Troika e também porque tinha havido um despacho do próprio Ministério das Finanças no sentido de impossibilitar mais endividamento para as Águas de Portugal. A questão que se colocava, e uma vez que já tinha havido candidatura a fundos comunitários apresentada pelas Águas de Portugal, que previa as obras de saneamento no concelho e também uma parte do sistema de águas, era saber o que aconteceria a esses fundos. Inicialmente estes seriam exclusivamente para as Águas de Portugal, depois verificámos que assim não era porque houve uma Câmara vizinha que se candidatou ao POVT e conseguiu obter uma fatia razoável desse montante para investimentos nas redes. Confirmámos que, afinal, haveria condições para manter aquela candidatura, transitando para as Autarquias. Para nós, o problema residia na impossibilidade de, uma vez que não era possível a realização desta parceria Governo/Autarquias, em saber o que é que se poderia fazer.

As soluções apresentadas, face à Lei, eram:

- Ou manter os Serviços Municipalizados ou transformá-los numa empresa pública municipal, e tal não é possível face ao memorando da Troika;
- A empresa municipal de capital misto, ou seja, com uma participação de capital privado até 49%, que neste momento está também a ser inviabilizada;
- A parceria Estado/Autarquias, que abortou;
- A concessão.

Perante esta situação, até porque também decorria do próprio memorando – esta medida fala de privatizações – também nos chegou ao conhecimento que a própria Águas de Portugal está nele incluída para ser privatizada até 49%.

No âmbito das diligências que vinham sendo efectuadas, começámos por verificar quais eram as consequências sobre os nossos clientes (os consumidores) relativamente ao tarifário, que é sempre a questão mais sensível para a população e confirmámos, por exemplo, que ao nível de utilizadores do tipo doméstico - observem os diapositivos - apresentam quatro colunas:

- A proposta efectuada pelas Águas de Portugal em Agosto de 2010, tendo em vista o horizonte 2016, em que todos os Municípios iriam ter que atingir ou harmonizar as suas tarifas para estes valores;
- A proposta apresentada em Maio de 2011, uma vez que Coimbra e Ourém já tinham desistido desta integração;
- A proposta que queremos, no eventual contrato de concessão que venha a ser definido em 2016.

Depois de uma análise efectuada à proposta apresentada em Maio, para além desta actualização (que seria gradual até 2016, como são as outras) ainda havia que acrescentar os índices de preços ao consumidor – o chamado coeficiente de inflação – que teria que ser actualizado, desde já, sobre a tarifa existente. Acresce ainda que na proposta das Águas de Portugal a tarifa social não existia, ou seja, a manter-se esta tarifa teria que ser a Autarquia a assumir esses encargos.

Propomos, na concessão, manter o tarifário de natureza social - que pouco difere do actual - e fazemos referência às instituições sem fins lucrativos e ao próprio Estado. Comparando também a chamada tarifa fixa, temos na primeira coluna:

- O actual tarifário dos SMAS;
- Quanto propunha as Águas de Portugal em Agosto de 2010, para efeitos de 2016;
- O valor da proposta que apresentaram em Maio de 2011, para efeitos até 2016;
- O valor que queremos, no âmbito de uma eventual concessão, que seja a tarifa fixa em 2016.

Relativamente à tarifa variável para as águas residuais, nesta data temos uma tarifa de 70% sobre o consumo da água, para progredir até 90%, conforme estipulado pela entidade reguladora até 2016. O que a proposta das Águas de Portugal previa, desde já, era a actualização imediata para os 90%.

Quanto à tarifa fixa para as águas residuais (saneamento), apresenta a primeira coluna:

- O actual tarifário dos SMAS;
- A proposta apresentada pelas Águas de Portugal em Agosto de 2010, para efeitos de 2016;
- A proposta apresentada em Maio, para efeitos a 2016;
- A proposta de tarifário que queremos para 2016, numa eventual concessão.

Se verificarem os gráficos apresentados a cores, o que está a azul é a proposta actual; a cor laranja é a proposta apresentada em Agosto de 2010 pelas Águas de Portugal; a cor preta é a proposta da mesma em Maio passado e a cor lilás representa a proposta que ficará concessionada, numa eventual concessão.

A título de exemplo, apresento uma factura de 20m³ para utilizadores do tipo doméstico. A diferença entre as várias propostas, ou seja, o que existe actualmente na totalidade água/saneamento – não incluindo a taxa dos recursos hídricos e o IVA – é de 35,95%; a proposta das Águas de Portugal para 2016 é de 55,875% e o que queremos que seja a proposta de uma eventual concessão em 2016 será de 47,05%, isto para um consumidor de 20m³.

Nas instituições sem fins lucrativos, actualmente é de 14,75%; com a proposta das Águas de Portugal passaria para 37,575% e a que propomos (para ficar agregada a um eventual concurso de concessão) será de 25,20%.

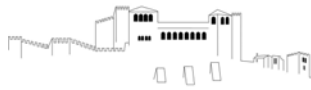
No mesmo sentido, sabemos também que as adaptações aos sistemas de água em alta - uma vez que há um contrato que já tem alguns anos, com as Águas do Mondego – serão de que a pouco e pouco haverá uma substituição gradual do fornecimento de água através das Águas do Mondego, em detrimento das captações próprias que os SMAS possuem e que, nalguns casos, começam a causar alguns problemas.

Nessas adaptações ao contrato em vigor do sistema em alta com as Águas do Mondego, prevê-se para o período de concessão, um investimento de treze milhões de euros e para as redes de saneamento – no que nos falta fazer para atingir o que a entidade reguladora defende para todo o país – é de 92%, sendo que hoje temos cerca de 70% de taxa de cobertura.

É ainda contemplada, numa eventual concessão, a renovação e ou eventual substituição de todos os equipamentos que forem comprovadamente necessários.

É público – e já aqui foi dito – que a taxa de perdas actuais dos SMAS é de 34% e a média que se pretende, numa eventual concessão, é passar para 20%.

Há ainda condições que queremos agregar ao concurso tendo em vista a concessão dos sistemas. Uma delas é que os funcionários dos SMAS têm o seu vínculo e terão



que passar, previamente, para o quadro da Autarquia. Continuam a ser, todos eles, funcionários com vínculo e só depois, nos termos da Lei, é prevista a possibilidade de haver contratos de cedência por interesse público, afectado então aos serviços da concessionária e mantendo todas as regalias que hoje têm e previstas na Lei enquanto funcionários dos SMAS ou depois, enquanto funcionários da Autarquia. E sabemos que tem acontecido em todas as concessões – neste momento existem quarenta e uma no país – sendo que há outro tipo de formas de privatização de 49% de capital de empresas municipais de água e saneamento. E nas quarenta e uma concessões que mencionei, maioritariamente de Câmaras do PSD, tem havido a preocupação de fazer constar no respectivo caderno de encargos e como critério de adjudicação, entre outras coisas, o aumento da responsabilidade social referente aos funcionários que estejam ou venham a prestar serviços na respectiva concessionária.

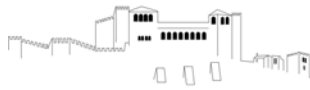
Consideramos ainda as condições de que a sede da empresa teria que ficar em Leiria, todo o material existente em armazéns, mobiliário, etc. e face ao prazo de trinta anos concessão – ao contrário das Águas de Portugal, que era uma parceria para cinquenta anos – todo este equipamento será objecto de avaliação e será alienado à concessionária, a qual terá a obrigação de o adquirir, incluindo também a condição de que todos os actuais edifícios ocupados pelos SMAS sejam objecto de arrendamento mediante avaliação, que será efectuada ao futuro concessionário.

Exigimos ainda como mínimos 6,5% do volume de negócios como retribuição anual e também 40% de adiantamento das rendas, no caso que a Lei prevê, em que 60% serão no acto de consignação e os restantes 40% no prazo de duzentos e setenta dias.

Poderá haver algumas alterações desta exigência e explico – para que percebam – que nas contas que fizemos às Águas de Portugal, que devia pagar-nos (até 2016) cerca de nove milhões de euros de rendas, implicava que três milhões e trezentos mil euros teriam que ser devolvidos para a constituição do capital social desta nova entidade Governo/Autarquias (que, como disse, já não avança) e como há contas pendentes com a SIMLIS, também tínhamos que fazer liquidação parcial dessa dívida.

Tudo isto decorre por via de um processo que vinha a ser desenvolvido há mais de dois anos e que, de um momento para o outro, ficou sem continuidade.

Actualmente, para além das dificuldades que há – na presunção de que poderia haver candidaturas da Autarquia – implica que terá que haver a parte que a ela



competete e também sendo consignada na totalidade nos respectivos orçamentos. Implica ainda que, por força da própria conjuntura e das dificuldades que vão continuar a haver em termos de financiamentos adequados para esse efeito, a margem de manobra é extremamente reduzida.

Portanto, dentro do que propusemos ou que falámos na última reunião, esta será uma das possibilidades de podermos resolver – num prazo de oito anos – os problemas de saneamento da Autarquia, uma vez que precisamos atingir o que a entidade reguladora e o próprio ERSAR também aponta, que são os 92% de taxa de cobertura. Não se concebe que durante alguns anos os investimentos nesta área não tenham sido os mais ajustados, o que leva a que exista ainda muito investimento para fazer, principalmente na área do saneamento. Sem descurar, obviamente, a situação de renovação e ou substituição de algumas redes de água, com dezenas de anos, e que é necessário capital para o efeito.

Tive o cuidado de consultar algumas Câmaras, para perceber e avaliar os efeitos das concessões e como já ouvi aí algures falar da Câmara da Batalha, pedi ao meu colega para se pronunciar sobre três situações:

- A qualidade do serviço;
- A situação dos funcionários – se houve retorno, isto é, aferir se algum trabalhador pediu ou retornou à Câmara;
- O tarifário, porque houve um aumento de 11% e quais as razões dessa situação.

O que ele me comunicou foi:

- O respectivo contrato foi ampliado, com mais investimentos associados, pelo período de oito anos e essa foi a causa do aumento de tarifário;
- O grau de satisfação é bom, de acordo com os relatórios do ERSAR;
- Nenhum trabalhador solicitou o regresso à Câmara.

Mencionei o caso da Batalha apenas como mero esclarecimento, atendendo a algumas coisas que já vi escritas. A resposta via e-mail enviada pelo meu colega está aqui e poderão consultar, se dúvidas houver.

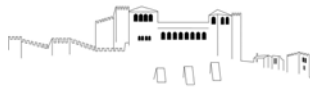
E termino, sem prejuízo de eventuais esclarecimentos, colocando à consideração tudo o que se me oferece dizer neste momento.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Aceitam-se inscrições para este ponto da ordem de trabalhos.

Apresentaram inscrição – obviamente que seguirei o preceito regimental que manda intercalar os intervenientes dos vários partidos – o senhor deputado Manuel



Antunes, a senhora deputada Susana Rodrigues, o senhor deputado José Francisco, o senhor deputado Vitor Lourenço, o senhor deputado Domingos Carvalho, o senhor deputado Pedro Biscaia, o senhor deputado Carlos Guerra, o senhor deputado José Peixoto e o senhor deputado Paulo Pedro.

Senhor deputado Manuel Antunes, por favor.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Antes de iniciar, permitam-me só um aparte ao senhor deputado António Sequeira. A partir do momento em que o ponto entrou em votação, isto é, antes do uso da palavra pelo senhor Presidente, eu tinha pedido o uso da palavra. Já estávamos lá, desculpe! Acho que temos tido uma Assembleia muito crispada e uma brincadeira talvez nos faça bem.

A propósito do requerimento do senhor deputado António Sequeira, gostaria de pedir à Mesa se me poderia facultar a consulta. É que, em jeito de brincadeira, queria perguntar ao senhor deputado António Sequeira se o manuscreveu ou apenas o subscreveu.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, peço-lhe o favor de se circunscrever ao ponto da ordem de trabalhos.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Eu pedi autorização para brincar só um pouco. Dê-me essa possibilidade porque se vir bem, fiz isto de propósito – peço desculpa pois foi deliberado – para dizer que começamos a discussão deste ponto à meia-noite, isto é, já na quarta-feira.

Em meu entender, não é maneira de conduzir Assembleias.

Recordo - agora para a discussão do ponto - que na última Assembleia fizemos um pedido de realização de uma reunião de Assembleia extraordinária. A razão então invocada foi a falta de informação ou a insuficiência dela porque apenas tínhamos uma pequena informação enviada pelo Município, que considerámos não ser suficiente. Naquela altura, apelei publicamente e depois em privado ao senhor Presidente da Câmara, tendo em conta esse aspecto e a necessidade – mais uma vez – de discutir este assunto com pleno conhecimento dos factos.

Infelizmente o nosso pedido não foi atendido mas o senhor Presidente da Câmara deu-nos razão porque neste intervalo – a Assembleia esteve repartida e teve um intervalo de cinco dias - o senhor Presidente da Câmara mandou entregar aos senhores deputados documentos que entendia de interesse para esta discussão e que não estavam na ordem de trabalhos na quinta-feira passada, que não estavam

cá no início. Interessantemente (ou ironicamente), a justificação que foi dada para a entrega desses documentos foi que teria havido um erro administrativo que impediu os documentos de chegarem aos senhores deputados municipais. Nós conhecemos bem a secretária da Assembleia Municipal e julgamo-la incapaz de tal erro. Para sermos honestos, de facto, o senhor Presidente deu-nos razão e acrescentou documentos e informação, tal como o fez hoje aqui.

Acrescentou hoje aqui informação complexa que, confesso, a esta hora da noite já não consegui digerir totalmente! Não sei se todos ou se sou apenas eu que tenho uma digestão menos adequada.

A verdade é que este assunto é demasiado importante, tal como o anterior, para nós o podermos discutir e votar com base apenas num estudo prévio feito entre uma sexta-feira e uma terça-feira. Não pode ser assim! Isso significa que continuamos, nesta casa da democracia em Leiria, a brincar à democracia! Penso que não havia e continua a não haver prejuízo nenhum se a discussão deste ponto tivesse sido adiada – não pedimos para o retirar – e já anteriormente nos aconteceu pedirmos para adiar a discussão e depois todos afirmaram na imprensa, na comunicação social, nos seus blogues, que o PSD não queria discutir o assunto. Sublinho isto para que amanhã ninguém vá dizer que não queremos discutir este assunto. Queremos discuti-lo e por isso mesmo queremos fazê-lo com conhecimento de causa! Só por essa razão decidimos não entravar esta questão do adiamento e da alteração à agenda, porque foi verdadeiramente uma alteração à agenda.

Chamo a atenção do senhor Presidente da Mesa – e isso constará em acta – que há umas sessões atrás *"acordei tarde aqui na Assembleia"* e não pedi a alteração da agenda no momento certo, isto é, antes do primeiro ponto ser discutido. O senhor Presidente respondeu, *"não pediu no momento certo, não é alterada a agenda"*. Mas as coisas mudaram consoante as vontades, não é? Fazem-se as vontades de acordo com as *"comadres"*.

Ora bem, mais uma vez, e a nossa bancada terá a oportunidade de discutir – sob o ponto de vista técnico – este assunto, quero dizer que independentemente do que venha a acontecer, do que seja discutido e vontade final (que nós, em democracia, também antevemos), a verdade é que estamos a colocar em risco um bem essencial, e mais uma vez saliento que não somos contra o princípio da concessão ou até da privatização e aguardamos serenamente as decisões deste Governo acerca deste assunto – a nível nacional – e a outros que possam estar relacionados.

Gostaríamos de o ver discutido de uma forma pública, de uma forma alargada e com profundo conhecimento dos dados.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Paulo Pedro.

DEPUTADO PAULO PEDRO (PS)

Paulo Pedro, Partido Socialista.

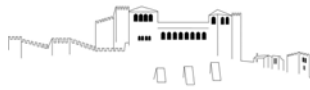
Boa noite a todos.

Permitam-me que comece por um preâmbulo importante. A Câmara de Leiria, e o senhor Presidente já o disse, tem parte do concelho sem saneamento básico, nomeadamente cerca de 30%, e precisa de alguns milhões de euros para executar quer esse saneamento quer a remodelação de algumas redes de água que dela necessitam devido aos novos processos de adução.

É claro que na situação financeira em que a Câmara está, não pode nesta fase – nem mesmo com a ajuda dos fundos comunitários que se estão a esgotar – fazer este tipo de investimentos. Isto é dramático para o concelho! Os fundos comunitários vão acabar e o facto é que se a Câmara, neste momento, não consegue se socorrer deles para fazer este investimento, porventura estaremos – parte da população deste concelho – umas dezenas de anos à espera de alguns destes serviços.

Das várias hipóteses de gestão que temos do serviço de distribuição de água – que nos são dadas pela Lei n.º 194/2009 – algumas delas mantêm o mesmo carisma municipalista, que têm uma gestão complicada, burocratizada e cara. Os sistemas multi-municipais, que neste caso se colocavam com o acordo com a ADP, não têm razão de avançar e, portanto, resta-nos a concessão. Efectivamente, na concessão temos ganhos de gestão e não estamos a privatizar os serviços, estamos apenas a concessionar, através de privados. É lógico que a câmara continuará a ter a supervisão sobre o serviço. A concessão prevê e pressupõe a reversibilidade do serviço e todas as infra-estruturas no seu término. Isto nunca aconteceria numa parceria com as Águas de Portugal, até porque vai ser privatizada.

Parece-me que esta situação de concessão é claramente mais vantajosa do que – para além da questão dos tarifários que o senhor Presidente já apresentou – a parceria com as Águas de Portugal. Temos muitos casos de concessão, e o senhor Presidente já mencionou quarenta e um, e já nos deu (agradeço-lhe por isso) a



opinião de uma Câmara vizinha que tem os serviços concessionados. Porventura outros partidos apresentarão outros casos, já que me parece, existem Câmaras de várias forças políticas com concessões. Não existirá, parece-me, um monopólio de um único partido, em Câmaras com distribuição de água concessionada. Para além da capacidade que a câmara irá ter na fiscalização da prestação e na qualidade desse serviço, temos ainda – nós, os consumidores - a garantia de ter uma entidade reguladora com critérios rígidos, e que têm que se cumpridos por todas as Câmaras relativamente à questão do controle da qualidade, dos tarifários e dessas questões todas. Acho que podemos ficar descansados, pois a Câmara mantém a supervisão da qualidade e a sua garantia e temos ainda o ERSAR, que também o fará.

Relativamente a esta questão da concessão, diz-se que a câmara pretende "fazer dinheiro"! Parece-me que não, ou seja, o que está em causa não é tanto o que se vai realizar no imediato pelo adiantamento das rendas, mas sim, e sobretudo, a garantia da execução dos investimentos que são necessários e que, neste momento, a Câmara não tem capacidade de executar. É claro que deste modo conseguiríamos, com o princípio da universalidade e da equidade, a distribuição destes serviços por todo o concelho, que hoje não existe e que tantos munícipes e Presidentes de Junta têm reclamado nesta Assembleia: o facto de não terem saneamento básico!

Relativamente à questão do pessoal, é uma das garantias que a Câmara nos dá e que quer incluir no contrato, e nós também já o recomendámos. Lembro que no passado existiram exemplos de partes de serviços municipais que foram transferidos para outras empresas. Dou o exemplo da recolha do lixo – que foi concessionada a uma empresa privada – e recorro a SIMLIS, que absorveu alguns trabalhadores das estações de tratamento de águas residuais.

Penso que quanto a isto, embora se recomende à Câmara que tenha as maiores cautelas nessa área, não existe nenhum "*bicho papão*", nenhuma coisa horrorosa! Gostava que hoje, nesta Assembleia, este assunto seja decidido, tendo em conta o que diremos aos nossos munícipes e nomeadamente aos Presidentes de Junta, que têm que transmitir essa resposta a todos os munícipes que os contactam.

O que acontecerá se a Câmara não tiver capacidade de financiamento das obras que faltam fazer? Como vai ser? Vamos ter lugares, freguesias e munícipes sem saneamento mais cinco, dez, quinze ou vinte anos. Isto é possível? Parece-me que não!

Aproveito, em nome da bancada do Partido Socialista, mesmo tendo em conta que a Câmara já tem alguns cuidados relativamente a alguns dos condicionalismos que pretende impor no contrato de concessão, para recomendar – e tendo em conta os condicionalismos que a Entidade Reguladora – considerando a Lei n.º 194/2009, sejam incorporadas as seguintes preocupações:

- 1.º - Cumprimento de todos os parâmetros de qualidade estabelecidos e publicação dos resultados analíticos;
- 2.º - Garantia de equidade na distribuição em qualquer situação anómala ou por razões de escassez;
- 3.º - Acautelar o regime jurídico dos funcionários cedidos e possibilidade de estes regressarem ao local e origem, se estes assim o entenderem;
- 4.º - Obrigatoriedade de fornecimento gratuito de água para incêndios e criação de um regime especial de cedência de água ao Município, para rega de espaços públicos;
- 5.º - Criação de tarifas especiais para famílias carenciadas e numerosas, mediante dados a fornecer pelos serviços camarários e/ou Juntas de Freguesia;
- 6.º - Embora os tarifários estejam já protegidos por sugestão da Câmara Municipal de Leiria, achamos que todas as operações tarifárias deverão ser sempre aprovadas em reunião da Câmara;
- 7.º - Cláusulas de salvaguarda e penalização, em caso de incumprimento do estabelecido no contrato e no plano de investimentos por parte do concessionário;
- 8.º - Criação de uma comissão de acompanhamento da concessão que, embora derivado da Lei, deverá ficar expressa no contrato;
- 9.º - Dimensionar o caso base do contrato – uma espécie de parcela matemática que sustenta todo o contrato – à realidade populacional do concelho.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

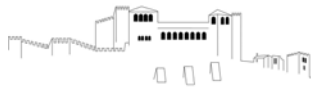
Senhora deputada Susana Rodrigues.

DEPUTADA SUSANA RODRIGUES (PSD)

Boa noite.

Susana Rodrigues, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, demais membros da Mesa, senhores jornalistas, minhas senhoras meus senhores.



O direito de acesso à água - em condições de garantias e saúde pública, justas e equitativas - a todos os cidadãos, deve ser assegurado pelo Estado e não confinada a qualquer entidade privada, subjugada por um dever aos princípios básicos da rendibilidade, relativamente à proposta de concessão do sistema municipal de águas e saneamento.

Gostaria de tecer alguns comentários e solicitar alguns esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara e restante executivo.

A informação apresentada, sobre os deveres e responsabilidades do concessionário e os trâmites negociais é escassa, desconhecendo-se as suas consequências sobre o património imobiliário, corpóreo, incorpóreo e humano dos SMAS, e as consequências sobre os munícipes.

Importa questionar:

- Qual a avaliação das infra-estruturas, designadamente as estações elevatórias?
- Qual a avaliação feita sobre o material existente em armazém?
- Qual a avaliação feita sobre o mobiliário, equipamento informático e veículos existentes?
- Como é que essa avaliação se reflecte no valor a definir na concessão?
- Qual é o valor das rendas?
- Qual é o valor da concessão? São 40% das rendas, mas o que é que isto significa em valor? Serão os nove milhões referidos pelo senhor Presidente?
- Qual é o plano de investimentos a oito anos?
- Que investimentos estão previstos realizar e onde serão realizados?
- Sabemos que os recursos humanos serão integrados na estrutura, mas como estão efectivamente salvaguardados os seus direitos?
- Como está assegurada a garantia e qualidade dos serviços? Da saúde pública, de tarifários equitativos – aí verifica-se o aumento da tabela de preços – de tarifários sociais para as famílias mais carenciadas, da distribuição de serviços a todos, de intenção e substituição de equipamento e as respectivas penalidades de incumprimento.
- Quem fiscaliza o cumprimento da qualidade do serviço?
- Não temos conhecimento do caderno de encargos mas o mesmo deveria ser disponibilizado a esta Assembleia para análise, discussão e suporte de decisão.
- Para a realização dos investimentos, a Câmara – sendo detentora dos SMAS – pode candidatar-se ao POVT com uma taxa de financiamento de 85%. Perde-se

aqui uma oportunidade de financiamento para a execução dos investimentos necessários.

- Quanto é que custará aos munícipes o investimento que a concessionária privada terá que fazer, e que – necessariamente – fará reverter nas tarifas a serem pagas por todos nós?

É certo que temos diferenças ideológicas, excepto o bem-querer que todos nutrimos pelo concelho de Leiria. Embora a solução apresentada por V. Exa. possa permitir um qualquer encaixe financeiro a curto prazo, os interesses dos munícipes não podem ser ignorados.

A água interessa ao senhor Presidente, interessa a mim, a todos os senhores deputados, a todos os Presidentes de Junta de Freguesia, aos seus eleitores – a quem têm que prestar contas – a qualquer um de nós. A todos... que vivem!

A água é um bem essencial e um recurso imprescindível a qualquer actividade e, como tal, não alienável.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

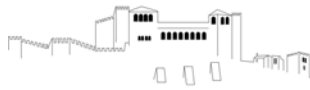
Senhor deputado José Francisco.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

José Francisco, CDS-PP.

Senhor Presidente, tenho algumas sugestões e como na última Assembleia – aquando da votação deste ponto e de o termos relegado para último ponto – quando invocámos que fosse realizada uma Assembleia extraordinária, fizemo-lo exactamente pela mesma razão que hoje mantenho.

Continuo a ter dúvidas, mesmo depois do senhor Presidente ter enviado (ou ter mandado entregar) documentação acessória, a mesma continua a parecer-nos insuficiente, para que possamos em consciência, votarmos este assunto. Aproveito para dizer que, da mesma forma que os executivos devem evitar deixar para os executivos sucessivos, também não somos favoráveis a que um executivo antecipe receitas que caberiam a outros executivos. A antecipação de 40%, entendo perfeitamente a intenção do senhor Presidente, penso que será talvez o momento – e estando nós hoje também a votar a alienação de algo que se transformou em encargos acessórios para um outro executivo – deveríamos ponderar um pouco quando estamos também a votar a antecipação de receitas que caberiam a outro executivo. Gostaria que isso fosse tido em conta e da mesma forma também, tenho



dúvidas – não acerca das vossas intenções - mas da qualidade técnica do caderno de encargos que venha a ser feito.

Dessa forma, não nos opondo à concessão das águas, opomo-nos à votação nesta qualidade que é com base em oito factores apontados, onde V. Exas. também dizem "*considerando, entre outros, os seguintes...*". O "*entre outros*" é exactamente onde reside a nossa preocupação! Não é duvidar da vossa intenção, da vossa capacidade de fazer um bom caderno de encargos... é, já que vamos dar o nosso aval a que tal tenha lugar, gostaríamos de fazê-lo apenas com mais certezas!

A outra questão, dirigida ao senhor Presidente da Assembleia – doutor Carlos André – é um pedido de esclarecimento na sequência de uma dúvida que tenho. De vez em quando folheio – fruto do meu pouco tempo de presença nestas andanças – o Regimento. Tenho uma dúvida quanto ao artigo 42.º, acerca das concessões, onde diz que "*A concessão de exclusivos e de obras e serviços públicos não poderá ser feita por prazo superior a vinte anos*".

Estando nós a votar uma concessão por trinta anos, tenho essa dúvida e gostaria apenas que me esclarecesse e se estamos a fazê-lo correctamente. Talvez seja uma má interpretação minha!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Tenho perante mim e perante todos os deputados mais um dos aspectos desta saga alienatória a que estamos recentemente votados. Mas dado que o assunto é demasiado sério e nos merece a todos reflexão, o PSD solicitou que houvesse uma Assembleia extraordinária para que estes assuntos fossem escarpelizados como deve ser e os documentos analisados com tempo e devidamente ponderados.

Trata-se de uma questão estrutural e é efectivamente algo que diz respeito a todos os munícipes e a todo o concelho. Por isso exige uma ponderação e uma atenção muito percuciente. Pelo verbete da deliberação, para além do que foi dito pelo senhor deputado José Francisco em relação ao que referiu como "*outros*", ou seja, para além daqueles sete pontos ainda há outros que não sabemos quais são e convinha de todo saber. Penso que na própria reunião da Câmara não foi este assunto pacífico porque apenas obteve os votos do Partido Socialista, sendo certo

que uma vereadora eleita pelo Partido Socialista não votou favoravelmente esta posição. Também sei que o Partido Social Democrata propôs que fosse incluída a questão da situação dos trabalhadores, que não estava prevista nesse ponto. Há aqui algumas questões que merecem uma reflexão profunda e o que solicito ao senhor Presidente da Assembleia – ao abrigo do número 3 do artigo 48.º do regime Jurídico do Funcionamento das Autarquias Locais – é que os senhores vereadores José Benzinho e Blandina Oliveira explicassem aqui, a esta Assembleia, qual foi exactamente o porquê de terem votado contra, em reunião de Câmara, esta proposta.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Senhor Presidente, permita-me que recue um minuto neste ponto apenas para lhe fazer um pedido. Acho que é fundamental, para que estas Assembleias decorram com a temperança necessária, que o senhor Presidente – pela última vez – tenha confundido o respeito pela maioria pelo respeito por esta Assembleia. Vivemos num Estado de direito, não estamos na Venezuela, temos Leis, temos princípios que têm que ser cumpridos e esses princípios têm que ser respeitados. Não estamos numa democracia popular, em que a maioria apenas por ser mais um ou dois ou cem ou mil ou noventa e nove por cento, possa - pura e simplesmente – aniquilar as minorias. É característica de uma democracia com tradição e com qualidade o respeito pelas minorias!

Dito isto, quero falar sobre esta questão da água (e devo dizer que o faço com gosto), porque a questão das águas – tive a oportunidade de já o ter referido na Assembleia Municipal – foi objecto de uma proposta minha há muitos anos, no primeiro mandato da senhora Presidente Isabel Damasceno, em que sugeri que fosse estudado o modelo de gestão privada de distribuição das águas. E estou mesmo preocupado com esta questão pois tenho sérias reservas que sem a concordância e a concorrência ideológica de todos os que aqui estão representados nesta sala, possa ser apresentado um modelo que a mim me suscita dúvidas.

Não tenho rigorosamente nada contra a concessão da distribuição da água. Tenho até muita dificuldade em perceber os argumentos que confundem a distribuição da

água com a privatização da água pois estamos a falar de coisas diferentes. No entanto, há uma coisa que me tem preocupado ultimamente, quando penso neste assunto. Todos nós temos consciência do que se está a passar naquela obra de acesso à zona comercial nobre da cidade (o Continente, Media Market, etc), ao que parece houve um problema com o empreiteiro – que faliu – e por via dessa circunstância houve ali um atraso relevante. Pergunto-vos o que é que pode acontecer se a empresa que ganhar a concessão das águas falir... é uma questão que vos deixo porque me preocupa!

Sou um claro defensor não de concessões porque – para mim – uma concessão é sempre a assunção (por parte do Estado) da incompetência de gestão. E se não, vejamos.

O que está aqui em causa é assumir - neste caso é o nosso Estado, a Câmara Municipal de Leiria - que vai passar para a gestão privada tudo o que tem até hoje... o mesmo pessoal, as mesmas estruturas, a mesma carga global que tem e, juntando a isso, o recebimento e uma receita (que neste momento não existe), um plano de investimentos que queremos que seja exigente e ainda criticamos esta empresa por querer vir a ganhar com o dinheiro da água. Há aqui qualquer coisa que me choca! É porque, na verdade, parece-me que estamos a assumir que toda a gestão que tem sido feita pelos Serviços Municipalizados só tem um nome - incompetência, incapacidade. E eu não consigo ter esta perspectiva dos nossos gestores públicos! Continuo a acreditar e a fazer fé que quem está na gestão pública tem tanta capacidade quanto qualquer pessoa que está na gestão privada! Tenho medo é que tenham mentalidade diferente, é isso que me preocupa e era isso que gostava que mudasse – a mentalidade. Parece-me que uma concessão é dar a alguém um direito, um privilégio, um qualquer favor. Era isso que acontecia no Brasil e por aí fora nos tempos das nossas colonizações, em que se davam concessões para que as pessoas pudessem fazer a exploração. Para mim, o que está em causa é a falta de concorrência e por isso acho que devia haver um debate mais profundo sobre esta questão, defendendo que trabalhasse-mos – uma vez que neste momento existe a Comunidade Intermunicipal – no sentido de que os Municípios da nossa área metropolitana pudessem ter a posse da rede de distribuição, podendo até com isso ganhar a possibilidade de candidatura majorada aos fundos comunitários. Não estamos a falar de tão pouco como isso, estamos a falar de 65% para 90% - pelo menos é a informação que tenho – e é muito dinheiro para o volume de investimentos que tem que haver. Ao que sei, apenas a

Batalha (na nossa Comunidade Intermunicipal) tem neste momento uma concessão feita. Há muito trabalho a fazer em todos os outros Municípios e acho que este é um modelo que não devia ser posto de lado. A preocupação que o senhor Presidente – e bem – já colocou, que é a falta de meios para nesta perspectiva poder fazer investimento, ora, estamos a falar de um pequeno investimento e que, obviamente, com a possibilidade de haver dois/três/quatro/cinco, o número de distribuidoras que apenas tratavam da gestão administrativa e da logística da distribuição em termos funcionais – que é aquilo em que parece termos dificuldades – essas empresas em concorrência, nós podíamos contratar com uma ou com outra e o serviço de abastecimento de água estava garantido. Era um serviço que nos era prestado. É evidente que não tive oportunidade de fazer um aprofundamento desta matéria porque meus caros amigos e tal como vocês, há dez dias que isto me chegou e parece-me que tomar decisões...

É evidente que subscrevo inteiramente a preocupação do José Francisco quando nos fala daquela questão técnica que pode ser relevante. Tenho muita dificuldade em aceitar que numa hora, ou em duas horas tomemos uma decisão que vai afectar o concelho por trinta anos! Essa é claramente uma preocupação que tenho e não tenho dúvida que todas as pessoas conscientes - que são todas as que aqui estão – seguramente também terão e que os levará a pensar. Acho que esta matéria deve ser mais bem ponderada, deve ser analisada, terá que ser discutida e encontrado um modelo que, de facto, recolha a garantia de que tudo funcionará bem.

Para já fico por aqui mas gostaria muito que a maioria ponderasse que todas as maiorias são transitórias e, como tal, o respeito pelas maiorias futuras impõem-se e que também aqui tenham lugar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Vitor Lourenço.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Vitor Lourenço, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, senhoras deputadas.

Eu diria – neste bocado de noite em que esta Assembleia apresenta esta acalmia tão profunda, tão silenciosa – que isto me espanta.

Não me espanta a proposta do senhor Presidente da Câmara, não me espanta que a maioria do executivo municipal, sem uniformidade do ponto de vista ideológico, com uma participação – dos senhores vereadores e do senhor Presidente – com proveniências e histórias pessoais e participativas cívicas e políticas tão diversas... não me espanta que nos tragam esta proposta de privatização do serviço de gestão e não apenas de distribuição das águas. Trata-se da gestão, distribuição e de tudo o que compõe os serviços dos SMAS e aqueles que a esse sector estão associados. Não me espanta!

Mas espanta-me o comportamento desta Assembleia!

Espanta-me esta atitude de bonomia que leio na cara dos senhores deputados do PS, que apoiam esta proposta. Espanta-me, ao mesmo tempo, uma atitude de apoio quase envergonhado que noto nestes parceiros e colegas deputados desta Assembleia! Ah! Se fora ao contrário... diria eu que já algum inferno aqui tinha caído nesta sala! Se fosse o PSD a fazer esta proposta e o PS na oposição... imaginava as intervenções acaloradas do senhor deputado José Manuel Silva, que hoje está aqui como público assistente – lá terá as suas razões; o entusiasmo militante do amigo e companheiro Pedro Biscaia sobre este assunto; o entusiasmo e o fervor ideológico do Luís Pinto sobre esta questão... de certeza absoluta que estava aqui à espreita, num fervor militante na defesa do contrário desta proposta; também na rigorosa e crítica análise do Paulo Pedro, não tenho dúvida, sempre mas naturalmente sempre contra qualquer proposta que viesse daquele sector alaranjado.

Espanta-me mesmo! Espanta-me toda esta atitude quase adormecida, quase sem crítica... coisa que nós, como deputados municipais eleitos nunca deveríamos perder. Como já me espantaram outras coisas nesta noite e nesta Assembleia.

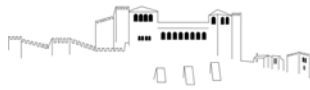
Reparem, na anterior Assembleia foi apresentado, julgo pelo senhor deputado, o documentozinho que nos tinha chegado da deliberação de Câmara - quatro ou cinco folhas – até as trouxe aqui para mostrar! E quando as mostrou, o senhor Presidente da Câmara não teve uma palavra para dizer "*mas há mais documentos!*", e depois vem a senhora secretária, qual Egas Moniz, de corda ao pescoço, justificar o injustificável e penitenciar-se a ela própria, coitada! Uma excelente colaboradora da Câmara com quem trabalhei durante doze anos e que nunca falhava nas suas tarefas, logo neste momento tinha que falhar. Manuela... desculpe!

Realmente espanta-me tudo isto... espanta-me a decisão que é tomada numa quinta-feira, de convocar uma reunião extraordinária para aprovar em Câmara a

reorganização dos serviços das águas e que depois, em três ou quatro dias, alguém faz aquele estudo preliminar que nos chega! Já não digo os estudos que vêm do tempo das Águas de Portugal e as análises comparativas que o senhor Presidente aqui nos apresentou, que já não são de agora pois já existiam e que nem sequer foram presentes à reunião da Câmara para discussão, não estiveram lá. Espantame esta pressa! Eu sei que o senhor Presidente sempre teve a ideia de privatizar, nós sabemos que assim é e não o critico por isso... não tenho que infernizar e não estamos aqui para anatematizar decisões, mal de mim! Estamos pelo diálogo... mas realmente... tenho que me espantar com todas estas situações. Não podia ter outra intervenção nesta Assembleia porque, do ponto de vista técnico, há aqui muito boas pessoas, senhores deputados com muita capacidade de fazer análises técnicas sobre esta matéria e, seguramente, não serei o eu o mais indicado. A minha posição política em relação a este assunto, que não é e nunca foi contra qualquer tipo de concessão de serviços a privados, aliás, o Paulo Pedro invocou aqui uma privatização de um serviço municipal de que eu e os técnicos da Câmara, na altura, fomos agentes pois não havia outra solução não por questões financeiras mas por questões de falta de pessoal e de equipamento pois à data não havia ninguém para trabalhar naquele sector, como sabem.

Portanto, não podia deixar de vir aqui transmitir-vos o meu espanto pelas invocadas razões que apresentei, pelas fundamentações de que não entendo esta pressa de rapidamente fazer este negócio. Não se espera por nenhuma orientação do novo Governo e o senhor Presidente, inclusive, já disse aqui que as Águas de Portugal serão eventualmente privatizadas até 49% (nunca serão na totalidade) e as Autarquias, como agora, serão sempre parceiras do projecto. Neste caso isso não acontece, concessionamos tudo! Também se concessionam o software dos SMAS? Ou só o hardware? Depois, como alguém disse, se falir a empresa perdemos tudo, perdemos a informação. Até isso vai ao fundo, fica afogado na água!

Senhor Presidente, volto a dizer o que aqui já foi dito na última sessão de quinta-feira. Pensemos e repensemos melhor, fundamentemos as decisões! Gastámos dinheiro nestes dois anos, a Câmara gastou dinheiro em estudos, em auditorias e pareceres externos sem consequência nenhuma! Os resultados foram abandonados, e o dinheiro que se gastou? Que resultados teve a auditoria feita à empresa Leirisport, em que se gastou o dinheiro que sabemos? Que resultados teve o parecer que se pediu para a transformação do Teatro José Lúcio da Silva em fundação, coisa que os técnicos da Câmara diziam? Que dinheiro se gastou na outra



auditoria – que já nem sei como se chamava – foram três, tanto quanto me lembro? Para as águas, de repente, com um estudo preliminar feito de uma quinta para uma terça-feira, decidimos?

Realmente não podia fazer mais nada hoje senão espantar-me!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Muito boa noite a todos.

Espanta-me a intervenção do senhor deputado e meu amigo Vitor Lourenço! Por ser uma intervenção tão emotiva, tão eloquente e tão despojada. Mas quero aqui sublinhar, olhos nos olhos, caro Vitor Lourenço, que aplaudo (apesar de tudo) o modo e o tom com que apresentou a sua crítica e aplaudo a sua frontalidade.

Mas o que estamos, de facto, aqui e hoje a fazer é debater um dos problemas mais sensíveis da gestão autárquica dos últimos anos. Vivo em Leiria há vinte e seis anos e creio que foi a vez em que senti algumas dúvidas, alguma inconstância, alguma sensibilidade em relação a esta questão.

Por isso, como aqui já foi dito, apelo à serenidade e à contenção verbal de todos nós. Não pode valer tudo! Sem pôr em causa a discordância cívica de opinião, não pode valer tudo! É um mau serviço entrar no registo da insinuação, dos remoques torpes, dos julgamentos de carácter. Não vale tudo! Expedientes processuais, delongas tácticas para alargar os trabalhos não prestigiam este órgão, antes o tornam um fórum de quezília sem relevância.

E por isso (termino já esta parte da intervenção), episódios como os que presenciámos aqui – e ficaria mal com a minha consciência se não os citasse – nomeadamente o protesto apresentado pela bancada do PSD no último ponto ou a insinuação acerca da autoria de um requerimento do senhor deputado Sequeira, devem ser encarados como lapsos cívicos e não como actos conscientes e deliberados. Quero crer que assim é e, por isso, faço novo apelo à serenidade de todos.

E ainda no âmago desta questão, todos sabemos que as Câmaras Municipais, por esse país fora, estão em grande dificuldade. Basta ter lido o suplemento de economia do *"Expresso"* do último sábado, onde consta um mapa dos vários Municípios que estão em situação financeira grave, ou ainda hoje, no *"Público"*,

uma breve notícia oriunda de Faro, em que – se me permitem – diz o seguinte: “A Câmara de Faro vai levar a hasta pública sete lotes de terreno para edificação de equipamentos de utilização colectiva, para encaixar verbas que permitam enfrentar as dificuldades financeiras, anunciou ontem a Autarquia. A Câmara refere mesmo que o dinheiro é, entre aspas, de extraordinária importância para o actual momento financeiro”. Mais adiante e para terminar, além dos vários lotes, diz: “O outro é uma parcela de terreno destinada à construção de um equipamento hoteleiro de quatro estrelas com vocação desportiva, no complexo desportivo da Penha, e tem uma base de licitação de dois milhões, trezentos e oitenta e nove mil euros. Macário Correia disse à Lusa, em Maio, que a Câmara previa vender dezasseis terrenos e edifícios para encaixar doze milhões de euros”.

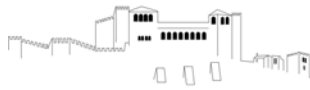
Haja pois, perante esta situação que acontece em Leiria e que é – infelizmente – genérica, bom senso e espírito de cooperação objectiva, para além das análises subjectivas.

Se porventura tivéssemos ficado com bolsas de terrenos ou outros bens materiais, com certeza que a eles recorreríamos. Mas infelizmente o que ficou no concelho foi o tal elefante colorido – para não lhe chamar branco ou preto ou outra coisa – e os SMAS. Tal como uma família, que estando em situação crítica, mas querendo honrar os seus compromissos e saldar dívidas, tem que vender móveis e pratas antigas. É isso que hoje aqui estamos a fazer. Essa é a realidade, fotografada sem filtros nem subterfúgios ideológicos. Não sendo uma decisão fácil, parece ser – e sublinho – parece ser a única possível! Não sendo uma deliberação que todos gostemos de tomar, parece ser o único recurso material que podemos dispor para desenvolver, de forma mais equitativa, o nosso concelho.

Subscrevo algumas das dúvidas e recomendações aqui enunciadas, nomeadamente as cautelas quanto ao acesso futuro a um bem escasso que é a água referidas pela senhora deputada Susana, pelo senhor deputado Domingos Carvalho e pelo senhor deputado Paulo Pedro. Sou sensível aos apelos do máximo consenso possível nesta matéria e algumas das hipóteses de exploração que aqui foram aventadas pelo senhor deputado Domingos Carvalho.

Mas confesso, conscientemente e de coração aberto, que ainda não fui convencido por outros argumentos que não os dramáticos que foram apresentados pelo senhor Presidente da Câmara.

Disse.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Antes de mais esclareçamos se o conceito de privatização se pode aplicar às concessões.

“Recortados os sentidos possíveis de entendimento jurídico da privatização da Administração Pública, importa agora proceder ao elenco dos processos ou métodos possíveis de concretizar essa mesma privatização.

Numa análise sumária do direito positivo vigente, podemos encontrar três principais processos jurídicos de privatização:

- a. Privatização ope legis;*
- b. Privatização por típicos meios jurídico-administrativos;*
- c. Privatização por meios jurídicos privados.*

(b) Privatização por típicos meios jurídico-administrativos: aqui a privatização não é um efeito imediato da Lei, antes se trata de um efeito directo do meio jurídico-administrativo utilizado pela estrutura administrativa competente.

Exemplifiquemos a situação descrita:

No que respeita à privatização da gestão ou exploração de tarefas administrativas, é frequente a Administração Pública recorrer à figura da concessão – assumida ela a forma de contrato administrativo ou de acto administrativo (...).”

São palavras de um conhecido professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Paulo Otero. Creio que ninguém tem a veleidade de o considerar próximo do PCP.

Ainda que o PS, em Leiria e agora, queira dissimular as coisas, a concessão é um processo de privatização, ponto final parágrafo.

Segundo os dados fornecidos, actualmente a cobertura de água é de 98% e a de saneamento de 70%. Decorridos trinta anos, no horizonte da concessão, passariam para 99% e 92%, respectivamente. Isto no prazo máximo da concessão nos trinta anos e já que se fala nos trinta anos... tenho de invocar a Lei. Segundo o artigo 34.º da Lei já referida, a fixação do prazo da concessão obedece ao disposto no número 1 do artigo 410.º do Código dos Contratos Públicos, não podendo este prazo exceder, incluindo a duração de qualquer prorrogação, trinta ou quinze anos,

consoante haja ou não investimento significativo de expansão, modernização ou reabilitação a cargo do concessionário. Isto é o que diz a Lei.

Quer isto dizer que na água a rede está praticamente concluída e no saneamento muito já está feito. Podemos e devemos começar a tirar partido económico e financeiro do investimento realizado, libertando recursos para mais e necessário investimento, talvez até para outras áreas de intervenção.

Também não colhe, portanto, a tese da incapacidade de fazer frente à fantasia do ciclópico investimento futuro.

A privatização do serviço de águas e saneamento é um grave crime contra o Município de Leiria, o seu desenvolvimento socioeconómico e a qualidade de vida da população.

Diz-nos a experiência por esse mundo fora que a transformação do objectivo leva a que a optimização seja o aumento do lucro dos accionistas em vez do bem-estar dos cidadãos e o desenvolvimento harmonioso do território.

E se alguém tem dúvidas de que não há limites à voracidade dos poderosos accionistas privados então a exigência feita por António Mexia no passado dia 29 de Julho para o fim das tarifas reguladas no sector eléctrico para, nas suas palavras codificadas mas facilmente decifráveis, "*aumentar a eficácia no mercado doméstico*" tem tanto de esclarecedor quanto de premonitório.

A privatização da água, a prazo, redundando normalmente no aumento dos preços para a generalidade dos utentes, degradação das condições laborais, diminuição do investimento nas zonas de baixos consumos e conseqüente degradação do serviço e da qualidade e estímulo perverso ao grande consumo supérfluo.

O negócio privado vai querer os maiores lucros possíveis à custa das populações, reduzindo ao máximo os custos e aumentando ao máximo a facturação. Este modelo é inimigo da poupança e do equilíbrio ambiental.

Um estudo independente francês realizado há alguns atrás, divulgado na revista "*Science et Vie*", era muito esclarecedor quanto à maior virtualidade da gestão pública, mesmo na França, a pátria de dois dos maiores predadores mundiais deste negócio.

Um dos grandes argumentos para justificar esta privatização é a estafada tese da grave situação financeira. Para ajudar a ultrapassar essa situação o Município, segundo o documento designado Estudos Preliminares, encaixaria logo 40% do valor da concessão no primeiro ano, 60% desse montante no acto da consignação e os 40% restantes duzentos e setenta dias depois.

Mas o que a Lei diz é:

1. *“os pagamentos relativos à retribuição devem ser feitos sob a forma de anuidades;*
2. *ao longo de toda a concessão;*
3. *não antecipáveis;*
4. *o valor nos primeiros 5 anos do contrato não pode exceder 40% do valor actualizado da totalidade dos pagamentos previstos no contrato de concessão.”*

Por isso, nos primeiros cinco anos, de acordo com as regras que a Lei impõe, o valor das anuidades não pode exceder 8% em cada ano do valor actualizado da totalidade dos pagamentos previstos no contrato de concessão. São simples contas de dividir: 40% divididos em partes iguais por cinco anos.

Segundo os ditos estudos a concessionária teria de pagar uma retribuição de cerca de 6,5% do volume de negócios anual. Isto é a mesma coisa que nada dizer porque não informa qual o montante do volume de negócios anual. E porquê cerca de 6,5% e não a cifra exacta? Porquê 6,54% ou 6,40% e não outro valor qualquer, por exemplo 10%?

E não sabendo isto também não sabemos quanto representariam os 8% disto que o Município poderia arrecadar no primeiro ano.

Imaginemos, com imensa generosidade, que o volume de negócios anual seria de 100 milhões de euros e consideremos a taxa de cerca de 6,5% como sendo de 6,6%. Nos termos da Lei, no primeiro ano a concessionária teria de nos pagar uma anuidade de quinhentos e vinte e oito mil euros. Mas façamos o exercício académico conforme se advoga no dito estudo, um adiantamento de 40%: teríamos uma receita antecipada de dois milhões seiscentos e quarenta mil euros. Coisa pouca para tanta fome, com a agravante de nos quatro anos seguintes não se poder arrecadar qualquer receita mais. Está então provado que por aqui também não se resolveriam as famosas dificuldades financeiras.

Na generalidade, estes chamados estudos preliminares são apenas uma peça vulgar que, com assinalável mediocridade, pretende conduzir o pensamento daqueles que têm que a analisar para uma única, fantástica, decisão a tomar: a concessão.

A vontade de entregar a gestão da água a interesses privados decorre apenas da força do negócio que está em causa e não por qualquer outra razão. Quem conhece a opinião do presidente da Câmara sabe que este seu objectivo não é de hoje e o carinho que por ele nutre.

A água é essencial e incontornável para a habitabilidade dos territórios, matricial à vida e factor imprescindível à produção. O seu uso já era regulamentado nas mais antigas legislações conhecidas.

A administração da água esteve desde sempre intrinsecamente associada ao poder em cada comunidade social e territorial.

Por isso e pelos lucros chorudos que proporciona um ambiente de monopólio natural, a intensificação da investida neoliberal nos últimos anos para subordinação hegemónica do poder político ao poder económico incorpora obrigatoriamente a luta pelo domínio da água.

Para além destes aspectos substantivos sobre o que está em jogo há aspectos formais que não são satisfeitos neste processo.

Diz a Lei que a decisão de atribuir a concessão deve ser precedida de um estudo que demonstre a viabilidade da concessão e a racionalidade económica e financeira acrescida decorrente do desenvolvimento da actividade através deste modelo de gestão.

Pois nada disto nos foi fornecido não se cumprindo esta condição jurídica incontornável.

Há um problema recorrente nesta maioria, a conformidade entre o que se diz que a Lei diz e o que de facto dispõe a Lei.

Sr. Presidente, senhores deputados...

A água, génese da vida, é um bem estratégico e um direito de todos que, por isso, não deve tornar-se num negócio de alguns. Agir conforme esta evidência é sinal de modernidade civilizacional.

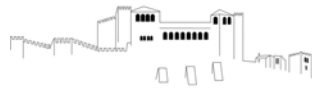
A água para abastecimento deve ser acessível a todos não devendo estar sujeita a apropriação privada para ser transformada numa mera mercadoria que proporciona o máximo rendimento a muito poucos.

Há alguns dias o povo italiano, em referendo, recusou a privatização por mais de 95% dos votos expressos. E por margem ainda superior rejeitou a fórmula de cálculo dos preços que a directiva comunitária determina.

E ainda na passada quarta-feira o senhor Presidente do governo regional da Madeira dizia que água, electricidade e saúde nessa Região Autónoma continuariam no sector público.

Apelamos a esta Assembleia na globalidade e ao PS em particular para que enveredem por este caminho rejeitando esta proposta.

É isto o que esta a Assembleia deve fazer: dizer não à privatização!



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado José Peixoto.

DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO (BE)

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

“A água deve e deverá ser considerada como um bem social e cultural e não, principalmente, como um bem económico”. Isto faz parte de um documento das Nações Unidas que refere as obrigações dos Estados subscritores do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que Portugal subscreveu em 1976.

Posto isto, passo a defender a posição do Bloco de Esquerda que começa com uma votação contra esta concessão. E porquê? Revemo-nos muito na declaração *“A água é de todos”*, que já foi subscrita por vários Municípios em Portugal e que passo a ler rapidamente:

“Considerando que a água é um elemento indispensável à vida neste planeta e é indissociável de qualquer actividade humana, social ou económica;

Considerando que a água é um imperativo de acesso universal e um equalizador das diferenças sociais e territoriais dos povos, verdadeiro instrumento da democracia participativa e participada;

Considerando que a água é um direito que tem que ser assegurado a todas as pessoas, independentemente da sua condição económica e social ou da região onde habitem;

Considerando que a salvaguarda deste bem público essencial e a necessidade da sociedade portuguesa em geral exija a consagração da propriedade comum da água e da igualdade de direito ao usufruto como direito de cidadania;

A garantia do acesso de todas as pessoas à água potável com serviço público;

A manutenção dos serviços de água sob propriedade e gestão públicas e sem fins lucrativos;

O enquadramento legal, institucional e de administração económica que garanta o facto do direito de cada pessoa à água, à saúde e à natureza;

A gestão integrada da água como responsabilidade pública inalienável, assegurada pelos legítimos representantes dos cidadãos, visando a melhoria do bem estar comum da população actual e das gerações vindouras;

Serviços públicos de água competentes, transparentes e funcionai dotados dos recursos necessários;

Uma gestão da água baseada num planeamento participado e democrático."

Esta declaração da água foi subscrita por vários Municípios portugueses em sete de Outubro de 2008. Não é de agora!

Quero ainda afirmar que neste preciso momento, perante todos os colegas deputados, eu próprio não me sinto em condições para assumir o que quer que seja em relação a esta questão. Penso que é um problema que está indissociavelmente ligado à vida dos povos e terão que ser as pessoas e não deputados eleitos, que não têm – neste momento – poder para decidir um assunto de tanta importância. A água não pode ser vista apenas como um bem transaccionável! A água é muito mais do que isso! É um direito de todas as pessoas!

Vou votar conscientemente contra esta proposta de privatização da água mas entendo que isto passaria muito mais por um referendo às populações. E posso dizer-vos que subscrevi um referendo que está a circular, a nível nacional, contra a privatização da água.

Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Este tema, como o outro que tratámos antes, não é um tema fácil. Estamos a falar da água, porventura o bem mais precioso à face da terra. Não é comparável com qualquer outra coisa e só esse facto já nos devia fazer tratar este tema com todas as cautelas e todos os "*paninhos quentes*".

Não temos dúvidas nenhuma, e gostaríamos de deixar com clareza – dando uma nota excelente à intervenção do senhor deputado Pedro Biscaia, que saudamos respeitosamente – que não temos dúvida nenhuma acerca da honorabilidade ou honestidade seja de quem for. Que fique claro e ainda mais quanto a este elenco que dirige o Município de Leiria. Não temos quaisquer dúvidas acerca da sua seriedade e postura em todo este processo.

O que achamos é que, claramente, um tema desta importância precisa de muita informação! Aqueles que me estão a fazer o favor de escutar e que estão ligados às empresas – e desculpem citar este exemplo pois é o que domino – se preparássemos um conselho de administração e levássemos apenas a informação que aqui recebemos, seria manifestamente pouco. A informação é escassa! Ainda

mais quando se trata de um tema tão sensível. Este assunto é dez vezes mais importante que o estádio, desculpem esta comparação, se é que a posso fazer! Além disso, não se resolve o problema de tesouraria da Câmara. Façam lá as contas e vão ver que não o resolve.

Seguramente o senhor Presidente tem projecto, tem plano e tem estratégia, não tenho dúvida nenhuma! Mas não resolve... e depois há a outra questão de que já aqui falei duas vezes quando se discutiu os orçamentos dos SMAS.

Estamos a rentabilizar a rede que temos?

Quantas pessoas estão à espera da autorização para se ligarem?

Onde é que estão os proveitos?

Não vejo e nem sei como é que isso vai ser feito! Já dei aqui o meu exemplo de que estou à espera há mais de dois anos para me ligar, está tudo pronto e está à distância de um metro!

Quantas pessoas estão, como eu, nestas circunstâncias?

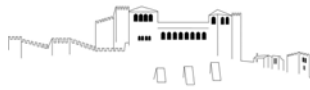
E quanto é que isso representa de receita? Não sei! E não estou a discutir política, até porque há aqui um grande consenso nesta matéria. Mas de facto "*o que está a dar*" agora em Leiria é privatizar e quando der lucro, "*o que está a dar*" vai ser nacionalizar?

Por princípio, não sou contra as privatizações e nem diabolizo o lucro porque sem ele não há nada. Compreendo muito bem os constrangimentos financeiros da Câmara. O senhor Presidente tem referido diversas vezes este ponto e é, de facto, um ponto crítico e é verdade – temos que deixar de falar do passado – mas o facto é que há grandes constrangimentos financeiros. Mas há que rentabilizar e pergunto porque é que nós conseguimos um saldo de exploração tão negativo e ao passar para os privados, de repente começa a dar tanto lucro?

O raciocínio é que vamos privatizar, ou não. Mas se estamos com um saldo de exploração negativo, como é que na mão dos privados dá dinheiro? Se calhar o problema que se coloca é um problema de gestão, e então – antes de falar seja no que for – tenho que falar na capacidade da gestão. E aí vou ao encontro do senhor deputado, a quem vou chamar carinhosamente de "*D. Quixote de la Mancha*" porque, permitam-me, ele tem um ar quixotesco, charmoso. Posso dizer isto com toda a liberdade porque tenho a noção clara...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, mesmo com essa bonomia, agradeço-lhe que tenha mais cuidado na linguagem.



DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

É essa a ideia, senhor Presidente. Para ver se conseguimos sorrir todos um bocadinho e perdão por esta minha insubordinação, que considero positiva.

O tema água não pode ser discutido ideologicamente. Sabemos que normalmente o Partido Socialista é contra as privatizações, e compreendemos. Mas quanto a mim é fraco argumento afirmarem que agora tem de ser porque não temos dinheiro. Se o argumento para abdicarmos de um bem estratégico é o não termos dinheiro então estou preocupado! Porque a seguir vem a luz e vamos privatizar a eito e vamos demitir o Município das suas funções de gestão de recursos que são de todos! E volto a dizer que não sou contra a privatização, seja do que for, mas sou a favor de tomarmos decisões com os olhos bem abertos e o que o senhor Presidente nos está a pedir é "*confiem em mim*". Nós confiamos, mas não sem informações e de olhos fechados. Isso não fazemos! Não podemos tomar este tipo de decisões com tão pouca informação, mesmo com uma base de apoio como tem o Município e o elenco camarário, que respeitamos democraticamente.

Este tema é demasiado importante! É a água... e de facto há um conjunto de preocupações que temos que ter acauteladas. E falo na qualidade de gestor privado habituado a estas coisas e a dourar a iniciativa privada. Mas há aqui um papel de que nós, de facto, não nos podemos demitir, temos que fazer tudo o que está ao nosso alcance e sinto que não foi feito. Para trabalhar este tema há que haver um grande consenso e pergunto se V. Exas. Querem sacrificar e garantir uma coisa para os próximos vinte anos? Nos próximos vinte anos alguns de nós não estarão cá! Então não é importante que tomemos uma decisão consensual - e aqui apelo ao vosso consenso - pois não temos informação suficiente para abordar este tema como deve ser e não está em causa a confiança que este elenco camarário nos merece. A informação que temos sobre este e outros temas não é suficiente para uma decisão cabal, responsável e com todos os elementos na nossa mão. Acho que isso é o mínimo que podemos esperar, ou não?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Ana Paula Silva, para fazer o ponto de ordem.

DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)

Boa noite.

Ana Paula Silva, PSD.

Senhor Presidente, parto do pressuposto que os nossos critérios para as reuniões da Assembleia Municipal, embora variem às vezes conforme o vento, há deles que têm que ser cumpridos e este vem dar razão ao PSD num sentido.

Interrompemos os trabalhos, na última sessão, à uma da manhã. Penso que agora deveríamos levar os mesmos critérios da última sessão e acabar esta sessão também à uma da manhã. Todos temos os nossos trabalhos, as nossas responsabilidades amanhã. Se quinta-feira esses critérios foram aceites pela Mesa, acho que hoje também o deveria ser. E isto só virá dar razão ao PSD, quando disse que este ponto deveria ficar onde estava para poder depois ser discutido tudo o resto da agenda de trabalhos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Imaginei que fosse esse o assunto, estava para falar nele mas a senhora deputada fez questão de se antecipar ao Presidente da Mesa.

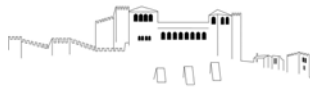
Não me levará a mal que lhe diga que o Presidente da Assembleia Municipal não iria, antes da uma da manhã, interromper o orador que estava no uso da palavra.

Portanto, o único momento oportuno – desculpem mas tenho que o dizer – para eu usar da palavra em relação a este assunto era agora quando o orador que começou antes da uma, terminou depois da uma da manhã. Se eu tivesse usado da palavra nesse sentido, o ponto de ordem justificar-se-ia. Não posso ser acusado de uma omissão que não tive a oportunidade de cometer.

Dito isto, gostava de confrontar as senhoras e os senhores deputados com este problema e peço que me escutem até ao fim.

Tenho neste momento inscritos cinco deputados para falar sobre este ponto. Na quinta-feira passada disse que em sessões desta natureza e não só – penso que deviam ser todas – a sessão devia terminar à uma da manhã e é uma da manhã.

Vou colocar o assunto, no momento certo, nas mãos da Assembleia Municipal, sem discussão, para uma votação simples e é um poder da Mesa. Quando propus que a continuação da sessão da Assembleia Municipal fosse na segunda-feira, estava a prevenir uma eventualidade desta natureza. As sessões da Assembleia Municipal podem prolongar-se durante cinco dias. Todos os juristas concordarão quando se fala em cinco dias úteis, a menos que a Lei diga expressamente o contrário. Significa isto que terminando a sessão hoje, continuará amanhã para ser concluída.



Neste caso, se continuar amanhã estamos dentro do prazo dos cinco dias e isso é uma prerrogativa da Mesa, a quem compete deliberar a continuação da sessão amanhã, a menos que os senhores deputados e as senhoras deputadas entendam fazer um esforço e prolongar a sessão de hoje até terminar todos os pontos, que não sei se será possível.

A informação dada pelo senhor deputado Manuel Antunes, em nome do grupo parlamentar do PSD, é que o grupo que lidera não tem intenção de intervir nos outros pontos da ordem de trabalhos, o que significaria que esses pontos – por parte do PSD e não dos outros partidos – serão pontos com votação muito rápida. Atenta esta informação e o facto de que estas intervenções podem ser breves, terei que perguntar à Assembleia, que me responderá por voto simples e directo pois não vamos discutir o assunto.

A Assembleia pretende continuar amanhã ou fazer um esforço no sentido de acabar hoje?

Senhores deputados, na quinta-feira confrontei a Assembleia com a necessidade de esta ser prolongada e assim foi, para hoje. Se a minha opção é tão complicada, continua amanhã!

Não tenho problema nenhum senhor deputado.

Vou sugerir aos senhores dirigentes parlamentares para se dirigirem à mesa durante um minuto.



A sessão foi interrompida e retomada logo de seguida, após reunião com os dirigentes dos partidos.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Chamo a vossa atenção. A decisão dos dirigentes das várias bancadas, e vamos ver se – cordatamente - conseguimos ultrapassar esta questão, foi no sentido de a decisão da maioria ser a que irá prevalecer.

Depois da conversa que tivemos, a única alteração que daqui resulta é a seguinte:

- Se a decisão da maioria for continuar, assim faremos;
- Se a decisão da maioria for não continuar hoje, não quer dizer que tenha que ser amanhã.

Foi aqui suscitado um problema que permite ultrapassar esta questão, ou seja, poderemos tomar uma segunda decisão no sentido de duplicarmos – aceitando o repto do senhor deputado João Cunha – o tempo de duração da sessão. Os cinco

dias passam a dez dias úteis e a sessão continua na segunda-feira, dia onze de Julho. É possível, não há sessão extraordinária mas tão só a continuação desta sessão situada dentro do mesmo período, exactamente como fizemos hoje.

Entender-me-ia no final com os dirigentes das bancadas e a segunda-feira não suscita grandes objecções. O que vamos votar, sem discussão, é continuar a sessão hoje ou continuar segunda-feira. Da parte do senhor Presidente da Câmara haverá alguma objecção? Não. Também reconheço que a continuação amanhã poderia ser violento.

O que vamos votar, sem discussão é:

- A continuação da sessão de hoje;
- A continuação da sessão na segunda-feira da próxima semana.

Quem vota a favor da sessão prosseguir hoje, até conclusão de todos os pontos da ordem de trabalhos?

Quem vota a favor da sessão continuar em outro dia, em princípio segunda-feira?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria, continuar a sessão em outro dia, com vinte e três votos a favor da continuação da sessão hoje e trinta votos a favor da continuação em outro dia.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Atenção, vamos ter que tomar uma deliberação formal. Diz o Regimento que as sessões ordinárias têm a duração de cinco dias, podendo ser prolongada até ao dobro do tempo se a Assembleia assim o entender.

A proposta que se faz é a de prolongar a sessão até ao dobro do tempo, o qual irá até à terça-feira da semana que vem e assim permite encaixar a segunda-feira.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria, com três abstencões, prolongar até ao dobro do tempo a duração da sessão ordinária, o que perfaz dez dias úteis.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

A sessão continua na segunda-feira, às 21H00, no auditório do Centro Associativo Municipal, sem convocatória e sem possibilidade de substituição das pessoas presentes.

Seguirá um mail, não a convocar mas a lembrar, como já efectuado.

Muito obrigado senhoras deputadas e senhores deputados.

Boa noite a todos.



Aos onze dias do mês de Julho de dois mil e onze, no auditório do Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria, em continuação da sessão iniciada a trinta de Junho de dois mil e onze.

Dos sessenta e dois membros que a compõem, faltaram os seguintes deputados: Artur Rogério de Jesus Santos; José Rodrigues; Susana Cristina Serrano Fernandes Rodrigues; Maria Odete da Conceição João, que foi substituída por Acácio Manuel Moreira Bárbara; Vitorino Vieira Pereira, que foi substituído por José Peixoto Henriques; Laura Maria Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, que foi substituída por Pompeu Armando Cainço; Ventura José Rolo Tomás, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, que foi substituído por Lucília da Silva Letra; Francisco Fernando Lisboa de Oliveira André, que foi substituído por Maria de Fátima Sismeiro; Pedro Lopes Pereira de Faria, que foi substituído por Carlos Conceição; Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, que foi substituída por João Curado e Silva; José Manuel Silva, que foi substituído por Micael Sousa, que também faltou e foi substituído por Maria Célia Santos Simão Gordo, que também faltou e apresentou justificação de ausência por motivo de doença; Ana Elisa da Costa Santos, que foi substituída por António Pereira Fernandes; Romeu Daniel Patrício Paz, que foi substituído por Mário Rui da Conceição Canário; Leonel da Silva Gomes da Costa, que foi substituído por Domingos Marques Neves; Maria Clara Monteiro, que foi substituída por Carlos Duarte.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o senhor Presidente Raul Miguel de Castro, e os senhores vereadores Maria de Lurdes Botelho Machado, Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, Neusa Fernandina Sobrinho de Magalhães, Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos, Lino Dias Pereira, Blandina da Conceição Rodrigues de Oliveira, António Carlos Baptista Martinho Gomes, José Manuel Seabra Benzinho da Silva, Carlos Manuel Frazão Vitorino e Gastão de Oliveira Neves.

A continuação da sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo A. André, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos senhores deputados José Alves e Maria Manuela Santos, respectivamente 1.º e 2.º secretários da Mesa.

Havendo "*quórum*", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 21.18 horas.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Boa noite a todos e a todas.

Senhoras deputadas e senhores deputados, peço o favor de se acomodarem e guardarem silêncio.

Esta é a terceira reunião da sessão de trinta de Junho da Assembleia Municipal e esperemos que se conclua hoje.

Entraremos de imediato na ordem de trabalhos, no ponto seis, e gostava de dar conta ao plenário de alguns acordos a que chegámos em breve reunião com os dirigentes dos grupos partidários representados na Assembleia Municipal.

Em primeiro lugar, antes de continuarmos com as intervenções – que se iniciarão com a intervenção do senhor deputado Carlos Duarte – usará da palavra o senhor deputado Pedro Biscaia, na sequência do acordo estabelecido, para fazer uma rectificação à sua intervenção ocorrida na última reunião. Em função dessa intervenção poderá, eventualmente, haver um direito de resposta e tal ocorrerá no momento oportuno.

Em segundo lugar, estabelecemos como limite para o encerramento da ordem de trabalhos, as onze horas da noite.

Para que não fiquem argumentos por dirimir, a partir das dez e meia da noite, chamarei a atenção de quem não tenha ainda intervindo para – rapidamente – concluir a sua intervenção porque às dez horas e quarenta minutos será, impreterivelmente, dada a palavra pela última vez e por três/quatro minutos a cada um dos grupos partidários, para encerrar a discussão e para que se possa votar às onze da noite. Ficou claro? A partir daí a Assembleia decorrerá com os restantes sete pontos da ordem de trabalhos.

Alguma dúvida em relação ao exposto?

Manifesto a minha satisfação pelo modo como se conseguiu alcançar facilmente este consenso com os dirigentes das várias bancadas.

Dou então a palavra ao senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Boa noite a todos.

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara e senhores vereadores.

Não sou daqueles que gostam de falar de si próprios. Acho-o até descortês e quase ridículo. Mas hoje tem que ser!

Na última sessão da Assembleia Municipal, numa intervenção que proferi, não terei sido inteiramente rigoroso na crítica a uma intervenção do deputado Manuel Antunes. Desconhecia alguns detalhes acerca da subscrição de um determinado requerimento processual e, por isso aqui estou, sem preconceitos, a assumi-lo. No entanto que fique bem claro, que este incidente foi e é – na minha opinião - um "*não caso*", cuja relevância só lhe adveio pelo tom conflitual da intervenção do deputado Manuel Antunes a cujo registo nos fomos já habituando - espanto-me sempre, apesar de tudo - nesta legislatura. Mais tarde soube também de outros pormenores que – na minha opinião, repito - mais desvalorizam este episódio sobre o qual não pretendo falar mais. Acho até impróprio estarmos a consumir tempo com esta minudência, mas tinha que aqui vir por dever de coerência aos apelos que já fiz nesta Assembleia. Posso até ser apelidado de ingénuo, mas prefiro isso do que ser considerado cínico. Procuo ser fiel à minha consciência, leal às minhas convicções e respeitador do mandato dos que me emprestaram o seu voto para os representar.

Prezo também a amizade como um dos sentimentos mais nobres, da qual não transijo, abrindo o peito às balas - se preciso for - pelos meus amigos e companheiros, entendidos como os que com quem partilhamos, voluntariamente, tempo e entusiasmos.

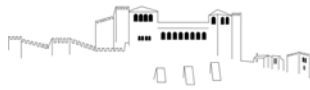
Por esses princípios da decência e pela crença no valor inestimável da cultura cívica, do exercício da arte do compromisso cruzada com a firmeza das ideias que professo, aqui estou, assim, pelo meu modesto lado, a dar um passo de clarificação e de reforço da vivência plural e ética que deve presidir a esta Assembleia Municipal.

Pressinto que esta minha postura possa ser considerada desajustada à disputa partidária inerente à nossa vida política ou que possa, porventura, motivar comentários irónicos e incomodados. Outros mais radicais dirão até que o meu lugar não é aqui. Paciência! De mim, enquanto acreditar na virtude da democracia - feita de divergência e tolerância - não esperem outra coisa que não isto!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Manuel Antunes, presumo que peça a palavra para direito de resposta. Faça o favor. Tem três minutos, que é o limite para este efeito.



DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Manuel Antunes, PSD.

Cumprimento o senhor Presidente e restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, elementos do público e membros da comunicação social.

Agradeço ao senhor deputado Pedro Biscaia que tenha tomado a iniciativa de fazer a correcção sobre as suas declarações prestadas na Assembleia anterior. Usou agora o termo "*insinuação*" que eu teria utilizado, pensou que era uma insinuação acerca do carácter da Mesa. A acusação que foi feita naquele momento, embora o meu nome não tivesse sido referido pelo senhor deputado Pedro Biscaia, foi uma acusação de carácter e isso não é admissível, em meu conhecimento. O senhor deputado acabou de dizer que o fez sem conhecimento global dos factos. Não podemos – todos nós nesta sala – saber o que é que se passa em qualquer canto da mesma e por isso exonero-o completamente dessa responsabilidade, se é que posso ter a ousadia de o exonerar de qualquer coisa! Também considero que o assunto em si não era importante mas, para que todos saibam, o assunto é o seguinte:

Um elemento da Mesa fez – como me disseram – um rascunho da declaração que foi apresentada pelo senhor deputado António Sequeira. Se bem se lembrarão, pedi à Mesa para ver o documento – até para brincar com o assunto pois não o achava importante, embora considere uma falta de senso pois a Mesa deveria ser isenta e imparcial. De facto, esse requerimento foi depois substituído por um requerimento manuscrito pelo senhor deputado António Sequeira durante a reunião. Este assunto não é de tanta importância, ainda que lhe confira falta de senso. O que é para mim gravíssimo, é que tendo ouvido a declaração do senhor deputado Pedro Biscaia, pelo menos dois elementos desta Assembleia (e provavelmente mais elementos), sabendo que ele estava a errar ou a incorrer num erro por falta de informação, não tivessem esclarecido completamente o facto. E é isso que considero de extrema gravidade.

Mais tarde, com mais tempo e com a cabeça mais fria, talvez se possa esclarecer este e outros assuntos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

A sua honra não foi ofendida senhor deputado, peço desculpa.

O senhor deputado António Sequeira tem razão, tem três minutos para intervir acerca da questão do requerimento ter sido subscrito por si.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Exma. Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores membros da Assembleia, senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores.

Fiz um esforço muito grande, na reunião passada, para não dizer o que vou dizer agora aqui mas fui absolutamente coagido a fazê-lo! Fiquei perplexo com tudo o que se passou aqui em relação a este assunto!

Em primeiro lugar, o assunto em si – que classifico como o senhor deputado Pedro Biscaia o classificou – parece-me um “*não assunto*”. Não vejo qual é o problema de apresentar um requerimento que tenha sido sugerido por uma pessoa da Mesa e eu o ter escrito. Não é uma intervenção – vejam bem – é um requerimento. Ainda por cima, trata-se de um requerimento a solicitar que o ponto seis voltasse a ocupar o seu lugar na ordem de trabalhos.

Então, vou ter que mencionar aqui um facto que aconteceu nessa reunião, pois se estava perplexo na reunião passada, hoje ainda estou mais! Estava eu no meu lugar, o senhor deputado Manuel Antunes estava no lugar onde está e aborda-me para dizer que queria apresentar-me dois assuntos: O primeiro para me dizer que já tinha falado com o senhor Presidente da Mesa e que ele não lhe pareceu muito disponível para aceder a esta minha pretensão. Que o deputado Manuel José fez uma intervenção longa e importante, uma intervenção de fundo do PSD...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço-lhe que seja breve, senhor deputado.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

... sobre esta matéria e que gostaria que ele viesse aqui, hoje, relembrar os tópicos fundamentais da sua intervenção. Respondi que sim senhor, que concordo plenamente.

Pedi-me ainda o senhor deputado Manuel Antunes, que o ponto seis retomasse a sua posição na ordem de trabalhos. Fiquei absolutamente perplexo quando vejo, a seguir, o senhor deputado Manuel Antunes – em primeiro lugar – estar a criar um incidente com este assunto e em segundo lugar – e até tive a sensação e não sei se se lembram desse pormenor – que foi apresentado um requerimento e o senhor deputado Manuel Antunes até me pareceu, e não só, que estava a preparar-se para se abster. Entretanto, o Presidente da Mesa informou que nos requerimentos não

há abstenções e voltou a pedir nova votação. Na falta de abstenções, pareceu-me que o senhor deputado Manuel Antunes votou então contra. Será que ouvi mal? Admito que tenha ouvido mal ou é verdade o que acabei de dizer? O senhor deputado falou-me ou não nesses dois assuntos?

Era só o que queria esclarecer. A partir daqui não me sinto minimamente obrigado a rectificar o que quer que seja.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Foi usado o direito de rectificação e o direito de resposta. Vou dar a palavra ao senhor deputado Carlos Duarte mas antes quero deixar apenas uma afirmação para que conste em acta e só por isso.

O único requerimento entregue ao Presidente da Mesa foi aquele que foi lido, que consta no expediente e que será arquivado. Foi escrito e subscrito pelo senhor deputado António Sequeira. No resto não tem o Presidente da Mesa que interferir. Este é o único documento que foi, de facto, entregue ao Presidente da Mesa e entendo que deve ficar registado em acta, para que não restem dúvidas.

Senhor deputado Carlos Duarte, por favor.

DEPUTADO CARLOS DUARTE (CDS-PP)

Boa noite.

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara e vereadores, caros deputados, Exmo. público e meios de comunicação social.

Lamento ter que intervir depois de uma discussão tão interessante. Tenho um texto escrito há algum tempo e agora vou ter que alterar algumas coisas porque entretanto o tempo alterou.

A maioria dos membros desta Assembleia foram eleitos pelo povo para o representar. Pela minha parte não me coube ser eleito mas sou um substituto legal. Já afirmei que defendo, por princípio, a não substituição de deputados mas hoje tenho este púlpito e talvez ainda sinal de sangue novo.

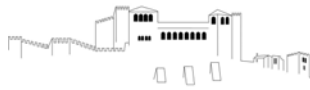
Irei usar esta intervenção para tentar chamar-vos à razão, pretensão – decerto – exagerada e que V. Exas. perdoarão. Se já foi aqui identificado o nosso "*D. Quixote de la Mancha*", eu, seu fiel escudeiro de nome "*Sancho Pança*", tentarei desviar-vos das lutas contra os moinhos de vento para lutas mais importantes: as melhores decisões para o nosso concelho. Não é meu hábito escrever os discursos para tentar transmitir as minhas ideias e até já critiquei publicamente "*D. Quixote*" nesse aspecto. Algo de grave se está a passar para esta minha alteração de processos!

Saliento que nesta sessão da Assembleia Municipal de Leiria, que já conta oito horas de trabalho, tivemos seguramente três horas de discussão sobre a ordem de trabalhos. Sobre o respeito pelos direitos dos deputados municipais é tempo perdido, na minha opinião, que só agrava os sintomas da doença na política. Vai sendo tempo do povo conseguir distinguir entre os que servem Portugal e os que se servem da política! Vai sendo tempo dos militantes partidários saberem distinguir entre os interesses do povo e os interesses dos partidos.

Como disse o doutor Carlos Magno na "Antena 1", os partidos parecem um pião que gira a alta velocidade mas quem está de fora apenas vê um corpo imóvel. Todos os políticos devem refundar a democracia! Não podemos continuar num sistema político em que um terço dos portugueses não se reveja. Temos agora oportunidade de esclarecer o povo e tomar uma boa decisão, uma decisão que eles compreendam! Já aqui discursaram deputados espantados, eu estou só confuso. Sou militante do CDS-PP, ao qual aderi em 1998 porque era o partido que defendia o rumo que eu achava correcto, a iniciativa privada. Este ano o PSD defendeu as privatizações na campanha eleitoral, mais do que eu próprio defendo. Agora, a maioria PS do Município quer privatizar a água. Estou mesmo confuso!

Não sendo problema meu, não sei como os eleitos do PS conseguirão explicar na próxima campanha eleitoral a privatização da água. Antecipar receitas tem sido o caminho errado para o estado a que chegámos! Por outro lado, como aqui foi dito, a actual maioria não pode condicionar a liberdade das futuras maiorias.

Votei a favor da venda do estádio para diminuir endividamento mas não podemos vender a água! Não a água a fornecer ao povo nos próximos trinta anos! Lamentavelmente, nos espaços rurais, existem hoje maiores atentados à água do que havia no século passado, quando lá viviam mais pessoas e quando o saneamento era apenas baseado em fossas sépticas. Este sistema de tratamento de esgotos domésticos é uma solução razoável nos espaços rurais, na minha opinião, está a funcionar na generalidade das habitações e assim pode continuar por muitos anos. Defendo os valores do saneamento básico e da disponibilidade da água em qualidade, mas não tendo recursos para alargar o saneamento às zonas rurais. O nosso concelho é disperso e não temos dinheiro sequer para manter o abastecimento de água em condições aos actuais clientes dos SMAS, muito pior por causa dos desperdícios da actual rede de distribuição. Mas – como aqui foi dito – se os privados conseguem e até pagam por isso, bons gestores públicos também conseguirão.



Enquanto militante do CDS-PP, participei num debate sobre a reforma administrativa do Estado e lá defendi a privatização da RTP e de outros serviços, mas lá defendi que a rede de distribuição da água e electricidade devem ser geridas e controladas pelo Estado. Já a produção de electricidade ou outros bens pode perfeitamente ser privatizada.

Voltando à política. Também defendo que a eleição dos deputados deve ter regras de acesso e progressão na carreira, para impedir novatos como eu de aparecer e dizer todos estes disparates, mas enquanto as regras forem estas, tenham paciência.

Outra das alterações que defendo é abolir a disciplina de voto que existe entre os partidos mas também defendo que, depois de eleitos, os governantes não tenham de submeter as suas políticas à aprovação. Defendo então que se as Assembleias não estiverem satisfeitas com as práticas dos governantes, que escolham outros governantes ou que promovam novas eleições.

Mas nem estou muito descontente pela actuação deste elenco camarário. Tem revelado muita imaginação! Vejam, por exemplo, como foram cativando para a maioria os vereadores eleitos noutros partidos. Se conseguirem vender o estádio, neste contexto em que a Leirisport só faz disparates, serão uns heróis!

Em vez de privatizar a água para antecipar uma fraca receita, talvez mais um rasgo de génio e consigam convencer o comprador do estádio a dar alguns milhões pelo castelo e como brinde podem levar o MIMO!

Todo este discurso para explicar aos caros deputados que devem votar em consciência e certamente que não serão excomungados por isso!

Como prova final de que sou mesmo novo e nem sequer quis pesquisar se é regimental, proponho à Mesa fazermos esta votação por voto secreto.

Tenho dito.

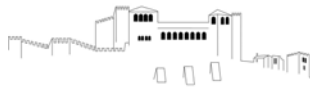
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Luís Pinto. Prescinde?

O senhor deputado Luís Pinto prescindi.

Estão inscritos o senhor deputado António Sequeira, o senhor deputado José Alves, o senhor deputado João Cunha, de que é a segunda inscrição, tem consciência disso e o que o obriga a ser breve.



Mais alguém? É óbvio que não vou cancelar as inscrições pois isso obrigar-me-á a alterar a ordem para que dois deputados do mesmo partido não intervenham contiguamente.

Senhor deputado António Sequeira, faça favor.

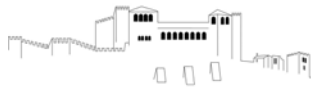
DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Senhor Presidente da Assembleia, Exma. Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores membros da Assembleia, senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores.

Vou abordar três pontos: o primeiro é um testemunho; o segundo é uma pequena mensagem e o terceiro é uma proposta.

Em relação ao testemunho – e penso que é importante – quando pretendo adquirir qualquer coisa ou qualquer serviço, se souber que alguém (um colega, um vizinho ou um amigo) esteve nas mesmas circunstâncias, pretendo tentar saber como lidou com o assunto para melhor me orientar na decisão que vou tomar. Vem isto a propósito de um artigo que li num semanário de difusão nacional há uns tempos. Referia-se ao concelho de Mafra – que é o concelho do país que mais cresceu na última década – e é considerado em vários estudos como um dos concelhos portugueses onde há melhor qualidade de vida. Diz o artigo o seguinte: *“Primeiro Município a privatizar a água alarga prazo de concessão”*. Vou citar palavras do vice-presidente da Câmara, senhor Gil Ricardo: *“Estamos satisfeitos com o serviço e por isso alargámos o período de concessão de vinte e cinco para trinta anos, uma vez que ultimamente também entregámos à VEOLIA o tratamento das águas residuais. A prioridade passa por ter uma maior eficácia do sistema, com novos modelos de gestão e novas tecnologias no âmbito da poupança da água, que permitiram reduzir as perdas de 28% para 17%, dando um maior rendimento à rede que, para a Câmara, era mais difícil de adoptar”*.

Para o autarca não é um negócio para dar lucro mas para haver maior eficiência de custos e uma maior satisfação de clientes. Após dezasseis anos, Mafra continua a ser o único concelho a ter a gestão da água privatizada entre os concelhos vizinhos, sendo estes: Torres Vedras, Sintra, Loures e Arruda dos Vinhos. Em três deles - Torres Vedras, Sintra e Loures – é a água mais cara que no concelho de Mafra e só em Arruda dos Vinhos é que é mais barata. Na perspectiva de uma maior eficácia pelo serviço prestado, a Câmara decidiu também concessionar a privados o tratamento das águas residuais em baixa porque a privatização, e passo a citar *“permite, num curto espaço de tempo e até 2013, ter investimentos para garantir*

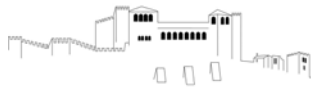


uma cobertura de 85%, ao contrário da Câmara, num contexto de contenção orçamental". Este foi um testemunho que me passou debaixo dos olhos um dia destes. Com a internet quase tudo nos passa debaixo dos olhos todos os dias.

Relativamente à mensagem que queria transmitir, tem a ver com algumas considerações que têm aqui sido proferidas, quer nas anteriores sessões quer ainda agora e na presente, de que é exemplo a do senhor deputado que acabou de falar. Verifica-se em todas as pessoas que não são do Partido Socialista ou que não o representam aqui, uma grande preocupação com alguma contradição que possa haver entre a ideologia do Partido Socialista e a prática que demonstra ao propor uma medida como esta. As pessoas não deixam de ter alguma razão. O próprio Partido Socialista sentiu, e já o disse na minha última intervenção, o melindre de algumas destas propostas - nomeadamente duas grandes propostas desta ordem de trabalhos - de tal maneira que o PS, como se calhar todos os partidos, que prepara as reuniões da Assembleia Municipal com algum cuidado, em conjunto com os membros da Assembleia e com os seus Presidentes de Junta, desta vez até convocou uma Assembleia Geral de militantes, tendo como ponto de ordem de trabalhos este assunto, o qual foi discutido com todos os pormenores e aqui transmito que nesta matéria - não sendo unânime - o executivo da Câmara recebeu, da parte do Partido Socialista, um apoio incondicional em relação a estas duas medidas.

E recebeu este apoio precisamente porque há o conhecimento das circunstâncias, qual o objectivo com que estas duas grandes medidas foram propostas e qual a finalidade que com elas se pretende atingir.

Ainda relativamente a algumas considerações aqui feitas - algumas delas bastante injustas - nomeadamente aquela que indiciou que, de alguma maneira, haveria deputados do PS que se fizeram substituir nesta Assembleia por terem alguma dissidência com estas duas propostas. Isso não acontece e menciono apenas os dois casos mais nítidos e que são o facto que dos quatro primeiros houve duas pessoas que faltavam. O deputado José Manuel Silva estava no estrangeiro e a deputada Odete João, como é do conhecimento geral, estava na Assembleia da República a discutir o programa do novo Governo. Houve ainda uma alusão, que considerei infeliz, sobre o esquecimento por parte da Manuela Vieira relativamente aqueles documentos do ponto seis que foram aduzidos. Efectivamente aconteceu o que foi contado, não houve qualquer conluio - como quase chegou a ser aventado -



e o que se passou foi o que foi esclarecido, mais nada e afirmo-o para provar que, efectivamente, não há nada escondido em relação a isso.

Em relação à proposta, há razões que levaram a Câmara a apresentar estas propostas. Penso que face à deplorável situação financeira que esta Câmara herdou e que estamos fartos de pôr em evidência – a Câmara não conhece nem foram sugeridas grandes alternativas para efectivamente a superar. O Presidente da Câmara vê à sua frente, hoje, vinte e nove Presidentes de Junta na expectativa de meios financeiros para desenvolver os seus modestos projectos e sente, atrás de si, facturas de fornecedores aos quais deve quinze milhões de euros e olha para todos os lados – mas mesmo para todos os lados – e o que vê é um galopante serviço de dívida que consome os poucos proveitos e as perspectivas não são para melhorar, são para piorar.

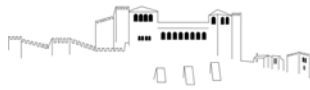
Há pouco cheguei a ter contas feitas mas não vos quero maçar mais com números, até porque no outro dia errei nas minhas perspectivas, que já foram todas ultrapassadas em relação ao crescimento da taxa Euribor.

Pensando nisto tudo, sem facciosismos e sem reserva mental, acho que se compreende muito bem a razão porque, na ordem de trabalhos, aparecem agora estes dois assuntos.

Tenho agora uma proposta de recomendação para a Câmara, apresentada pelo grupo de deputados municipais do PS:

"O Grupo de deputados municipais do PS propõe que na concessão dos SMAS A Câmara inclua os seguintes aspectos:

- 1. Cumprimento de todos os parâmetros de qualidade dos serviços estabelecidos e publicação dos respectivos resultados;*
- 2. Garantia de equidade na distribuição, em qualquer situação anómala, ou por razões de escassez;*
- 3. Acautelamento do regime jurídico dos funcionários cedidos e a possibilidade destes regressarem ao local de origem, se assim entenderem;*
- 4. Obrigatoriedade de fornecimento gratuito de água para incêndios e criação de um regime especial de cedência de água ao município, para regas de espaços públicos;*
- 5. Criação de tarifas especiais para famílias carenciadas e numerosas (mediante dados a fornecer pelos serviços camarários e/ou juntas de freguesia);*



6. Inclusão de cláusulas de salvaguarda e penalização em caso de incumprimento do estabelecido no contrato e no plano de investimentos;

7. Dimensionar o caso base do contrato à realidade populacional do concelho.

8. A Concessionária, no âmbito do Contrato, deverá promover a prestação dos seguintes serviços, mantendo em permanência as adequadas condições de exploração:

a) Operar as Instalações que se definem no contrato e seus anexos de forma permanente e em boas condições, garantindo o cumprimento de todas as exigências do Caderno de Encargos do mesmo;

b) Efectuar todos os trabalhos de manutenção, reparação e conservação necessários ao perfeito estado dos elementos de construção civil das infra-estruturas postas à disposição;

c) Efectuar todos os trabalhos de manutenção, reparação e conservação adequados dos equipamentos eléctricos, electrónicos, mecânicos e electromecânicos dos Sistemas;

d) Efectuar todos os trabalhos de manutenção, reparação e conservação das Instalações dos Sistemas;

e) Manter em perfeito estado de funcionamento e utilização todos os bens móveis dos Sistemas, os quais deverão ser substituídos por outros de qualidade não inferior quando se deteriorarem.

f) Efectuar o controlo do funcionamento das Instalações, o controlo da qualidade da água posta à disposição dos Consumidores e o controlo das condições de descarga das águas residuais e proceder à venda de água e de outros serviços previstos no Caderno de Encargos.

g) Adquirir, financiar, manter e renovar todos os meios necessários à prestação dos Serviços.

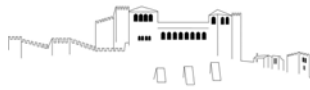
h) Adquirir todos os materiais, instrumentos e serviços necessários à operação, manutenção e conservação dos Sistemas;

i) Fornecer ao Concedente, ou a quem este indicar, as informações, dados e estatísticas referentes ao funcionamento das Instalações;

j) Estabelecer uma relação global com os Consumidores no espírito de prestação de Serviço Público.

E respeitar:

- A garantia da legalidade da concessão e o acesso (directo ou indirecto) do concessionário aos fundos do QREN;



- *A quantidade, qualidade, constância e pressão da água, bem como a aferição e homologação dos contadores;*
- *A garantia da qualidade do serviço de águas residuais, sem entupimentos, extravasamentos, cheiros, etc.;*
- *O atendimento e os direitos dos consumidores quer quanto ao direito ao abastecimento quer quanto às eventuais reclamações e avarias;*
- *A sede dos serviços no concelho de Leiria;*
- *Salvaguardar os auto-consumos e o combate a incêndios;*
- *Respeitar os direitos adquiridos por trabalhadores e consumidores;*
- *Manutenção e reparação das construções, condutas, equipamentos e acessórios;*
- *Aquisição pelo concessionário das existências dos SMAS e arrendamento dos imóveis;*
- *Afectação ao seu serviço do pessoal adstrito aos SMAS salvaguardando todos os direitos destes, designadamente no que concerne à antiguidade, categoria profissional e retribuição*
- *Prestar caução e realizar os seguros multirrisco e outros adequados à salvaguarda do contrato e do perecimento dos bens afectos à concessão*
- *Reversão para a autarquia no fim do contrato com direito a todas as instalações em bom estado de funcionamento e manutenção sem qualquer pagamento*

Salvaguardar o direito da Autarquia:

- *Na homologação de preços e dos tarifários;*
- *Na fiscalização;*
- *No direito de intervenção no caso do concessionário não cumprir os prazos de manutenção, reparação ou abastecimento de água, designadamente nos casos urgentes;*
- *No direito de aplicação de penalidades em caso de incumprimento, mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato;*
- *No resgate da concessão por justificado interesse público mediante regras a estabelecer;*
- *No sequestro da concessão em casos de força maior e para salvaguarda imediata do interesse público;*
- *Na rescisão contratual com e sem justa causa.*

Finalmente:

- Reduzir o prazo inicial de concessão para 20 anos prorrogáveis por mais 10, no caso da concessionária cumprir o programa de investimentos e nos termos da legislação aplicável ao tempo da renovação;

A Assembleia Municipal de Leiria delibera constituir uma comissão de acompanhamento de todo o processo, com entrada em funções de imediato.

O Grupo de Deputados Municipais do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Leiria”

Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA (Manuel Carvalho)

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

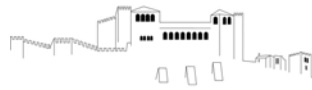
Exmo. senhor Presidente da Mesa, ilustres membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, público e comunicação social.

Como referiu o meu amigo Pedro Biscaia, também não gosto de falar de mim nem de escrever. Gosto mais de dar de mim naquilo que possa ser útil, sobretudo aos meus fregueses.

No entanto, a questão da água é uma questão que me obriga a falar das minhas origens. E fá-lo-ei até porque o senhor Presidente da Câmara conhece bem a região e por isso estou à vontade para falar um pouco sobre a minha origem e a questão da água. A água é um tema que me diz muito porque desde que nasci, e até ser adulto, sempre senti a sua falta.

Nasci em pleno maciço calcário estremenho, onde a característica que mais identifica esse maciço calcário é a falta de água à superfície. Habituei-me, desde cedo, a poupá-la e a tratá-la com muito respeito. Para as populações do maciço calcário, a água - até há poucas décadas - era obtida pela chuva e as pessoas tiveram que engendrar meios de a conservar. Dou o exemplo que todos conhecem, que é a Pia do Urso. Eram pias escavadas na rocha ou eram barreiros de argila que, durante algum tempo, conservavam a água das chuvas. A água era o factor de união das pessoas e todos se encontravam regularmente para cuidar desses barreiros aos quais todos tinham acesso. A água era colectiva e não era proibida a ninguém nem por ninguém.

Quando cheguei à Azoia, vi que uma das riquezas da região era a água. No entanto, e por curiosidade, li muitas actas das Juntas de Freguesia e reparei que a



abundância da água não evitou que também fosse esta um factor de união de todos. Até haver rede de abastecimento de água, eram as pessoas dos vários lugares que se uniam para construir fontes e lavadouros. E nessas actas, de tudo o que reclamavam às Câmaras Municipais – sobretudo a partir da primeira República, quando os primeiros governos republicanos começaram a falar do progresso de Leiria – eram materiais para construir fontes e lavadouros. Só mais tarde, na década de sessenta, é que a água se tornou uma realidade no abastecimento domiciliário. Até aí foi - tal como no maciço calcário – aquilo que unia as pessoas.

Na minha freguesia há uma rua que se chama, justamente, "*Rua Poço do Povo*" porque era aí que todo o povo ia buscar água para se abastecer.

Sobre esta questão da água, já numa pretérita Assembleia aqui referi – talvez já não fosse neste mandato do senhor Presidente RAUL CASTRO mas no mandato anterior – que foram colocados dísticos dos Serviços Municipalizados nessas mesmas fontes com a inscrição "*Água não controlada*". Já referi que o que gostava de lá ver era a referência de que a água estivesse a ser constantemente analisada pelos Serviços Municipalizados, porque sabemos que a água nem sempre tem as mesmas características. Quando reparei nesses dísticos pensei que se tratava de uma estratégia dos SMAS para venderem a água deles e para as pessoas não se socorrerem das tradicionais fontes. Isto significa que se a água – no meu entender – for privatizada, certamente que as fontes terminarão nas freguesias. Não terminarão só com o dístico mas também com as torneiras que lá existem e até o espaço onde elas estão.

Senhor Presidente, nos poucos recursos que tenho na freguesia e nesta época de grandes dificuldades que passamos, vou-me propor a requalificar as "minhas" fontes, para que sejam melhoradas e – penso que o futuro me dará razão – vão ser novamente utilizadas, a exemplo das hortas familiares de que hoje já se fala tanto e que há uns anos atrás ninguém delas falava.

Sobre o saneamento, digo a mesma coisa. Penso que a Câmara Municipal, nas freguesias onde tem levado a cabo a construção de saneamento – obras muito necessárias e que os Presidentes de Junta muito reclamam – já aqui foi dito por colegas meus e também já o referi, deveria haver uma maior vigilância, uma fiscalização e uma obrigatoriedade por parte da população, de ligação do saneamento. Muitas pessoas não o fazem dizendo que o preço da ligação ao ramal é caro. Os Serviços Municipalizados têm feito, de vez em quando, campanhas de diminuição do preço do ramal para possibilitar mais ligações. Não sei e tenho

dúvidas se com a privatização o preço dos ramais baixará. Também tenho dúvidas – e agora que foi feita a revisão do PDM – se o PDM poderá permitir que algumas pessoas possam construir, que era um dos objectivos e motivo de reclamações dos Presidentes de Junta, em alguns lugares, sempre com o ordenamento do território mas que fosse ampliada a zona de construção. Tenho medo que o PDM possa permitir que se construa mais aqui e ali e, por ainda não estar lá a infra-estrutura da água, que não seja um obstáculo a essa construção.

Senhor Presidente, foi no mês de Julho de 1921 que, em reunião de Câmara Municipal de Leiria, se analisaram as primeiras propostas para a construção da rede de abastecimento de água pública na cidade. Obviamente que às freguesias chegou mais tarde. Demorou noventa anos para que o concelho tivesse quase todo – julgo eu – 100% de água domiciliária. Demorou quase noventa anos. Antes de 1921, ao contrário do que se possa às vezes esperar, já havia na cidade alguns locais com saneamento e esse também demorou noventa anos a chegar a uma parte significativa do concelho ou ainda não chegou.

Menciono estas nove décadas para transmitir ao senhor Presidente que se o negócio for bom e se houver boas contrapartidas para a Câmara, dar-lhe-ei o meu apoio. Mas tenho dúvidas que o negócio seja assim tão bom.

Se muitas freguesias esperaram noventa anos pelo saneamento e pela água, também podemos esperar mais algum tempo para reavaliar esta situação.

Termino com uma expressão que me dizia o meu pai, *"Há três coisas em que um homem nunca deve ter pressa: é comprar caro um bem; é vender um bem barato e é casar com uma mulher pobre"*.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

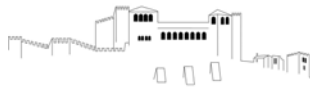
Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Cumprimento especial à Mesa e ao Senhor Presidente, senhor Presidente da Câmara e distintos vereadores, ilustres deputados municipais e Presidentes de Juntas de Freguesia, distinto público, ilustre comunicação social e staff de apoio desta sessão.

Antes de iniciar a minha intervenção e as razões que me levaram a falar queria só perguntar à Mesa, porque efectuei um pedido na última reunião desta sessão, nos termos do número 3 do artigo 48.º do Regime Jurídico do Funcionamento das



Instituições Locais, em que solicitei que fossem ouvidos os vereadores José Benzinho e Blandina Oliveira sobre esta questão dos SMAS. Dado que até ao momento não obtive nenhum eco sobre a questão, pergunto à Mesa se nos vai informar ou se vai permanecer em silêncio. O debate que estamos a efectuar, no meu entender e em relação à intervenção que pretendia fazer, está dependente do que dirão os senhores vereadores sobre esta matéria.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

A seu tempo a Mesa responderá, senhor deputado.

Em primeiro lugar realizam-se as intervenções dos senhores deputados e só no final a Mesa responderá.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

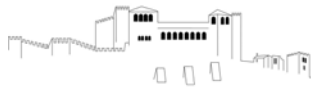
O senhor Presidente perdoar-me-á, com o devido respeito e a devida vénia e aquilo que a democracia nos permite, mas penso que a sua posição é prejudicial naquilo que - no sentido jurídico do termo - tem em relação ao que estamos aqui a fazer na medida em que fiz, claramente, um pedido para que os senhores vereadores fossem ouvidos para que este debate pudesse ser completo. Se não terei que pedir novamente a palavra ao senhor Presidente para – depois de os ouvir – voltar a intervir, em função do que disserem e o senhor Presidente, com certeza, voltará a dar-me a palavra.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, já que tanto insiste vou dizer-lhe qual é a posição da Mesa a este respeito.

Os senhores vereadores só intervêm na Assembleia Municipal em defesa da honra, a pedido do plenário ou do senhor Presidente da Câmara. Em sítio nenhum do Regimento se diz que os senhores vereadores intervêm no debate.

Como o senhor deputado, na intervenção que acaba de fazer, não citou – provavelmente porque se esqueceu – os fundamentos que utilizou no pedido que formulou a esta Assembleia e que foram *“para que esta Assembleia conheça o seu voto contra”*. Com base neste pedido, o senhor Presidente da Câmara remeteu, com a minha concordância - a todos os deputados municipais - as declarações de voto desses vereadores. Significa isto que parte dos fundamentos do pedido do senhor deputado estão, desde já, resolvidos. Se o plenário da Assembleia, não obstante, quiser que eles intervenham, fá-lo-ão imediatamente antes da intervenção do senhor Presidente da Câmara. Para que isso aconteça terei que



perguntar ao plenário se é esse o seu desejo porque só por sua vontade é que os senhores vereadores podem intervir. É o que está no Regimento.

Assim, e insisto, se essa for a vontade do plenário, apenas lhes darei a palavra apenas para darem as razões dos seus votos contra, imediatamente antes da intervenção do senhor Presidente da Câmara. Se a vontade do plenário for outra, será cumprida.

O assunto não deixará de ser equacionado a seu tempo mas os vereadores não intervêm nos debates.

O senhor deputado Manuel Antunes tem toda a razão, dou a mão à palmatória. O senhor deputado João Cunha fará o favor de reocupar o seu lugar e colocarei imediatamente à votação do plenário se entende que os senhores vereadores devem intervir nos debates ou não.

O senhor Presidente da Câmara quer que os senhores vereadores intervenham nos debates?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Boa noite.

O que decorre da Lei é que quem representa a Câmara é o respectivo Presidente. O que me recordo e registei aqui foi a solicitação, pelo senhor deputado municipal João Cunha, que entendeu ser de bom-tom conhecer as razões do voto contra dos senhores vereadores. Como as mesmas razões constam das respectivas declarações de voto, solicitei ao senhor Presidente da Assembleia Municipal autorização para ultrapassar o problema, através do envio das referidas declarações de voto, onde estão claramente fundamentadas as razões que os fizeram votar contra.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Atendendo a que não há anuência do senhor Presidente da Câmara Municipal quanto à intervenção dos senhores vereadores, vou colocar à votação deste plenário uma pergunta muito simples.

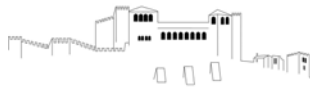
Quer este plenário que os senhores vereadores intervenham no debate ou não quer?

Saliento que se a vontade do plenário for negativa, os senhores vereadores não intervêm agora nem antes do senhor Presidente da Câmara.

Quem não quer que os senhores vereadores intervenham no debate?

Quem se abstém?

Quem quer que os senhores vereadores intervenham no debate?



A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor da não intervenção, quatro abstenções e vinte votos a favor da intervenção, não autorizar a intervenção dos senhores vereadores no debate.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado João Cunha poderá fazer o favor de continuar. Permita-me lembrar-lhe que é a segunda intervenção e que, nos termos regimentais, deverá ser breve.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Acabámos de votar um ponto importante naquilo que é característico da democracia. Respeitamos a votação efectuada mas não deixa de ser um sintoma de que o aprisionamento das consciências, a incapacidade de escutar na sua plenitude e o que são os argumentos dos diferentes protagonistas nas decisões ficou hoje e aqui bem evidente. Ficou então claro que os vereadores presentes não podem participar no debate, foi essa a decisão desta Assembleia e temos que a respeitar...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, peço-lhes o favor de ouvirem o senhor deputado que está a intervir.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Gostava de dizer que, em relação a toda esta questão das águas presente a esta Assembleia, há claramente uma precipitação de fundo nesta matéria por parte do Município. No momento em que está a ser redefinida e redesenhada toda a textura pelo novo Governo acerca desta questão, eis que surge aqui uma proposta extemporânea. Corremos o risco de estar a *"carregar com o andor antes da festa começar"* e, portanto, o que quero aqui sublinhar é que o concelho de Leiria está a precipitar-se e por isso, senhor Presidente da Câmara, peço-lhe que repense porque ainda está a tempo de poder olhar para o assunto de forma muito mais fundamentada e com o contributo das políticas que estão a ser definidas pelo Governo sobre esta matéria.

Na própria reunião de Câmara, tanto quanto sei, os elementos das Águas de Portugal acabaram por informar que não detinham orientações sobre a sua posição, pelo que se sublinha que é prematura uma decisão sobre esta matéria.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Alves, que depois da sua intervenção abandonará a Mesa até final da votação do ponto.

DEPUTADO JOSÉ ALVES (PS)

José Alves, Partido Socialista.

Esclareço desde já que a minha intervenção vai ser reduzida, tendo em conta a posição assumida pelo líder e pelo grupo parlamentar do PS nesta Assembleia, com a extensiva recomendação à Câmara, a qual fixa e baliza – a meu ver – todos os interesses do concelho, o que não justifica mais reparos por parte dos membros do Partido Socialista, tanto mais que – como disse o senhor deputado Sequeira - foi analisado nos órgãos próprios do partido, designadamente em Assembleia Geral, já agora com o maior número de participantes do Partido Socialista.

Permitam-me uma pequena observação dirigida ao nosso amigo e colega deputado Carlos Guerra: comparar o Alberto João Jardim e a Madeira com Leiria – não me sinto ofendido porque sei que o senhor não quis ofender – mas a Madeira é a única região do país que tem um jornal público. Ora, também podemos defender o jornal público da Madeira, que é um jornal pago por todos nós! Lá se confunde o poder com quem exerce o poder e esta confusão no exercício do poder, ou seja, tudo pertence ao mesmo – que é o chefe do executivo – e transforma-o num sector público. Mas a verdade, como o senhor sabe, é que de público tem muito pouco! A meu ver essa comparação não se aplica – e ainda bem – ao concelho de Leiria pois, de facto, estamos num regime totalmente aberto, em que a iniciativa privada se confronta com a pública, pelo que nada disto nos merece reparo.

No que respeita às observações do senhor deputado Vitor Lourenço, respondo no contexto geral em relação à coerência do PS porque relativamente a esta estamos conversados acerca do passado do PSD na Câmara Municipal de Leiria, um passado muito longo, com muita coerência, que conduziu o concelho ao estado em que está. O PS compreende e aceita muitos dos argumentos tradicionalmente dispendidos pelos partidos à sua esquerda e até por muitos cidadãos em geral, muitos deles militantes e simpatizantes do PS. Não discutimos a importância da água enquanto bem essencial à vida humana, enquanto recurso que pode ser cada vez mais escasso, pelo menos em termos de qualidade. Não é, por isso, fácil para o PS votar a deliberação proposta! Não é fácil mas é necessário e há alturas na vida em que temos de fazer o que é necessário e não o que gostaríamos; há alturas na vida em

que temos de optar entre os anéis e os dedos; há alturas na vida em que temos de vender as jóias de família por falta de alternativas. É este o caso! Havendo a concessão de activos municipais e na falta de outros que se esqueceram de nos deixar em herança, face à quebra de receitas e ao endividamento municipal, é a única coisa que nos resta para tentar equilibrar as contas da Autarquia e satisfazer minimamente alguns anseios das freguesias e das suas populações em geral. A isto acresce uma acentuada economia de custos e de desperdícios e um aumento significativo da gestão do serviço.

A privatização das Águas de Portugal é um processo iniciado em 2004, para que o Governo de Manuela Ferreira Leite tapasse os buracos financeiros. Pois o Governo veio a privatizar empresas que fazem parte do "holding" e que tinham contratos com Autarquias na gestão dos sistemas. O PSD escreveu, no seu programa eleitoral, a privatização do grupo Águas de Portugal – ADP, que já constava em 2004 de uma resolução do Conselho de Ministros do Governo PSD/CDS e em 2008 o Governo do Partido Socialista iniciou, na prática, privatizando as dez empresas concessionárias de serviços de águas, incluindo-os na AQUAPOR. Hoje já se iniciou o passo final para entregar a gestão privada do controlo de abastecimento de água e saneamento de quase todo o país, que foram arrancando aos serviços autárquicos e se concentraram agora em sociedades anónimas do grupo Águas de Portugal. Agora, perante a representação de Passos Coelho não há reacção.

O que acabei de ler não é da minha autoria. É da autoria de partidos e pessoas de esquerda que defendem a água pública.

O Presidente da Câmara do Porto afirma que está a estudar uma alteração ou não do serviço mas que não tem intenção de privatizar este sector, e cito *"Há possibilidade de manter tudo na mesma, criar uma empresa municipal ou privatizar. A maior parte das Câmaras têm estado a privatizar mas não é a minha opção. Não me sinto confortável, ideologicamente, com a privatização da água. Agora, menos confortável me sinto com os serviços municipalizados tal qual eles estão"*.

Eu podia – fui ao Google e fiz uma busca simples – referir aos senhores deputados ainda os Municípios de Matosinhos, Viana do Castelo, Paredes de Coura, Setúbal, as Águas do Sado. Podia referir aqui uma quantidade de concessões. Cento e sessenta e quatro concessões de água que havia – há pouco tempo – no país. E podia também referir os votos do PSD em cada uma das Câmaras onde preside e onde é oposição. Em Matosinhos e em Barcelos, por exemplo, onde os vereadores do PSD

votaram a favor. Isto dá para todos os gostos e hoje, de facto, já ninguém sabe o que é que defende, estando na oposição ou estando no poder.

Em Leiria, e defendo isto, os pressupostos são:

- O estrangulamento financeiro da Autarquia, que exige receita;
- A falta de capacidade de endividamento a médio e longo prazo;
- O défice de exploração dos SMAS;
- A falta de capacidade de renovação das redes;
- A falta de capacidade de candidatura aos fundos comunitários por impossibilidade de pagarmos a nossa parte e com a conseqüente impossibilidade de continuar a rede de saneamento;
- A impossibilidade de criar empresas intermunicipais;
- A possível privatização das Águas de Portugal.

Efeitos:

- Financiamento imediato da Autarquia, ainda que em pouca dimensão;
- Cedência de funcionários e arrendamento das instalações;
- Fim do défice dos SMAS;
- Prossecução do saneamento básico;
- Fim dos desperdícios de água actualmente existentes.

Garantias:

- Reversão da concessão em caso de incumprimento;
- Investimento repartido ao longo dos trinta anos;
- Garantia dos preços;
- Garantia da qualidade;
- Entrega da rede em bom estado à Câmara, sem qualquer compensação, terminada a concessão;
- Nenhuma revisão extraordinária de preços será efectuada sem o acordo dos órgãos do Município;
- Nenhum preçário entrará em vigor sem a fiscalização prévia da Autarquia;
- Manutenção do estatuto laboral dos trabalhadores dos SMAS;
- Salvaguarda dos auto-consumos do Município e dos serviços de incêndios;

Outras vantagens:

- Maior renda que as Águas de Portugal;
- Evitar que o sistema seja concessionado em condições piores, fruto do memorando com a Troika e do programa do Governo;
- A concessão foi reduzida de cinquenta para trinta anos;

- Desnecessidade de maiores encargos, designadamente com a administração da empresa prevista;
- Desnecessidade de realização do capital social;
- Menores preços;
- Possibilidade de investimentos públicos, no concelho, com a aplicação destas receitas e melhoria do prazo de pagamento a fornecedores;
- Melhor qualidade ambiental no concelho, fruto do tratamento das águas residuais e esgotos.

Chamo a atenção que Câmara de Leiria, com as Águas de Portugal, tinha de subscrever um capital de três milhões de euros e teria uma administração despesista, como todas as administrações em geral são.

Como é sabido, o país atravessa uma das maiores crises financeiras de sempre. Têm sido sucessivos os cortes às Autarquias nas transferências das receitas provindas do Orçamento Geral do Estado. Os PEC'S vão continuar a agravar esta tendência, preparando-se mais um corte de 6%. Ao que parece, o Governo prepara-se para extinguir ou isentar o IMT e centralizar o IMI.

No congresso de sábado passado da Associação Nacional de Municípios Portugueses tudo isto ficou bem claro. Para lá da extinção de Autarquias, o problema fundamental lá discutido foi o do financiamento das Câmaras Municipais.

O problema não é só Leiria. A Câmara está em situação de insolvência de facto já que tem as suas contas completamente desequilibradas, não conseguindo respeitar atempadamente os seus compromissos e a sua capacidade de endividamento – para investimento – é nula. Ao contrário dos executivos anteriores, não se conhece nenhum programa governamental de auxílio às Autarquias, como o *"Pagar a Tempo e Horas"*. Não se percebe o porquê dos empréstimos do Banco Europeu de Investimento não entrarem na capacidade de endividamento das Autarquias para as obras comparticipadas por fundos comunitários. Eu sei que estes empréstimos – numa parte – não contam para o endividamento mas só para certas situações muito especiais que não abrangem Leiria.

Por tudo isto, a gestão do Município está comprometida. O êxito do actual mandato está comprometido e se não se fizer nada as necessidades dos munícipes estão irremediavelmente comprometidas. É isto que faz este PSD municipal – ou esta parte do PSD – ser coerente! Criou um monstro mas não apresenta uma única solução alternativa! São alguns dos anteriores autarcas, que conduziram o concelho e o Município a este desastre, que agora tudo fazem para obstaculizar a gestão

municipal, como se vê neste ponto e como se viu nos anteriores. Até contra o hipotético e acautelado empréstimo de curto prazo tiveram de votar contra, quando em mandatos anteriores esgotaram a possibilidade de contracção de empréstimos de médio e longo prazo.

Dizem os senhores deputados que não tiveram tempo de estudar o assunto... a afirmação até pode ser verdadeira mas para que querem mais tempo, para além do que já conseguiram até esta reunião?

Como se tem visto, o PSD trás o seu voto combinado de casa. Vota sempre de acordo com o voto dos seus vereadores, uns e outros votam sempre contra as propostas mais relevantes da maioria do actual executivo e uns e outros sempre votaram as propostas mais relevantes dos seus executivos, que nos conduziram até aqui. Não fora assim, até podíamos condescender para que estudassem melhor. Mas não! Estudar o assunto é, como sempre, uma mera manobra dilatória, uma forma de bloquear a gestão municipal! O voto seria sempre o mesmo... com muito ou pouco tempo.

Senhores deputados, num momento de crise como este, em que parte das empresas subsidiadas pelas Águas de Portugal já são 100% privadas, em que o Governo se prepara para uniformizar os preços da água e privatizar as Águas de Portugal, não vale a pena continuar a esgrimir o carácter público e a sua natureza de bem essencial. Mais tarde ou mais cedo a sua gestão e propriedade serão privatizadas, não se sabendo ainda se com a concordância ou não dos senhores deputados municipais do PSD, que hoje discordam. Mas quem sabe, amanhã mudarão de opinião, não só para Leiria como também para o país inteiro, numa atitude repetida de absoluta coerência.

Aqui, em Leiria, trata-se apenas de concessionar temporariamente a sua gestão e não a alienação total e definitiva da sua propriedade.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, peço-lhe que seja breve por causa do acordo a que chegámos no início.

DEPUTADO JOSÉ ALVES (PS)

Estou quase a terminar, senhor Presidente.

Compreendo as reservas dos partidos à nossa esquerda, percebo a demagogia do PSD, entendo que a nossa escolha é a escolha ideológica de um mal menor. A água será sempre a mesma e chegará, garantidamente, às nossas torneiras com o mesmo preço, pressão e qualidade. A água que iremos consumir no futuro não terá

cor... não será nem vermelha, nem rosa, nem laranja. Será água e com isso nos satisfazemos.

Assim, senhores deputados, com esta concessão resolveremos um grave problema ambiental, aproveitaremos os fundos deste quadro comunitário de apoio, potenciaremos o desenvolvimento do concelho que é muito mais vasto que a cidade de Leiria. Pena é que nesta Assembleia Municipal não figurem mais deputados das freguesias carenciadas, das freguesias sem saneamento e com as vias públicas completamente degradadas. Como sabem, a reposição do pavimento após o saneamento é uma oportunidade única para melhorar tais arruamentos. Isto é para os senhores Presidentes de Junta, não é coisa de menos importância!

E não é verdade que estamos a vender bens futuros, receitas futuras ou a hipotecar – como fez o PSD – o futuro do Município ou do concelho! A rede de água e saneamento são investimentos na qualidade de vida dos cidadãos actuais e vindouros, proporcionarão receitas no futuro e não apenas no presente. Hipotecar o futuro seria desperdiçar as verbas do QREN...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, peço-lhe que seja breve.

DEPUTADO JOSÉ ALVES (PS)

... que chegam aos 80% e podem até ser maiores! Seria desperdiçar uma oportunidade, porventura irrepetível, de aproveitamento dos fundos comunitários.

É com este sentido e seu dever que o PS irá votar esta proposta do executivo, embora com as limitações e alterações decorrentes da recomendação que hoje apresentámos também a votação e que, a nosso ver, clarifica as dúvidas aqui levantadas. Não votamos por gosto mas por ser um imperativo de gestão municipal. Votamos em consciência!

Interpelo os senhores deputados a acompanharem-nos em tal votação.

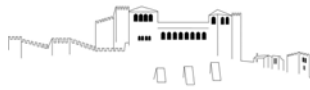
Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado José Alves não ocupará o seu lugar na mesa até conclusão e votação do ponto. Pergunto à Assembleia se tem alguma objecção a que se sente lá atrás. Senhor deputado, faça o favor de se sentar e ocupar o seu lugar na bancada.

Senhoras e senhores deputados, fiz a pergunta esperando que alguém tivesse uma reacção, houve? Peço para que não o façam e não há necessidade de levantarem incidentes. Fiz uma pergunta, esperando que alguém se manifestasse... alguém se



manifestou e eu imediatamente aderi. Não vejo porque se continua a tentar levantar um incidente. Fiz a pergunta e assumo o facto de a ter feito!

Senhores deputados, quero agora colocar um pequeno problema. Temos inscritos seis deputados municipais e o combinado no acordo foi que a esta hora as intervenções iriam ser forçosamente reduzidas para que às vinte e duas horas e quarenta minutos as várias bancadas pudessem usar da palavra uma última vez. Poderá acontecer que as bancadas prescindam e isso significa que estes deputados têm meia hora para intervir. Às vinte e três horas, necessariamente, terminamos o debate onde ele estiver. Foi este o acordo a que chegámos.

Pergunto aos dirigentes das bancadas, uma última vez, se prescindem dessa utilização da palavra. Não prescindem. Então nessa altura, uma vez que temos dez minutos de tempo disponível, não darei mais do que três minutos para cada intervenção e, no final, o tempo que sobrar será para usarem da palavra uma última vez.

O senhor deputado Manuel Antunes talvez devesse falar ao microfone. Alerto que estamos a perder tempo mas, em todo o caso, tem esse direito.

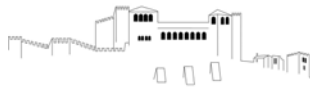
DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Quero fazer uma interpelação ou nota – não sei como se chama em termos regimentais – à Mesa. Não foi exactamente isto que combinamos antes senhor Presidente. De qualquer maneira não vou entrar por aí e queria só chamar a atenção de que não há nada no Regimento, ao contrário do que o senhor disse, a propósito da intervenção do senhor deputado...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Já sei o que vai dizer senhor deputado. Vai dizer que não há nenhuma disposição regimental em relação à segunda intervenção. Estava para fazer essa correcção e por isso não o disse agora pois que o que está agora em causa não é a segunda intervenção. Nós dissemos que às dez e meia encurtaríamos todo o tempo de intervenções, para que às dez horas e quarenta minutos tivesse lugar uma intervenção por cada grupo. Foi o que acordámos. Se os senhores dirigentes dos grupos não me corrigirem é o que faremos! Não será às dez horas e quarenta minutos, mas darei três minutos para cada intervenção e depois darei a palavra a cada partido uma vez.

Senhor deputado Lourenço, tem três minutos.



DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vitor Lourenço, PSD.

Não irei, a exemplo do senhor deputado José Alves, fazer uma intervenção com processo de intenções aos senhores eleitos do PS ou outros quaisquer porque o tom da sua intervenção, de anatematizar as nossas opiniões não é propriamente coincidente com o espírito democrático em que vivemos e queremos partilhar nesta Assembleia. Indigno-me com o teor e o tom da sua intervenção que não com o seu conteúdo! Gostaria também de lembrar que os membros da Assembleia Municipal são membros eleitos e não é propriamente tom de um eleito da Assembleia Municipal nem deixar-se condicionar na sua opinião, sejam quais forem as manobras que queiram lançar porque, na verdade, o senhor Presidente da Câmara quando disse que foram enviados os documentos na sexta-feira, dia oito, pela secretária de apoio a esta Assembleia, eram documentos que deviam ter vindo quando foi agendada esta reunião. Quando veio o verbete da Câmara que nos foi distribuído, esses documentos foram apensos à reunião de Câmara e não vieram nessa altura como não vieram outros documentos, como não veio o estudo preliminar, não veio nada. Vieram duas folhas! Há quatro para nosso conhecimento. E volto a dizer o que disse na última Assembleia... este não é o verdadeiro espírito que uma Assembleia deve ter! Não há nada a esconder? Não? Então que se manifeste com actos esta expressão de vontade! Não há nada a esconder, mas houve e há muita coisa a esconder! O condicionamento de opinião, senhor Presidente da Câmara, não é próprio de uma Assembleia, não é próprio de um dirigente de qualquer instituição porque isso cria os seus "yes man", cria e promove a aplicação do "Princípio de Peter" nas organizações! E é isso que está a ser feito e quer-se fazer aqui nesta Assembleia, com o qual eu me indigno profundamente.

Sobre os motivos do nosso voto contra neste momento, já foi dito mais que uma vez. A precipitação como todo este processo está a ser feito é facilmente explicável. Na segunda-feira, dia treze – à tarde – o senhor Presidente da Câmara telefonou, contactou os vereadores da oposição para a possibilidade de uma reunião extraordinária a realizar na quinta-feira seguinte, dia dezasseis, a que todos anuíram (naturalmente) dizendo que havia um condicionamento de tempo até às dezasseis horas e trinta minutos, alegando que havia compromissos de natureza profissional inadiáveis. O senhor Presidente terá dito que a reunião seria muito rápida porque era apenas para se analisar os temas do empréstimo a curto prazo,

das águas e do saneamento e que a reunião seria muito curta. A noção de que tal reunião seria pouco demorada e que o seu conteúdo não carecia de muita análise nem seria sobre questões muito problemáticas ficou reforçada com a ideia de que estaria terminada às dezasseis horas e trinta minutos. A ordem de trabalhos remetida nessa segunda-feira, ainda à tarde, para os senhores vereadores...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, terminou o seu tempo. Peço-lhe que conclua.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Realmente, fico espantado que o senhor Presidente não me deixe terminar a minha intervenção de uma forma normal e explicativa.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, foi o acordo celebrado com todos os partidos políticos antes da reunião começar.

A senhora deputada Ana Paula Silva informa que prescinde da sua intervenção. O senhor deputado tem mais três minutos.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Queria dizer que na terça-feira seguinte, dia catorze, havia (como houve) reunião ordinária da Câmara e nessa reunião já estava previsto e agendado falar-se destes temas. Mas o senhor Presidente, de segunda para quinta-feira, preparou uma reunião extraordinária, estando estes pontos também agendados para a reunião de terça-feira.

Porque as Águas de Portugal haviam manifestado essa dificuldade em continuar com as conversações – já aqui foi explicado e todos nós percebemos – no final da reunião ordinária do dia catorze (terça-feira) foi distribuída a documentação, aquela que tenho aqui e que pedi um exemplar fotocopiado ao senhor vereador José Benzinho – que me entregou agora – e que é a proposta de deliberação de Câmara: página e meia A4! Os fundamentos para a tomada de decisão de avançar com este negócio, com este empreendimento, com este processo, têm a deliberação sustentada no que aqui está, meus senhores. Página e meia A4!

Sobre a proposta de concessão, digamos, um dos três grandes temas da Assembleia, foi este o assunto que foi submetido e, portanto, isto revela uma injustificável pressa num processo para o qual se tinha pedido mais ponderação, mais estudos, mais fundamentação, que permitisse também e depois à Assembleia Municipal (não só aos senhores vereadores) tratar deste assunto com a clareza e objectividade que o assunto merece da parte de todos nós.

Aquilo que nós discutimos é o método com que foi organizado este assunto, com que foi trazido à Assembleia com esta pressa! Porque se isto demorar um ano não vai resolver o problema de tesouraria da Câmara, como foi aqui também dito. Um processo destes não demora, de certeza, menos de um ano a estar concluído e o problema de tesouraria não se resolve com um processo desta natureza! Aliás, o senhor deputado eleito pela CDU demonstrou aqui à sociedade – eu não conhecia aqueles números – que as receitas não serão assim tão profundas e que resolviam os problemas do Município.

Essa reunião extraordinária ocorreu no dia dezasseis e estiveram presentes, como sabemos, os representantes da Águas de Portugal, que vieram explicar a situação. Todos nós já ouvimos esta história mas o que não entendemos e continuamos a não perceber a razão porque de segunda para quinta-feira se tem de resolver um assunto desta natureza em sede de Câmara e imediatamente na Assembleia Municipal seguinte, sem qualquer fundamento. Aliás, o estudo prévio que foi presente à reunião extraordinária (feito, com certeza, entre a segunda e quinta-feira) é um estudo prévio que pouco ou nada diz. Nem sequer fala das condições a considerar no caderno de encargos, não menciona a situação de sustentabilidade económico/financeira nem daquilo que um processo desta natureza deveria obviamente falar.

Senhor Presidente, senhores deputados, a posição dos eleitos do PSD não é retórica como aqui alguém tentou fazer crer! É uma posição séria sobre um assunto que queremos todos que seja sério porque vital para o futuro do Município de Leiria, da qualidade de vida de todos nós e da gestão de um bem público essencial, esteja ele nas mãos de uma empresa, esteja ele nas mãos do Município.

É isso que nós pedimos, é isso que solicitamos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Francisco, tem três minutos.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

Muito boa noite senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, senhores jornalistas e todos os munícipes.

A proposta que ouvi há pouco, do senhor deputado Sequeira, pareceu-me interessante e ela própria reflectia – em si – o que defendemos na passada Assembleia, que era a ideia de que haveria, entre os factores enunciados, muitos

outros que faltavam elencar. O trabalho que aqui trouxeram pareceu-me muito bem feito. Conseguiram elencar uma quantidade de questões – umas de foro técnico e outras de foro jurídico – que complementam, e muito bem, a proposta que o executivo fez.

Como manifestámos na anterior Assembleia, a nossa questão não se prende com a optimização da gestão das águas, nem tão pouco não entendemos que não se deva fazer algo, pelo contrário. Entendemos que o que o executivo fez foi o início e o que defendemos na passada Assembleia é a continuidade, ou seja, apresentar sugestões e tentar ganhar algum tempo para se reflectir melhor sobre o assunto.

A bancada do Partido Socialista apresentou uma série de factores com os quais concordo, na generalidade. Há um outro que gostaria de ver reflectido. Recordo-me de um, que do ponto de vista técnico tem a ver com uma auditoria ao estado dos equipamentos, face ao estado da arte, para que sejam devolvidos, à data – em 2041 – na mesma proporção. Se concluirmos que hoje em dia temos equipamentos que estão a cinco ou dez anos de desfasamento face ao estado actual da arte, em 2041 - se a proposta fosse aprovada - deveríamos recebê-los exactamente na mesma proporção, face ao estado da arte. Acho que o bom trabalho que o Partido Socialista fez ao apresentar aqui esta proposta, deve ser lido, reflectido, julgado e complementado, se a isso houver lugar. Daí que a nossa proposta seja no sentido de que a proposta do Partido Socialista seja trazida à Assembleia em Setembro – à próxima reunião ordinária – e que até lá seja criada a tal comissão, que se encarregará de adicionar a essa proposta tudo aquilo que possamos fazer.

Também sugerimos ao senhor Presidente que entretanto, para além da optimização desta proposta, considere outras vias que não esta, nomeadamente a via da manutenção dos equipamentos na posse da Câmara e seja concessionada apenas a gestão operacional das águas.

Nesse sentido, a nossa proposta é de que este ponto, dado que temos muito mais para pensar e reflectir, seja adiado para uma próxima Assembleia e que a Câmara considere outras opções que não esta do concessionamento da totalidade dos SMAS.

Uma outra questão, que é regimental, prende-se com a dúvida que apresentei ao senhor Presidente da Mesa – não sei se já terá chegado ou não o momento de resposta – acerca do artigo 42.º. Depreendi que da proposta do Partido Socialista, eventualmente, a questão tenha algum fundo ao ser também proposta a concessão

a vinte anos, prorrogável por um período de mais dez anos. Também penso que isso nos inibe de votarmos este assunto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Manuel Antunes, também tem três minutos.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente da Mesa, fiz uma interpelação à Mesa com o termo "*protesto*" e desta vez não tinha ponto de interrogação. Lamento...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não ouvi. Peço desculpa.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhores deputados, ficou hoje aqui inequivocamente demonstrado quem quer discutir e quem quer silenciar. Gostaria de desafiar o senhor deputado Pedro Biscaia a comparar o tom de intervenção do senhor deputado José Alves com o tom da minha intervenção sobre o tal "*não problema*" que, recordo mais uma vez, o fiz em tom de brincadeira e tendo até pedido autorização da Mesa para "*brincar*" com o assunto.

É evidente que isto é feito em correria. A convocação do executivo da Câmara foi feita à pressa, a introdução deste ponto na agenda da Assembleia foi feita à pressa, o senhor Presidente da Mesa quer discuti-lo à pressa. Devo dizer que – no meu entendimento – não chegámos a acordo com isso mas posso ter entendido mal e o senhor Presidente não conta mais comigo para fazer acordos numa discussão de trinta segundos, feita no degrau deste estrado. Se quiser acordos sobre a condução da Assembleia, reunimos numa sala decente para discutirmos os pontos.

Isto começou com a intervenção do senhor deputado Pedro Biscaia e a minha intervenção seguinte e rapidamente derivou neste limitar de tempo. De forma absolutamente autocrática, as outras duas partes desta Assembleia foram limitadas até às duas horas e agora queremos limitar esta até às onze horas, não sei porquê... ou melhor, até sei porquê. Porque se quer limitar a capacidade de intervenção na Assembleia. Isto é condicionar a intervenção na Assembleia! É inaceitável sob o ponto de vista das bancadas e sob o ponto de vista da intervenção da Mesa!

Senhor Presidente, a Assembleia Municipal não pode decidir neste ponto, não pode! Como ainda agora foi dito pelo deputado que interveio, estamos limitados a aprovar

ou a discutir concessões até vinte anos, é o que diz a Lei. A intervenção do Partido Socialista, através do senhor deputado Sequeira, dá a ideia de que o próprio Partido Socialista percebeu que há aqui um problema grave e que esta proposta não está em condições legais de ser aprovada. Mas, independentemente desses factos jurídicos – senhor Presidente – penso que é absolutamente evidente que o Partido Social Democrata e os seus deputados na Assembleia Municipal, nunca se manifestaram contra o princípio da concessão das águas. Manifestaram-se, tão só, contra a maneira como ele se está a processar. Não temos pormenores sobre esta concessão, não sabemos em que termos é que o senhor Presidente da Câmara o vai fazer. Aliás, a intervenção de vários deputados – e chamo a atenção também quanto ao tom inaceitável com que o senhor deputado José Alves interveio – de tentar limitar o sentido de votação que o PSD faz, como se não fosse também evidente que, de uma maneira geral, a bancada do PS – e compreensivelmente – vota a favor e por unanimidade as propostas da Câmara.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, peço-lhe que conclua, por favor.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

É assim em democracia. Há o executivo e há a oposição, há a maioria e há a oposição. Não sei em que é que isso possa levantar qualquer dúvida, não consigo compreender. Essa era a razão do meu protesto, que o senhor Presidente não quis ouvir e não me quis dar tempo.

Senhor Presidente, termino para dizer que a maneira como este assunto, tal como o assunto do estádio e tal como outros assuntos, estão a ser conduzidos à Assembleia, prefiguram claramente um condicionamento da discussão e da votação e isso, para nós, é totalmente inaceitável.

No futuro tomaremos, naturalmente, as medidas que considerarmos essenciais para que a normalidade democrática seja restabelecida.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Antes de dar a palavra ao senhor deputado João Curado, quero dar conta de duas breves notas:

Ficou registado em acta, e insisto para que fique claro, que respondi que em relação ao protesto não o ouvi. Dizer que eu não quis ouvir é uma interpretação

que me escuso de comentar. Disse sim... o senhor deputado Manuel Antunes retira o verbo "quis". Eu não ouvi e pedi desculpa por isso.

Em relação ao acordo que fizemos e que anunciei no início, sublinho que esse acordo foi feito. Os outros dirigentes poderão confirmar ou não, mas foi assim que o anunciei no início da Assembleia e ninguém contestou. Portanto, presumi que tinha interpretado bem o acordo a que se tinha chegado com os dirigentes parlamentares.

Senhor deputado João Curado, tem três minutos.

DEPUTADO JOÃO CURADO (PSD)

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara e senhores deputados.

Penso que sou o último e por isso quero ser muito rápido. Queria lembrar ao senhor Presidente - e esta é a primeira questão - que lhe fiz um pedido de esclarecimento porque queria saber até que ponto, e já foi ultrapassado pelo tempo, os senhores vereadores seriam ouvidos porque a minha intervenção dependeria disso. Eu não recebi nenhum mail com as declarações de voto, como os outros deputados receberam, ou então foi inaptidão minha a encontrá-lo. Sei que sou deputado substituto e talvez por essa razão não o tenha recebido.

Não podendo ser substituído nesta Assembleia, não me sinto em condições de igualdade com os outros deputados e tenho que votar como eles.

A segunda questão tem a ver com as obras que estão a ocorrer no norte do concelho e que são da responsabilidade das Águas de Portugal. O senhor Presidente sabe disso. Existem obras nas freguesias de Monte Redondo, Bajouca, Carreira e talvez Coimbrão, que têm a ver com as Águas de Portugal neste processo que estava a decorrer. Não? Esclarecer-me-á, por favor. Foi a ideia que as Águas de Portugal fez passar numa reunião que teve connosco em Monte Redondo.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não pode haver debate entre os deputados que intervêm e a Câmara Municipal, a qual responde no final.

DEPUTADO JOÃO CURADO (PSD)

Claro que sim. Outra coisa que me faz alguma confusão é o facto de que houve aqui um ajuntar de pontos que foram acontecendo ao longo destas três Assembleias. Isto prova que o debate é necessário e que não temos ainda a informação suficiente para decidirmos. Não quero repetir o que já foi dito pelos meus colegas mas a verdade é que se estão sempre a acrescentar informação, algo

se passa e algo falta. Quer isto dizer que se esta reunião tivesse ocorrido apenas num dia (como era suposto) nós votaríamos com um décimo da informação que temos neste momento. Alguma coisa está mal!

Com a minha pouca experiência nestas coisas – sou novato, tal como o colega Carlos – não me sinto em condições de votar estes pontos por esta razão. Não sou, por princípio, contra as concessões e as privatizações. Fico triste quando dão a ideia de que nós mudamos de opinião dependendo de quem está, neste momento, na Câmara. Quero crer que sou assim – se calhar não sou – mas quero acreditar...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, peço o favor de não responder a quem está no uso da palavra.

DEPUTADO JOÃO CURADO (PSD)

Eu quero acreditar que as minhas decisões e a dos sessenta e dois deputados que aqui estão – ou estaríamos – são tomadas com base na informação que temos e no que acreditamos. Se assim não é, mal está esta Assembleia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

E para encerrar esta fase do debate, senhor deputado Carlos Conceição. Tem três minutos, como sabe.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Carlos Conceição, PSD.

Visto que já a todos cumprimentei nas outras sessões, vou escusar-me a cumprimentar-vos, embora o meu carinho por vós não tenha fim.

Muito rapidamente, três notas: Mafra, é verdade que Mafra foi o primeiro Município a ser privatizado mas o processo demorou um bocadinho mais de tempo do que o processo de Leiria. E já agora, Mafra é dos concelhos do país com a água mais cara e de 2010 para 2011 o preço em Mafra cresceu 17%! Abençoada internet, não é senhor deputado António Sequeira? Curiosamente, em Mafra a Juventude Socialista – aqueles que sempre estiveram contra as privatizações - e se calhar agora compreendemos as palavras de Mário Soares quando diz que é necessário refundar o PS... agora compreendemos porque confusão ideológica temos tido bastante no Partido Socialista. Mas a Juventude Socialista de Mafra fez até protestos à porta, com uns barris de água que têm a marca da empresa que tem a concessão, aliás, podem "*googlar*", se me é permitida esta expressão. Portanto, para que fique claro

(porque às vezes em tom mais crispado), porque alguns deputados não ajudam a democracia, eu nunca votarei a favor de uma coisa qualquer que cale os deputados, os vereadores ou as pessoas! E fico triste quando um partido com a tradição democrática como o Partido Socialista tem, fundamental para a nossa vida política portuguesa e com as responsabilidades que tem, vota contra “meter” pessoas a falar e dar a sua opinião. Acho, e permitam-me a expressão, sei que os senhores deputados do Partido Socialista vão discordar muito de mim e são livres... discordem por favor, como é possível calarmos pessoas em democracia? Então não fizemos o 25 de Abril! Bom, não percebo mas o tempo corre.

Para clarificar, o Partido Social Democrata é, por princípio, a favor das privatizações. Já foi dito aqui várias vezes por várias pessoas e eu sou mais um e não estou a acrescentar nada. Mas não é a favor da irresponsabilidade, de fazer as privatizações de uma forma cega, de receber informações acerca de um tema com esta importância e pertinente de uma forma faseada em quinhentos suaves fascículos! Não somos nem podemos ser porque é um tema demasiado importante para não ser tratado como deve ser tratado. E vão-me perdoar, os senhores deputados do Partido Socialista acham que têm toda a informação, muito bem! O PSD acha que não! Os senhores deputados do Partido Socialista pensam que está tudo bem e que a informação é suficiente, que há uma estratégia clara e podem avançar para a privatização, não sei se de gestão pois não tenho informação suficiente. O PSD acha que não! V. Exas. acham que está tudo bem e que podem mudar, ideologicamente, a vossa opinião por causa das dificuldades financeiras, é o vosso prato de lentilhas! V. Exas. são contra as privatizações mas agora são a favor por causa das dificuldades financeiras. O PSD acha que não, acha que tem que ser coerente! Defendo a privatização, mas não com os pés, se me permitem a expressão. Entendemos que a informação que temos sobre este tema...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, já esgotou o seu tempo.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Termino já senhor Presidente. Muito obrigado pela sua generosidade e pela sua gratidão. Estou mesmo a terminar. É que se os senhores deputados do Partido Socialista acham que está tudo bem, que têm a informação toda e que estamos prontos para avançar. Nós, no PSD somos mais cautelosos, somos mais prudentes, até porque trata-se da água. Se fosse a cerveja, se calhar éramos mais liberais... mas é a água! A bancada do Partido Socialista continua agarrada ao seu martelo, a

pregar na madeira e a queixar-se que o prego não entra... V. Exas. estão a bater ao lado! Quem está contra são V. Exas., agora estão a favor mas a vida é assim. Já dizia aquele político *"só os burros é que não mudam"* e, graças a Deus, todos nós mudamos. É uma figura de estilo.

Mas meus senhores, para arrumar a questão... nós queremos fazer, estamos disponíveis para fazer e não nos digam que não apresentámos uma alternativa. É como dizermos ao nosso filho para ter boas notas e escondemos-lhe os livros de estudo. Quando é que tivemos oportunidade de o fazer? V. Exas. tiveram, parabéns... o PSD não teve. Estamos disponíveis sim, mas não é para sancionar coisas precipitadas, feitas à pressa e sem a devida sustentação.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tínhamos combinado que às vinte e duas horas e quarenta minutos daríamos a palavra, uma última vez, a cada bancada. Assim se fará, embora estejamos um bocadinho atrasados mas não se alterará, o que perfaz vinte minutos.

Darei a palavra por ordem inversa da eleição, como é normal, a cada bancada. Serão cinco minutos ao Partido Socialista, cinco minutos ao PSD e três minutos a cada um dos outros partidos, no respeito pelos princípios do Regimento.

Senhor deputado Carlos Guerra, da bancada da CDU.

Tem três minutos.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Boa noite.

Carlos Guerra, PCP.

Não vou demorar os três minutos mas muito menos. Já se falou aqui muito e ficámos a saber, nomeadamente por parte de deputados do PS, que os SMAS não recebe o relativo ao saneamento já efectuado porque realmente há ligações por fazer. Ora isto é uma questão de gestão e não de dificuldades financeiras.

Ficámos a saber que a receita da concessão não é nada de especial, e é verdade.

Ficámos a saber que a privatização agora pretendida é melhor que a proposta pela Águas de Portugal.

A consciência incomoda os deputados do PS na votação desta proposta mas não os impede de votar a favor da privatização.

Mas porque é que há-de haver privatização se a água é um bem público?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Peixoto, Bloco de Esquerda.

Tem três minutos.

DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO (BE)

Boa noite.

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

Em relação a este assunto, não vou estar com muitas delongas.

Por princípio, somos contra a privatização de todos os bens essenciais e a água é um bem essencial às populações.

Por isso iremos votar contra.

Em relação a tudo isto que aqui se passou, lamento que não se tenha tido em conta aqueles a quem se dirige o nosso mandato – as populações. É um assunto demasiado importante para que se esgote numa discussão em muitos aspectos estéril e que não trouxe nada de vantajoso para a população de Leiria.

Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Francisco, CDS.

Tem três minutos.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

José Francisco, CDS-PP.

Como resumo do que foi aqui dito por todos e que nós defendemos, entendemos que a prova de que isto não é uma questão ideológica – e daí que não entenda muito bem o voto concertado das bancadas – é de que, ao contrário das práticas a nível nacional, estamos aqui a defender esta questão como leirienses que somos. Trata-se de um acto de cidadania, um acto de defesa dos nossos interesses. Somos vizinhos... muitos de nós vivemos nas mesmas ruas, temos filhos nas mesmas escolas, frequentamos os mesmos restaurantes.

Admito que, independentemente do partido pelo qual tenhamos sido eleitos, esta questão é transversal a todos nós e não tem que se fazer disto uma questão política. Não é nada do "*hoje ganhas tu e daqui a quatro anos ganho eu*". Perdemos todos se decidirmos de forma pouca reflectida. Isto são vitórias cujo sabor é de muito curta duração, é mais ou menos como um rebuçado estragado que se desfaz na boca.

É nesse sentido que lanço a todos o apelo de não rejeitar esta proposta mas que hoje não a aprovemos! Que reflectamos! O próprio Partido Socialista veio ao encontro do que defendemos ao ter elaborado este trabalho, dentro da mesma Assembleia mas em sessões diferentes, ou seja, à medida que tem sido discutido tem este trabalho sido complementado e melhorado. Penso que se dermos mais tempo melhorará muito mais! Portanto, não se trata de vitórias nem de derrotas hoje, trata-se de sairmos todos a ganhar, numa próxima Assembleia e com um trabalho mais bem elaborado, mais bem preparado e mais bem reflectido.

Certamente que se todos votarmos daqui a uns tempos, numa próxima Assembleia e com um trabalho bem feito, se todos o votarmos favoravelmente – ou a maior parte – se algo não correr bem, pelo menos uma coisa teremos em comum: seremos co-responsáveis pelo erro. E eu, em tudo aquilo que envolva tomar decisões muito importantes, procuro sempre os consensos. Não tento, só porque tenho o poder no momento e estou em maioria, impor esse meu poder aos restantes. É muito melhor se reflectirmos todos e o tentemos votar consensualmente. Se correr bem... todos teremos os louros; se correr mal... ninguém terá nada a apontar a ninguém.

Nestes dois anos em que aqui estou, o que mais vi foi o apontar uns aos outros os erros do passado. Penso que a melhor forma de não perdermos tempo a lançar dardos uns aos outros é sermos co-responsáveis pelas decisões mais importantes para o nosso futuro comum.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Vitor Lourenço, pelo PSD.

Tem cinco minutos.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

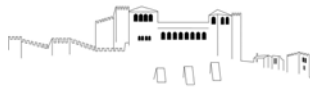
Vitor Lourenço, PSD.

Seguramente gastarei muito menos tempo.

A posição do PSD está mais que esclarecida e nestes minutos apenas gostaria de reafirmar e relembrar o porquê da nossa posição.

Sintetizo em quatro ou cinco frases, que constarão da nossa declaração de voto, no final da votação e que são:

- A ausência de estudos fundamentados que permitissem uma análise e uma discussão alargada, o que foi aqui mais que comprovado à sociedade;



- Pela ausência do caderno de encargos, que limitasse este cheque em branco ao executivo municipal;
- Pela pressa demonstrada em todo o processo, não conferindo segurança na decisão, que comprometerá o futuro;
- Por não se terem esgotado as possibilidades do processo anterior com as Águas de Portugal, dando tempo mínimo para conhecer as orientações governamentais para este sector das águas;
- Por estarem a ocorrer alterações neste campo, com potenciais novos posicionamentos que alterarão, naturalmente, o actual modelo.

Estas são a razões substantivas que nos fazem, digamos, ter a posição que aqui manifestámos durante todo este debate.

Gostaria de terminar dizendo que não estou propriamente de acordo com uma frase que foi discutida ontem por um dos candidatos à liderança do Partido Socialista, quando disse que a política não se deve fazer com afectos. Estou totalmente contra esta afirmação do candidato à liderança do PS porque, claramente, sem afectos qualquer actividade humana não faz sentido... prefiro sempre manter a estima, a consideração e a amizade para com todos aqueles com quem trabalho e lido ao longo dos anos. Mas não posso abdicar, como qualquer um de nós, dos direitos de cidadania que me assistem de discordar e de querer o melhor para a nossa terra!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado António Sequeira, pelo Partido Socialista.

Tem cinco minutos.

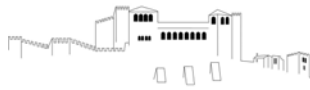
DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, PS.

Vou também ser muito rápido e muito menos filosófico que o senhor deputado Vitor Lourenço, embora também me apeteça e isso vai acontecer numa das próximas Assembleias, em que farei considerações desse mesmo teor porque acho que são necessárias e estaremos todos a precisar delas.

Vou ser muito mais pragmático.

Ao senhor deputado José Francisco, dizer-lhe que não concordamos em adiar a votação deste ponto mas pensamos que há muita pertinência naquilo que disse e temos a sensação de que a aprovação da proposta da Câmara e a criação, hoje ou quando for permitido – até porque decorre do próprio regulamento – da comissão



de acompanhamento, aí sim, quer o nosso requerimento (com um conjunto de conselhos à Câmara), quer o de todas as outras bancadas, deverão ser considerados, de maneira a otimizar o processo.

Relativamente a esta matéria, ao contrário do que foi dito, consideramo-nos perfeitamente elucidados e achamos que foi discutida à saciedade. O que me parece – e eu próprio me penalizo por isso – é que, a exemplo do que acontece no mundo, na Europa e de maneira muito mais marcante no nosso país, neste concelho e nesta Assembleia, é que as pessoas ainda não se acreditam bem no que se está a passar em termos económicos e financeiros a nível mundial. Tenho a impressão que as pessoas ainda não se aperceberam bem do que está a acontecer. Há cerca de quatro anos, numa Assembleia Municipal, admiti a gravidade e a profundidade da crise, de tal maneira que a senhora Presidente da Câmara na altura e na sua intervenção final, veio dizer que eu era das pessoas – pelo menos na minha área ideológica – a única que admitia a crise que aí vinha.

Dias como o de hoje, e quem está a acompanhar as notícias e a ver o beco sem saída em que todos estaremos metidos, verá e aí haverá alguma consolação pelo facto de estarmos cada vez menos sozinhos. A gravidade é tal que vamos todos passar por períodos muito maus.

Em relação ao caso particular do concelho de Leiria e da actuação deste executivo, efectivamente as pessoas convençam-se e vejam o drama em que nos encontramos em termos financeiros. Tomadas de atitude e propostas como esta têm plena justificação em serem apresentadas, no sentido de tentarmos – minimamente – não piorar as condições de vida dos munícipes deste concelho.

Muito obrigado.

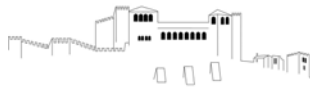
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra, para responder a todas as intervenções, o senhor Presidente da Câmara Municipal.

Em princípio teria um tempo de intervenção de dez ou quinze minutos mas já lhe pedi que seja breve. Compreenderão que, tendo o debate demorado várias horas, não se justifique circunscrever o tempo a dez minutos de intervenção por parte do senhor Presidente.

Em todo o caso, peço-lhe que seja breve.



PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente, senhores deputados, Exmo. público e órgãos de comunicação social.

O debate a que temos assistido permitiu ouvir muita coisa, ler muita coisa e permitiu perceber o sentido final do que está em cima da mesa.

E o que está em cima da mesa, olhando para o país e muitas outras Câmaras, tendo estado presente - no sábado passado – no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde ouvi problemas idênticos a este que estamos hoje a debater, colegas que falaram sobre este assunto e onde ouvi, inclusivamente, um Presidente de Câmara que tem o seu Município numa parceria com a Águas de Portugal no que respeita a tratamento de efluentes e que tem uma conta pesadíssima – como também nós temos – dizer a todo o congresso *"Eu não vou pagar!"*

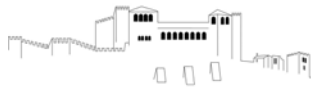
Porque é isto importante no assunto que estamos a discutir? Por muito que se queira ignorar, eu tenho feito um esforço, juntamente com outras pessoas, para estarmos num outro registo e não abordarmos tanto o passado. A grande verdade é que temos que mudar as coisas, esperamos nós, no bom sentido. É para isso que nos esforçamos, que estamos a lutar... para que possamos conseguir concretizar as legítimas expectativas das populações.

É muito fácil para alguns poderem demarcar-se deste tema porque já estão servidos. E os outros? Como vamos resolver o problema dos outros?

Inicialmente considerei que o que poderia estar aqui em causa era uma questão ideológica mas ao olhar para o panorama do país, onde vejo todas as forças políticas envolvidas em parcerias e também com concessões, afinal não será bem essa a razão que possa levar aqui à diferença de opinião, que também é legítima.

Então o que é que poderá levar a essas diferenças?

Ao longo de dois prolongamentos, já percebemos que já se evoluiu no que era contra a privatização e nunca nós falámos em privatização! Parece que há algumas dúvidas por parte de algumas pessoas, que ainda não perceberam a diferença entre a concessão e a privatização. Ainda hoje tive a oportunidade de ler num jornal que a alternativa é que o executivo camarário proceda à manutenção das redes na posse do Município e adjudicar a da gestão operacional do sistema. Bom... isso é o que nós queremos fazer. Não queremos é alienar parte do património para toda a vida. Temos um contrato a propor para que, num determinado período de tempo, haja uma entidade que com outro tipo de estrutura, possa ajudar a resolver os



problemas do saneamento e também da melhoria da qualidade dos serviços que são prestados, nomeadamente pelo controlo que se exige, nos termos da Lei. Muito do que hoje aqui foi recomendado decorre da Lei, que o impõe. O que queremos é ter um concelho onde os problemas ambientais sejam erradicados.

Há pouco ouvi um senhor deputado dar nota de que nós... cuidado! Nós somos muito mais cautelosos! Que pena não terem sido mais cautelosos há muito mais tempo pois se tivessem sido, hoje não estávamos nesta situação! É a pena que tenho.

Por coincidência, para aqueles que concordavam que mantivéssemos a parceria com as Águas de Portugal, bastaria ler – na edição de sábado passado – um artigo com uma página inteira sobre a situação das Águas de Portugal, com o quadro de todas as suas parcerias e citava uma pequena nota, que diz o seguinte:

"O preço cobrado aos consumidores finais não cobre os custos. Gerou-se um défice tarifário que já ascende a quatrocentos milhões. Um valor pesado que alguém vai ter que pagar. A dívida bancária da ADP está a crescer e já vai nos dois vírgula nove mil milhões de euros".

Se fizéssemos uma parceria, da qual tratamos há mais de dois anos pois ela iniciou-se no mandato passado, em que ao fim de todo este tempo as respostas foram "zero" e depois de ter ouvido da parte de administradores responsáveis – curiosamente dir-se-ia um de cada corrente partidária – que temos que "*partir para outra porque por aqui já não vamos*". Mais ainda, o anúncio que está assumido – aí sim – de privatização, são logo 51% de todos os sistemas em que as Águas de Portugal participam, já imaginamos (e também consta do citado artigo) que os preços sobem com a privatização. A proposta alternativa é a concessão. A proposta alternativa consiste na elaboração da nossa parte, de acordo com as normas da entidade reguladora, de um caderno de encargos do tipo que nos forneceu. É elaborar uma proposta de caderno de encargos para concurso que tenha, entre os seus vários anexos, as propostas de tarifário (como já aqui no outro dia demonstrámos) até 2016, para sermos semelhantes à proposta das Águas de Portugal e que já demonstrámos que queremos que ela seja inferior ao tarifário das Águas de Portugal.

E pergunto simplesmente... afinal quem quer defender os interesses dos leirienses? Queremos também dizer, porque já tínhamos essa intenção e até damos de barato que tenha aqui resultado do debate que se verificou ao longo destas horas, que o concurso não será lançado – em termos de publicação no Diário da República – sem

previamente, ou aos líderes de bancada ou à comissão de acompanhamento, fazermos chegar (por um determinado período) o respectivo caderno de encargos e o programa de concurso, para darem sugestões e eventuais correcções. Já o tínhamos na nossa mente, não iríamos agir de outra maneira e repito, até damos de barato que tenha sido por recomendação expressa.

Foram aqui colocadas muitas questões e correndo o risco de estarmos a repetir algumas das intervenções, queria começar pelas insinuações que aqui foram feitas, seja na distribuição dos elementos, seja até por falta ou não permitir o debate democrático ou por não ser permitida – embora tenha sido o próprio plenário a decidir – a intervenção dos vereadores que votaram contra. As razões estão expressas em declarações de voto que foram distribuídas e, portanto, o debate do executivo faz-se em sede própria. Não vamos misturar as coisas nem queremos que haja aqui quem queira demitir-se das suas responsabilidades. Neste contexto, o que gostaria – não respondendo a todos pois algumas são repetidas – de dizer é que o que está aqui em causa é o pedido de aprovação para abirmos concurso de concessão dos sistemas de águas e saneamento.

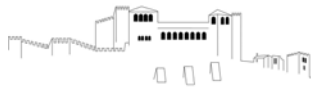
Em todo o país, e volto a salientar, há Autarquias “*embebidas*” em processos destes, em parceria ou por concessão.

Relembro que o caderno de encargos e o programa de concurso têm que ter parecer prévio da entidade reguladora e obter o visto do Tribunal de Contas.

Ao senhor deputado Vitor Lourenço, dizer-lhe que na intermédica sessão – chamemos-lhe assim – quando se pretende passar para estes fóruns algumas insinuações sem sentido, não vá aparecer algum obstáculo mal cicatrizado no seu caminho. Quero que todos tenhamos o direito à liberdade de expressão mas que haja respeito entre todos! E nós, até em termos pessoais, temos tido sempre esse respeito um pelo outro pelo que dispenso esse tipo de afirmações, até porque devia tentar esclarecer a questão da insinuação documental e não ter avançado por aquele caminho.

O que nós mais uma vez afirmamos aqui, o dar nota dos custos com alguns estudos – foram dois, concretamente – quero dizer que só esses dois estudos foram inferiores pelo menos a um, doutros tempos, relacionado com o trânsito e esse caiu num saco!

Quero também estabelecer algumas comparações, ou seja, as razões porque algumas Autarquias se socorrem do modelo da concessão. Tudo isto está a acontecer num momento em que, quase por coincidência, se repetem os casos.



Lembro que a Nazaré está a preparar também uma forma de concessão (uma Câmara do PSD) e era bom que apurassem quais as razões porque o pretende fazer.

Ao senhor deputado Carlos Guerra, e acerca das questões que levantou, efectivamente a Lei diz que é nos primeiros cinco anos que pode haver 40% de adiantamento, não diz é quanto é que é por ano. Nos primeiros cinco anos não pode haver adiantamento superior a 40%, é o que consta na Lei.

Estou a tentar cingir-me a cada partido aqui representado, embora possa depois acrescentar uma ou duas notas, mas quero dizer ao senhor deputado José Peixoto que têm que ser os eleitos a assumir as suas responsabilidades. Estamos a representar quem nos elegeu, entendemos as suas preocupações e também nós entendemos que a água é um bem essencial. Ninguém diz que vai tirar a água seja a quem for. O sistema mantém-se, vamos tentar chegar aos que ainda faltam e, acima de tudo – já o afirmámos e é o grande objectivo – completarmos as redes de saneamento.

Ao senhor deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Azoia, quando afirma que podemos esperar mais tempo para haver saneamento... já perdemos tanto tempo! Não há espaço de manobra, por todas as razões!

Quanto à intervenção do senhor deputado João Curado, as obras que mencionou são obras de saneamento em alta e a responsabilidade é das Águas do Mondego que, como sabe, é tutelada pelas Águas de Portugal. O que estão a fazer é tentar completar a rede para garantir o abastecimento a todo o concelho, obras em alta que também atravessaram a cidade.

Para terminar, uma nota final. A grande questão nos dias de hoje é a luta contra o tempo! Poder-se-á dizer que o processo foi demasiado rápido, que foi precipitado e muitas outras coisas. Mas o que sabemos é que as dificuldades serão cada vez maiores e teremos inúmeros problemas à nossa frente.

Porventura, na próxima Assembleia Municipal, aqui virão alguns temas e decisões preocupantes, para nos ajudarem e que – naturalmente – têm que ter soluções adequadas. Aqui as trarei para averiguar se também há essa disponibilidade - ao invés do que se passou com a deliberação sobre o estádio – e se a postura será a mesma.

O que sei e o que os Leirienses esperam é soluções, respostas eficazes! É nisso que estamos a trabalhar e por isso incomoda algumas pessoas.

O apelo que faço a todos aqueles que sentem as necessidades do concelho é que se aproveite a oportunidade para tentarmos minimizar essas situações. Não podemos andar de bandeira no ar a dizer que Leiria é capital de distrito, se depois somos dos piores concelhos em termos ambientais.

Precisamos de resolver os problemas. Aos que tiverem boa fé e quiserem colaborar, sempre tivemos as portas abertas e é assim que queremos continuar a trabalhar. Doutra maneira, dificilmente as coisas se irão suceder. Daqui a uns tempos iremos ter a noção exacta das razões porque tivemos que avançar com este tipo de processos e só o tempo nos poderá dar razão. Cá estaremos todos, espero – porque é sinal que estamos vivos – para podermos comprovar o que acabo de dizer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

O senhor deputado pede a palavra para? Defesa da honra? Se assim é tem sempre esse direito, se fosse para resposta não o teria. Faça favor.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vitor Lourenço, PSD.

Em relação à afirmação do senhor Presidente da Câmara, gostaria de lhe dizer apenas que aqui me limitei – na reunião anterior – a interpretar os factos. Não fiz nenhum processo de intenção nem ao senhor Presidente nem à Câmara. Interpretei os factos e que me seja dado o direito de o fazer. O facto de que não recebemos a documentação antes da Assembleia e que depois a secretária teve o cuidado de enviar aquele e-mail... interpretei os factos sem qualquer processo de intenção!

Ainda há pouco disse, e volto a salientar que - para mim - os afectos não estão fora desta actividade!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Passamos à votação. Tenho três aspectos diferentes que versam a votação:

- Uma proposta do senhor deputado José Francisco, que propõe adiar a discussão do ponto.

Esta proposta não pode ser apresentada nem votada porque já o foi nesta sessão e foi reprovada, ou seja, houve uma proposta do PSD no sentido de o ponto ser

retirado da ordem de trabalhos e ser votado numa sessão extraordinária. Essa proposta já foi, indirectamente, rejeitada quando o foi a proposta do PSD na sessão do próprio dia trinta, logo no início;

- Uma proposta que tem a ver com a forma de votação, apresentada pelo senhor deputado Carlos Duarte. Chamou-lhe requerimento mas de facto é uma proposta pois o nosso Regimento é muito claro a esse respeito, e cito "*Compete ao Presidente da Mesa decidir sobre a forma de votação, podendo qualquer membro propor à Assembleia que a mesma se faça nominalmente ou por escrutínio secreto*". Há um deputado municipal que propõe que se faça por escrutínio secreto e terei que colocar à votação. Penso que todos compreenderão que é sem discussão nenhuma. Se a maioria se pronunciar favoravelmente, a votação será por voto secreto.

Não, votamos aberto.

Senhor deputado, considero isso uma prova de bom humor nesta altura porque seria um ciclo vicioso até porque depois, para votar, teríamos que questionar se seria por voto aberto ou por voto fechado e nunca mais saíamos daqui.

Votaremos, de braço no ar, a proposta do senhor deputado Carlos Duarte, no sentido de que a votação seja secreta.

Tem que ser assim. Há uma proposta e tem que ser votada.

A questão é simples. Se a proposta for aprovada será por voto secreto; se for rejeitada será votado como previsto, que é o braço no ar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria, com vinte e nove votos contra e vinte e duas abstenções, rejeitar a proposta apresentada pelo senhor deputado Carlos Duarte.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Defesa da honra não há senhor deputado. Peço-lhe desculpa mas trata-se de uma votação e não ofende a honra de ninguém.

Senhor deputado Manuel Antunes, para fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor deputado, eu sei que é novo mas todos temos uma parte a contribuir.

Senhor Presidente, este legalismo não nos leva a lado nenhum. É evidente que no espírito do legislador, quando diz que a proposta pode ser votada por voto secreto, se tivermos que votar abertamente por esse voto secreto então a votação não leva a lado nenhum porque está, imediatamente, ferida de sentido.

Se alguém propõe voto secreto, que medo há? Eu aceitaria. O senhor Presidente usa tantas vezes a figura de que a Mesa é soberana e perdeu agora a oportunidade de utilizar esse poder que a Mesa tem.

Por isso nos abstivemos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho, para fazer uma declaração de voto. Faça favor.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Boa noite.

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Senhor Presidente, gostaria que constasse em acta que – não o afirmo mas tenho quase a certeza absoluta – a decisão sobre uma votação por voto secreto tem que ser feita por voto secreto. É uma questão regimental e uma decorrência da Lei. Pedia ao senhor Presidente para fazer um pedido de esclarecimento... é regimental. Embora pense que o senhor Presidente acabou os três pontos que tinha referido, e porque estou preocupado com o bom funcionamento desta Assembleia e com a legitimidade das decisões que aqui tomamos, razão pela qual continuo a perguntar ao senhor Presidente qual a interpretação que faz do artigo 42.º do nosso Regimento. Temos que ficar, aqui, com a consciência inequívoca para votar a proposta por trinta anos. Não podemos passar ao lado desta questão, sob pena de estar a por em causa a proposta da Câmara Municipal. Enquanto Assembleia, condicionamo-nos a fazer concessões por um prazo de vinte anos. A proposta é para trinta anos. Não podemos “saltar” isto como se estivéssemos num concurso de obstáculos! Não podemos iludir esta questão e daí o meu pedido de esclarecimento. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, eu ainda não tinha chegado ao fim, mas muito obrigado.

Em relação à questão do voto, para que não se suscitem mais dúvidas, Leio (cumulativamente) os números quatro e cinco do artigo 36.º:

“4 – Compete ao Presidente da Mesa decidir sobre a forma de votação, podendo qualquer membro propor à Assembleia que a mesma se faça nominalmente ou por escrutínio secreto.

5 – Sempre que se realizem eleições ou estejam em causa juízos de valor sobre pessoas, a votação será feita obrigatoriamente por escrutínio secreto.”

Conjugando a Leitura destes dois pontos, deduzo que não basta que um membro queira para que a votação seja secreta. É preciso que proponha e se o fizer tem de ser votado. Portanto, cumpro o que está regimentalmente estabelecido, fiz uma votação. Se o legislador quisesse dispor de outra forma, teria escrito de outra forma e não me parece que haja outra interpretação possível.

Em relação à pergunta – e é pertinente – quanto ao artigo 42.º, no qual o nosso Regimento diz que *“A concessão de exclusivos e de obras e serviços públicos não poderá ser feita por prazo superior a vinte anos, devendo sempre salvaguardar-se o direito de fiscalização da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.”* Desde a última sessão, em que me foi chamada a atenção para este facto, tive muitas dúvidas a este respeito e consultei vários juristas. Devo dizer que a opinião nunca é unânime. Há aqui mais do que um jurista, eu não sou, e não é uma opinião unânime. A Lei diz que o período máximo é de trinta anos e a Lei é um instrumento jurídico – os juristas que aqui estão sabem melhor que eu – de natureza hierárquica superior à do Regimento da Assembleia, o que significa que face a uma contradição entre o Regimento e a Lei, prevalece a Lei.

Peço aos senhores deputados que me deixem terminar pois estou a responder ao que pediram e a tentar, sensatamente, levar até ao fim a questão deste ponto. Diz o nosso Regimento, no seu artigo 25.º, número 2, alínea q), que uma das competências da Assembleia é *“Autorizar a Câmara Municipal a concessionar, por concurso público, a exploração de obras e serviços públicos, fixando as respectivas condições gerais”*, ou seja, a Assembleia pode fixar as condições gerais. Independentemente da proposta de recomendação apresentada pelo Partido Socialista, a qual só poderemos tratar no final da votação da proposta da Câmara Municipal, podemos – se os senhores deputados assim o entenderem – estabelecer os vinte anos como condição, uma vez que está a fixar as condições gerais. Devo dizer que esta alínea do Regimento decorre e é cópia integral do que está na Lei e, portanto, não há aqui nenhum conflito. Podemos perfeitamente aprovar com a condição geral de ser por vinte anos.

Este é o meu ponto de vista e a Assembleia poderá interpretar de forma diferente.

Não vamos prolongar o debate e peço que sejamos breves nesta questão. Não queria ser eu a fazer a proposta!

Senhor deputado, faça favor.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

As dúvidas que o senhor Presidente tão brilhantemente aqui expôs em relação à questão suscitada pelo senhor deputado do CDS-PP leva-nos a interrogar-nos sobre se a vontade que a Assembleia teve – quando aprovou o Regimento – de delimitar a Lei geral relativamente a este particular, se deve ser ou não derogada pela votação que aqui foi feita. Ou seja, vamos votar um verbete apresentado pela Câmara Municipal, que contém um determinado prazo e que contende com uma cláusula que foi explicitamente vertida no Regimento e que os deputados, ao votá-lo, assim o quiseram. Há aqui, efectivamente, uma questão que deve ser devidamente ponderada avisada e deve ser motivo, no meu entender, de uma avaliação por parte do Departamento Jurídico do Município no sentido de aclarar a fundo esta questão. Ficam aqui sérias dúvidas acerca da legitimidade dessa decisão.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

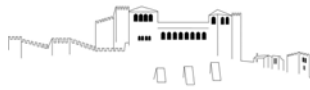
Senhor deputado Domingos Carvalho.

Peço-lhe igualmente que seja breve.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

É rigorosamente isso que acho que todos nós devemos ter muito claro na nossa mente. Há aqui juristas, não é o meu caso e por isso não me pronunciarei nesse contexto. Penso que as leis não são feitas para os advogados mas para os cidadãos e, enquanto cidadão, aqui me pronuncio. E o que está em causa é tão simplesmente isto: Em primeiro lugar, a Lei que prevê esta situação não diz que as concessões são por trinta anos. A Lei diz que serão prazos - se não me falha a memória - de quinze ou trinta anos. Estamos então a falar de haver uma situação ou outra. Portanto, no caso de a Lei impor trinta anos, a nossa decisão de limitarmos a vinte seria ilegal. Não é isso que acontece. Nós entendemos, enquanto Assembleia, auto-limitar a nossa capacidade de extensão e de utilização da totalidade desse prazo. Uma vez mais permita-me, senhor Presidente da Câmara, que lhe diga o seguinte... até por isso teria sido avisado aceitar a nossa recomendação de que em Setembro aqui trouxéssemos este assunto e podermos



dirimir todas estas questões, sob pena de estarmos aqui a laborar em campo completamente impossível de laborar.

Os senhores hoje deu-vos para esse lado, acho que fazem muito bem! Não me parece é que ganhem nada com isso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Efectivamente ficou-nos essa dúvida. A Lei número 194/2009 diz que as concessões serão por quinze anos ou por trinta anos, aplicando-se o prazo maior enquanto houver obras relevantes, como me parece ser o caso. Essa dúvida fez com que recomendássemos para que o prazo fosse de vinte anos. A nossa sugestão, pensamos, não irá contra nada que esteja estatuído, de o nosso requerimento ser votado antes da proposta da Câmara. A recomendação fica feita, entretanto vota-se a proposta da Câmara e, mais tarde, a comissão fará os apontamentos que entender dever fazer. Não me parece que este assunto justifique, minimamente, o adiamento desta decisão e a nossa opinião é que seja votada hoje, em qualquer caso, a proposta da Câmara Municipal.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado José Francisco.

Peço-lhe que seja breve porque quero passar à votação. Não se justifica, por uma questão de ordem processual, estarmos a gastar tanto tempo.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

O que temos de decidir é se queremos abrir precedentes ou interpretar o Regimento "*a la carte*", consoante as conveniências.

Para mim, o Regimento foi votado e a primeira coisa que fizemos quando nos constituímos Assembleia. A ele devemos respeitar e se entender-mos que não está bem devemos alterá-lo. Não podemos é alterar nem as deliberações da Câmara antes das votações nem o Regimento, consoante as conveniências do momento.

Não sou jurista mas consigo fazer uma sequência lógica de pensamentos e, na minha opinião, isto limita-nos. Mas se entenderem votá-lo e se, eventualmente, se vier a provar – não é que persigamos esse objectivo, não é que tentemos impugnar – e a Câmara tem o seu Departamento Jurídico, pode mandar analisar a questão "*a posteriori*" sem ser incentivada por qualquer bancada. Se o Departamento Jurídico

concluir que não temos legitimidade para o fazer... não estivemos aqui a fazer nada! É apenas essa a questão. Ou cumprimos ou não cumprimos o Regimento. A mim parece-me, numa sequência lógica da interpretação do Regimento, que estamos limitados a vinte anos. Estamos a tentar aprovar uma deliberação para trinta anos... não me parece haver grandes dúvidas!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, vamos ter que votar. Não há consenso na interpretação da Lei. Acrescento apenas um ponto que tem a ver com a minha intervenção inicial, que não fiz por acaso. O número 6 do mesmo artigo 25.º diz que *"A proposta apresentada pela Câmara Municipal referente às alíneas b), c) i) e n) do número dois não pode ser alterada pela Assembleia Municipal"*. Não refere as propostas apresentadas nos termos da alínea q) do número 2 do mesmo artigo. Não estando esta alínea exceptuada neste número 6, dizendo esta alínea que a Assembleia autoriza, fixando as respectivas condições gerais, significa que a Assembleia pode alterar esta proposta da Câmara Municipal. Se for vontade desta Assembleia alterar a proposta, não há nenhum problema e poderá alterá-la.

Isto é muito claro mas se houver alguma dúvida, tenho uma solução.

Senhor deputado, faça favor.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Vitor Lourenço, PSD.

Penso que a questão aqui levantada apenas espelha este tipo de trapalhada que a pressa fez. Não tenho dúvida nenhuma que estas coisas, feitas com pressa... lá diz o ditado popular que aqui não repito mas que é verdade.

Estamos a ver aqui o resultado final!

Senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara não pode alterar aqui a proposta porque esta é da Câmara Municipal. Tem que voltar à Câmara Municipal, ser novamente votada em reunião de Câmara. É do órgão Câmara e não do Presidente da Câmara! Se há que alterar a proposta, é a Câmara que a tem que alterar. Os órgãos são autónomos, um e outro, pelo amor de Deus!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, não queria chegar a este ponto mas vou fazê-lo.

A Assembleia pode alterar sim senhor! Mas não há consenso a esse respeito e vamos votar a proposta da Câmara tal e qual ela foi apresentada.

Repito, não tendo havido propostas de alteração, votaremos a proposta da Câmara tal e qual ela foi apresentada e é esse processo que, depois da intervenção do senhor deputado Manuel Antunes – e não haverá mais nenhuma – que se passará. Faça o favor, senhor deputado.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Manuel Antunes, PSD.

Já estava um pouco confuso mas fiquei ainda mais! Não me lembro bem quais foram as palavras que o senhor deputado Sequeira utilizou quando fez a sua intervenção. Penso que falou em recomendação, que a determinada altura também falou em deliberação e agora estamos a falar em requerimento. Tudo isto são formas diferentes. Uns são votados, outros não.

Independentemente disso, senhor Presidente, a minha interpretação é que tendo este assunto, documento – chame-lhe o que quiser – sido apresentado durante a discussão do ponto seis da agenda de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal, faz parte do ponto seis e a última coisa que em cada ponto pode ser feita é a votação.

Portanto, se houver votação acerca deste documento – e chamem-lhe o que quiserem – ela terá que ser feita, em meu entender, antes da votação da proposta da Câmara porque esse – pelo Regimento – é o passo final da discussão de cada ponto. Cada ponto termina com a discussão. Aliás, o senhor Presidente já muitas vezes nos negou a intervenção – acertadamente, nesses casos – pois depois de começar a votação não poderá haver mais discussão.

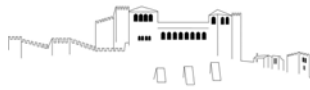
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Poderá fazer o ponto de ordem senhor deputado João Cunha. Aliás, os senhores deputados prolongarão a sessão com pontos de ordem até às quatro da manhã, se quiserem. Farão pontos de ordem até onde quiserem.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Pedia ao senhor Presidente que lesse o corpo do artigo 25.º, número 2, para se perceber a que é que diz respeito a alínea q) que o senhor Presidente teve a amabilidade de citar. Porque estamos a falar sobre matéria regulamentar e orgânica da Câmara Municipal. Não estamos a falar de outra coisa! Atenção que temos de situar as coisas tal como elas são e não vale a pena estarmos a transpor coisas que não são transponíveis. Temos que ler as coisas como estão escritas e era esse o ponto de ordem que eu queria fazer à Mesa.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Se é um requerimento, não posso recusar.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, PS.

Venho requerer à Mesa que, ao abrigo do número 2 do artigo 39.º, se passe imediatamente à votação do projecto da Câmara. Estão preenchidas todas as condições previstas nesse mesmo artigo e consideramos que a matéria está completamente debatida. Com toda a certeza, e isso é aritmético, que já há mais que duas intervenções por cada partido e, portanto, estamos em condições de votar. Requeremos então que seja votado imediatamente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, o número 2 do artigo 39.º diz o seguinte "*O debate terminará quando não houver mais oradores inscritos ou, havendo-os, quando for aprovado requerimento para que a matéria seja dada por discutida e desde que se tenham produzido duas intervenções por cada grupo com assento na Assembleia*".

As condições estão reunidas para que este requerimento possa ser apresentado e votado.

Senhor deputado Manuel Antunes fará o favor de pedir o esclarecimento, mas os requerimentos são votados de imediato.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Não estou a pedir esclarecimento sobre este requerimento. Queria então que o senhor deputado António Sequeira e o senhor Presidente da Mesa classificassem claramente qual era a forma jurídica com que foi apresentado o documento que, volto a dizer, se falou em declaração, em recomendação, em proposta... em várias coisas.

Queria que fosse definido quer pelo senhor deputado António Sequeira, pois foi ele que o apresentou, quer pela Mesa, que o aceitou. Isto porque o senhor Presidente disse que o colocaria a votação depois desta votação da proposta da Câmara. Isso tem que ficar perfeitamente definido. Naturalmente, o senhor deputado António Sequeira até pode retirar o documento, se assim o entender, mas gostava que isso ficasse bem definido.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não darei a palavra a mais ninguém.

Senhores deputados, este incidente regimental estará ultrapassado se o requerimento for aprovado. Se for, passa-se à votação da proposta da Câmara, independentemente da proposta de recomendação que o senhor deputado António Sequeira apresentou.

O requerimento foi no sentido de se votar a proposta da Câmara tal como está apresentada. A proposta de recomendação seguir-se-á, como eu disse, a seu tempo.

Senhores deputados, o que está em cima da mesa é um requerimento para que se passe à votação da proposta da Câmara Municipal. Está previsto no número 2 do artigo 39.º do nosso Regimento e vou passar à sua votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria, aprovar o requerimento apresentado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tendo sido o requerimento aprovado, passamos à votação da proposta da Câmara, tal como está apresentada.

Se houver lugar a impugnação, esta far-se-á no lugar certo e não aqui.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea g) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor, vinte e dois votos contra e duas abstenções, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Leiria e, em consequência, autorizar a abertura de concurso público internacional destinado à concessão dos SMAS, pelo prazo de trinta anos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos agora à proposta de recomendação apresentada pelo senhor deputado António Sequeira, em nome do Partido Socialista, que terei que ler antes de colocar à votação.

Senhor deputado António Sequeira, pretende que seja uma recomendação do Partido Socialista, que é entregue e fica como recomendação, assim configurada?

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Eu só pedia ao senhor deputado António Sequeira que releia o documento. Não temos nada contra uma recomendação e nós próprios já fizemos recomendações não formais mas, pareceu-me ouvir que leu – estará escrito – no fim “*A Assembleia Municipal de Leiria delibera...*” qualquer coisa. Naturalmente que essa parte tem que ser suprimida.

Peço-lhe que o faça.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, vamos ultrapassar rapidamente esta questão.

O senhor deputado António Sequeira disse – e que assim fique registado em acta – que o Partido Socialista não faz questão que esta proposta de recomendação seja aprovada, donde será remetida à Câmara como uma proposta do grupo de deputados municipais do Partido Socialista, que é exactamente assim que começa o texto.

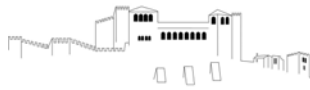
Assim sendo, o último ponto da recomendação, que diz “*A Assembleia Municipal de Leiria delibera constituir uma comissão de acompanhamento de todo o processo, com entrada em funções de imediato*” é suprimido da proposta de recomendação dado que a Assembleia Municipal não deliberou nada.

A Assembleia pode deliberar constituir essa comissão de acompanhamento na sua sessão de Setembro, tem todo o tempo para tomar esta deliberação e não precisa de o fazer agora.

Por decisão do Partido Socialista, trata-se então de uma proposta de recomendação dos deputados municipais do Partido Socialista e não uma proposta da Assembleia Municipal e assim será remetida à Câmara Municipal, suprimido o último parágrafo. Ficou claro?

Têm a palavra os senhores deputados, para declarações de voto.

Senhor deputado Manuel Antunes, faça o favor.



DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Farei uma declaração de voto em nome dos deputados da bancada do PSD.

Nós votámos contra pelas razões que foram claramente explicitadas e muito bem resumidas na última intervenção do senhor deputado Vitor Lourenço. Achamos que a maneira como foi conduzido este processo é atentatória da dignidade desta Assembleia. O requerimento apresentado pelo senhor deputado António Sequeira, em nome dos deputados da bancada socialista é contrário à própria proposta da Câmara em vários aspectos e, nomeadamente, no prazo da concessão. Se lermos atentamente, e o senhor deputado teve o cuidado de dizer que há coisas aqui que nem vale a pena ler, aquela declaração e recomendação menoriza o senhor Presidente da Câmara. O lembrar-lhe que deve incluir no contrato tantas cláusulas que lá colocaram – que só o diabo pensaria que não deveriam lá constar – é, claramente, menorizar o Presidente e lamentamos até que ele se tenha calado nesta posição.

Finalmente, lamentamos que no meio disto tudo, o senhor Presidente da Câmara não tenha respondido à maior parte das questões que lhe foram colocadas sobre este assunto, que foi mal discutido e mal deliberado.

Neste momento, sentimos que não se fez justiça, sobretudo aos cidadãos de Leiria. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra, faça favor.

Senhores deputados, peço o favor de escutarem.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Votámos contra pelos seguintes motivos:

- A privatização do serviço de águas e saneamento é um grave crime contra o Município, o seu desenvolvimento socioeconómico e a qualidade de vida da população;
- Sendo a cobertura da água de 90% e a do saneamento de 70%, não colhe a tese de incapacidade financeira e a existência de problemas para fazer frente ao investimento futuro;
- Diz-nos a experiência nacional, nomeadamente o Município da Batalha aqui citado, que a privatização da água – a prazo – redundará normalmente no aumento

dos preços para a generalidade dos utentes e a degradação das condições laborais pois na Batalha todos os trabalhadores voltaram à Câmara;

- Diminuição do investimento nas zonas de baixo consumo e consequente degradação do serviço e da qualidade;
- No Município da Batalha, os trabalhadores regressaram à Autarquia, não houve investimento e a prorrogação foi efectuada com o aumento das tarifas para, enfim, ser concretizado o investimento proposto na sua proposta;
- Contrariamente ao referido na informação, a Lei não permite o pagamento antecipado de anuidades. Estas devem ser pagas, sob a forma de anuidades, ao longo de toda a concessão;
- Não nos foi apresentado o estudo que demonstre a viabilidade da concessão e a racionalidade económica e financeira prevista na Lei para uma concessão por trinta anos - prazo máximo – ou mesmo para vinte, conforme agora foi referido.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Mais uma vez boa noite.

Nesta declaração de voto gostaria que ficasse claro, perante todos, que não escondo o meu desconforto de princípio em relação a este tema e preferia que pudesse ter sido alcançado maior consenso nesta decisão.

No entanto, acho que quem não quis foi o PSD. E ao contrário da mistificação que foi feita aqui, por exemplo em relação à votação da participação – neste debate concreto e nesta Assembleia – dos senhores vereadores que foram citados e permitam-me um grande parêntesis, alguma vez faria alguma coisa a uma pessoa por quem tenho a máxima consideração e amizade, como é o caso do senhor vereador José Benzinho? Nunca lhe limitaria fosse o que fosse, a quem devo as melhores atenções pessoais! Longe de mim tal coisa. O que deliberámos foi que aqui, e neste momento, a sua intervenção não se justificava.

Por outro lado, e quanto à minha declaração de voto, a situação financeira do Município é dramaticamente clara mas há quem não a queira ver. Faz-me lembrar o episódio de Galileu "*O Pisano*", que quando estava a ser interrogado pelos esbirros da Inquisição e lhe perguntaram acerca da translação da terra, se havia ou não movimento de translação, ele, no último momento terá suspirado e dito "*no entanto ela move-se*".

E aquilo que acho, para além de tudo o que possamos pensar ou dizer, apesar da negação, é que a dívida cresce e o desenvolvimento do concelho está condicionado. Votei a favor sobretudo tendo em conta o que acabei de dizer e em nome de um projecto que visa melhores condições de sanidade, em tempo útil, relativamente às populações do concelho que não têm esgotos nem água.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Nesta declaração de voto, gostaria de deixar claro que – contrariando o que disse Galileu “*O Pisano*” – se houver impugnação desta decisão, ela não se vai mover. Para mim, ficou também claro – e apenas para nos rirmos um bocadinho – porque é que ainda está um enorme cartaz do José Sócrates no jardim Luís de Camões! Ficou aqui profundamente claro afinal onde é que existe democraticidade, onde é que há votos que não são seguidistas e onde é que os votos foram claramente seguidistas.

Está lá o José Sócrates, está lá a fazer o quê?

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA (Manuel Carvalho)

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Votei contra porque não tive, aqui, a possibilidade de perceber se esta concessão da água iria favorecer ou não a população de todo o concelho. O senhor Presidente tentou explicar-me que o saneamento é para avançar em tempo útil mas isso já eu julgava que iria acontecer antes da concessão.

Já agora, senhor Presidente, também entendi que uns podem votar de uma maneira porque têm, outros podem votar de outra maneira porque não têm. Quero dizer-lhe Azoia tem saneamento básico mas não tem muitas outras coisas que outras freguesias têm. Não tem centros escolares, piscinas, gimnodesportivos e muitas outras coisas que outras têm!

Sou solidário com as outras freguesias e, porque estamos a falar de água, nunca eu aqui trouxe – como contrapartida de dois furos de captação de água que existem na freguesia de Azoia, no Vale Gracioso – um pedido qualquer como contrapartida para a freguesia! E essa água foi para muitos sítios do concelho de Leiria. Ao contrário do que chegou aqui a ser aprovado, de que a exploração de determinados furos naturais em determinadas freguesias, iriam ter uma taxa de compensação de onde esses inertes eram retirados. Entendi que a água era um bem público e nunca tive a coragem de, existindo dois furos no Vale Gracioso, exigir que a Junta de Freguesia deveria beneficiar com isso.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado José Francisco.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

José Francisco, CDS-PP.

Votámos contra como já tínhamos enunciado diversas vezes, não porque estejamos – de princípio – contra mas porque pretendíamos que fosse dado tempo a todos os deputados para reflectirem e à própria Câmara para aprofundar a sua proposta.

Tal foi hoje corroborado pela proposta/sugestão que o senhor deputado António Sequeira apresentou. Foi a prova inequívoca de que em duas semanas conseguiu-se avançar neste assunto. Portanto, ele foi hoje aprovado no meio do trajecto. Não é um pormenor! O senhor elencou hoje muitos mais pontos do que a própria Câmara. Pormenor foi a deliberação da Câmara!

Na minha opinião, deveríamos no futuro considerar que assuntos estruturantes cujo orçamento com despesa e antecipação de receita para futuros executivos e que possam condicionar o seu bom funcionamento, talvez devêssemos começar a pensar não em aprová-los por maioria mas proceder a alterações regimentais que prevejam uma maior quantidade – talvez chegar aos dois terços – em função dos valores a considerar.

Estes assuntos podem perfeitamente ser debatidos por mais tempo, com uma comissão que faça jus a esse nome. Foram aqui criadas várias comissões e não sabemos por onde andam nem o que têm feito. Por isso há que criar comissões quando houver trabalho para desenvolverem e apresentarem resultados. Só assim entendo não devermos banalizá-las.

Senhor Presidente da Câmara, não foi um voto contra a ideia de otimizar os SMAS. Foi apenas para reflectirmos melhor e dispor de mais tempo.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Ana Paula Silva.

DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)

Ana Paula Silva, eleita pelo PSD.

Sou uma mulher de direita e liberal, convicta de que a iniciativa privada é um factor de desenvolvimento económico e social.

Senhor Presidente, tivesse havido o espaço e o tempo da discussão mais concertada da concessão dos SMAS, com todas as oportunidades de melhoramento que ao longo das três sessões desta Assembleia Municipal foram – quase que a conta gotas – aqui trazidas; tivesse havido o espaço e o tempo da concessão dos SMAS com outras propostas também apresentadas à discussão e à votação... eu teria votado a favor.

Assim, não contra o princípio da concessão, não contra o princípio da privatização, mas contra o facto de se ter aqui esbarrado com o muro da intolerância, votei contra.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Peço ao senhor deputado José Alves que reocupe o seu lugar de 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal.

Passamos ao ponto sete da ordem de trabalhos.

7. ACTUALIZAÇÃO CADASTRAL E AUTONOMIZAÇÃO DE PARCELAS DO PRÉDIO INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO 3417.º E DESCRITO SOB O N.º 304, DA FREGUESIA DE LEIRIA - Apreciação, discussão e aprovação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor Presidente da Câmara pretende apresentar este ponto?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente, penso que está explícito e tem a ver com o entendimento que há com a Associação de Municípios acerca da construção do crematório de Leiria. Houve necessidade de proceder à regularização dos terrenos, uma vez que até a própria Casa Mortuária estava em situação ilegal e, no âmbito daquilo que é

disponível, trazemos à Assembleia o pedido de autorização para regularização daquele espaço.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende inscrever-se para usar da palavra no que respeita a este ponto?
Não.

Passarei à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 4 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria, com um voto contra e uma abstenção, aprovar a afectação ao domínio público municipal das áreas de 4.385,50M2 e de 1.719,00M2 integradas no Cemitério de Leiria e nos arruamentos e estacionamento da Casa Mortuária de Leiria, respectivamente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Carlos Guerra, para uma declaração de voto.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

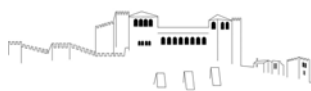
Votámos contra porque entendemos que esta informação não nos esclarece devidamente. De acordo com o texto da informação, por escritura pública de catorze de Maio de 1985, o Município adquiriu uma parcela de terreno com a área de 12.857,00M2 destinada à ampliação do cemitério de Leiria. O fim a que se destina a ampliação do cemitério – entendemos nós – deveria ser considerado de interesse do domínio público e o que teria que vir aqui hoje seria a desafectação dos vários bens que a Câmara entende deverem sair do domínio público e passar para o domínio privado.

Foi só por isso que votei contra.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Passamos ao ponto número oito da ordem de trabalhos.



8. ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO E ACTUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA - Apreciação, discussão e aprovação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Dou a palavra ao senhor Presidente, para apresentar.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Conforme dispõe a Lei, passados doze meses da entrada em vigor do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria, propomos duas alterações/correcções a alguns artigos e aplicar – como também está previsto na Lei – o índice de preços, que tem em 2010 uma taxa de variação de 1,4%.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende usar da palavra neste ponto? Não.

Vou colocar a proposta à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

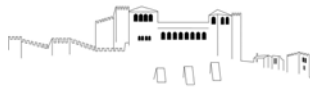
A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações ora propostas ao Regulamento e actualização dos valores das taxas previstas na Tabela de Taxas, de acordo com o índice de preços ao consumidor aprovado pelo INE e tornado público em 12 de Janeiro de 2011 (1,4%), nos termos do Regulamento e Tabela de Taxas.

9. ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL EM VIGOR: V ALTERAÇÃO E VI ALTERAÇÃO - Apreciação, discussão e votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Ponto número nove. Foi enviada aos senhores deputados, como sabem, o parecer favorável relativamente à quinta e à sexta alteração por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Senhor Presidente, para apresentar.



PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Tratam-se de situações que têm a ver com o actual Plano Director Municipal que, após diversas reuniões com as entidades respectivas, obteve o parecer final emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Tem por objectivo, por um lado – e quanto à quinta alteração:

- As alterações respeitantes à ocupação do solo rural, nomeadamente parques escolares e eólicos;
- Infra-estruturas de sistemas de tratamento de efluentes de suiniculturas;
- Infra-estruturas de tratamento e abastecimento de água;
- Infra-estruturas de drenagem e tratamento de efluentes e de saneamento;
- Infra-estruturas eléctricas e de comunicação;
- Infra-estruturas de apoio à defesa da floresta contra incêndios.

Por outro lado e quanto à sexta alteração, esta vai permitir resolver algumas incongruências do actual Plano e ainda a legalização e ampliação de estabelecimentos industriais existentes à data do PDM que está em vigor. Permite ainda a ampliação de edificações existentes e tem, no mesmo sentido, parecer final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Esta alteração tem significado, atendendo ao número elevado de estabelecimentos industriais que estão ilegais e que já existiam em 1995 e que agora será permitida a sua legalização.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende usar da palavra?

Fica registado em acta que não vota a senhora deputada Fátima Sismeiro porque é mandatária num processo relacionado com este ponto e, por esse facto, não participa na votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria, com zero votos contra e três abstenções, aprovar a versão final da 5.ª e 6.ª alteração ao Regulamento do PDM em vigor, nos termos do número 1 do artigo 79.º do RJIGT, na última alteração conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Dezembro.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Ponto número dez.

10. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO, LIMPEZA E SEGURANÇA DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DO MERCADO SANT'ANA – CENTRO CULTURAL E DA FONTE QUENTE – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA –
Apreciação e votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, para apresentar.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Os concursos em vigor extinguem-se ainda este ano. Naturalmente que a abertura de novo concurso, transitando encargos para o ano seguinte, necessita de autorização da Assembleia Municipal.

É nesse sentido que se solicita a aprovação para assumir encargos em dois exercícios e é a forma legal de prosseguir com a contratualização dos serviços.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Quem pretende usar da palavra neste ponto?

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

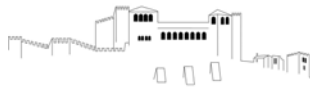
Confesso que é mesmo um pedido de esclarecimento. Estamos a falar dos parques de estacionamento?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

O ponto respeita aos parques de estacionamento do Mercado de Sant'Ana – Centro Cultural e da Fonte Quente.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Senhor Presidente, mas esses parques não estão concessionados? Não? Peço desculpa pela minha estranheza mas há dias – quando fui tentar estacionar – alguém que se encontrava de serviço no parque, que utilizo muitas vezes por



pensar pertencer ao Município e deixei de o fazer tantas vezes quando me disseram que ele estava num regime de semi-concessão.

Gostava de esclarecer pois, de facto, fiquei surpreendido.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Mais alguma pergunta? Não.

Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Estes dois parques têm estado a ser objecto de contratos de gestão, implicando a respectiva administração, manutenção, conservação e como consta da epígrafe da proposta. Estes contratos têm sido celebrados pelo prazo de um ano. Como não há coincidência, neste caso, de ano civil e reflecte encargos para o ano seguinte, não podemos deixar de ter o serviço assegurado por um período de tempo e sem responsabilidade de gestão. Como em Dezembro ficaremos sem suporte, o concurso vai recair em 2012. É a única forma, à data, que temos para dar seguimento ao contrato de gestão destes parques, que são da titularidade da Autarquia.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

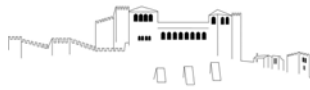
Vou colocar a proposta a votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria, com zero votos contra e quatro abstenções, aprovar a proposta de contratação e, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14 do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, autorizar a abertura de concurso público com publicação do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.



11. REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO EM 27/12/2007 ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A ADESBA – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DA BARREIRA. PROPOSTA DE CEDÊNCIA À FREGUESIA DA BARREIRA, EM REGIME DE COMODATO, DO LOTE 1 DA QUINTA DO VISCONDE, SITO NA RUA DO SANTÍSSIMO ALVADOR, FREGUESIA DE BARREIRA, CONCELHO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e aprovação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Ponto número onze.

Senhor Presidente para apresentar.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Trata-se da revogação do contrato existente entre o Município de Leiria e a ADESBA, que tinha como objectivo afectar aquele espaço a esta entidade e possibilitar - era essa a intenção em determinada altura – a construção de um espaço dedicado à área social. Entretanto as opções mudaram por parte da ADESBA, que solicitou a revogação deste contrato à Autarquia.

A presente proposta visa – para além do pedido de revogação deste contrato – assumir a cedência, também em regime de comodato, à própria freguesia da Barreira que, aliás, tem vindo a cuidar do lote um da Quinta do Visconde.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Alguém pretende usar da palavra em relação a este ponto?

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BARREIRA (JOSÉ CUNHA)

José Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e todos os presentes.

Queria apenas apresentar dois ou três esclarecimentos e basicamente justificar a razão pela qual solicito o vosso voto favorável.

Quem não conhece o Jardim do Visconde e todo o espaço englobado - fica aqui o convite para o visitar pois trata-se de um dos lugares mais aprazíveis que temos no concelho – digo-vos que é por nós classificado como o "*ex-libris*" da Barreira.

Desde que tomei posse como Presidente da Junta que tenho vindo a alertar a Câmara, quer o actual executivo quer o anterior, para a necessidade de execução

de obras naquele edifício pois trata-se de uma obra centenária. O próprio jardim, esplendoroso, também possui árvores centenárias. Ambos os espaços estão degradados e em risco de agravamento pois as infiltrações são muitas e as alterações climatéricas também têm contribuído de forma negativa, nomeadamente no que ao jardim diz respeito. É necessário e premente uma intervenção de fundo naquele espaço e o facto de não termos qualquer título sobre a nossa presença dificulta tudo. Convém salientar que ali funciona a sede da Junta de Freguesia, reúne a Assembleia e, como disse o senhor Presidente, temos o centro de convívio e o apoio domiciliário. Num dos edifícios funciona a casa mortuária, o centro de saúde, balneários e o polidesportivo. É um espaço de 10.000M que se encontra no centro da freguesia e que tem esta complexidade de equipamentos e de utilidade. O nosso pedido à Câmara vem no sentido de que, com este contrato de comodato, nos seja permitido – se é que ainda vamos a tempo – concorrer a financiamentos da CCDRC para as freguesias executarem obras nas suas sedes.

Agradeço à Câmara, na pessoa do senhor Presidente, esta oportunidade de podermos ir recuperando os espaços em questão. A cada um de vós agradeço a generosidade do voto favorável e fica o compromisso de que tudo faremos para dignificar todo aquele património arquitectónico, ambiental e até turístico, que é um espaço de todos nós.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Mais alguém pretende usar da palavra? Não.

Vou colocar a votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea i) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal a onerar o imóvel em questão através da celebração do contrato de comodato com a Freguesia da Barreira, nas condições enunciadas.

12. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – OCUPAÇÃO DE ÁREA R.E.N – CENTRO ESCOLAR DE CARANGUEJEIRA – Apreciação, discussão e votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto número doze.

Senhor Presidente da Câmara, para apresentar.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

De acordo com a carta escolar do concelho, existe a necessidade de construir um centro escolar na Caranguejeira. O terreno disponível, que fica junto a outras estruturas ligadas à educação está – no actual PDM – em espaço florestal abrangido por área de transição e existe ainda a perigosidade, embora baixa, no âmbito do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, que se pretende alterar.

Para efeitos de futura construção do centro educativo há que iniciar o processo, através da acção de relevante interesse público, assumida por esta Assembleia Municipal e para que o mesmo possa continuar, tendo em vista a futura instalação do centro escolar de Caranguejeira naquele espaço.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Alguém pretende usar da palavra? Não.

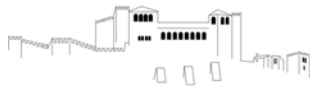
Vou colocar o ponto à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria, com um voto contra, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria e, em consequência, declarar o interesse público municipal de que se reveste para efeitos de ocupação de áreas de Reserva Ecológica Nacional – Centro Escolar de Caranguejeira.



13. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE LEIRIA - Apreciação, discussão e aprovação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto número treze.

O senhor Presidente pretende apresentar o ponto.

O senhor Presidente dispensa a apresentação.

Alguém pretende usar da palavra? Não vejo nenhuma manifestação de interesse.

Vou colocar o ponto à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea s) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria e, em consequência, autorizar a celebração e outorga do protocolo de delegação de competências – toponímia da Freguesia de Leiria.

14. ENTRADA LIVRE NOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS: AGROMUSEU MUNICIPAL D. JULINHA, MOINHO DO PAPEL E M|I|MO – Apreciação e votação.

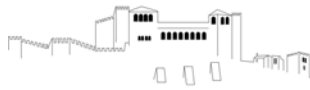
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto número catorze.

Senhor Presidente da Câmara, para apresentar.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Aproveitando algumas datas comemorativas, pretende-se incentivar o acesso às estruturas culturais do concelho, em datas específicas e para vigorar nos anos subsequentes a 2011.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende usar da palavra? Não.

Vou colocar o ponto à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea n) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria e, em consequência, autorizar a entrada livre nos espaços museológicos: Agromuseu Municipal D. Julinha, Moinho do Papel e M|I|MO.

15. CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL (CCM). ELEIÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE UM AUTARCA DE FREGUESIA – Apreciação e votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto número quinze.

A Mesa aceita propostas.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, a bancada do PSD pretende apresentar para esta posição o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, senhor Amílcar Henriques Gaspar.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

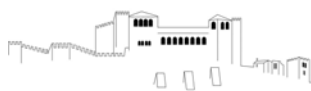
Muito obrigado.

Senhor deputado António Sequeira.

Pode proceder conforme o senhor deputado Manuel Antunes. Apresenta agora e depois entrega por escrito.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

O PS propõe como representante o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, senhor Manuel Carreira Bernardes da Cruz.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

A Mesa considera as duas propostas.

Pela ordem de entrada, designo como candidato A o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, senhor Amílcar Henriques Gaspar, e como candidato B o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, senhor Manuel Carreira Bernardes da Cruz.

Nos termos regimentais, a votação é secreta e peço à Manuela para iniciar a distribuição dos boletins de voto.

Enquanto decorre a votação, gostaria de agradecer a chamada de atenção ao senhor deputado Pedro Biscaia e salientar que há muita gente nesta Assembleia Municipal que faz intervenções escritas. Outras pessoas que, não as tendo escritas, podem também aprimorá-las e enviar ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, em Word e por correio eletrónico, porque isso simplifica o trabalho da secretária.

Devem imaginar as horas e os dias que ela vai passar para transcrever a acta desta sessão, com tripla reunião da Assembleia Municipal.

(Votação Nominal)

Senhores deputados, entraram na urna cinquenta e cinco votos e o resultado da votação é o seguinte:

Candidato A – vinte e dois votos;

Candidato B – vinte e oito votos;

Votos em branco – quatro;

Votos nulos – um.

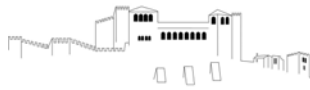
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria de votos favoráveis obtidos, eleger o senhor deputado Manuel Carreira Bernardes da Cruz - Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, como seu representante no Conselho Cinegético Municipal.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhoras e senhores deputados, muito obrigado pela vossa paciência durante estes três dias de sessão.

A próxima reunião será em Setembro, presumivelmente na terceira semana.

Muito obrigado e boa noite a todos.



ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 24.45 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente acta, que eu, Maria Manuela Baptista Vieira, Coordenadora Técnica, transcrevi e subscrevo. -----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 30 de Setembro de 2011, delibera por maioria, com sete abstenções aprovar a acta. -----

Leiria, aos 30 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze.

O Presidente da Assembleia Municipal

Carlos Manuel B. Ascenso André

A Coordenadora Técnica

Manuela Vieira